

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA**  
**INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

**Negócios internos:  
estrutura produtiva, mercado e padrão social em uma freguesia sul mineira.  
Itajubá – 1785-1850.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Juiz de Fora como requisito parcial para a obtenção do título de mestre em História por Juliano Custódio Sobrinho.

Orientadora: Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Carla Maria Carvalho de Almeida.

Negócios internos:  
estrutura produtiva, mercado e padrão social em uma freguesia sul mineira.  
Itajubá – 1785-1850.

Juliano Custódio Sobrinho

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Juiz de Fora como requisito para a obtenção do título de mestre e aprovada em 23 de março de 2009:

---

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Carla Maria Carvalho de Almeida  
Universidade Federal de Juiz de Fora(UFJF)

---

Prof. Dr. Angelo Alves Carrara  
Universidade Federal de Juiz de Fora(UFJF)

---

Prof. Dr. Antônio Carlos Jucá de Sampaio  
Universidade Federal do Rio de Janeiro(UFRJ)

---

Prof. Dr. Marcos Ferreira de Andrade(Suplente)  
Universidade Federal de São João del Rei(UFSJ)

A Maria José, minha mãe,  
amor eterno.

## AGRADECIMENTOS

“Agradecer é um ato que se deve fazer por toda a vida.” Esse foi um dos ensinamentos mais importantes que recebi de minha família. E muitas pessoas merecem minhas considerações nesse momento, pelo apoio prestado durante toda a execução dessa dissertação.

À Prof<sup>a</sup> Carla Almeida, que desde o início da graduação acreditou em mim, me dando a oportunidade de ingressar no universo da pesquisa, como seu bolsista de iniciação científica e por ter sido a minha orientadora no mestrado. Se me atrevo hoje a vislumbrar uma carreira sólida como professor e pesquisador é porque tenho como referencial a sua presença na minha formação acadêmica.

Aos professores Angelo Carrara e Antônio Carlos Jucá pelas pertinentes sugestões no exame de qualificação e por comporem a banca de defesa.

Ao Prof<sup>o</sup> Marcos Andrade por ter me auxiliado em inúmeras questões e dúvidas ao longo dessa pesquisa e, acima de tudo, por ter se tornado um grande amigo. O sul de Minas ficou mais fácil de ser desbravado com o seu acompanhamento durante toda a pesquisa!

À Fapemig pelas bolsas de iniciação científica e de mestrado.

Aos funcionários do Fórum Wenceslau Braz, em Itajubá, que, gentilmente, disponibilizaram o acervo documental.

Ao meu pai, Antônio, meus irmãos Julio, Flávia e Tilander, que sempre me apoiaram e estiveram ao meu lado. À Maria Luísa, minha sobrinha, que chegou a pouco na família, enchendo a minha vida de alegria nesse último ano de pesquisa.

A todos os meus amigos, desde os conquistados na infância em Itajubá e que estão ao meu lado ainda hoje, até aqueles que ganhei em Juiz de Fora e em outros lugares. Citar nomes entre eles seria correr o enorme risco de me esquecer de alguns.

Aos amigos da faculdade, Cleyton, Raphaela e Yara por terem sido parceiros incondicionais durante todos aqueles anos até chegar aqui. É certeza pra mim que essa relação tem muito futuro! A Ana Paula, Fernanda, Juliana e Maíra por também terem marcado bons momentos de estudo e de convivência. Ao amigo Leandro por ter me ajudado na coleta de alguns dados durante a pesquisa.

Por fim, e mais importante,

a Deus, pela razão da minha existência e daqueles que eu amo

e a Maria José, minha mãe, pelo apoio incondicional a tudo que eu faço.

“Minas é muitas.”

Guimarães Rosa

## RESUMO

O tema central dessa pesquisa é um estudo sobre as estruturas produtivas da freguesia de Itajubá e seus agentes, em fins do século XVIII, até a primeira metade do século XIX. Localizada em uma área estratégica para o escoamento das produções mineiras e daquelas que utilizavam as rotas de Minas Gerais para o mercado da Corte do Rio de Janeiro, a freguesia de Itajubá era apontada como uma das mais importantes da região do sul de Minas, tanto pela sua participação no contingente populacional do termo de Campanha, como também na sua atuação mercantil. O objetivo é identificar e caracterizar o perfil socioeconômico da freguesia, a partir de sua produção agropastoril, voltada para a subsistência, como também o vínculo que aquelas propriedades e tais indivíduos tiveram com o abastecimento do mercado interno. A base documental para esse estudo foi os inventários post-mortem, encontrados no Fórum Wenceslau Braz, na atual cidade de Itajubá-MG. Nesse sentido, procurou-se entender os mecanismos pelos quais o sistema econômico da época se estruturou na região sul mineira, atuando sobre uma sociedade hierárquica, sobretudo, as variadas formas que aquela parcela social, registrada nos inventários, demarcou na freguesia.

Palavras-chave: freguesia de Itajubá, comarca do Rio das Mortes, Minas Gerais, estrutura produtiva, mercado interno, sistema escravista.

## **ABSTRACT**

The main theme of this research is the study about the productive structures in the freguesia de Itajubá as well as its agents, from the ending of the 18<sup>th</sup> century until the first half of the 19<sup>th</sup>. This freguesia is located on a strategic area for the flow of mineral production and for those which followed the routes through Mina Gerais until the Court in Rio de Janeiro. Itajubá was pointed as one of the most important freguesias in the south of Minas for its meanly participation in terms of population of the Campanha termo, as well as for its commercial acting. Our goal is identifying and describing the socioeconomic profile of this freguesia, from the production of agriculture and cattle raising (for family subsisting) until the linking between this properties and its owners and the importance they had to the internal market. The documental basis for this research was the inventories post-mortem found in Forum Wenceslau Braz, located in the city of Itajubá-MG. We also tried to understand the mechanisms through which the economic system of that time has consolidated itself in the south of Minas acting over a hierarchic society.

Key words: freguesia de Itajubá; Rio das Mortes comarca, Minas Gerais, productive structure; internal market; slavery system.

## LISTA DE TABELAS

Tabela 01: Minas Gerais – população total estimada (1721-22).....	66
Tabela 02: Minas Gerais – população entre c.1721 e 1776.....	66
Tabela 03: Crescimento da população total da Capitania de Minas Gerais por comarca em três momentos (1767-1821).....	67
Tabela 04: Comarca do Rio das Mortes (1801-1835) .....	69
Tabela 05: Crescimento do número de batizados por década .....	70
Tabela 06: População livre e escrava para a freguesia de Itajubá (1832-1835) .....	71
Tabela 07: Distritos do termo de Campanha da Princesa (1833/35) .....	73
Tabela 08: Relação de parentesco dos inventariantes. Itajubá (1785-1850) .....	79
Tabela 09: Faixa de herdeiros nos inventários. Itajubá (1785-1850) .....	80
Tabela 10: Identificação quanto ao espaço geográfico. Itajubá(1785-1850).....	88
Tabela 11: Estrutura de posse de escravos em Itajubá. (1785-1850) .....	89
Tabela 12: Frequência dos bens móveis de uso pessoal e doméstico no interior da moradia nos inventários com vinte escravos ou mais. Itajubá(1785-1850) .....	93
Tabela 13: Composição da riqueza, em mil-réis, da inventariada.....	96
Tabela 14: Fronteira de Campanha: participação por recebedorias, .....	108
Tabela 15: População e dízimo da Vila de Campanha (1826) .....	110
Tabela 16: Participação dos bens arrolados nos inventários(1785-1850). .....	113
Tabela 17: Distribuição dos montes-mor por faixa de riqueza. Itajubá(1785-1850)....	118
Tabela 18: Projeção de tipo de unidade produtiva. Itajubá(1785-1850). .....	126
Tabela 19: Produção agrícola nas unidades produtivas. Itajubá (1785-1850).....	130
Tabela 20: Criação de animais nas unidades produtivas. Itajubá (1785-1850).....	151
Tabela 21: Percentual e médias de animais na freguesia. Itajubá (1785-1850) .....	152
Tabela 22: Variação da posse de escravos. Itajubá (1785-1850) .....	170
Tabela 23: Origem da população escrava. Itajubá(1785-1850).....	172
Tabela 24: Composição da população escrava por sexo. ....	173
Tabela 25: Composição da população escrava africana por sexo. ....	173
Tabela 26: Composição da população escrava crioula por sexo. ....	173
Tabela 27: Composição da população escrava por faixa etária.....	176
Tabela 28: Composição da população escrava por sexo e faixa etária.....	177

Tabela 29: Composição da população escrava por origem e faixa etária.....	177
Tabela 30: Frequência de laços de parentesco entre os escravos. ....	179

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01: Participação dos bens arrolados nos inventários(1785-1850).....	114
Gráfico 02: Percentual dos tipos de unidades produtivas. Itajubá(1785-1850).....	127
Gráfico 03: Composição dos bens de José Joaquim do Nascimento.....	141
Gráfico 04: Composição percentual do rebanho.Itajubá(1785-1820) .....	157
Gráfico 05: Composição percentual do rebanho.Itajubá(1821-1850) .....	157

## **LISTA DE QUADROS**

Quadro 01: Tipos de propriedades e menção a outras porções de terras e benfeitorias. Itajubá(1785-1850). .....	120
---	-----

## **LISTA DE MAPAS**

Mapa 01: Capitania das Minas Gerais – projeção sobre mapa atual. ....	42
Mapa 02: Minas Gerais em 1833. Aproximação das fronteiras das comarcas e localização dos distritos municipais. ....	54

## **LISTA DE SIGLAS**

ACM - Arquivo da Cúria Metropolitana de São Paulo-SP.

AESP - Arquivo do Estado de São Paulo-SP.

AFWB - Arquivo do Fórum Wenceslau Braz. Itajubá-MG.

AHU - Arquivo Histórico Ultramarino.

APM - Arquivo Público Mineiro. Belo Horizonte - MG.

CEC-ML - Centro de Estudos Campanhense Monsenhor Lefort. Campanha - MG.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>15</b>
<b>CAPÍTULO I - A FREGUESIA DE ITAJUBÁ: FORMAÇÃO E EXPANSÃO AO SUL DA CAPITANIA DAS MINAS.....</b>	<b>21</b>
1.1 - A Capitania de Minas Gerais.....	22
1.2 – A historiografia até a década de 1970.....	24
1.3 - Minas no contexto do mercado interno: a historiografia revisitada. ....	30
1.4 – Itajubá: a trajetória de uma freguesia.....	41
<b>CAPÍTULO II - POR DENTRO DA FREGUESIA: POPULAÇÃO E PADRÃO SOCIOECONÔMICO .....</b>	<b>62</b>
2.1 – Percepções demográficas. ....	64
2.2 – Indivíduos e relações sociais.....	74
2.3 – Vida material e hierarquia na freguesia. ....	86
<b>CAPÍTULO III - PRODUÇÃO, PERSPECTIVAS DE MERCADO E POSSE DE ESCRAVOS .....</b>	<b>98</b>
3.1 – Produção mercantil: um desafio para o sul mineiro.....	99
3.2 – Paisagens de uma freguesia: produção econômica em movimento.....	103
3.2.1 – A recebedoria de Itajubá. ....	104
3.2.2 – Composição dos bens nos inventários.....	111
3.2.3 – Padrões de riqueza e utilização da terra. ....	117
3.3 – Terras de cultivo, campos de criar: a agropecuária na freguesia. ....	126
3.3.1 – Produção agrícola.....	129
3.3.2 – O fumo em evidência. ....	143
3.3.3 – A pecuária. ....	150
3.4 – A participação escrava. ....	165
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>184</b>
<b>ANEXOS .....</b>	<b>187</b>
<b>FONTES E REFERÊNCIAS.....</b>	<b>196</b>

## INTRODUÇÃO

### Itajubá

A cidade em que eu moro  
 Vive em um vale  
 De montanhas felizes  
 Que desejam curvas  
 Sensuais, femininas,  
 Nos horizontes  
 De todos os dias  
 Parindo as novas luas  
 E repetindo as manhãs.  
 Uma brisa,  
 Com as mãos de mulher,  
 Navega o rio Sapucaí,  
 Vem com as estrelas  
 E diz boa noite  
 No rosto do povo  
 Que anda tranqüilo  
 E fala da vida  
 Nas veias das ruas  
 E pulsa contente  
 Que nem coração.  
 Quando eu morrer  
 Quero virar  
 Minas Gerais.

(Gildes Bezerra)

Localizada na serra da Mantiqueira, na fronteira entre as capitânicas de Minas Gerais e de São Paulo, a freguesia de Itajubá foi formada ainda no início do século XVIII por desbravadores das freguesias vizinhas, do vale do Paraíba paulista, motivados pelas catas de ouro da região mineradora. As possíveis riquezas provenientes das minas do Itajubá não produziram o efeito desejado e, em poucos anos, o novo povoado se manteve com uma produção agropastoril de subsistência. No início do século XIX, o antigo povoado de Itajubá foi substituído pela ocupação de uma outra área próxima, no vale do rio Sapucaí, onde a sede da freguesia foi transferida, causando grandes conflitos entre aqueles que se mudaram para a nova freguesia e os que permaneceram na região serrana.

Ainda no século XVIII, seria instalada próximo ao antigo povoado, uma recebedoria para fiscalizar e taxar o escoamento do comércio entre as capitânicas. Esses postos fiscais serviam para controlar a passagem das mercadorias que saíam de Minas Gerais e aquelas que

entravam na capitania, para serem comercializadas nos mercados mineiros. Isso representaria uma “precoce” articulação mercantil sul mineira com a praça carioca, que também abastecia a região com produtos como o sal e a cachaça, a partir de meados do século XVIII, pela recebedoria de Itajubá.<sup>1</sup> Entretanto, o crescimento das circulações de mercadorias por aquele posto fiscal se intensificaria no século XIX, em que o registro exportou grandes produções de fumo e rebanhos de gado vacum e suíno, bem como toucinho, queijos e grãos.<sup>2</sup>

Esse estudo tem como objetivo analisar as unidades produtivas, tendo como base documental os inventários post-mortem encontrados no Fórum Wenceslau Braz, na cidade de Itajubá, para o período de 1785 a 1850. Coube a esse trabalho conhecer a estrutura produtiva da região, apontada nos processos, e os agentes envolvidos nas relações sociais e de trabalho das propriedades consultadas. O perfil produtivo agropecuário pode ser constatado em todo o período, o que corrobora para a percepção de um sul mineiro com vocação para o mercado de abastecimento.

Nesse sentido, procuramos destacar alguns fatores que fizeram a freguesia de Itajubá participar da rota mercantil sul mineira, principalmente com a praça carioca, ainda no século XVIII, como: o geográfico(espaco privilegiado, em área fronteira no extremo sul da capitania e percurso exigido para algumas rotas que entravam e saíam de Minas Gerais); o econômico(a partir do delineamento das atividades que determinaram as estruturas de produção e as relações de trabalho); e o social(procurando definir os padrões de hierarquia social travadas em uma sociedade escravista).

Parece não restar mais dúvidas quanto às potencialidades do sul de Minas, nem quanto ao seu poder de articulação econômica voltado principalmente para a produção agropecuária. Também é fato a relevância do papel sul mineiro como uma das regiões com maior desempenho de Minas Gerais, tanto para o abastecimento da província quanto o de outros mercados interprovinciais. Entretanto, se a historiografia vem apontando há décadas uma vocação econômica agropecuária para essa região da comarca do Rio das Mortes, muitas lacunas precisam ser preenchidas, no sentido de mapear e definir com mais clareza essas áreas.

Diante de tal perspectiva, os estudos em história regional vieram a ratificar e corrigir certos apontamentos que algumas pesquisas de cunho mais abrangentes apresentaram acerca

---

<sup>1</sup> CARRARA, Angelo Alves. *Minas e currais*. Produção rural e mercado interno de Minas Gerais. 1674-1807. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2007. pp.142-143.

<sup>2</sup> RESTITUTTI, Cristiano Corte. *As fronteiras da província*. Rotas de comércio provincial – MG, 1839-1884. Dissertação de mestrado. Araraquara:UNESP, 2006. p.178.

do complexo agropecuário formado no sul mineiro.<sup>3</sup> Entretanto, podemos afirmar que as incursões científicas de Maria Yedda Linhares e Francisco Carlos Teixeira da Silva, ainda no final da década de 1970, se tornaram referências para os estudos regionais e agrários no Brasil.<sup>4</sup> Esses autores alertavam para as especificidades historiográficas que se poderiam obter das investigações de arquivos e fontes locais, espalhados por todo o país, apontando para a necessidade de estudos acerca das estruturas agrárias e sistemas de uso da terra e suas produções agropastoris. Uma história agrária e regional que não deixasse de fora as relações sociais que os indivíduos envolvidos travavam entre si, tanto no campo do trabalho, quanto das hierarquias sociais produzidas por essas sociedades.

A partir de então, as abordagens em história regional permitiram análises pormenorizadas de determinadas regiões, o que veio a contribuir para sanar algumas inquietações com as explicações macroscópicas, que por muito tempo imperaram na historiografia.<sup>5</sup> Alguns núcleos de pós-graduação no país passaram a investir em pesquisas que demarcavam as diferenças regionais e assim deixando em evidência a complexidade do mundo agrário escravista, que não pode ser apresentado em modelos explicativos generalizantes.

Essas pesquisas também trouxeram à tona personagens, que até então haviam sido esquecidos ou tratados à margem da história, como os proprietários de pequenas e médias unidades, lavradores e criadores de animais(em unidades produtivas escravistas ou não), ou até mesmo agregados livres pobres ou arrendatários de terras, juntamente com suas famílias.

Nesse sentido, as fontes documentais até então pesquisadas, juntamente com as demais que passaram a ser consultadas, sofreram novas leituras e novos métodos de questionamento, o que foi possível rever antigas interpretações e revelar novos aspectos de tais sociedades que permaneciam adormecidos nos arquivos. Esse é o caso dos inventários post-mortem, base de

---

<sup>3</sup> Caio Prado Júnior já apontava a comarca do Rio das Mortes como uma grande área abastecedora de gado, a princípio, para a região mineradora e mais tarde o Rio de Janeiro. Ver: PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil contemporâneo*. São Paulo: Brasiliense, 1983. p.189.

<sup>4</sup> LINHARES, Maria Yedda. *História do abastecimento: uma problemática em questão*. Brasília: Biblioteca Nacional de Agricultura, 1979; *Subsistência e sistemas agrários na colônia: uma discussão*. Estudos Econômicos, São Paulo: IPE-FEA/USP, n. 13, p. 745-762, 1983; LINHARES, Maria Yedda & SILVA, Francisco Carlos Teixeira. *A questão da agricultura de subsistência*. In: História da agricultura brasileira: combates e controvérsias. São Paulo: Brasiliense, 1981, p. 117-142.

<sup>5</sup> A partir da década de 1980, algumas produções, de cunho regional, contribuíram enormemente para os estudos agrários no Brasil. Destacam-se as dissertações de mestrado e as teses de doutorado de: FARIA, Sheila de Castro. *Terra e trabalho em Campos dos Goytacazes(1850-1920)*. Dissertação de mestrado. Niterói:UFF, 1986; *A colônia em movimento: fortuna e família no cotidiano colonial(sudeste, séculoXVIII)*. Teses de doutorado. Niterói:UFF, 1994; FRAGOSO, João. *Sistemas agrários em Paraíba do Sul(1850-1920) um estudo das relações não-capitalistas de produção*. Dissertação de mestrado. Rio de Janeiro: UFRJ, 1983; *Comerciantes, fazendeiros e formas de acumulação em uma economia escravista-colonial: Rio de Janeiro,1799-1888*. Tese de doutorado. Rio de Janeiro: UFRJ, 1990. MATTOS, Hebe Maria. *À margem da história: homens livres pobres e pequena produção na crise do trabalho escravo*. Dissertação de mestrado. Niterói: UFF, 1985.

nossa pesquisa documental, que passaram a fornecer informações muito além dos dados quantitativos, até então bastante explorados, e a apresentar questões qualitativas sobre os indivíduos e as unidades relacionados naqueles documentos.

E por falarmos em fontes documentais, o pesquisador que se interessar pelo sul de Minas, nos séculos XVIII e XIX, pode se sentir privilegiado, já que a diversidade e existência de acervos são enormes e em muitos lugares se encontram em bom estado de conservação. O que falta, na verdade, é uma melhor infra-estrutura para o funcionamento de arquivos e centros de pesquisa, principalmente para regiões onde sequer existe a disponibilidade de se pesquisar esses acervos. Essa é a realidade para a maioria das cidades sul mineiras, em que as documentações se encontram perdidas em cartórios, fóruns e demais instituições públicas. A criação de arquivos para atender aos pesquisadores é fundamental nesse sentido, entretanto o mais importante é despertar a conscientização coletiva nessas cidades da importância da preservação desse patrimônio e da memória de suas gerações passadas.<sup>6</sup>

Assim, a temática escolhida para essa pesquisa encontrou justificativa nas lacunas deixadas pela historiografia acerca da formação e estrutura produtiva das freguesias sul mineiras, bem como a participação dessa região na rota mercantil de abastecimento, principalmente para a praça do Rio de Janeiro, no século XIX. Em relação a essa questão, a análise dos inventários post-mortem foi importante para compreendermos parte do universo produtivo da freguesia e região, além de entendermos o perfil socioeconômico das unidades produtivas e dos indivíduos envolvidos naquela parcela da sociedade descrita nos processos, para o período de 1785 a 1850. Esses inventários fazem parte do acervo do Fórum Wenceslau Braz, na atual cidade de Itajubá-MG.

Além disso, procuramos cruzar os dados encontrados nos inventários, com as informações apreendidas nas listas nominativas de 1831/32, a partir de um banco de dados elaborado por pesquisadores do CEDEPLAR/UFMG, de Belo Horizonte-MG. Outras fontes, como documentos oficiais entre as capitanias de Minas Gerais e de São Paulo, pertencentes ao Arquivo do Estado de São Paulo foram consultadas, a fim de se conhecer melhor a ocupação e formação da freguesia estudada. A pesquisa no acervo do Arquivo da Cúria Metropolitana de São Paulo, do Centro de estudos Campanhense Monsenhor Lefort, em Campanha-MG, e nos documentos digitalizados do Arquivo Ultramarino também vieram a contribuir para essa questão.

---

<sup>6</sup> No caso da documentação consultada nessa pesquisa, ver o anexo 03. p.

Assim sendo, organizamos a dissertação em três capítulos. No primeiro capítulo procuramos abordar a formação e expansão da freguesia de Itajubá, partindo de uma apresentação das questões historiográficas acerca do funcionamento da sociedade colonial. Estamos falando, mais especificamente, dos debates estabelecidos sobre a economia colonial minerária, - principalmente a partir da hipótese da decadência e estagnação dessa mesma economia com a crise da mineração em fins do século XVIII – bem como do papel que o sul mineiro ocupou nesse contexto. Estabelecemos então um panorama sobre a participação da comarca do Rio das Mortes nesse processo de rearranjo econômico, especialmente o termo de Campanha, da qual a freguesia de Itajubá fazia parte. O objetivo principal deste capítulo foi apontar a formação e o crescimento da freguesia, ao longo do século XVIII e meados do século XIX.

No segundo capítulo, tratamos de apresentar informações acerca da demografia e do padrão socioeconômico estabelecido entre os indivíduos estudados, tendo como base a análise dos inventários. Para percebermos os aspectos demográficos da freguesia e região, buscamos cruzar os dados encontrados nos inventários com as informações referentes à freguesia, pertencentes ao banco de dados para Minas Gerais, elaborado pelo CEDEPLAR/UFMG, para os anos de 1831/32 e também os mapas de população para 1833/35. Informações sobre demografia, levantadas por outros autores para Minas Gerais, também foram utilizadas a título de comparação.

Nesse mesmo capítulo, procuramos analisar certas informações referentes aos indivíduos citados nos inventários post-mortem, como grau de parentesco entre os inventariantes e os herdeiros dos proprietários listados e certas situações cotidianas travadas entre esses na disputa pela partilha dos bens dos inventariados. Para terminar, apresentamos algumas considerações sobre a composição dos bens dos inventariados e o padrão de riqueza estabelecido na freguesia. A análise deste capítulo foi importante para entendermos a dinâmica populacional, a distribuição e a hierarquização da riqueza, bem como os agentes sociais envolvidos.

Por fim, no terceiro e último capítulo, procuramos analisar as características fundamentais da estrutura produtiva da freguesia de Itajubá, a partir das informações reveladas pelos inventários post-mortem, bem como as potencialidades dessas atividades em participar da conexão mercantil sul mineira, realizada, principalmente, com a praça do Rio de Janeiro, no século XIX. Diante disso, propusemos a investigar o padrão das unidades produtivas, a partir da posse ou não de escravos, o padrão econômico dessas propriedades, sua participação na freguesia, em relação ao espaço geográfico que ocupavam(rural ou urbano) e

os indicadores dessa produção voltada ou não para o mercado. Na medida do possível, apontamos certas trajetórias individuais que puderam contribuir para ratificar nossas constatações.

Para finalizar o capítulo, apresentamos uma análise da posse de escravos encontrados nos inventários, procurando perceber a participação desses agentes no funcionamento das unidades produtivas da freguesia. Nesse sentido, a partir do banco de dados criado especificamente para os cativos, procuramos consorciar não só os dados econômicos referentes a esses indivíduos, mas também explorar a dinâmica dessa população, quanto ao seu perfil social, como as questões ligadas a sexo, idade, estado civil, relações de parentesco e origem.

## CAPÍTULO I

### **A FREGUESIA DE ITAJUBÁ: FORMAÇÃO E EXPANSÃO AO SUL DA CAPITANIA DAS MINAS**

A história da Capitania de Minas Gerais teve seu início na concretização do sonho do Império Português de encontrar as riquezas minerais prenunciadas desde os primeiros anos de colonização. A efetiva descoberta do ouro em Minas promoveu, em um curto período de tempo (contado em décadas), muita perspectiva de riquezas, o que gerou transformações socioeconômicas, tanto para Portugal quanto para a colônia. A ocupação da região central de Minas e a montagem da estrutura econômica para a extração dos metais preciosos inseriram a capitania numa posição de destaque, que repercutiria na economia colonial, durante os séculos XVIII e XIX.

Os efeitos promovidos a partir da mineração renderam riquezas aos cofres metropolitanos, como também proporcionaram uma dinamização para a economia colonial, contribuindo assim para o desenvolvimento econômico de outras atividades produtivas envolvidas com a mercantilização interna. Nos séculos XVIII e XIX, Minas Gerais poderia ter sua análise ampliada para a ideia de um plano socioeconômico ligado a uma produção diversificada, que atenderia aos interesses externos coloniais, bem como ao funcionamento de um promissor mercado interno de abastecimento. A partir de meados do setecentos, a crise da mineração provocaria um plano de rearticulação econômica na capitania, que colocaria as atividades voltadas a mercantilização interna como principal produção da economia mineira.

Nesse sentido, o espaço socioeconômico mineiro passou a ser visto como sinônimo de diversidade e novos cenários dessa história colonial de Minas Gerais passaram a ser recontados. No processo de reestruturação dessa economia, o estudo de novas regiões da capitania demonstraria que nem só de mineração caberia adjetivar tal território e dessa forma, a historiografia - alinhada com as questões da lógica do funcionamento mercantil interno e com as novas percepções de uma sociedade escravista de Antigo Regime<sup>7</sup> – colocaria em

---

<sup>7</sup> MATTOS, Hebe Maria. *A escravidão moderna nos quadros do Império Português: o Antigo Regime em perspectiva atlântica*. In: FRAGOSO, João, BICALHO, Maria Fenanda & GOUVÊA, Maria de Fátima(orgs.).In: *O Antigo Regime dos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa(séculos XVI-XVIII)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. p. 143. Baseado nas considerações da autora, entendemos como Antigo Regime, o conceito para designar as sociedades ocidentais entre os séculos XVI e XVIII e, no caso da colônia brasileira serve como conceito-chave para compreender as especificidades da sociedade colonial em seus diversos aspectos, sejam eles

pauta a necessidade de trabalhos de cunho regional que redesenhassem esse espaço colonial mineiro.

Dessa forma, propor o estudo da freguesia de Itajubá implica diretamente em reduzirmos nossa escala de análise, para percebermos os movimentos de uma sociedade escravista colonial, que estava inserida num contexto que extrapolava os limites da freguesia e que acontecia, de um modo especial, em grande parte do território centro-sul da colônia, naquele período. Contudo, esse olhar pormenorizado não só nos permite perceber conjunturas mais amplas, como também recuperar aspectos específicos do objeto de estudo em questão, que certamente não seriam capturados em uma análise mais generalizada.

Em consonância com uma historiografia revisitada acerca do espaço colonial/imperial brasileiro e com pesquisas especificamente relacionadas com a economia mineira daquele período, apresentamos nesse capítulo um panorama sobre a formação e expansão da freguesia de Itajubá, não se esquecendo de relacionar a sua trajetória a um contexto histórico e historiográfico referente à Capitania de Minas Gerais.

### **1.1 - A Capitania de Minas Gerais.**

Desde os primeiros anos da colonização, o sonho de descobrir o eldorado no Brasil se manifestava nas ações políticas da Coroa Portuguesa e de seus súditos. As riquezas extraídas das terras coloniais espanholas na América despertavam a ambição e a esperança de que na porção portuguesa - próximas das prósperas minas da região andina de Potosí - se encontrasse também os tão sonhados metais preciosos. Com o decorrer dos anos de colonização, a ânsia por descobrir tais metais preciosos nunca fora abandonada e os incentivos da Coroa para que os colonos persistissem nessa tarefa era contínuo. A princípio, o litoral brasileiro não ofereceu tais terras minerais como se desejava, mas à medida que a colonização foi se efetivando e a interiorização do continente acontecendo, esse ideal foi ficando mais próximo:

O governo metropolitano nunca perdera as esperanças de encontrar metais preciosos nas terras da América. Esta esperança era alimentada pelas lendas sedutoras da cidade de Manoa, das Serras das Esmeraldas e de Sabarabuçu. E para

dar uma base mais concreta a essa esperança, havia o exemplo das minas de Espanha, em terras contíguas às do Brasil.<sup>8</sup>

Já havia quase dois séculos de colonização, quando a convicção de que a colônia devia possuir metais preciosos deixou de ser um contexto vislumbrado e se materializou. No final do século XVII, os colonos chegariam às regiões centrais da futura Capitania das Minas e encontrariam as riquezas minerais em expressiva quantidade. A notícia dessa descoberta logo chegaria a Corte e ao restante da colônia, provocando uma euforia geral no Império Português.

Com isso, a história de Minas Gerais se confunde, em sua origem, com a história das catas de ouro e a faiscação dos diamantes, como fruto do privilégio que a geografia da região ofereceria para a extração desses metais nos córregos e nas minas que cortavam toda aquela região montanhosa.

Ainda no primeiro século da colonização, a tentativa de penetrar naquela região promoveu várias entradas: pelo norte, vindos da Bahia; pelo leste, do Espírito Santo; e pelo sul, através do Rio de Janeiro e de São Paulo. De qualquer forma, nenhum povoamento efetivo havia sido produzido a partir daquelas excursões naquele momento.

Esses primeiros desbravadores encontraram situações extremas de sobrevivência, lidando com as adversidades, como o confronto com os indígenas, as doenças, a fome e o desconhecimento do território. Entretanto, as informações desencontradas sobre as possibilidades de terras minerais naquela região central de Minas foram ficando cada vez mais evidentes, o que estimulava ainda mais esses aventureiros.

A partir de 1674, o movimento de povoamento da região foi frequente, sendo fundados os primeiros núcleos de aldeamento e feitas as aberturas de caminhos, com roças e paragens. Mas, foi somente na última década do século XVII que a corrida pelo ouro desenfreou também um processo de povoamento mais efetivo na região, principalmente a partir do primeiro relato oficial da descoberta aurífera por Antonio Rodrigues Arzão nos sertões do Rio Casca (1692).<sup>9</sup>

Essa corrida desenfreada em busca do eldorado prometido fez surgir em pouco tempo um esforço de uma população que abria picadas e caminhos, construía casas e roças e procuravam se instalar nos complexos auríferos e ao longo desse percurso. Foi dessa forma que se viu surgir os primeiros povoados, que em pouco tempo, se transformaram nas

---

<sup>8</sup> ZEMELLA, Mafalda. *O abastecimento da Capitania das Minas Gerais no século XVIII*. São Paulo: HUCITEC, 1990. p. 37.

<sup>9</sup> Sobre os primeiros anos da ocupação no território mineiro, ver: ZEMELLA, Mafalda. op cit. p.39; VASCONCELLOS, Diogo. *História antiga de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1974. pp.141-161.

primeiras vilas daquela região, como Vila do Carmo (Mariana), Vila Rica (Ouro Preto) e São José del Rei.

Para dar condições de sobrevivência àquelas pessoas, as vilas recebiam produtos de todos os gêneros vindos de outras partes da colônia e até mesmo da metrópole. Além disso, para abastecer toda aquela população foi necessário criar uma estrutura de produção de alimentos ao redor dos núcleos auríferos e uma rede comercial que se estendia pelos caminhos e terras que ligavam aquela região até os portos do Rio de Janeiro e também de outras capitanias. Logo, essas roças e paragens das Minas passaram não só a contribuir para o sustento de seus povoados, mas também a escoar parte da produção agropecuária para lugares cada vez mais longínquos, o que iniciaria a gestação de um promissor mercado de abastecimento mineiro, que se desenvolveria ao longo do século XVIII e principalmente no XIX.

A respeito da Capitania das Minas, dois momentos historiográficos distintos contribuíram para interpretações que procuraram reconstruir o cenário econômico mineiro entre os séculos XVIII e XIX. Nesse sentido, torna-se importante traçar um panorama sobre a trajetória da historiografia sobre Minas Gerais.

## **1.2 – A historiografia até a década de 1970.**

O final do século XIX trouxe à luz teorias que repercutiram sobre a intelectualidade no Brasil. A teoria do evolucionismo social, o positivismo, o naturalismo e o social-darwinismo começaram a ser difundidos nos trabalhos no país a partir daquele momento. No campo da pesquisa histórica, a contribuição de Capistrano de Abreu foi fundamental para a constituição da disciplina como um lócus de estudo, pautando-se por um método científico, um objeto e uma escritura próprios.

No caso que nos interessa, Capistrano de Abreu inauguraria uma percepção sobre a História do Brasil Colônia. Capistrano procurou chamar a atenção para a necessidade de um olhar voltado para o interior de nossa história, da sociedade colonial e de seu funcionamento. Representante de um grupo que procurava um método científico fundado na prova documental consistente e em procedimentos capazes de garantir objetividade por parte do

historiador, Capistrano buscava uma história da identidade nacional de um povo; de sua “brasilidade”.<sup>10</sup>

Especificamente para o caso de Minas Gerais, as pioneiras “Efemérides Mineiras” (1897) e a Revista do Arquivo Público Mineiro, sob a direção de Xavier da Veiga até 1900, buscavam um cuidado com a narração e a cronologia, não esquecendo o forte teor das ações políticas em seus textos. Da mesma forma, aquele início de século traria as contribuições de Diogo de Vasconcelos com a narrativa sobre Minas Gerais, desde sua formação fundamentada na erudição, no factual, no zelo com as fontes e com as memórias de seus pares.<sup>11</sup> O intuito dessas produções era a construção de uma identidade cultural estadual, de uma “mineiridade, de certa forma presumida necessária ao esforço político empreendido pelo estado para se impor na Federação”.<sup>12</sup>

Na primeira metade do século XX, surgiu uma concomitância de trabalhos que, por muito tempo, insistiram na percepção de uma decadência econômica para a Capitania das Minas, logo após o período do auge minerador. Não conseguiria nem mesmo vincular qualquer relação de uma produção voltada ao abastecimento e para a mercantilização, nem mesmo durante a ascensão da extração aurífera.

Foi somente a partir da década de 70, do mesmo século, que uma nova linha interpretativa passaria a vislumbrar um outro posicionamento econômico para a capitania. Amparado por uma nova metodologia e uma pesquisa massiva com as fontes, esse novo ramo historiográfico passou a criticar e a colocar à prova as velhas posições. Por isso, torna-se importante traçar a trajetória da historiografia sobre Minas Gerais para alinhá-la, mais tarde, com o objeto de estudo em questão nessa pesquisa.

O século XX assistiu, já em suas primeiras décadas, um processo quase que heróico de alguns estudiosos que se aventuraram em trazer uma sistematização e orientação metodológica ao trabalho de pesquisa histórica no Brasil. O passado de nosso país seria revisitado a partir de um contato mais direto com as fontes, que receberiam maior atenção e seriam cada vez melhor aproveitadas pelos pesquisadores.

---

<sup>10</sup> ABREU, João Capistrano de. *Ensaio e estudos (crítica e História)*. 4ª série. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976; ABREU, João Capistrano de. *Capítulos de História Colonial; 1500-1800*. 6ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976

<sup>11</sup> VASCONCELOS, Diogo. op. cit. [a primeira edição é de 1904]; VASCONCELOS, Diogo. *Limites entre São Paulo e Minas Gerais*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1910; VASCONCELOS, Diogo. *História média de Minas Gerais*. 3ª ed. Belo Horizonte: Itatiaia, 1974. [a primeira edição é de 1918]. Essas obras estão disponíveis para consulta, em microfimes, no Arquivo Público Mineiro. Angelo Carrara faz uma boa síntese desse período historiográfico, na obra: CARRARA, Angelo. op. cit. pp.13-16.

<sup>12</sup> CARRARA, Angelo. op. cit. p.15.

Os anos 30 desse século viram surgir no plano intelectual, em meio a grandes inquietações na vida política e social do país, várias obras de caráter histórico, que tinham em comum a preocupação de repensar as tradicionais explicações sobre a sociedade brasileira e seu passado.

Para esta linha interpretativa, grosso modo, a ausência de um produto dominante entre os ciclos do ouro e do café em Minas marcaria um momento de decadência e estagnação da economia. Acreditavam esses pesquisadores que qualquer vínculo entre exportação e escravidão após a queda da produção aurífera, ao fim do século XVIII, seria impossível, já que Minas não teve capacidade de reverter a crise do ouro e se manter com outro tipo de produção, que gerasse riquezas para a capitania e que mantivesse um mercado de produção interna.

Em 1937, Roberto Simonsen apresentaria em sua obra, “História Econômica do Brasil”, a noção de que a economia brasileira teria sofrido uma sucessão de “ciclos”, cujos elementos produtivos teriam sido o açúcar, a mineração e o café. Para o autor, a decadência do ouro em Minas deixou a capitania em pleno declínio produtivo, já que na estrutura colonial brasileira somente uma produção baseada na exportação poderia realizar lucros. Sendo assim, Simonsen desconsiderou qualquer possibilidade das produções agropecuárias, por exemplo, de gerar desenvolvimento econômico significativo e afirmou a existência de um vazio produtivo entre os ciclos do ouro e do café:

Cessada a mineração, mergulhou o Centro-Sul na sua primeira grande crise por falta de uma produção rica e exportável, numa organização social em que o atraso de seus habitantes, a falta de aparelhamentos técnicos e a alta proporção da população escrava não permitiam um comércio interno suficientemente rico para o seu progresso.<sup>13</sup>

Tempos depois, uma nova percepção da econômica colonial surgiria com Caio Prado Junior. Segundo Ângelo Carrara, os estudos de Caio Prado e Celso Furtado se distanciariam de Simonsen, contudo sem anular as idéias de ciclos, mas dando um novo “sentido” a elas.<sup>14</sup> Ou seja, “Caio Prado substituiu o primeiro plano ocupado pelos ciclos econômicos de Roberto Simonsen pelo sentido da colonização”<sup>15</sup>

---

<sup>13</sup> SIMONSEN, Roberto. *História Econômica do Brasil*. 7ª ed. São Paulo: Ed. Nacional; Brasília:INL, 1977. p.294.

<sup>14</sup> CARRARA, Angelo. op.cit. p. 16.

<sup>15</sup> Idem.

Em a “Formação do Brasil Contemporâneo”, Prado considerou importante entender o fim do século XVIII e a primeira metade do século XIX, como um momento crucial para se compreender o Brasil contemporâneo e caracterizar o que foi o período colonial.<sup>16</sup>

Nessa mesma obra, Caio Prado apresentou um panorama estrutural acerca da economia colonial brasileira, interligando um “sentido histórico”, a uma produção de excedentes voltada para o mercado externo e aos interesses metropolitanos. Prado revisitou e se afastou da historiografia anterior, intitulada por Ângelo Carrara como historiografia “tradicional-oficial-acontecimental”.<sup>17</sup>

Para Caio Prado, o passado colonial se mantinha vivo nas características fundamentais da vida social e econômica do Brasil contemporâneo e por isso a história desse país seria como um prolongamento das histórias mundiais do capitalismo.

Em convergência com as ideias de Caio Prado, Celso Furtado confirmou a proposição da decadência da economia colonial mineira após a crise aurífera, afirmando que mesmo durante o ciclo do ouro, nenhuma outra atividade econômica foi permanente e significativa. Celso Furtado traça um modelo para a economia escravista, caracterizado como um sistema totalmente voltado para os mercados externos, estando seu ritmo e funcionamento subordinado aos mesmos.<sup>18</sup>

Tanto Caio Prado, quanto Celso Furtado, influenciados pela noção de ciclos, defendem a subordinação da produção ao capital mercantil metropolitano e que as conjunturas externas são sempre determinantes sobre a produção brasileira. Sendo assim, não faz sentido para ambos os autores a existência de uma atividade econômica que, voltada ao mercado interno, pudesse gerar alguma rentabilidade. Por isso, se prossegue a percepção de uma decadência econômica mineira no período pós-auge minerador.

Uma nova retomada das noções de Caio Prado em seu “sentido da colonização” foi apresentada por Fernando Novais, nos anos 70. Novais propôs estudar as estruturas coloniais a partir do conceito de “Antigo Sistema Colonial”<sup>19</sup>, que se constituiria no conjunto de relações entre metrópole e colônia. De acordo com o autor, as colônias são inseridas no capitalismo comercial, desde sua formação, através do “exclusivismo colonial”, já que a metrópole se apropria de todo o excedente produzido nas colônias, não possibilitando o

---

<sup>16</sup> PRADO JUNIOR, Caio. op.cit.

<sup>17</sup> CARRARA, Angelo. op. cit. p.16.

<sup>18</sup> FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. 15ª ed. São Paulo: Ed. Nacional, 1977.

<sup>19</sup> Esse conceito, criado por Fernando Novais, veio a ratificar em sua tese “Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial”, as idéias de Caio Prado Júnior acerca do “sentido mercantil da colonização”, em que a colônia estava enquadrada na lógica de ser uma economia complementar aos interesses metropolitanos. Ver: VAINFAS, Ronaldo. *Dicionário do Brasil colonial (1500-1808)*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001. pp.46-48

acúmulo interno e nem uma autonomia dos agentes coloniais envolvidos nesse mercado em preservar parte dessas riquezas em suas próprias terras.<sup>20</sup>

Para essa historiografia, o Antigo Sistema Colonial era a representação máxima das vontades do “pacto colonial”, ou seja, os interesses externos, acerca da produtividade colonial, eram realizados independentemente dos interesses internos comerciais. Entende-se disso, uma sociedade em que o mercado interno não possui uma trajetória própria de atuação, sendo ele reduzidíssimo e dependente das variáveis externas, não tendo autonomia. Para Novais, o sistema escravista fazia parte de uma produção voltada para o mercado externo. Sendo assim, os não proprietários de escravos, ou os que possuíam uma escravaria familiar, estariam à margem do sistema colonial.

Essa historiografia, liderada por Caio Prado Junior e Celso Furtado, processou uma visão de estagnação sobre a economia colonial mineira para o período pós-auge minerador. A partir de então, inúmeros trabalhos engrossariam essa perspectiva trazendo um tom de pessimismo sobre a economia colonial de Minas Gerais. As conclusões a que chegaram são de que durante e depois do ciclo do ouro nenhum outro tipo de atividade voltada para o mercado teria se desenvolvido em Minas, com ressalvas para uma insignificante agricultura de subsistência. A decadência da mineração seria rápida e causaria um “vazio” produtivo na economia mineira até que o café surgisse como um produto para mercantilização.

Celso Furtado afirmaria que com a decadência, houve um processo de dispersão da população pelas zonas rurais e uma involução das atividades de subsistência com uma insignificante monetarização. Esse tom pessimista e desastroso pode ser verificado nas prerrogativas de Furtado, quando afirma que “em nenhuma parte do continente americano houve um caso de involução tão rápida e tão completa de um sistema econômico constituído por população principalmente de origem européia”.<sup>21</sup>

Com poucas prerrogativas otimistas sobre Minas Gerais, o próprio Caio Prado ensaiava atribuir certo destaque para determinadas produções agropecuárias ao sul da capitania, vinculadas a mercantilização, nos fins do século XVIII e no início do XIX. Contudo, isso não passaria de um breve comentário.<sup>22</sup>

Mesmo sem romper com essa linha interpretativa, Mafalda Zemella, no início dos anos 50, prenunciaria comentários em relação à economia do abastecimento em Minas que somente as pesquisas posteriores aperfeiçoariam e potencializariam esse ramo, distanciando-o

---

<sup>20</sup> NOVAIS, Fernando. *Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)*. São Paulo: HUCITEC, 1983.

<sup>21</sup> FURTADO, Celso. op. cit. p.86.

<sup>22</sup> PRADO JUNIOR, Caio. op. cit. pp.69-74.

cada vez mais dos pressupostos da possível “decadência” mineira. Embasada em expressiva pesquisa documental, a autora passou a apontar certos aspectos da economia mineira, que iriam muito além da extração mineral.

Por mais que sua obra não se desvinculasse de um posicionamento econômico sobre a colônia totalmente extrovertido e de uma mercantilização interna insignificante, sua pesquisa despertaria em pensamentos inquietos e insatisfeitos reações cada vez mais contrárias quanto a esse olhar inflexível sobre a economia mineira, durante os séculos XVIII e XIX.

Segundo Zemella, no período do auge minerador, a produção voltada para o mercado interno não conseguiria concorrer com a produção destinada ao mercado externo. As regiões mineiras ainda careciam de produtos de subsistência e esses, muitas vezes, vinham de fora. Essa produção básica para o consumo da população só encontrou um espaço maior na economia mineira, a partir da crise da mineração, em que a região entrou numa fase de estagnação econômica:

A decadência do ouro foi à causa principal do desvio de atividade dos habitantes das Gerais da indústria extrativa para a pecuária, para as manufaturas e para a lavoura. (...) ao lado da decadência do minério aurífero, outros fatores concorreram para impelir os mineiros à prática da agricultura: a alta dos preços dos gêneros; o menor dispêndio de ferramentas; o menor desgaste de escravos; a economia da pólvora e a maior segurança de rendimento.<sup>23</sup>

A afirmativa da “decadência” tomou conta dos principais meios acadêmicos durante décadas. Estava conclamado para Minas Gerais, a partir da crise da mineração, um sombrio momento de declínio, estagnação e involução econômica. Essa imagem da decadência já era contada em relatos desde o século XIX e esse olhar sobre a capitania perpassaria para as gerações futuras de estudiosos. Essas considerações sobre a economia mineira partem de um raciocínio generalizado, que não consegue perceber a congregação, em uma mesma capitania, de múltiplos espaços regionais, que reuniu múltiplas unidades produtivas, possivelmente vinculadas a uma atividade diversificada, dirigida não só ao autoconsumo, mas também a mercantilização.

---

<sup>23</sup> ZEMELLA, Mafalda. op. cit. pp.215-217.

### 1.3 - Minas no contexto do mercado interno: a historiografia revisitada.

A descoberta do ouro no centro da futura capitania provocou rapidamente o povoamento daquela região aurífera. Massas populacionais vindas de todas as partes da colônia e também da metrópole se aglomeravam nos caminhos que levavam até a região, na expectativa de verem reluzir o ouro descoberto. Em pouco tempo, povoados foram se formando em meio aos vales, nas margens de rios e nas encostas das montanhas.

À medida que as catas de ouro foram ficando mais frequentes, os povoados provisórios que se formaram ao longo dos caminhos que levavam até a região central das Minas, cheios de bandeirantes e aventureiros, passaram a se tornar permanentes. Os núcleos urbanos começaram a se formar e um complexo mercantil garantiria a sobrevivência desses espaços cercados de unidades produtivas rurais, que contribuíam na manutenção das necessidades dos arraiais:

(...) a emergência dos núcleos urbanos mineiros coloniais esta associada à exploração mineratória que se praticou naquela área, na virada do século XVII para o XVIII. Surgindo espontaneamente, eles crescem pelo adensamento e pelo sentimento de solidariedade da população adventícia, cobiçosa de riqueza fácil e rápida. Se a atividade explorativa esteve na origem, não significa dizer que tivesse lugar necessário no interior desses aglomerados e nem que fosse condição ou garantia de sobrevivência para eles.<sup>24</sup>

Vimos que a historiografia, principalmente até a década de 70, depositava na mineração a credibilidade de ter sido a única atividade capaz de promover a economia mineira, até que o esgotamento das minas prenunciasse o seu fim. A partir de então, a economia de Minas Gerais se acometeria de profunda decadência, num intervalo que durou até o advento do “ciclo do café”, já no século XIX. Subestimar as outras formas de produção era decorrente dessa visão interpretativa, que não percebeu a diversidade produtiva que passaria a se delinear na formação daquele espaço econômico.

De fato, no princípio da colonização da região, a carestia de alimentos e de demais produtos para a sobrevivência da população foi visível, entretanto, com o tempo, essa mesma região se viu servida por unidades produtivas especializadas nas atividades da agropecuária e da manufatura. Redes comerciais eram formadas entre o centro minerador e as demais regiões, criando assim um circuito mercantil. Por isso, “cresciam estes núcleos demográficos com a prosperidade das minas próximas. Neles se estabeleciam os ranchos de tropas, as

---

<sup>24</sup> BOSCHI, Caio. *Nem tudo o que reluz vem do ouro...* In: SZMRECSÁNYI, Tamás (org.). *História Econômica do período colonial*. São Paulo. Hucitec/EDUSP/Imprensa Oficial, 2002. pp.58-59

vendas e os armazéns de secos e molhados, os açougues, as lojas e as oficinas de ferreiro, canteiro, carpinteiro e armeiro, celeiro e outros misteres indispensáveis ao meneio das minas e às construções urbanas.”<sup>25</sup>

Como afirma Laird Bergad, a produção de alimentos não se desenvolveu simplesmente por conta da necessidade explícita de sobrevivência, mas também para se aproveitar das impressionantes oportunidades comerciais que passaram a surgir devido aos elevados preços dessas mercadorias nas zonas mineradoras.<sup>26</sup> A grande procura por produtos de abastecimento estava também, intrinsecamente, ligado ao crescimento vertiginoso da população na capitania ao longo do século XVIII.

Como também afirma Paul Singer, seria comum a existência de produções de subsistência nas zonas de mineração. O autor divide a produção de subsistência em duas partes: uma destinada ao autoconsumo e a outra parte voltada para a mercantilização, sendo essa última responsável pela sustentação da mineração. Segundo Jose F. Graziano da Silva, no início da ocupação da região mineradora, uma pequena estrutura agrária sustentava as primeiras populações. Com o tempo, fazendas especializadas na produção voltada para o abastecimento foram sendo criadas para, junto com as pequenas unidades produtivas já existentes, poderem abastecer todo um mercado consumidor que se criava naquela região e em todo o circuito que levava até aquelas minas.<sup>27</sup>

Seria somente no século XIX que a província mineira se tornaria o grande centro abastecedor da região centro-sul, com uma produção altamente diversificada e voltada para o mercado interno. Contudo, ao contrário do que a historiografia até então afirmava, essa característica da economia mineira começou a se formar nas primeiras décadas do século XVIII. A produção rural não se destinava somente ao abastecimento da região mineradora, mas também ao atendimento de um circuito comercial que se formava nos caminhos que ligavam aquela região com as praças do Rio de Janeiro e da Bahia. E diversos comerciantes traziam dessas praças produtos de todos os gêneros que complementavam o consumo mineiro, como os artigos de luxo:

---

<sup>25</sup> CARVALHO, Daniel de. *Formação histórica das Minas Gerais*. In: Primeiro seminário de estudos mineiros. Belo Horizonte: UFMG, 1975. p.18.

<sup>26</sup> BERGAD, Lair. *Escravidão e História Econômica*. Demografia de Minas Gerais. 1720-1888. Bauru: EDUSC, 2004. p.51.

<sup>27</sup> SINGER, Paul. *Desenvolvimento e crise*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977. p.204; SILVA, J. F. Graziano. *Estrutura agrária e produção de subsistência na agricultura brasileira*. São Paulo: Hucitec, 1978.p.25. Apud: CHAVES, Claudia Maria das Graças. *Perfeitos Negociantes. Mercadores das Minas Setecentistas*. São Paulo: Annablume, 1999. pp. 36-37.

Temos portanto, uma atividade agrícola constante durante todo o século XVIII, a qual passou por transformações qualitativas e quantitativas após o declínio da mineração, a tal ponto que somente depois deste período passou a ser considerada pela historiografia. Seria impossível pensar que a capitania mineira tivesse sido abastecida pelas capitanias vizinhas até o momento em que a mineração entrou em declínio, e que a partir daí houvesse surgido uma agricultura capaz de reverter este processo. Ou seja, que tivesse existido uma agricultura que abastecesse não só a própria capitania, mas também os seus antigos centros abastecedores como Rio de Janeiro e São Paulo.<sup>28</sup>

A urbanização é o traço marcante desses novos núcleos populacionais que foram surgindo em função da mineração. Da mesma forma, acompanhou o crescimento da diversidade das atividades e a hegemonia das atividades urbanas.<sup>29</sup> A demanda urbana por produtos de diferentes gêneros contribuiu para o desenvolvimento da economia regional em seus diversos aspectos, desde a produção rural até os produtos importados que chegavam a região mineradora.

O que se veria em Minas Gerais, a partir do século XVIII, seria então a existência de múltiplos espaços econômicos em que a produção mineradora não convivia isolada da produção de outros gêneros. As unidades produtivas mineiras consorciavam, muitas vezes, várias atividades, como a agrícola, a pecuária e até mesmo a mineradora. Foi possível assim, ao longo do auge da extração mineral, que a produção para o abastecimento criasse condições de atuação sólida diante do produto chefe da economia mineira naquele período. Nem toda a capitania se beneficiaria da produção do ouro e diversas regiões buscariam na vocação agropastoril um caminho para o seu desenvolvimento econômico.

Nesse sentido, cabe-nos adentrar em outro tempo historiográfico que buscaria resgatar o funcionamento da estrutura econômica colonial brasileira e que não somente se concentrasse na produção voltada ao mercado externo.<sup>30</sup> Não desconsiderando os fenômenos externos que se impunham sobre a sociedade colonial, a partir dos anos 70 surgiu uma nova proposta que procurou compreender as estruturas econômicas que privilegiassem a formação de um mercado interno.

Nas pesquisas dessa historiografia, a colônia ganharia destaque e passaria a ser objeto específico de análise, ganhando vida própria. A partir de então, inaugurou-se uma contraposição à perspectiva desenvolvida por Caio Prado, tratando logo em alterar o “sentido

---

<sup>28</sup> CHAVES, Claudia. op. cit. p.37.

<sup>29</sup> Uma boa apresentação sobre a urbanização em Minas no setecentos, ver: PAULA, João Antônio. *O processo de urbanização nas Américas no século XVIII*. In: SZMRECSÁNYI, Tamás (org.). *História Econômica do período colonial*. São Paulo. Hucitec/EDUSP/Imprensa Oficial, 2002. p.89.

<sup>30</sup> Vale ressaltar que mesmo diante de uma apresentação historiográfica bastante conhecida, entendemos a necessidade de voltarmos a ela, para encaminharmos ao nosso objeto de estudo e as pesquisas mais recentes pleiteadas por nós e os estudos voltados à região da freguesia de Itajubá.

da colonização”, até então vigente, e recolocar uma nova posição acerca da sociedade colonial.

Surgiu assim, na década de 70, uma reação historiográfica que teve em Ciro Cardoso e Jacob Gorender grandes expoentes. Contra o modelo aplicativo proposto por Fernando Novais, Ciro Cardoso critica a prerrogativa da transferência de excedentes da colônia para a metrópole, ou melhor dizendo, a maneira como essa lógica de estudo havia sido imposta até então.

Sem desconsiderar, a relação de dependência que o mundo colonial da América Latina tinha com suas metrópoles, Ciro, contudo, afirma que não se pode ocultar que essas sociedades coloniais possuíam também uma lógica de funcionamento própria e não só suas vinculações com o mercado externo. Assim, enfatiza Cardoso que “sem analisar as estruturas internas das colônias em si mesmas, na sua maneira de funcionar, o quadro fica incompleto, insatisfatório.”<sup>31</sup>

Ciro Cardoso critica a ênfase dada à extração do excedente, à colonização como um serviço da acumulação primitiva do capital - que omitem uma percepção das estruturas internas que compunham aquela sociedade - e à existência de uma produção mercantil extrovertida com a presença de mercados internos reduzidos. Com essa perspectiva, Ciro Cardoso apresentou o conceito de “modo de produção escravista” para se caracterizar a sociedade colonial. Esse conceito permitia entender a estrutura agrária colonial, tendo dois setores produtivos interligados: o setor agro-exportador e um setor de produção camponesa subordinado ao primeiro, em que também estava envolvida a mão-de-obra escrava.<sup>32</sup>

Ainda em relação ao conceito de “modo de produção escravista colonial”, Jacob Gorender, alinhando-se com as ideias de Ciro Cardoso, iria propor uma economia política do sistema escravista, em que tentou definir as leis de funcionamento desse modo de produção.<sup>33</sup> Mesmo diante da discordância que cercaria os trabalhos desses autores - quanto à questão da “brecha camponesa”, em referência a uma eventual economia camponesa do escravo - Cardoso e Gorender procuraram apresentar uma análise da colônia no desenvolvimento de seus aspectos estruturais internos e isso marcaria toda uma vertente historiográfica inovadora no Brasil e inclusive para a historiografia acerca de Minas Gerais.

---

<sup>31</sup> CARDOSO, Ciro. *As concepções acerca do “sistema econômico mundial” e do “antigo sistema colonial”*: a preocupação obsessiva com a “extração do excedente”. In: LAPA, José Roberto do Amaral (org.). *Modos de produção e realidade brasileira*. Petrópolis: Vozes, 1980. p.110.

<sup>32</sup> Uma boa apresentação do autor sobre essa questão, ver em: CARDOSO, Ciro. *Escravidão e dinâmica da população escrava nas Américas*. Estudos Econômicos. São Paulo, XIII, n.1, 1983.

<sup>33</sup> GORENDER, Jacob. *O escravismo colonial*. 4ª ed. São Paulo: Ática, 1985. pp.163-64.

A partir daquele momento, vários trabalhos seriam apresentados, procurando abordar a lógica do funcionamento interno da sociedade colonial e a presença do mercado interno como fator de expressividade na economia agrária brasileira. Esses trabalhos faziam parte de uma reformulação sofrida nas pesquisas no Brasil, principalmente, com a criação de núcleos de pós-graduação em História no país, que trouxeram o aperfeiçoamento de técnicas teórico-metodológicas e a influência da historiografia francesa e norte-americana, que vieram alavancar os rumos da pesquisa sobre o espaço brasileiro.<sup>34</sup>

No âmbito da historiografia sobre Minas Gerais, Kenneth Maxwell, em trabalho pioneiro, criticou a proposição da decadência mineira no pós-auge aurífero, utilizando dados baseados em fontes demográficas, de arrecadação de dízimos e de arrecadação dos direitos de entradas de mercadorias na capitania. Para o autor, a crise da mineração atingiria sim a economia mineira, mas não representaria o seu fim.<sup>35</sup>

Baseado na documentação pesquisada, Maxwell afirmou que a economia mineira era “elástica” o suficiente para suportar a crise da mineração e, a partir de então, ter na agropecuária um setor em crescimento. Além disso, essa mesma economia seria capaz de manter um efetivo e lucrativo comércio com outras capitanias, como o Rio de Janeiro, e manter os níveis de arrecadação dos dízimos.<sup>36</sup>

A problemática da questão da decadência da economia mineira sofreria intensas oposições a partir daquele momento e Maria Yedda Linhares apresentaria uma série de questionamentos, chamando a atenção dos pesquisadores para a abordagem da temática do mercado interno:

A decadência está aí presente, sem dúvida. É óbvio que houve esgotamento dos veios. Terá sido ela súbita e inexorável como nos afirmam os economistas? Ou terá sido ela matizada e diferenciada pelos “bons e maus frutos” cujas sementes a economia mineradora plantou? Em outras palavras, a decadência teria sido tão inexorável e definitiva no Sul de Minas como no Nordeste da Capitania? Como

---

<sup>34</sup> Devemos destacar a relevância desses autores que apresentariam seus trabalhos naquele momento: LINHARES, Maria Yedda. *História do Abastecimento; uma problemática em questão (1530-1918)*. Brasília: Binagri, 1979; MATTOSO, Kátia. *Bahia: a cidade de Salvador e seu mercado no século XIX*. São Paulo: Hucitec, 1978; LENHARO, Alcir. *As tropas da moderação: o abastecimento da corte na formação política do Brasil:1808-1842*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes. Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração, 1993. FRAGOSO, João. *Sistemas agrários em Paraíba do Sul (1850-1920)*...

<sup>35</sup> MAXWELL, Kenneth. *A devassa da devassa: a Inconfidência Mineira: Brasil-Portugal, 1750-1808*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

<sup>36</sup> Idem.

poderemos sabê-lo, enquanto nos faltarem pesquisas básicas mais pormenorizadas.”<sup>37</sup>

Outro pioneiro na análise da importância do mercado interno foi Alcir Lenharo, que apontou para a existência de um consolidado mercado, principalmente pecuarista, no sul de Minas para a Corte e a relação desse circuito com a formação de uma elite política mineira com influência na política nacional recente. A projeção política desses agentes se daria à medida que seus negócios se desenvolviam em todos esses circuitos mercantis, em uma região favorável à diversificação da economia interna. Nesse sentido, Lenharo define esse dinâmico mercado sul mineiro como drenador de gêneros de abastecimento do centro-sul.<sup>38</sup>

Na contramão desse novo viés historiográfico, alguns autores naquele momento continuariam a compartilhar da essência do “sentido da colonização” e subestimariam a participação da mercantilização interna em Minas Gerais. Para Wilson Cano, a agricultura na região mineradora não seria capaz de gerar um “complexo econômico” devido ao seu baixo potencial de acumulação. Continuaria a enfatizar a excessiva drenagem do excedente da mineração para o exterior, não tendo a região capacidade para reter parte significativa dessa lucratividade.<sup>39</sup>

Laura de Mello e Souza, apesar de desenvolver um trabalho inovador em que procura mostrar a diferenciação social na sociedade mineira a partir da distribuição da riqueza oriunda da mineração, não rompe com a perspectiva da dicotomia colônia/metrópole contidas nos estudos anteriores. A desclassificação social era entendida como parte do processo de exploração colonial e dos interesses externos metropolitanos e dentro da lógica do capitalismo mundial que era regido de acordo com os interesses dos centros econômicos europeus. Com a crise na mineração, a economia em Minas em fins do século XVIII estaria legada também ao fracasso, já que não havia desenvolvido nenhuma outra atividade produtiva de mercado.<sup>40</sup>

O descrédito com a atividade agropastoril rentável para Minas Gerais no século XVIII, sempre foi levado a sério pela linha interpretativa a partir de Caio Prado. Entretanto, alguns historiadores partiram para apresentar conclusões que provariam a importância dessa atividade nas Minas setecentistas.

---

<sup>37</sup> LINHARES, Maria Yedda. “O Brasil no século XVIII e a idade do ouro: a propósito da problemática da decadência.” Seminário sobre cultura mineira no período colonial. Belo Horizonte: Conselho Estadual de Cultura de Minas Gerais, 1979. p. 162.

<sup>38</sup> LENHARO, Alcir. op.cit.

<sup>39</sup> CANO, Wilson. *Raízes da concentração industrial em São Paulo*. 2ªed. São Paulo: T. A Quieros, 1983.p.17.

<sup>40</sup> SOUZA, Laura de Mello e. *Desclassificados do ouro*. A pobreza mineira no século XVIII. 3ªed. Rio de Janeiro: Graal, 1990.p.61[a primeira edição é de 1982].

Carlos Magno Guimarães e Liana Reis, em artigo publicado na Revista do Departamento de História da UFMG, procuraram demonstrar, a partir da análise de cartas de sesmarias concedidas até 1750, o quanto a atividade agropastoril veio somar nas propriedades mineradoras, contribuindo para o desempenho dessas unidades. Dessa forma, eles iriam colocar à prova as teses que afirmariam que o caráter mercantil da agricultura só se daria com a decadência da mineração. Ao contrário, a atividade mercantil da agricultura já estava presente durante o período de crescimento da empresa mineradora e contribuiu também para o seu desenvolvimento.<sup>41</sup>

Fica claro nessa contribuição de Guimarães e Reis o quanto até então havia falhado a historiografia a partir do “sentido da colonização”, por não perceber que para a realização da montagem do “pacto colonial” e a sobreposição dos interesses metropolitanos, era necessário que no espaço colonial houvesse toda uma estrutura capaz de dar condições de funcionamento para a produção voltada ao mercado externo. Ou seja: no caso de Minas Gerais, para que o trabalho da mineração pudesse ser realizado naquelas zonas, todo um complexo produtivo e mercantil deveria ter sido criado para dar suporte e sobrevivência a aquela estrutura produtiva e para toda aquela sociedade. Tais estudos deixaram evidente que a produção do ouro só seria possível se todo um complexo de outras atividades participasse da montagem daquele sistema produtivo.

Além disso, Guimarães e Reis apontariam para a relevância da utilização da mão-de-obra escrava no setor de subsistência, envolvida nessa produção mesmo durante os períodos de auge da mineração. Isso demonstrava também que a alegação da infertilidade do solo na região mineradora, não podia ser levada a sério para toda a territorialidade. Mesmo diante de uma geografia não muito propícia para a lavoura, a agricultura que se desenvolveu naquela região se adaptou ao local e também esteve consorciada com a exploração das lavras e até mesmo com outras atividades. Tudo isso agregado em uma mesma unidade produtiva, característica que se tornaria típica das unidades produtivas mineiras.

Douglas Libby reiterou a agricultura mercantil de subsistência como base da economia mineira, já no século XVIII, e se consolidando a partir da crise da mineração. Para este período, Libby utiliza o conceito de “acomodação evolutiva” para explicar a rearticulação que a economia mineira se colocaria. Uma rearticulação em que a diversificação das atividades, a

---

<sup>41</sup> GUIMARAES, Carlos Magno & REIS, Liana Maria. *Agricultura e escravidão em Minas Gerais (1700-1750)*. Revista do Departamento de História. Belo Horizonte: UFMG, v.1, n.2, pp.7-36, jun.1986.

agricultura de subsistência e o desenvolvimento de uma indústria significaram uma reação à crise.<sup>42</sup>

Em relação à considerável presença da mão-de-obra escrava envolvida em produções, não voltada para as atividades exportadoras, Roberto Borges Martins e Amílcar Martins apresentaram, no início da década de 80, considerações importantes que colocariam em xeque as proposições que a historiografia manteve até a década de 70. Roberto Martins afirmaria que o sistema escravista em Minas Gerais no século XIX foi o maior de todos os demais períodos da história do Brasil, justamente em um momento em que a produção aurífera já não era mais a principal atividade econômica da província. Além disso, o autor constatou que este expressivo contingente cativo em Minas sofrera considerável aumento durante todo o século.<sup>43</sup>

Nesse sentido, para uma economia estagnada com o declínio da mineração, pensar numa expressiva quantidade de cativos, ou melhor, o maior contingente de todas as demais províncias do Brasil, no século XIX, seria concluir então que havia uma relação contraditória à teoria da decadência econômica. Roberto Martins e Martins Filho afirmariam que aqueles cativos não eram remanescentes das áreas decadentes das extrações de ouro, mas frutos de aquisições recentes. Dessa forma, era de se supor que esse sistema escravista estaria então vinculado não a uma produção voltada para a exportação, mas sim para uma estrutura produtiva ligada a subsistência. As conclusões partiam então para se compreender Minas Gerais como grande importadora de escravos, mesmo após o fim do período do auge minerador.<sup>44</sup>

Os trabalhos dos Martins aqueceriam um profícuo debate na historiografia com diversos outros pesquisadores, na tentativa sempre de esclarecer a instigante questão de como Minas poderia ter o maior contingente cativo do Brasil no século XIX, possuindo uma produção voltada para a subsistência, como afirmava os Martins e outros. Francisco Vidal Luna e Wilson Cano questionariam se com a baixa rentabilidade desse tipo de produção de subsistência, os proprietários poderiam investir em importação de escravos. Luna e Cano apostariam na hipótese de que esse contingente crescente de escravos em Minas Gerais era

---

<sup>42</sup> LIBBY, Douglas. *Transformação e trabalho em uma economia escravista*. Minas Gerais no século XIX. São Paulo: Brasiliense, 1988.

<sup>43</sup> MARTINS, Roberto Borges. *Growing in silence: the slave economy of nineteenth-century Minas Gerais (Brazil)*. Nashvill, Vanderbilt Universit, 1980; MARTINS, R. B. "Minas Gerais, século XIX: tráfico e apego à escravidão numa economia não-exportadora". *Estudos Econômicos*.13(1), jan.-abr., 1983; MARTINS, Roberto. *A economia escravista de Minas Gerais no século XIX*. Belo Horizonte: CEDEPLAR, UFMG, 1980.; MARTINS FILHO, Amílcar & MARTINS, R. B. "Slavery in a non-export econom: nineteenth-century Minas Gerais revisited". *Hispanic American Historical Review*. 63(3),1983.

<sup>44</sup> Idem.

resultado de uma reprodução natural no interior da própria província e não consequência de uma importação de africanos.<sup>45</sup>

Contudo, o estudo que mais suscitou um debate sobre essas questões apresentadas pelos Martins foi o trabalho de Robert Slenes, contestando alguns aspectos desses estudos. Slenes não aceitou a hipótese do caráter não-mercantil atribuído a produção mineira oitocentista. O autor afirmou que só era possível para a província possuir o maior contingente escravo se Minas Gerais estivesse ligada aos circuitos comerciais externos, principalmente, aos mercados que ligavam a produção mineira à Corte, no Rio de Janeiro e às regiões cafeeiras de São Paulo. Para Slenes, só os efeitos multiplicadores da economia do mercado interno em Minas Gerais seriam capazes de abastecer a província com tão expressivo número de escravos.<sup>46</sup>

A partir deste debate, outros trabalhos foram surgindo procurando sempre contribuir para demonstrar o significativo mercado interno desenvolvido em Minas Gerais, no decorrer do século XVIII, e a diversidade econômica mineira. Nesse sentido, os trabalhos de João Fragoso e Manolo Florentino foram essenciais por terem optado claramente pela busca de uma lógica interna da economia colonial. No início da década de 1980, João Fragoso desempenhou um trabalho de fôlego com a pesquisa acerca de Paraíba do Sul, no vale do Paraíba Fluminense, que se tornaria o primeiro de uma série de trabalhos do autor que serviriam como referências importantes para a pesquisa no país em relação a esse tema.<sup>47</sup>

Em outro importante trabalho, João Fragoso pôde desvendar o universo mercantil na Praça do Rio de Janeiro, nos séculos XVII, XVIII e XIX. Neste trabalho, o autor constatou que os ritmos socioeconômicos da colônia não poderiam ser determinados pelas conjunturas internacionais. Embasado em forte pesquisa documental, Fragoso apresentou uma estrutura mercantil que se caracterizava por suas acumulações endógenas através do mercado interno e a presença de uma elite mercantil que ganhava cada vez mais espaço naquela sociedade.<sup>48</sup>

Nesse sentido, a capitania não podia mais ser entendida simplesmente por um arquétipo de “plantation”, muito menos por ser resumida a “grandes senhores e escravos”. De acordo com dados populacionais de 1819, Minas Gerais possuía 632 mil habitantes, sendo 168.500 escravos, o que fazia da capitania a maior no número de cativos do Brasil, com

---

<sup>45</sup> LUNA, Francisco Vidal & CANO, Wilson. *Economia escravista em Minas Gerais*. Cadernos IFCH-UNICAMP. N.10, 1983 p.7.

<sup>46</sup> SLENES, Robert. *Os múltiplos de porcos e diamantes: a economia escravista de Minas Gerais no século XIX*. Cadernos IFCH-UNICAMP. n.17,1985.

<sup>47</sup> FRAGOSO, João. op.cit.

<sup>48</sup> FRAGOSO, João. *Homens de grossa ventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro.1790-1830*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

15,2% do total de sua escravaria. Um período em que se percebe que grande parte desses cativos estava concentrada na produção destinada ao abastecimento e na consolidação de um complexo mercantil.<sup>49</sup>

Em trabalho de parceria, João Fragoso e Manolo Florentino aliaram suas pesquisas para aprofundar seus estudos sobre as praças mercantis no Rio de Janeiro, de uma sociedade agrária e mercantil, nos fins do século XVIII para o XIX. Os autores elaboraram conclusões pertinentes a respeito de um enriquecimento dessas camadas, acompanhado de uma demarcada hierarquização social de caráter arcaico, em que “a elite mercantil, por sua vez, viu-se marcada por aquilo que chamaria ideal aristocrático, que consistia em transformar a acumulação gerada na circulação de bens em terras, homens e sobrados. Constituíam-se assim, uma economia colonial tardia, arcaica por estar fundada na contínua reconstrução da hierarquia excludente”.<sup>50</sup>

Essa percepção da sociedade colonial vem ao encontro de alguns trabalhos que procuram adotar a lógica do funcionamento do mercado interno também na economia mineira. Interligado a essas questões é fundamental dialogar com uma historiografia que procure agregar os percursos historiográficos de ambos os lados do Atlântico, a partir das desmistificações de percepções acerca da excessiva dependência com a metrópole e da renovação quanto ao entendimento de “Antigo Regime” aplicado no Império Português.<sup>51</sup>

Sendo assim, fica evidente a grande contribuição que esses trabalhos oferecem para os temas de recorte regional, já que puderam constatar percepções mais amplas sobre a sociedade colonial em contextos de caráter microscópicos. Em relação a Minas Gerais, esse tipo de abordagem metodológica tem servido como referencial para as recentes pesquisas sobre os diversos espaços mineiros.

Nesse sentido, o trabalho regional desenvolvido por Carla Almeida acerca das unidades produtivas na região de Mariana no período de 1770-1850 serviu como grande contribuição para refutar a suposta decadência e estagnação da economia mineira após o período de auge minerador. A partir de uma massiva pesquisa documental em inventários post-mortem, a autora pôde evidenciar as alterações sofridas nas unidades produtivas, que

---

<sup>49</sup> Ibidem. p.123. Segundo o autor, esses dados demográficos constam em: Brasil, Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Estatísticas históricas do Brasil. Rio de Janeiro, IBGE, 1986. p.30.

<sup>50</sup> FRAGOSO, João & MANOLO, Florentino. *O arcaísmo como projeto*. Mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil em uma economia colonial tardia. Rio de Janeiro, c.1790-c.1840. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. p.21.

<sup>51</sup> Serve-nos como grande referencial a tentativa de alinhamento entre as historiografias brasileira e lusa, a obra: FRAGOSO, João, BICALHO, Maria Fernanda & GOUVÊA, Maria de Fátima (orgs.). *O Antigo Regime nos Trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

levaram a entender que tal declínio da mineração não provocou a desordem econômica denunciada pela historiografia até a década de 70.

Ao contrário, o que aconteceu com aquelas unidades produtivas foi um processo de reestruturação em que a produção de subsistência passou a ser o “carro-chefe” da economia mineira, a partir de tal declínio da produção aurífera. Em outro trabalho, Almeida procurou alinhar as análises da estrutura produtiva da Capitania das Minas (comarcas de Ouro Preto e Rio das Mortes) com o padrão de hierarquização social que se estabeleceu naquela sociedade, a partir da investigação da composição das elites locais e seus envolvimento com todo o complexo mercantil interno.<sup>52</sup>

Cláudia Chaves também ofereceu grande contribuição ao ratificar a complexidade econômica existente em Minas Gerais desde o auge minerador, ao estudar a agricultura e o comércio da capitania e sua dinâmica do abastecimento em suas vilas e arraiais:

A característica peculiar da capitania, de economia profundamente monetizada, possibilitou o surgimento de uma formação econômica e social, que garantia os investimentos no setor de produção.(...) Em primeiro lugar, a crise da mineração, longe de representar o declínio das atividades econômicas de Minas Gerais, poderia ser considerada como o início de uma nova etapa. Estas atividades passaram por modificações no sentido de se voltarem mais para o desenvolvimento da produção interna. Isto poderá ser demonstrado pelas transformações na atividade comercial. Em segundo, as modificações sofridas pela atividade comercial em Minas tendem à maior estabilização econômica e social e não ao declínio, pois os fatores que concorreram para tais modificações desvincularam o comércio da mineração. Daí, se pode concluir que a crise da mineração não resultou obrigatoriamente na crise econômica e comercial.<sup>53</sup>

Outro importante trabalho referencial foi o de Angelo Carrara, ao apresentar conceitos e uma análise abrangente sobre a estrutura produtiva mineira, em discordância com a ideia da decadência. Carrara defende uma percepção da capitania que compreenda que os espaços mineiros são múltiplos, diversificados e com ritmos próprios, sendo por isso necessário o estudo particularizado de cada região, cada “lugar ou paragem”. Através de estudos acerca dos movimentos dos preços, da colocação do mercado interno e de uma fronteira em movimento a economia mineira colonial ganha amplitude e complexidade e não pode ser estudada em “adjetivos generalizantes”.<sup>54</sup>

---

<sup>52</sup> ALMEIDA, Carla. *Alterações nas unidades produtivas mineiras: Mariana – 1750-1850*. Dissertação de mestrado. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 1994; ALMEIDA, Carla. *Homens ricos, homens bons: produção e hierarquização social em Minas colonial:1750-1822*. Tese de doutorado. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2001.

<sup>53</sup> CHAVES, Cláudia. op.cit. p.43.

<sup>54</sup> CARRARA, Angelo. op. cit.

Desta forma, procuramos traçar um panorama de alguns trabalhos e autores que ficaram marcados na historiografia por suas contribuições, principalmente, para a historiografia sobre Minas Gerais, no período abarcado. No decorrer do capítulo e dos demais, procuraremos dialogar com outros autores e pesquisas recentes acerca do sul mineiro.

Ressaltamos que as escolhas feitas nessa apresentação não esgotam a discussão sobre a temática proposta, muito menos essa foi nossa intenção. Os autores e os trabalhos que foram apresentados nesse diálogo com a historiografia também são norteadores e estarão presentes no decorrer de nosso estudo. Acreditamos com isso ter sido possível apreender questões acerca da lógica e funcionamento da sociedade colonial e da economia mercantil de subsistência que serão fulcrais para o desenvolvimento dessa pesquisa.

#### **1.4 – Itajubá: a trajetória de uma freguesia.**

Com o sucesso da descoberta de ouro na região central da futura Capitania de Minas Gerais, no final do século XVII, um grande contingente de pessoas se aventurou a desbravar a região, até então pouco povoada e explorada em quase toda sua territorialidade. Em pouco tempo, vários povoados foram surgindo entre as minas e as encostas dos rios e toda essa movimentação e transformação naquela área chamou a atenção do Império Português. Era visível a satisfação da Coroa Portuguesa pelas descobertas do eldorado na colônia, contudo também era preocupante a maneira como se daria o controle administrativo e fiscal da região por parte do império.

Como afirmou Charles Boxer, as autoridades coloniais viam aquela corrida desenfreada pelo ouro com “sentimentos mesclados”, o que também se manifestou na Coroa Portuguesa e no Conselho Ultramarino. Era visível o entusiasmo pela descoberta do ouro por partes daqueles homens, mas também havia a preocupação com o trânsito desse metal, que poderia nem chegar a Portugal e ser extraviado para outros estados. Apesar desses alertas, a situação naquela região aurífera extrapolava esse motivo e criava outras sérias preocupações a serem resolvidas pela administração colonial ao longo do processo de colonização das Minas.<sup>55</sup>

---

<sup>55</sup> BOXER, Charles. op. cit. p.66.



ocupação já no princípio do século XVIII, ao sul da comarca do Rio das Mortes. A freguesia de Itajubá pertencia a uma região que hoje é definida imprecisamente como o “sul de Minas”. Percebemos que cabe nesse momento nos dedicarmos a uma contextualização mais detalhada dessa região sul mineira, por ser uma localidade de grande relevância para todo debate apresentado até aqui acerca da economia colonial mineira, principalmente após o auge minerador. Trata-se de uma área da comarca do Rio das Mortes que se destacaria fortemente na produção diversificada, com potencialidades ao mercado interno de abastecimento.

Em 1874, o “Almanach Sul Mineiro” apresentava as comarcas do Rio Verde (com sede em Campanha), Jaguary, Sapucahy, Cabo Verde, Baependy, Três Pontas, Jacuhy e Itajubá, que naquele ano faziam parte do que o autor chamava de o “sul de Minas”. O que vem nos mostrar que essa denominação àquela região já era utilizada, pelo menos naquele período dos oitocentos. Nesse mesmo almanaque era comentado sobre a separação e a formação da província de “Minas do sul”, devido às reivindicações administrativas que aqueles moradores queriam para a região.<sup>57</sup>

Quando afirmamos que a freguesia de Itajubá se localizava em uma região conhecida hoje imprecisamente como o “sul de Minas”, estamos nos baseando nas ponderações feitas acerca da formação do espaço territorial mineiro. Essas definições de “espaço” e “território” são importantes no sentido de entendermos as limitações de se precisar uma região da qual cabe o objeto a ser estudado.

Nesse sentido, a noção de região adotada nesse trabalho pretende se aproximar das reflexões propostas por alguns autores. Ciro Cardoso foi o primeiro a corroborar nessa pesquisa, quando passamos a entender como “sul de Minas”, uma região que pode ser definida “operacionalmente de acordo com certas variáveis e hipóteses, sem pretender que a opção adotada seja a única maneira correta de recortar o espaço e de definir blocos regionais”.<sup>58</sup>

Sendo assim, a noção de “região” transcende as delimitações geográficas e as subdivisões jurídico-administrativas das comarcas e parte para uma realidade mais complexa, que engloba outros fatores, como o fator mercantil que rompia com as barreiras do que se considerava como sul mineiro. Assim, as freguesias do “sul de Minas” estavam interligadas com um complexo econômico mais dinâmico e sem fronteiras, que estava além da Capitania de Minas Gerais, estabelecendo uma ligação com outras capitanias, como a do Rio de Janeiro,

---

<sup>57</sup> VEIGA, Bernardo Saturnino (org.). *Almanach sul-mineiro para 1874*. Campanha: Tipographia do Monitor Sul-mineiro, 1874. pp.22-23.

<sup>58</sup> CARDOSO, Ciro. *Agricultura, escravidão e capitalismo*. Petrópolis: Vozes, 1979. p.73.

São Paulo e o sul da colônia, principalmente nos oitocentos. Dessa forma, pensamos que o termo “região” precisa ser bem analisado, quando empregado para áreas consideradas como o “sul mineiro” daquele período.

A formação do espaço mineiro teve nos traços da economia mineradora seu contorno. Contudo, o território mineiro não pode ser visto como algo homogêneo ou simplesmente resumido na formação espacial surgida na região mineradora central. Essa opção de leitura do território mineiro setecentista, a partir do espaço das “vilas do ouro” foi trabalhada em recente artigo de Alexandre Mendes Cunha e Marcelo Magalhães Godoy, resultado de trabalhos anteriores dos próprios autores.<sup>59</sup>

Para esses autores, a definição do espaço para Minas, a partir do século XVIII, deve ser buscada não levando em consideração somente os limites administrativos das comarcas, mas sim recuperando as especificidades espaciais da realidade econômica de cada região do território mineiro:

No intervalo de um século, o espaço da capitania se transformaria com grande velocidade, produzindo não só redesenhos internos de sua economia e estrutura demográfica, como mais contundentemente, promovendo, a partir do impulso do ouro, a primeira articulação macro-regional do território brasileiro. No que diz respeito especificamente a sua dinâmica interna, e aos efeitos diretos das estruturas econômicas e demográficas na produção do espaço, o que se verifica é um gradual processo de diferenciação regional no mapa da capitania, em que são especialmente importantes aí os ritmos diferentes dos processos de diversificação das atividades produtivas e dos eixos de comércio, sobrepondo por vezes no mesmo período movimentos de desenvolvimento e retração de alguns setores da economia. Estas coordenadas vão introduzindo o que na passagem do Dezoito para o Dezenove poderia ser tomado como um “redesenho” do espaço em Minas, particularmente no que diz respeito às relações entre o urbano e o rural.<sup>60</sup>

Os autores assim nos alertam que as transformações ocorridas no espaço suscitadas pelos caminhos da economia mineira, ao longo do século XVIII para o XIX, podem ter ocorrido ainda no dezoito, quando se verifica uma progressiva “regionalização” do território mineiro a partir da diferenciação e especialização das atividades econômicas. Esclarecem Cunha e Godoy que se trata de uma montagem da organização espacial orientado pelas

<sup>59</sup> CUNHA, Alexandre Mendes & GODOY, Marcelo Magalhães. *O espaço das Minas Gerais: processo de diferenciação econômico-regional e regionalização nos séculos XVIII e XIX*. Anais do V Congresso Brasileiro de História Econômica e 6ª Conferência Internacional de História de Empresas. Caxambu, 2003. [www.abphe.org.br/congresso2003/textos/abphe\\_2003\\_07.pdf](http://www.abphe.org.br/congresso2003/textos/abphe_2003_07.pdf). Capturado em: 10/10/2006. Outros trabalhos dos autores que apresentam as noções de espaço: CUNHA, Alexandre Mendes. “Vila Rica – São João del Rey: as transformações no urbano das vilas do ouro entre o século XVIII e o XIX.” In: Anais do Encontro Nacional da ANPUR: ética, planejamento e construção democrática do espaço – Rio de Janeiro, ANPUR e IPPUR/UFRJ, maio/junho, 2001; CUNHA, Alexandre Mendes. “A triade urbana: construção coletiva do espaço. Cultura e economia na passagem do século XVIII para o XIX em Minas Gerais”. In: Anais do IX Seminário sobre a economia mineira – Diamantina, Belo Horizonte, CEDEPLAR/UFMG, 2000.

<sup>60</sup> Ibidem. p.02.

especificidades produtivas locais e os arranjos das rotas de comércio que articula. O que se propõe para o território mineiro, a partir do século XVIII, é a noção de “espaços econômicos” distintos.<sup>61</sup>

Os autores procuram assim ressaltar a importância de se relevar os aspectos da economia mineira naquele período como contribuidora da percepção dos espaços territoriais que se formam, além de salientar que o panorama econômico diversificado que se tem do oitocentos mineiro, só poderia ser fruto de um processo de estruturação que já estava em curso desde o século anterior.<sup>62</sup>

Destacam que no século XVIII, a economia mineira se pautou na centralidade da mineração, que serviu de estímulo ao processo de diversificação econômica que se formaria no território. A extração do ouro estaria diretamente ligada à construção do urbano, do adensamento populacional, da presença administrativa da Coroa Portuguesa na região, como também da presença de diversas outras atividades que dão suporte à principal atividade mineira do setecentos.

E dessa percepção espacial do território mineiro setecentista é que se poderá compreender as transformações que se sucederam na passagem para o século XIX e todo o seu decorrer:

Buscar o adequado ritmo da diferenciação territorial das Minas ao longo do Dezoito é, portanto, um exercício sobremaneira útil no sentido de tomar o espaço em seu próprio tempo, ou ainda, de dar ao tempo sua adequada configuração espacial. O que especialmente se tem em conta é que o conjunto do território vai sendo produzido a partir da força integradora da economia da mineração, a partir de uma progressiva incorporação de espaços de formação distinta, diferenciados a partir de suas especificidades físico-geográficas e do curso de suas formações econômico-sociais. Isto, porém não esgota a história na medida em que o refluxo da economia do ouro provoca um rearranjo dos eixos de integração a partir das novas áreas dinâmicas da economia e da influencia dos territórios vizinhos, produzindo assim o quadro de forças que ao longo do Dezenove recortaria o desenho hoje conhecido de Minas Gerais.<sup>63</sup>

O conceito “espaço econômico” foi muito bem apresentado por Angelo Carrara em sua tese de doutorado, quando o autor se remete a história passada em solo latino-americano, através das pesquisas que, na década de 1970, começaram a se centrar na perspectiva da lógica do funcionamento interno das colônias, principalmente com a crise da mineração em Potosí. Uma tentativa de alguns autores latino-americanos de procurar compreender os efeitos

---

<sup>61</sup> Ibidem. pp.04-05.

<sup>62</sup> Idem.

<sup>63</sup> Ibidem. pp.05-06.

que a extração mineral teria também provocado no espaço colonial andino e não só no mercado mundial.<sup>64</sup>

Carlos Sempat Assadourian ao procurar recuperar um processo histórico colonial andino, caracterizaria aquela região como “un vasto espacio económico donde estaban integrados, a través de una notable división geográfica de la producción mercantil, diversos territorios que - siglos más tarde – terminarían convirtiéndose em los estados nacionales de Bolívia, Peru, Ecuador, Chile, Argentina y Paraguay.”<sup>65</sup>

Para Carrara, não teria sido possível compreender a economia agrária de Minas sem a compreensão do conceito de “espaço econômico”. Dessa forma, o autor aplica o conceito para o território mineiro, pensando este como o espaço onde se forma o mercado, onde se dá a circulação de mercadorias, articulado a uma rede mercantil em que “se o mercado é um conjunto de relações mercantis, o espaço econômico é a expressão geográfica do mercado.”<sup>66</sup>

Este espaço obedeceria então a circulação desse mercado e não se restringiria a divisões políticas, administrativas, eclesiásticas ou fiscais. Com isso, o autor compreende que a economia de Minas Gerais era formada pelo conjunto dos “modos de produção escravista e familiar”, em que processos econômicos diversos dariam origem a diversas articulações econômicas regionais. As regiões mineiras coexistiam com possíveis diferenciações na construção da circulação de bens.<sup>67</sup>

Carrara nos apresenta duas oportunas percepções geográficas para compreender melhor a formatação territorial que Minas Gerais passaria a ganhar a partir do século XVIII: as “minas” e os “sertões”. As primeiras definições para “sertões” eram atribuídas aos navegadores portugueses ao se referirem às terras que faziam do interior, que se opunham ao litoral brasileiro. Com o avançar do século XVIII, os “sertões” em Minas Gerais passaram a ser conhecidos como as terras ao norte do território, até as fronteiras com a Bahia, em que a pecuária teria um dos cenários.<sup>68</sup>

Já as “minas” seriam a região da descoberta de ouro e todo seu entorno, a partir da formação dos primeiros povoados e do crescimento populacional, compreendendo uma extensa e diversificada área da capitania, como por exemplo, a vila de São João del Rei e toda a sua porção ao sul, que já no setecentos consorciaria a agropecuária. Essa diversidade

---

<sup>64</sup> CARRARA, Angelo. op. cit. pp.54-59. Utilizei as considerações feitas pelo autor em sua obra já publicada e não diretamente em sua tese de doutorado.

<sup>65</sup> ASSADOURIAN, Carlos Sempat. *El sistema de la economía colonial*. México: Editorial Nueva Imagen, 1983. p.15.

<sup>66</sup> CARRARA, Angelo. op cit. p.56.

<sup>67</sup> Idem.

<sup>68</sup> Ibidem. pp.40-52.

dos espaços mineiros marcaria, a partir do século XVIII, as distinções geográficas coloniais na capitania.<sup>69</sup>

Além disso, outras duas formas de se caracterizar aquelas terras seria utilizar os termos de “campos” e “matos”. A região ao sul da capitania seria conhecida como “campos”, por sua conformação como entrada para os bandeirantes até a região central das minas, mas também como configuração desses lugares da mineração e da formação de um complexo agropecuário.<sup>70</sup> Complexo esse que ligava o sul mineiro desde o século XVIII e, principalmente no século XIX, a uma área produtiva de abastecimento que extrapolava os limites geográficos da região e que a incluía numa rede produtiva mais ampla, envolvendo outras capitanias, cuja produção estava voltada para o mercado interno, sobretudo para atender a praça mercantil do Rio de Janeiro.<sup>71</sup>

Utilizando desses termos para descrever o espaço colonial mineiro, a partir do dezoito, Alexandre Cunha e Marcelo Godoy afirmam que essa diversidade de espaços geográfica em Minas Gerais se traduz na diferenciação produtiva e na transformação socioeconômica do espaço na capitania. Com a formação dos núcleos demográficos, os elementos da paisagem natural, como rios, vegetação, relevo, e outros vão se tornando categorias distintas da percepção daquele espaço.<sup>72</sup>

Assim, antes do século XVIII, todo o território mineiro era “sertão”, até que houvesse a descoberta do ouro e a conseqüente ocupação daquelas áreas auríferas. Com o avanço da ocupação por áreas diversas do território mineiro, o “sertão”, caracterizado como o desconhecido, passa a dar lugar aos “currais”, onde se expande a pecuária e os “campos”, onde a vocação agrícola contribuiria para a formação de um mercado de abastecimento que se formaria a partir de então, principalmente naquele momento, para alimentar a região das “minas”.<sup>73</sup>

Ao abordar as questões acerca da comarca do Rio das Mortes, Afonso de Alencastro também alertou para os cuidados que se deve tomar com a noção de região, já que essa é difícil de ser precisada. Tal como os autores acima, Alencastro considera que a paisagem geográfica dá conta de parte da caracterização do recorte regional estudado, já que este recorte resulta da inter-relação entre o homem e a natureza. Para o autor, a noção de região “é sempre uma construção histórica e mutável, que extrapola as delimitações geográficas e se relaciona

---

<sup>69</sup> Idem.

<sup>70</sup> Idem.

<sup>71</sup> FRAGOSO, João. *Homens de grossa aventura*. Acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro 1790-1830. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998. p.144.

<sup>72</sup> CUNHA, Alexandre & GODOY, Marcelo. op. cit. p.10.

<sup>73</sup> Idem.

também com as características produtivas, a circulação econômica dos bens e capitais, a mobilidade dos homens, as identidades culturais, a jurisdição do poder religioso, político e administrativo, em geral não coincidentes.”<sup>74</sup>

De posse de todas essas considerações acerca dos conceitos sobre espaços e regiões que formaram o território mineiro, percebemos o quão pode ser complexo categorizar nosso recorte espacial como parte de uma região intitulada o “sul de Minas”. Contudo, será essa denominação que iremos adotar quando formos nos referir a esse “espaço econômico” em questão.

O sul de Minas setecentista estava sob a jurisdição da comarca do Rio das Mortes. Afonso de Alencastro afirma que o espaço jurídico-administrativo de Minas Gerais, durante o século XIX, sofreu várias alterações em sua geografia administrativa, o que pode gerar confusões em relação às repartições de seus termos, distritos e comarcas. Isso fez parte da política administrativa imposta sobre a capitania que durante esse século sofreu desmembramentos, reagrupamento, supressão e reinstalação de distritos, vilas e comarcas.

Segundo Afonso de Alencastro as próprias autoridades da capitania, muitas vezes, não tinham o controle do total de distritos existentes em Minas. Porém, esses transtornos administrativos poderiam ser justificados por conta do crescimento econômico-demográfico dos povoados ou mesmo a dificuldade operacional de comunicação entre as jurisdições e as sedes da comarca:

A Comarca do Rio das Mortes abrangia uma extensa área, de relevo diversificado. No início do século XIX, compreendia ao sudeste, parte da Zona da Mata e a região do Paraibuna; de Simão Pereira, Juiz de Fora até Barbacena. Ao noroeste, vilas como a de Formiga e Piumhy, ligadas a região do Alto São Francisco. Ao norte, localidades, como a vila de Queluz, estavam mais próximas da capital Vila Rica do que da sede da comarca, a vila de São João del Rei.<sup>75</sup>

A sede da comarca era a vila de São João del Rei; centro do distrito eleitoral. De acordo com os inúmeros desmembramentos e reorganizações que a comarca iria passar, em 1833, a resolução do Conselho da Província retirou os termos de Barbacena e Baependi, formando juntamente com o termo de Pomba, a comarca do Paraibuna. Os municípios de Campanha, Itajubá, Pouso Alegre e Jacuí formariam a comarca do Sapucaí e o termo de Queluz foi anexado a comarca de Ouro Preto. Essas reformulações jurídico-administrativas na comarca do Rio das Mortes durariam até a primeira metade do século XIX, quando essa

---

<sup>74</sup> GRAÇA FILHO, Afonso. op.cit. p. 22.

<sup>75</sup> Ibidem. p.23.

comarca se reduziria ainda mais, dando origem a comarca de São João del Rei e a comarca de Tiradentes.<sup>76</sup>

A comarca do Rio das Mortes teve por vocação produtiva as atividades voltadas para o abastecimento. Destacaram-se as produções da agropecuária; que poderiam estar consorciadas a outras, como a manufatura e até a extração mineral, por mais que essa última atividade não tenha sido o forte da região; com poucas exceções, com algum destaque para a produção aurífera em Baependi.

Segundo Carla Almeida, ao investigar a produção de alimentos e os circuitos mercantis, a comarca poderia ser caracterizada por unidades produtivas diversificadas, com uma produção agropecuária claramente mercantilizada, inclusive a partir do século XVIII.<sup>77</sup>

No final do setecentos, o desembargador José João Teixeira comentaria que a comarca do Rio das Mortes era “a mais vistosa, e a mais abundante de toda a Capitania em produção de grãos, hortaliças e frutos ordinários do País, de forma que além da própria sustentação, provê toda a Capitania de queijos, gados, carne de porco, etc.”<sup>78</sup>

Claudia Chaves afirma que a relação direta entre mercado interno e agricultura mercantil de subsistência em Minas Gerais com a comarca do Rio das Mortes é inevitável. Essa comarca seria a grande produtora de alimentos para a capitania e para as capitanias vizinhas, como o Rio de Janeiro e São Paulo. E essa aproximação teria estimulado ainda mais o comércio de exportação da agropecuária mineira. O clima ameno e as terras férteis foram fundamentais para se criar uma das maiores zonas de abastecimento da colônia.<sup>79</sup>

Adentrando pelo século XIX, esse mercado voltado para o abastecimento se expandiu ainda mais, abrindo um profícuo mercado consumidor aos produtos mineiros, principalmente a partir da chegada da Corte, em 1808. A presença da Coroa Portuguesa, no Rio de Janeiro, romperia com sanções comerciais, que impediam os avanços comerciais na colônia. Além disso, a população no Rio de Janeiro aumentou muito depois de 1808, o que criou grande expansão das transações mercantis entre a Corte e os produtores mineiros, “intensificando o já consolidado mercado urbano que estava em franco crescimento e ao mesmo tempo suprir os comerciantes, com produtos de exportação como algodão, o tabaco, e cada vez mais depois de 1820, o café.”<sup>80</sup>

<sup>76</sup> Idem.

<sup>77</sup> ALMEIDA, Carla. *Homens ricos, homens bons...*p.90.

<sup>78</sup> TEIXEIRA, José João. *Instrução para o governo da Capitania das Minas Gerais-1780*. Revista do Arquivo Público Mineiro, ano VIII, p.502.

<sup>79</sup> CHAVES, Cláudia. op. cit. p. 100.

<sup>80</sup> BERGAD, Laird. op. cit. p.78.

Fica claro então que a constituição de uma produção na região do sul de Minas, principalmente, baseada na agropecuária e voltada ao abastecimento, não dependia dos fatores externos à colônia que pudesse levar ao seu desmantelamento e nem do conseqüente declínio da produção aurífera. Na verdade, a possibilidade de abastecer o mercado do Rio de Janeiro trouxe condições de criar uma rede mercantil que beneficiava tanto o mercado carioca, quanto o mercado mineiro, que se rearticulava, a partir da segunda metade do século XVIII.

Especificamente nessa questão, o termo de Campanha, pertencente à comarca do Rio das Mortes despertaria, desde o setecentos, uma forte produção agropecuária. Esta localidade contribuiu para uma efetiva consolidação desse tipo de produção voltada ao mercado interno. Nosso objeto de estudo, a freguesia de Itajubá se inseria nos limites desse termo, que devido a pesquisas recentes, parece mesmo ter contribuído para uma frutífera vocação agropecuária da comarca do Rio das Mortes, mesmo antes do período da crise da mineração.

O termo de Campanha teve seu processo de ocupação iniciado por bandeirantes e aventureiros da Capitania de São Paulo que devassaram a região a procura de ouro desde o início do século XVIII, diante do sucesso da mineração na região central de Minas Gerais. O arraial da Campanha do Rio Verde de Santo Antônio era sede do termo e foi fundado no momento de desenfreada corrida por metais preciosos na capitania, com a descoberta naquela região das minas intituladas como, “as minas do Rio Verde”. Em 1737, acompanhado de uma expedição militar, o ouvidor Cipriano José da Rocha, da vila de São João del Rei, fundou o arraial e tomou posse da região.<sup>81</sup>

Os conflitos entre os homens da Capitania de São Paulo e da comarca do Rio das Mortes pela região não cessaram com a ocupação e jurisdição do termo por parte dos representantes legais de São João del Rei, que, aliás, se estenderam por todo o setecentos. O governo de São Paulo disputava o controle da região com a vila de São João del Rei, tanto que a Câmara municipal de São João del Rei teve que confirmar o auto de ocupação de posse da região em 1743. Segundo Marcos Andrade, o termo de Campanha era uma área estratégica, com acesso para o Rio de Janeiro e São Paulo, o que facilitava o extravio de ouro. Por conta disso, alguns julgados foram criados, inclusive o julgado de Itajubá, com o estabelecimento de um juiz ordinário com alçada no cível e criminal.<sup>82</sup>

---

<sup>81</sup> ANDRADE, Marcos Ferreira de. *Elites regionais e a formação do Estado Imperial brasileiro: Minas Gerais – Campanha da Princesa (1799-1850)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2008. p.28. Essa obra é resultado da pesquisa de doutorado do autor, cujo tema é “Família, fortuna e poder no Império do Brasil: Minas Gerais – Campanha da Princesa (1799-1850)”, defendida na Universidade Federal Fluminense, em 2005.

<sup>82</sup> *Ibidem*. p.21.

Esses conflitos na região ao sul da capitania foram constantes e se deram em vários povoados do termo, como também nas regiões de fronteira entre as capitanias. As disputas e exigências das autoridades por determinadas áreas eram registradas nos documentos administrativos, eclesiásticos e jurídicos entre a Capitania de São Paulo e Minas Gerais, como nos informa uma carta do governador de São Paulo ao ouvidor geral da comarca de São Paulo em relação às questões de disputas de terras ao sul do Rio Sapucaí, em 1746:

Remeto-a vossa mercê as cartas inclusas do Guarda-Mor do novo descoberto da Campanha de Sapucahy, e também a que me escreveo a Comarca do Rio das Mortes, nas quaes verá Vossa Mercê o que de parte a parte se tem passado, e a renitência desses homens das Geraes em que se introduzirem por esta comarca e capitania e pelo que vou vendo, se lhe não acudimos a cortar o passo, em pouco tempo chegarão a dizer, que também essa cidade[São Paulo] lhes pertence(...)<sup>83</sup>

Nesse fragmento, percebemos as tensões estabelecidas entre as autoridades para se concretizar as fronteiras e as posses das terras ocupadas. Diversos outros documentos pesquisados no Arquivo do Estado de São Paulo nos fornecem um panorama de como essas disputas se acirraram e foram frequentes durante grande parte do setecentos. A reivindicação da Capitania de São Paulo sempre se justificava por conta de terem sido aqueles homens os primeiros desbravadores da região ao sul da capitania. Ao mesmo tempo, as autoridades da comarca do Rio das Mortes iam ratificando as possessões e organizando todo um aparato administrativo e jurídico para assegurar aquele território.

Percebemos também na análise dessa documentação que as disputas pelas freguesias sul mineiras não se limitavam somente ao âmbito administrativo e jurídico, mas também ao campo religioso. Grande parte da região do sul de Minas, durante todo o século XVIII e até meados do século XIX, pertenceu ao Bispado de São Paulo, mesmo depois da criação do Bispado de Mariana, em 1745. É perceptível nas cartas enviadas entre o bispo de São Paulo e Mariana, a presença de assuntos ligados a disputas de terras e de administração desses bispados, nas freguesias que se referem ao sul de Minas.

Uma carta do Bispo de Mariana ao de São Paulo, em 1757, apresenta a questão:

(...) he certo que eu, e V. Ex<sup>a</sup>. queremos cada hum o que pertence a sua jurisdição a qual depende totalmente da Bulla da Divizao(...) que suponho V. Ex<sup>a</sup>. tem na sua mão como então bem eu tenho, a qual determina e declara se faça a tal divizao por aquel'a parte do Sapucahy no Eccleziastico pelos limites da divizão secular, nestes termos só a nós ambos pertence decidir esta matéria, evitando distúrbios temporaes e espirituais entre aquelles moradores(...) rezolvemos ambos esta matéria sem

<sup>83</sup> Carta do Governador de São Paulo ao ouvidor geral da Comarca de São Paulo, Dr. Domingos Luiz da Rocha, 1746. In: Documentos interessantes para a História e costumes de São Paulo. Divisas de SP e MG. São Paulo, Arquivo do Estado de São Paulo, 1896. Grifo nosso.

prejuízo das nossas jurisdições e daquelles moradores pertencentes a V. Ex.<sup>a</sup>. que nem hum palmo de terra pertencente a esse bispado pertença a este, e só desejo eficazmente que sempre fiquemos sem escrúpulo, e tenho por certo que V. Ex.<sup>a</sup>. quer o mesmo.<sup>84</sup>

Talvez isso possa revelar uma peculiaridade da região, que sob a jurisdição administrativa da comarca do Rio das Mortes, estava, no plano religioso, sob o protetorado do Bispado de São Paulo. De acordo com Caio Boschi, sabemos que os bispados tinham mais que a função de executar os sacramentos e cuidar da vida moral e espiritual dos colonos, servindo também para complementar a administração civil do Império Português.<sup>85</sup>

Por esse motivo, essa questão merece sofrer uma investigação mais apurada para se compreender como esse processo se deu para a região. Acreditamos que a documentação levantada no Arquivo do Estado de São Paulo possa ser um bom indício dessa presença do Bispado de São Paulo, convivendo com a administração jurídica da comarca do Rio das Mortes no sul de Minas.

Em relação à Campanha, depois de um ato político bem construído, os moradores do arraial ganharam a condição de vila das mãos do Príncipe Regente, futuro D. João VI, em homenagem a sua mulher, D. Carlota Joaquina, homenageada pelos moradores do termo, que teria como sede a vila de Campanha da Princesa, a partir do auto de criação de 1799. Em todo o período colonial foram criadas em Minas Gerais, 16 vilas e uma cidade apenas. De acordo com João Antonio de Paula, a ação da coroa portuguesa foi de conter a criação de vilas e cidades na capitania como uma forma de controlar o território, principalmente a região mineradora. A única cidade criada seria Mariana (1745), por ser sede do bispado.<sup>86</sup>

A concessão do título de vila aferia ao arraial de Campanha da Princesa um status para uma região que possuía grande destaque na economia colonial mineira, principalmente a partir do momento da crise aurífera.<sup>87</sup>

Em 1800, o termo foi demarcado, para definir os limites das vilas de Campanha da Princesa e São João del Rei. A princípio, o termo englobaria 10 freguesias (Lavras do Funil, Baependi, Pouso Alto, Santa Ana do Sapucaí, Camanducaia, Ouro Fino, Itajubá, Cabo Verde e Jacuí) e três julgados (Santana do Sapucaí, Itajubá e Jacuí). Mesmo com a concessão de vila, as disputas territoriais continuaram entre São João del Rei e Campanha pela posse das freguesias, principalmente para a vila de São João del Rei, que perderia parte de sua receita

<sup>84</sup> Carta do Bispo de Marianna ao de São Paulo, 1757. Documentos Interessantes da História e Costumes de São Paulo. Divisas de SP e MG. São Paulo: Arquivo do Estado de São Paulo, 1896. p. 189.

<sup>85</sup> BOSCHI, Caio. *Os leigos e o poder*. São Paulo: Ática, 1986.

<sup>86</sup> PAULA, João Antonio de. *Raízes da modernidade em Minas Gerais*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. p.37.

<sup>87</sup> ANDRADE, Marcos. op.cit. p.31.

com o comércio da região. Depois de muita discussão, a vila de Campanha resolveu atender a uma das reivindicações da vila de São João del Rei, que era a não inclusão da freguesia de Lavras do Funil.<sup>88</sup>

A vinda da família real portuguesa para a colônia não repercutiu somente no Rio de Janeiro. Exemplo disso é que, em pouco tempo, o termo de Campanha da Princesa se mobilizaria para contribuir no abastecimento da Corte. A câmara da vila de Campanha se prontificou ao enviar cabeças de gado, capados e outros gêneros alimentícios.<sup>89</sup>

Seguindo as inúmeras alterações e desmembramentos do território mineiro durante o século XIX, em 1815, a vila de Campanha da Princesa solicitou a criação de uma comarca na região, alegando motivos parecidos que há anos atrás a tinha feito se tornar vila. A distância da sede da comarca do Rio das Mortes seria o principal motivo que prejudicava o desenvolvimento administrativo e econômico da vila de Campanha da Princesa. Depois de algumas exclusões de freguesias e criação de novas vilas na região, que não aceitavam a jurisdição a Campanha da Princesa, a comarca do Rio das Mortes sofreu uma nova reestruturação geográfica administrativa, a partir da criação de uma nova comarca, com sede na vila de Campanha da Princesa, da qual a freguesia de Itajubá fez parte.<sup>90</sup>

Nesse momento, podemos assim apresentar uma contextualização sobre a freguesia de Itajubá baseada em trabalhos acadêmicos, em relatos de memorialistas e em diversas fontes analisadas no decorrer da pesquisa. Por uma série de fatores relevantes a serem discutidos em relação às pesquisas realizadas acerca do sul de Minas, a maioria das cidades dessa região encontra-se desprovida de arquivos ou de qualquer outro tipo de ambiente em que se possa desenvolver algum tipo de pesquisa com as fontes.

Os inventários post-mortem referentes à freguesia em estudo estão sob a guarda do Fórum Wenceslau Braz, da atual cidade de Itajubá e, a priori, tiveram que ser organizados e catalogadas por nós, para que pudesse estar em condições de pesquisa. Da mesma forma, outras localidades encontram-se em condições piores, o que impossibilita que muitas dessas documentações sejam pesquisadas e contribuam para preencher as inúmeras lacunas que ainda se tem em relação à história do sul mineiro.

O sucesso da descoberta das minas do ouro na região central da capitania, em fins do século XVII, abriu os caminhos que delineariam o futuro território mineiro. Desde o início do setecentos, os bandeirantes da capitania de São Paulo percorreram as regiões ao sul da

---

<sup>88</sup> Ibidem. p.29.

<sup>89</sup> Ibidem. p.32.

<sup>90</sup> Idem.



Geraldino Campista afirmou que foi Miguel Garcia, sobrinho do Capitão Manuel Garcia que, depois de voltar da região do Ribeirão do Carmo para a vila de Taubaté, teria subido a serra da Mantiqueira e aportado a uma paragem que primeiro denominou de “Caxambu”, mas que logo chamaria de Itajubá. A data parece imprecisa, mas o autor acredita que por volta de 1703 a 1705 tenha-se dado a formação das “minas do Itagybá”.<sup>93</sup>

A descoberta de ouro no arraial parece não ter se estendido por muitos anos, o que não correspondeu aos interesses dos que se dedicavam a mineração:

Os aventureiros que, depois de Miguel Garcia Velho, lá estiveram logo abandonaram aquelas minas. Os poucos habitantes do povoado, desde então, nem mais pensavam em ouro, já não dava pão e comida a ninguém, de tão raro que ficou. Os antigos faisqueiros se tornavam agricultores, e a gente nova que surgia, muito pouco, não chegava com menos interesse pela garimpagem. Só se cuidava, a partir de então, do plantio de cereais, do fabrico da rapadura, queijos, manteigas e da criação de aves, cabras, suínos, alguns porcos, ovelhas e gado alto.<sup>94</sup>

Entretanto, as jazidas de Itajubá eram citadas por alguns autores, como Mafalda Zemella, na tentativa de demonstrar que a mineração era também a intenção dos descobridores para aquele território mineiro. Isso demonstra que além da região central das minas do ouro, outras jazidas esparsas, com certa distância do núcleo minerador, produziram ouro por algum tempo, sem, contudo, ter o mesmo sucesso das outras. As demais minas citadas pela autora eram as minas do Rio Verde, as Minas Novas e as de Paracatu.<sup>95</sup>

Seriam os povoados do vale do Paraíba Paulista que, desde o princípio da ocupação nas minas do Itajubá, mantiveram contato com o arraial. Contudo o acesso entre a paragem do Itajubá com as povoações do vale era muito difícil. Até 1741, os dois únicos caminhos que levavam até as minas de Itajubá eram pela garganta do Embaú e a serra dos Marins, por onde havia entrado o Sargento-mor Miguel Garcia, e o caminho dos Campos de Capivari, aberto por Gaspar Vaz. A abertura pela serra da Mantiqueira foi uma nova alternativa, que encurtava a distância entre a vila de Taubaté, a freguesia de Guaratinguetá e a freguesia de N. Sra. da Piedade (atual Lorena-SP). O arraial estabelecia desde cedo relações mercantis com essa região paulista, enviando produtos agrícolas e recebendo cargueiros de sal, querosene e tecidos.<sup>96</sup>

Dessa forma, os primeiros moradores do arraial de Itajubá seriam de origem dessa região da Capitania de São Paulo e em breve seria construída a capela de N. Sra. da Soledade,

<sup>93</sup> CAMPISTA, Geraldino. *Itajubá – 1703-1832*. Memória histórica. Rio de Janeiro, s/d. p.446.

<sup>94</sup> GUIMARAES, Armelino. *História de Itajubá*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1987. p.57.

<sup>95</sup> ZEMELLA, Mafalda. op. cit. p.40 e p.53.

<sup>96</sup> PIMENTA, José. *História de Itajubá. 1819-1969*. Belo Horizonte: APM, s/d.

pertencente ao Bispado de São Paulo.<sup>97</sup> As dificuldades para as minas de Itajubá não se resumiam à distância e a falta de comunicação com a comarca do Rio das Mortes, mas também a exploração dos impostos, por parte da Coroa Portuguesa aos habitantes do arraial, por conta da fiscalização da extração do ouro. Segundo Geraldino Campista, o ouro extraído do arraial de Itajubá era de má qualidade, tendo sempre na permuta valor inferior, o que despertava a insatisfação do arraial que não conseguia pagar os impostos.<sup>98</sup>

Essa cobrança de impostos sobre a produção mineradora no arraial pode ser comprovada pelo documento expedido pela portaria, ordenando a Francisco de Godoy, que cobrasse os quintos de ouro das minas de Itajubá:

Por me constar, q' das minas de Itajubá, do districto desta Capp.<sup>nia</sup>, vierao, o Guarda mor e Escrivão dellas, com alguas pessoas, e q' trazendo todos ouro p.<sup>a</sup> o povoado não pagarão q.<sup>tos</sup> a S. Mag. Q' D.<sup>s</sup> q.' como herão obrigados. Ordeno a Francisco de Godoy de Almeida, escrivão do guarda mor das ditas minas q' se acha nesta cidade, assim q' se recolhe p.<sup>a</sup> a villa de Taubaté aonde he morador, cobre logo de todas as pessoas q' vierem das ditas minas os q.<sup>tos</sup> q' devem do ouro q' trouxerao, os quaes remeterá a esta cidade(...). São Paulo, 14 de fevereiro de 1724.<sup>99</sup>

Ainda no século XVIII, o arraial de Itajubá seria considerado oficialmente um julgado, “isto é, uma povoação sem pelourinho, nem privilégio de vila, mantendo justiça própria: um juiz ordinário, um tabelião, um alcaide e um meirinho”.<sup>100</sup> Essa informação pode ser confirmada através de uma carta de José António Freire de Andrada, governador das Minas Gerais, expondo os motivos para se nomear juiz ordinário e escrivão para as minas de Itajubá:

(...) he certo que nas ditas Minas do Itajubá se necessita muito da providencia que o seo dito ouvidor em por nela hum juiz ordinário e seu escrivam para conter aquelles povos na obediência das justiças de V. Mag.(...) em razão de não poder administrar pela grande distancia em que se achão aquellas minas(...) atendendo a representação que os habitantes daquelles pois havião feito da grande falta que tinham de quem lhe administrar as justiças para muita distancia em que se acharão aquellas minas das villas desta comarca(...) atendendo ao grande prejuízo de não haver cadeya,(...)<sup>101</sup>

<sup>97</sup> Idem.

<sup>98</sup> CAMPISTA, Geraldino. op.cit. p.456.

<sup>99</sup> Portaria ordenada a Francisco de Godoy que cobre os quintos de ouro das Minas de Itajubá. In: Documentos interessantes para a História e costumes de São Paulo. Índice XIII. São Paulo, Arquivo do Estado de São Paulo, 1896. p.449.

<sup>100</sup> GUIMARAES, Armelim. op.cit. p.41.

<sup>101</sup> Carta de José António Freire de Andrada, governador das Minas Gerais, expondo os motivos para se nomear juiz ordinário e escrivão para as minas de Itajubá, 1757. AHU – Com. Ultra.-Brasil/MG –AHU - 5826 Cx:71,Doc.:74.CD:21.

A formação de julgados e freguesias na região sul mineira demonstrava a necessidade das alterações jurídico-administrativas no termo de Campanha da Princesa, principalmente por conta da distância entre a região e a vila de São João del Rei, sede da comarca do Rio das Mortes. Também as criações de julgados e freguesias poderiam representar a expansão e o desenvolvimento econômico do termo, a partir do dezoito, através da produção diversificada voltada ao abastecimento. Como um julgado, o arraial de Itajubá atendia as funções jurídico-administrativas de outras localidades do termo de Campanha da Princesa, o que corrobora para demonstrar a importância da freguesia frente ao termo, já que era referência a outros povoados que estavam na região de fronteira entre as Capitanias de Minas e de São Paulo e que não podiam ser atendidos pela justiça da sede do termo, devido à distância geográfica.

As questões religiosas do arraial também seriam resolvidas com a criação do curato, para que o cumprimento das obrigações católicas não fosse mais tão dificultado, já que a população precisava descer até as freguesias do vale do Paraíba. Dessa forma, também o Bispado de São Paulo confirmava a posse da Igreja de N. Sra. da Soledade no arraial, o que marcava mais um território no sul mineiro para aquele bispado, em detrimento ao Bispado de Mariana:

(...) os moradores do Itajubá sempre forão súbditos no espiritual deste Bispado de S. Paulo, sendo seu parochio o que era da Freguesia da Piedade[Lorena], e que erigindo-se capella naquella povoação foi seu primeiro capellão curado o Rvdo. Antonio da Silveira, e depois se reduzio a dita capella a Freguesia dividindo-se da Piedade, sem que em tempo algum fossem aquelles moradores súbditos no espiritual, ao Bispado de Marianna, mas sim deste de S. Paulo, tanto assim que inda no secular forão pertencentes no seu princípio as justiças desta villa, e por omissão se vem hoje sujeitos as da dita Comarca de S.João del Rey os ditos povos da dita Freguesia de Itajubá(...)<sup>102</sup>

Em 1762, a capela curada foi elevada à condição de freguesia. O território da freguesia de Itajubá abrangia os atuais municípios de Itajubá, Cristina, São Sebastião da Pedra Branca, Santa Rita do Sapucaí e São Caetano da Vargem Grande ou vila Braz. A rápida escassez da extração aurífera, a geografia desprivilegiada no alto da serra da Mantiqueira e a dificuldade de acesso a outras localidades fizeram com que o padre responsável pela freguesia decidisse migrar com parte da população para o vale do Rio Sapucaí, perto daquela localidade. O Pe. Lourenço da Costa Moreira convenceu seus fieis das potencialidades da região ao vale do Rio Sapucaí, devido à pobreza em que se encontravam no alto da serra. Em 1819, começaram a migrar para a região do vale, formando o arraial de Boa Vista do Sapucaí.<sup>103</sup>

<sup>102</sup> Certidão de posse da Igreja de Itajubá –1766. Documentos interessantes para a História e costumes de São Paulo. Divisas de SP e MG. São Paulo: Arquivo do Estado de São Paulo, 1896. p.134. Grifo nosso.

<sup>103</sup> GUIMARÃES, Armelin. op.cit. p.46.

Segundo Armelino Guimarães, já existiam fazendas na região de Boa Vista do Sapucaí, doadas aos sesmeiros, mas nada parecido com a formação de um arraial. O Pe. Lourenço recebeu terras para a construção da igreja e para a infra-estrutura do novo povoado. Com a mudança de Pe. Lourenço e parte da população da freguesia de Itajubá, muitos outros moradores não aceitaram a transferência e durante anos marcaram vários conflitos com o novo arraial, principalmente pela perda do vigário, Pe. Lourenço, já que a freguesia se encontrava desprovida espiritualmente de um líder.<sup>104</sup>

As justificativas para o abandono da freguesia ficaram explícitas em vários documentos e a transferência da matriz seria autorizada pelo presidente da província de Minas Gerais, permitindo que só os paramentos necessários ficassem na freguesia.<sup>105</sup>

Os desentendimentos entre os dois povoados não cessaram e se arrastaram ao longo do dezenove. Entre 1828 e 1829, o vigário Pe. Lourenço reuniu o povo em procissão para o transporte da imagem de N. Sra. da Soledade e os paramentos para a nova igreja autorizada pelo presidente da província. Contudo, a procissão para a transferência dos paramentos religiosos foi surpreendida por um confronto com os moradores que não aceitavam a mudança. A solução encontrada foi a permanência da imagem na capela velha e a transferência dos paramentos para a nova igreja.<sup>106</sup>

O direito regencial de Feijó, de 14 de julho de 1832, transferia a sede da freguesia de Itajubá para Boa Vista do Sapucaí – onde a paróquia seria transladada para a nova igreja e o antigo povoado se tornaria curato até 1842, quando voltaria a se tornar freguesia (conhecido popularmente como Itajubá Velho ou Soledade do Itajubá). Essa transferência de sede da freguesia acentuaria ainda mais os desentendimentos entre o curato de Itajubá Velho e a freguesia de Boa Vista de Itajubá, o que se estenderia por anos, fazendo com que a vila de Campanha da Princesa organizasse os procedimentos para definir os limites da divisa entre as duas localidades.<sup>107</sup>

O Capitão Custódio Manoel Rodrigues, morador do curato de Itajubá Velho, procurou o juiz ordinário para reclamar do abandono e omissão do Pe. Lourenço da Costa, por conta de não realizar suas funções sacerdotais no curato de Itajubá Velho e por ter se transferido para o arraial de Boa Vista de Itajubá. Justificava o Pe. Lourenço que, “o mencionado lugar mais he

---

<sup>104</sup> Idem.

<sup>105</sup> Ofício do presidente da província de Minas Gerais, sobre a Igreja Matriz da Freguesia de Itajubá, 1832. Registro das Provisões e alvarás régios referentes à criação do Bispado de SP e ordens dos Ex.<sup>mo</sup> Bispos Diocesanos. 1746-1842. n.º39, índice n.º05, 163. Arquivo da Cúria Metropolitana de São Paulo. São Paulo.

<sup>106</sup> BARBOZA, Waldemar. *Dicionário Histórico Geográfico de Minas Gerais*. Belo Horizonte, Rio de Janeiro: Editora Itatiaia., 1995. p.159.

<sup>107</sup> Idem.

tam atrás e falta de comercio que se nam me acautellasse de louja de viveres para minha sustentaçam quando la existia sertamente peresseria pois não se axa para comprar dentro da povoaçam viveres para neste sustentaçam de huma família(...)"<sup>108</sup>

Dessa forma, a população da freguesia de Itajubá, que fora criada no alto da serra da Mantiqueira, divisa com a Capitania de São Paulo em função das catas de ouro, sofreu uma transferência para o vale do rio Sapucaí, aproveitando-se de uma nova condição geográfica para expandir uma outra estrutura produtiva para o desenvolvimento econômico da localidade. A freguesia Nova de Boa Vista do Itajubá se dedicaria principalmente à produção de gêneros alimentícios como feijão, arroz, milho, mandioca, cereais, rapadura, queijos, manteiga, aguardente, gado vacum e principalmente suíno.<sup>109</sup>

Afirmou Armelim Guimarães que esses produtos escoavam pelo rio Sapucaí para o comércio com as localidades vizinhas, como Pouso Alegre, Campanha, Baependi, Pouso Alto e outros pontos da província. Outros produtos vinham da Corte para a freguesia como fazendas, ferragens, louças, sal em lombos de burros<sup>110</sup> Cultivava-se também para o consumo local e exportação fumo, frutas e a pecuária em geral.<sup>111</sup>

Em 1848, seria criada a vila de Boa Vista de Itajubá, desmembrando-se da vila de Campanha da Princesa. Finalmente em 1862, a lei nº 1149, elevaria a vila à condição de cidade. Depois de pertencer a comarca do Sapucahy e a comarca do Jaguary, em 1872 foi criada a comarca de Itajubá, constituída pelos termos de Itajubá e São José do Paraíso. O município de Itajubá era constituído pela freguesia da cidade, a freguesia de N.Sra. da Soledade (atual cidade de Delfim Moreira), Santo Antonio do Pirangussú, São Caetano da Vargem Grande e Santa Rita da Boa Vista.<sup>112</sup>

Todo esse rearranjo jurídico-administrativo que a freguesia de Itajubá passou no século XIX vem a corroborar para o que Maria do Carmo Salazar Martins afirmou a respeito das mudanças político-administrativas que a província mineira viveu para esse período, o que, de forma dinâmica, ou melhor dizendo, “confusa”, reagrupava, desmembrava, suprimia e recriava frequentemente distritos, termos e comarcas.<sup>113</sup> No século XX, com a emancipação

<sup>108</sup> Divisa da freguesia Nova de Itajubá, doc.22. Documentos Diversos. Transcrição feita pelo Prof. José Humberto Barbosa. Centro de Estudos Campanhense Monsenhor Lefort. Campanha-MG.

<sup>109</sup> GUIMARÃES, Armelim. op.cit. p.93.

<sup>110</sup> Idem.

<sup>111</sup> CAMPISTA, Geraldino. op. cit. p.488.

<sup>112</sup> VEIGA, Bernardo Saturnino(org.). op.cit. p.282.

<sup>113</sup> MARTINS, Maria do Carmo Salazar. *Revisitando a província: comarcas, termos e distritos e população de Minas Gerais em 1833-35*. Anais do V Seminário sobre Economia Mineira. Diamantina: CEDEPLAR,1990. p.16.

de alguns distritos pertencentes à cidade de Itajubá, o antigo povoado, que deu origem à freguesia no início do setecentos, passou a se chamar Delfim Moreira.

Nesse sentido, percebemos que são claras as evidências de que a freguesia de Itajubá foi criada em um momento propício da economia mineradora, mas que como as demais localidades do sul mineiro, teve por vocação econômica uma produção diversificada, voltada para a subsistência desde muito cedo, já que as catas de ouro não foram tão ricas. Ademais, alguns trabalhos recentes dão indício da importante inclusão da freguesia de Itajubá nessa articulação mercantil, que se deu no sul mineiro desde o setecentos, ligando outras regiões de Minas Gerais até mesmo com regiões do Rio de Janeiro e de São Paulo.

Angelo Carrara se refere à freguesia de Itajubá como um importante registro de entrada e saída de mercadorias em um ponto estratégico de fronteira administrativa com a Capitania de São Paulo, que se ligavam como articulações regionais e que poderiam ultrapassar os limites de Minas. O fluxo mercantil de registros como o de Itajubá testemunharam a articulação precoce do sul e sudoeste de Minas Gerais como o norte de São Paulo. O registro importaria principalmente cachaça e sal que eram consumidos na freguesia e em localidades do termo e teria seus rendimentos aumentados a partir de 1774.<sup>114</sup>

Segundo Cristiano Restitutti, o trânsito mercantil na região sul mineira tinha em caminhos como o da recebedoria da freguesia de Itajubá uma rota que ligava aquela freguesia e a região do termo de Campanha da Princesa, para os caminhos do vale do Paraíba até a cidade de Parati, na província do Rio de Janeiro, por onde se exportavam suas produções.<sup>115</sup>

O “Almanach Sul Mineiro”, de 1874, apresentava a recebedoria de Itajubá como uma das mais importantes do sul de Minas. Mesmo diante de uma estrada de difícil acesso, a recebedoria foi considerada uma das principais vias de acesso e comunicação entre as províncias de São Paulo e Minas Gerais, e da região com a Corte. O mesmo almanaque traz dados em que a recebedoria de Itajubá era uma das maiores arrecadadoras da região.<sup>116</sup>

Encerramos assim o primeiro capítulo, acreditando ter sido importante o estudo preliminar do nosso objeto de pesquisa antes de começarmos a decorrer diretamente sobre a análise dos dados quantitativos de nosso principal banco documental – os inventários post-mortem para a freguesia de Itajubá, entre os anos de 1785 a 1850.

Acreditamos também que trabalhos regionais como o nosso possam contribuir para ratificar as considerações construídas acerca da potencialidade de acumulação proporcionada

---

<sup>114</sup> CARRARA, Angelo. op. cit. pp.115-116.

<sup>115</sup> RESTITUTTI, Cristiano. op.cit. pp.167-168.

<sup>116</sup> VEIGA, op.cit. p.47.

pelo setor de abastecimento para a comarca do Rio das Mortes e também para o termo de Campanha da Princesa, no decorrer do setecentos e com maior expressividade no oitocentos. Com isso, nossa pesquisa, de escala reduzida, pretende contribuir com os estudos regionais que corroboram para uma avaliação mais detalhada do desenvolvimento histórico em Minas Gerais.

## CAPÍTULO II

### POR DENTRO DA FREGUESIA: POPULAÇÃO E PADRÃO SOCIOECONÔMICO

As questões relativas à rearticulação que a economia colonial mineira passou após a crise da mineração, em fins do século XVIII, é assunto bastante discutido pela historiografia dos últimos anos. De fato, este processo de rearticulação econômica da região refletiu não só no território mineiro, mas também para a formação de um grande complexo mercantil que ligaria parte do território colonial e se expandiria por todo o século XIX.<sup>117</sup>

Nessa nova conjuntura, Minas Gerais teria um papel de grande produtora e fornecedora de produtos agropecuários, além de outras produções mercantis de consumo de primeira necessidade. Comarcas e termos se tornaram cada vez mais especializados em conjugar a produção de uma diversidade de produtos voltados para o mercado interno, contribuindo assim para uma grande dinamização dessas localidades. Algumas regiões viram nascer e crescer vilas que passaram a desempenhar o papel de centros de comercialização e de redistribuição de diversos tipos de mercadorias (como produtos agropecuários e manufaturados) e se tornaram referência na questão mercantil para toda a capitania mineira na época.

Pensando assim, uma dúvida pairava desde o início de nosso trabalho: seria ou não pertinente estudar uma freguesia que até então achávamos ser muito pouco conhecida e que parecia mesmo ter tido a sua história perdida no tempo, ou que fosse apenas recordação distante para os descendentes daquela sociedade no extremo sul de Minas, divisa com o estado de São Paulo?

Cabe então a pergunta: por que se estudar a freguesia de Itajubá?

Na década de 1950, do século passado, a freguesia havia sido citada na obra clássica de Mafalda Zemella<sup>118</sup> e ao longo dos anos por outros historiadores, seja por suas datas rasas, – como foi para quase todo sul mineiro – por sua região fronteira com a Capitania de São Paulo ou mesmo por ser um caminho importante até a Corte. Em trabalhos mais recentes, pudemos verificar certa importância da freguesia frente ao seu termo e também como rota de

---

<sup>117</sup> Muitos autores tiveram suas obras referências para as questões ligadas a produção mercantil na colônia e já foram citados ao longo do primeiro capítulo e continuarão a ser norteadores de nosso trabalho.

<sup>118</sup> A obra referenciada é: ZEMELLA, Mafalda. *O abastecimento da Capitania da Minas Gerais no século XVIII*. São Paulo: USP/Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, 1951.

passagem de mercadorias para outras regiões do complexo mercantil, que ligava as capitâneas de Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo, já que existia ali um registro em que transitavam tropas carregadas de mercadorias sendo levadas para outras áreas e até mesmo para serem consumidas na região<sup>119</sup>, assunto que será melhor discutido nesse capítulo.

Da mesma forma, ao eleger a freguesia de Itajubá como objeto de nosso estudo, não pensávamos em uma pesquisa acerca de um povoado por ele mesmo, isolado ou alheio ao contexto socioeconômico de seu tempo. Tínhamos clareza de que era preciso desenvolver um estudo que percebesse a freguesia inserida num contexto mais amplo, que extrapolasse suas fronteiras jurídico-administrativas e que a identificasse com o termo e a comarca a que pertencia e que, para além disso, a ligasse a um complexo mercantil que se formava, principalmente, na rota centro-sul da colônia.<sup>120</sup>

Para tal estudo, necessitávamos reduzir nosso foco de análise para compreendermos o percurso socioeconômico da freguesia de Itajubá em fins do século XVIII e início do XIX. Nesse sentido, as reflexões da micro-história<sup>121</sup> foram fulcrais para verificar certos elementos da freguesia, que não cabiam somente àquele território, mas pertinentes a parte do território mineiro e outras regiões da colônia. Além disso, a micro-história nos permitiria perceber certos elementos e situações daquela sociedade que não eram possíveis entender por uma ótica de maior amplitude. Segundo João Fragoso, “não existe a divisão entre macro-micro (...) na micro-história a redução de escala é empregada para entender a história geral. O uso deste procedimento parte do pressuposto de que a redução de grau de escala permite observar de forma mais acurada fenômenos ditos gerais”.<sup>122</sup>

Dessa forma, de acordo com as configurações que Minas Gerais foi tomando em fins do setecentos, percebemos que o estudo da freguesia de Itajubá tem seu grau de relevância, já que se trata de uma região que contribui, e muito, para o desenvolvimento e crescimento das relações mercantis internas na capitania, principalmente com a crise das atividades mineradoras. Com isso, nossa proposta de análise aliada aos procedimentos da micro-história

---

<sup>119</sup> Vale ressaltar nessa questão os trabalhos: CARRARA, Angelo. op.cit; ANDRADE, Marcos. op.cit.; RESTITUTTI, Cristiano. op.cit.

<sup>120</sup> FRAGOSO, João. op.cit. pp.115-151.

<sup>121</sup> Importantes referências acerca da Micro-história fizeram parte da elaboração dessa pesquisa, como: REVEL, Jacques. Microanálise e construção do social; ROSENTAL, Paul-André. Construir o “macro” pelo “micro”: Fredrick Barth e a “microstoria”. In: REVEL, Jacques (org.). *Jogos de escala a experiência da Microanálise*. Rio de Janeiro: Getúlio Vargas, 1998; GINZBURG, Carlo. *A micro-história e outros ensaios*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

<sup>122</sup> FRAGOSO, João. Alternativas metodológicas para a história econômica e social: micro-história italiana, Fredrick Barth e História econômica colonial. In: ALMEIDA, Carla & OLIVEIRA, Monica(orgs). *Nomes e números. Alternativas metodológicas para a História Econômica e Social*. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2006.p.30.

“representa antes, um ponto de partida para um movimento mais amplo em direção à generalização.”<sup>123</sup>

Sendo assim, procuraremos ao longo desse capítulo demonstrar nossas análises sobre a freguesia de Itajubá, a partir do estudo da documentação referente à freguesia, especialmente os inventários post-mortem, que pertencem ao Fórum Wenceslau Braz, localizado na atual cidade de Itajubá.

Contudo, nesse primeiro momento, vamos apresentar alguns dados baseados nas análises documentais e referentes à demografia e à composição social da freguesia. Queremos ressaltar que essa apresentação inicial tem mais o caráter de um ensaio sobre essas questões, já que nosso enfoque de pesquisa não está relacionado a isso, o que não impede, entretanto, a consideração dessa análise para melhor compreensão da região estudada.

## **2.1 – Percepções demográficas.**

Ao apurar essas questões de formação e de expansão da comarca do Rio das Mortes e do termo de Campanha da Princesa, fica claro que outros assuntos precisam ser apresentados para um melhor entendimento da região da qual faz parte nosso objeto em estudo.

Com a descoberta do ouro, o território mineiro passou por um crescimento populacional vertiginoso em poucos anos. Sendo assim, é visível perceber que o “boom” da mineração está na raiz da verdadeira explosão demográfica que se viu em Minas Gerais, por algumas décadas. A comarca do Rio das Mortes, ainda no século XVIII, passou a desenvolver uma forte estrutura produtiva diversificada, pautada na produção voltada para o abastecimento. A comarca passou por contínuas reformulações em seu contingente demográfico, ao longo do século XVIII e por todo o XIX, o que de certa maneira era fruto também dessas reformulações socioeconômicas, pelas quais passara a capitania com a crise da mineração.

Dessa forma, além da caracterização da diversidade econômica que a capitania ganharia a partir do dezoito, em meados desse mesmo século as rearticulações demográficas seriam visíveis nas comarcas, que também refletiriam as diferenciações desse movimento.<sup>124</sup> Apresentamos então alguns resultados de estimativas da população da capitania realizadas por

---

<sup>123</sup> LEVI, Giovanni. *Sobre a micro-história*. In: BURKE, Peter. *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: UNESP, 1992. p.138.

<sup>124</sup> ALMEIDA, Carla. *Homens ricos, homens bons...* pp.46-54.

outros historiadores. Estes estudos nos ajudarão a incursionar por essa questão para compreendermos melhor esse movimento populacional, a partir do século XVIII, principalmente quando formos trabalhar com os dados quantitativos da documentação dessa pesquisa.<sup>125</sup>

Segundo Kenneth Maxwell, entre 1776 a 1821, a comarca de Vila Rica teve um decréscimo de 4% em sua população e as comarcas de Sabará, Serro Frio e Paracatu, bem como regiões mineradoras mais distantes, um acréscimo de 42%. Para a comarca do Rio das Mortes o autor aponta, no mesmo período, um extraordinário crescimento de 158%.<sup>126</sup>

O grande feito desse aumento demográfico foi atribuído ao desenvolvimento e expansão mercantil que a região sul mineira apresentou no oitocentos com um “vultoso comércio” que poderia ser exemplificado pelo expressivo movimento da praça mercantil de São João del Rei, que era constituído por uma grande produção agropecuária, por produtos manufaturados, como panos de algodão e couro, e por metais preciosos. O complexo mercantil de São João del Rei estava bem abastecido e oferecia os gêneros que vinham do Rio de Janeiro, evitando que muitos comerciantes se deslocassem até aquela outra praça para adquirir aquelas mercadorias.<sup>127</sup>

Assim, o crescimento populacional da comarca do Rio das Mortes, a partir de meados do século XVIII, foi um processo gradual que várias outras regiões do território mineiro também vivenciariam, devido ao desenvolvimento de outras atividades econômicas que não somente a prática da mineração. Esse crescimento demográfico de certas áreas e até mesmo a rearticulação populacional que o núcleo minerador de Minas oitocentista passou também pode ser verificado nas constantes transformações geográficas e administrativas que Minas Gerais sofreu, principalmente no século XIX, com a criação de novas freguesias, termos, vilas e comarcas.

As questões demográficas do território mineiro para grande parte do setecentos se tornam difíceis de ser analisadas já que não há uma base de dados para a totalidade populacional de Minas, assim como não há trabalhos mais regionalizados, que acrescentem

---

<sup>125</sup> As questões demográficas para Minas Gerais, a partir do século XVIII, foram apresentadas por vários autores, dentre os quais, alguns foram eleitos para fazer parte de nosso trabalho como: MAXWELL, Kenneth. op. cit.; MARTINS, Roberto. op.cit.; SLENES, Robert. op.cit; PAIVA, Clotilde & MARTINS, Maria do Carmo. “*Minas Gerias em 1831. Notas sobre a estrutura ocupacional de alguns municípios.*” In: Anais do II Seminário sobre economia mineira. Belo Horizonte:UFMG/Cedeplar,1984; MARTINS, Maria do Carmo, LIMA, Mauricio, & SILVA, Helenice C. *População de Minas Gerais na segunda metade do século XIX: novas evidencias.* X Seminário sobre a economia mineira. Belo Horizonte: Cedeplar, 2002; CARRARA, Angelo. op. cit.; ALMEIDA, Carla. op. cit.

<sup>126</sup> MAXWELL, Kenneth. op. cit. pp.300-301.

<sup>127</sup> GRAÇA FILHO, Afonso. op. cit. pp.56-60.

informações acerca dessa questão. Para o setecentos, Tarcísio Botelho apresentou dados populacionais para a primeira metade desse século com base nas listagens de proprietários de escravos para o pagamento dos quintos reais de 1721 e 1722, lançando uma estimativa sobre a população total de Minas:<sup>128</sup>

**Tabela 01: Minas Gerais – população total estimada (1721-22)**

Vilas	Pop.	%
Vila Rica (1721)	18.135	20,11
Vila do Carmo (1721)	22.210	24,63
Sabarará (1721)	9.953	11,04
São João del Rei (1721)	19.246	21,35
São João del Rei (1722)	5.595	6,21
Pitangui (1722)	1.497	1,66
Vila do Príncipe	13.524	15,00
<b>Total</b>	<b>90.160</b>	<b>100,00</b>

Fonte: Apud: BOTELHO, Tarcísio. “População e escravidão nas Minas Gerais, c. 1720.” Anais eletrônicos do 12º Encontro da Associação Brasileira de Estudos de População – ABEP, Belo Horizonte, ABEP, 2000.p.14.

**Tabela 02: Minas Gerais – população entre c.1721 e 1776.**

Comarca	1721	%	1776	%	Cresc. anual
Vila Rica	40.345	44,7	78.618	24,6	1,21
Rio das Mortes	24.841	27,6	82.781	25,9	2,19
Sabarará	11.450	12,7	99.576	31,1	3,93
Serro Frio	13.524	15,0	58.794	18,4	2,67
<b>Total</b>	<b>90.160</b>	<b>100,0</b>	<b>319.769</b>	<b>100,0</b>	<b>2,30</b>

Fonte: Apud: BOTELHO, Tarcísio. “População e escravidão nas Minas Gerais, c. 1720.” Anais eletrônicos do 12º Encontro da Associação Brasileira de Estudos de População – ABEP, Belo Horizonte, ABEP, 2000.p.14.

Apesar dos dados desse trabalho de Tarcísio Botelho nos parecerem escassos para a sua proposta de pesquisa e a periodização para essa análise demográfica ser um pouco extensa (1721 a 1776), valeu-nos o ensaio do autor por apresentar um panorama do perfil demográfico de Minas Gerais ainda no início do setecentos, apesar das limitações das fontes. Ao comparar os dados para dois períodos (1721-22 e 1776), a população teria crescido a uma taxa anual de

<sup>128</sup> O autor dos dados das tabelas, ao trabalhar com essas listagens de proprietários de escravos para o pagamento dos quintos reais, apresentou três tipos de hipóteses para calcular essa estimativa da população em Minas Gerais. Isso porque as fontes para dados sobre população em Minas para o início do século XVIII são raras e também porque o autor construiu, a partir dos dados acerca da população cativa, uma estimativa para a população livre. Os autores Alexandre Cunha e Marcelo Godoy propuseram uma média, das quais estamos utilizando nessa apropriação desses dados, para as três hipóteses levantadas por Tarcísio Botelho, quando esse autor tenta traçar as diferenciações da população livre e escrava em Minas, no decorrer do século XVIII: CUNHA, Alexandre & GODOY, Marcelo. op. cit. pp.10-11

2,3% a 2,4%. Nos anos seguintes do século XVIII houve uma queda desse percentual e, na primeira década do século XIX, a população voltou a crescer na faixa de 0,6% ao ano. Ao percebermos os dados da tabela 1 para Vila Rica (1721), Vila do Carmo (1721) e Vila de São João del Rei (1721), verificamos que essas eram as vilas com maior concentração populacional em um momento marcadamente de crescimento da produção aurífera na região central mineradora.

Já na comparação entre os anos de 1721-22 e 1776, percebemos que toda a população mineira tem um crescimento significativo, com destaque para as comarcas de São João del Rei e Sabará, que passaram a ter o maior percentual populacional da capitania. Segundo o autor, essa investigação sobre a população mineira no século XVIII, embora com todas as ressalvas ao tipo de fontes pesquisadas, serviu para demonstrar que foi nesse intervalo de tempo que, de fato, essa população cresceu<sup>129</sup>

Outro trabalho que nos permite perceber essa rearticulação que a população em Minas Gerais passou durante o setecentos é a tese de doutorado de Carla Almeida. A autora tenta demonstrar que no momento de rearranjo da economia mineira, a partir de meados do século XVIII, se verificaria também uma redistribuição interna da população e dos recursos econômicos. Assim, essas regiões mais abastadas de riquezas e contingente populacional dariam lugar a outras localidades mineiras:

**Tabela 03: Crescimento da população total da Capitania de Minas Gerais por comarca em três momentos (1767-1821)**

	1767		1776		1821	
	Pop. Total	%	Pop. Total	%	Pop. Total	%
CVR	60.249	28,9	78.618	24,8	75.573	14,7
CRM	49.485	23,7	82.781	25,8	213.617	41,5
CRV	69.328	33,2	99.576	31,1	141.312	27,5
CSF	29.538	14,2	58.794	18,3	83.592	16,3
<b>Total</b>	<b>208.600</b>	<b>100,0</b>	<b>319.769</b>	<b>100,0</b>	<b>519.094</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Apud: ALMEIDA, Carla M. C. *Homens ricos, homens bons: produção e hierarquização social em Minas colonial, 1750-1822*. Tese de doutorado. Niterói: UFF, 2001. pp.48-51. CVR: Comarca de Vila Rica; CRM: Comarca do Rio das Mortes; CRV: Comarca do Rio das Velhas e CSF: Comarca do Serro Frio.<sup>130</sup>

Os dados apresentados demonstram uma evidência quanto à reestruturação demográfica pela qual a capitania passou. A comarca de Vila Rica, que chegou a possuir a

<sup>129</sup> BOTELHO, Tarcísio. *População e escravidão nas Minas Gerais, c. 1720*. Anais eletrônicos do 12º Encontro da Associação Brasileira de Estudos de População – ABEP. Belo Horizonte: ABEP, 2000. pp.17-18.

<sup>130</sup> A tabela 03 foi adaptada, agregando resultados das tabelas 01 e 03 da tese de doutorado de Carla Almeida. Os resultados para o ano de 1821 são baseados nas estimativas de ESCHWEGE, Wilhem L. Von. Notícias e reflexões estatísticas sobre a Província de Minas Gerais. RAPM, v.4,n.4,732-62,1899.

maior população da capitania no período de auge minerador, apresentou o menor resultado de acordo com as estimativas de 1821. Já para a comarca do Rio das Mortes, os dados demográficos dos três momentos direcionam para um aumento populacional considerável, principalmente se observarmos o ano de 1821, quando essa comarca concentrava 41,5% da população. Os dados sobre a comarca do Rio das Mortes nos auxiliam a compreender esse momento de rearticulação da economia mineira, desde o momento em que a produção aurífera passou a perder o posto de principal atividade produtiva da capitania com o desenvolvimento e consolidação da produção voltada para o abastecimento, principalmente, no século XIX.

Segundo Angelo Carrara, os movimentos populacionais se comportaram de maneira desigual na capitania ao longo do setecentos e vieram a se confirmar no oitocentos. Os núcleos mineradores foram perdendo população para as demais áreas da capitania e tendendo a certo equilíbrio demográfico, o que pode ser constatado na tabela 03, para o ano de 1776. Contudo, ao fim do século XVIII, a capitania assistiu a uma estagnação das taxas de crescimento populacional dos principais núcleos mineradores, o que contrastou com o expressivo aumento demográfico para o sul da capitania. O autor ainda salienta que esses movimentos populacionais acompanhavam os avanços das fronteiras, realizados principalmente por camponeses.<sup>131</sup>

Vejamos dados relativos aos termos da comarca do Rio das Mortes baseados no trabalho de Alexandre Cunha para as primeiras décadas do século XIX, ao utilizar dados de viajantes e as listas nominativas:

---

<sup>131</sup> CARRARA, Angelo. op.cit. pp.267-269.

**Tabela 04: Comarca do Rio das Mortes (1801-1835)**

Termos	1808		c.1820		1835	
	Pop. Total	%	Pop. Total	%	Pop. Total	%
São João del Rei	25.411	16,43	44.354	18,73	44.899	14,28
São José del Rei	21.488	13,87	17.170	7,25	36.608	11,64
Barbacena	16.237	10,48	29.155	12,31	36.361	11,56
Campanha	55.375*	35,76	49.246	20,79	64.543	20,52
Baependi	-	-	30.902	13,05	45.373	14,43
Jacuí	-	-	15.229	6,43	32.545	10,35
Tamanduá	16.030	10,35	28.029	11,84	29.441	9,36
Queluz	20.298	13,11	22.734	9,60	24.725	7,86
<b>Total</b>	<b>154.869</b>	<b>100,0</b>	<b>236.819</b>	<b>100,0</b>	<b>314.495</b>	<b>100,0</b>

\* Inclui os totais relativos à Baependi e Jacuí

Fonte: Apud: CUNHA, Alexandre. *Paisagem e população: algumas vistas de dinâmicas espaciais e movimentos das populações nas Minas do começo do dezenove*. Anais eletrônicos do XIII Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais – ABEP, Ouro Preto, ABEP, 2002.p.17.

Segundo o autor, o “eixo-sul” da capitania, representado pela comarca do Rio das Mortes foi a região com a maior taxa de crescimento da capitania no período abarcado. O crescimento da comarca entre 1808-1820 é de 3,54.<sup>132</sup> Um crescimento expressivo que pode ser explicado com o movimento de expansão do comércio do sul da capitania para a praça mercantil do Rio de Janeiro, a partir da transferência da Corte em 1808. Além disso, a tabela 04 nos mostra que a rearticulação populacional não esteve presente somente entre comarcas (como demonstrado na tabela 03), mas também entre seus termos e freguesias. Percebemos então que o crescimento demográfico aconteceu em quase todos os termos, com pouca diferença entre o período de 1808 a 1835.

Para o caso do termo em questão (Campanha da Princesa) é verificado um pequeno decréscimo entre 1808 e 1820, contudo deve-se levar em conta que, para o ano de 1808, o autor ponderou que no total para Campanha estão incluídos também Baependi e Jacuí, que se tornariam termos em 1814. Mesmo sem essas duas localidades, o termo de Campanha teria, em 1820, o maior contingente da comarca (20,79%), o que se repete em 1835 (20,52%). O autor ainda nos lembra que esse termo já passava por um processo de crescimento desde o fim do século XVIII mantendo esse nível, da entrada do século XIX em diante. Esclarece também

<sup>132</sup> CUNHA, Alexandre. *Paisagem e população: algumas vistas de dinâmicas espaciais e movimentos das populações nas Minas do começo do dezenove*. Anais eletrônicos do XIII Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais – ABEP, Ouro Preto, ABEP, 2002.p.17.

que, a expansão populacional no termo de Campanha começa por sua vila, depois se direcionando para outros pontos da região, como o sudeste e o sudoeste.<sup>133</sup>

Marcos Andrade afirma que para o termo de Campanha da Princesa o crescimento populacional já poderia ser observado desde meados do século XVIII, momento em que a região se tornou um “pólo de atração”.<sup>134</sup> Baseando-se em números absolutos de batizados, o autor procurou identificar o possível aumento populacional no termo:

**Tabela 05: Crescimento do número de batizados por década  
– Campanha – Baependi – Aiuruoca**

<b>Décadas</b>	<b>Batismos</b>	<b>%</b>	<b>Crescimento %</b>
1741 –1750	270	2,0	-
1751 –1760	1.116	7,0	313,3
1761 – 1770	1.685	11,0	51,0
1771 – 1780	2.299	15,0	36,4
1781 – 1790	2.568	16,0	11,7
1791 – 1800	2.731	17,0	6,4
1801 - 1810	4.977	32,0	82,2
<b>Total</b>	<b>15.646</b>	<b>100,0</b>	<b>-</b>

Fonte: Adaptado de ANDRADE, Marcos. *Elites regionais e a formação do Estado Imperial Brasileiro – Campanha da Princesa (1799-1850)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2008. p.33.

Segundo o autor, é possível constatar um significativo aumento do número absoluto de batismos, a partir da década de 1770, sendo que na primeira década do século XIX foi registrado o maior aumento. Entretanto, quando observamos o crescimento relativo(%) foi ainda, em meados do século XVIII(1751-1760), que teve o maior e mais expressivo crescimento, com 313,3%, seguido do período de 1801 a 1810, que obteve 82,2% de crescimento. O crescimento absoluto da população pôde assim ser constatada, de acordo com os dados.<sup>135</sup> Mesmo esses dados não sendo resultado de todo o termo, acreditamos ser possível perceber que as demais freguesias do termo podem ter passado por um processo de variação parecido.

Esse maior crescimento demográfico para o século XIX pôde refletir o momento em que, assim como as outras partes da comarca do Rio das Mortes, o termo de Campanha da Princesa teria se vinculado de forma mais efetiva a um comércio de abastecimento com outras

<sup>133</sup> Idem.

<sup>134</sup> ANDRADE, Marcos. op.cit. p.33.

<sup>135</sup> Vale ressaltar a importante contribuição de Alcir Lenharo nessa questão, em que já afirmava o crescimento do comércio entre a região sul mineira com a Corte, a partir de 1808. Ver: LENHARO, Alcir. op. cit.

praças da colônia, principalmente com o Rio de Janeiro, o que seria estendido com a presença da Corte, a partir de 1808.

Contudo, o autor ressalva que os dados referentes à população do termo da vila nem sempre são claros o suficiente para se perceber o comportamento demográfico da área investigada.<sup>136</sup> Da mesma forma, deve-se levar em consideração as alterações constantes nas divisões jurídico-administrativas do termo e toda a comarca, principalmente para o século XIX, o que pode dificultar uma análise mais ponderada de certas localidades do termo.

Dessa forma, cientes das ressalvas acerca de uma amostragem populacional para áreas que sofreram variadas divisões jurídico-administrativas, propomos então apresentar dados acerca da freguesia de Itajubá:

**Tabela 06: População livre e escrava para a freguesia de Itajubá (1832-1835)**

Ano		Livres		Escravos		Total
		Nº	%	Nº	%	
1832 <sup>1</sup>	Termo de Campanha*	19.667	65,0	10.673	35,0	30.340
	Matriz nova de Itajubá**	2.998	64,75	1.632	35,25	4.630
	Soledade do Itajubá***	187	30,3	430	69,7	617
1833-35 <sup>2</sup>	Termo de Campanha	25.130	69,0	11.335	31,0	36.465
	Matriz nova de Itajubá	3.646	72,8	1.360	27,2	5.006
	Soledade do Itajubá	1.164	70,8	480	29,2	1.644

\* A população total do termo é de 36.467 habitantes. Contudo, não foram apresentados na tabela 6.127 pessoas, para quais não há informação sobre a condição. Os 1.647 forros foram incluídos entre a população livre.

\*\*A população total da freguesia é de 5.217 habitantes. Entretanto, não foram apresentados na tabela 587 pessoas, para quais não há informação sobre a condição. Os 2 forros foram incluídos entre a população livre.

\*\*\*A população total do curato é de 1.438 habitantes. Porém, não foram apresentados na tabela 821 pessoas, para quais não há informação sobre a condição.

<sup>1</sup> Lista nominativa para o termo de Campanha da Princesa, 1831-32. APM. Banco de dados montado por pesquisadores do CEDEPLAR/UFMG, sob coordenação da Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup> Clotilde Paiva.

<sup>2</sup> Mapas de população de 1833-35. Documentação pertencente ao APM, reproduzida e corrigida pelos pesquisadores Clotilde Paiva e Maria do Carmo Salazar Martins, CEDEPLAR/UFMG. In: MARTINS, Maria do Carmo Salazar. Revisitando a província: comarcas, termos e distritos e população de Minas Gerais em 1833-35. Anais do V Seminário sobre Economia Mineira. Diamantina: CEDEPLAR, 1990. pp.12-29.

<sup>136</sup> ANDRADE, Marcos. op.cit. p.34.

Antes de uma análise sobre os dados dessa tabela, faremos alguns comentários sobre a metodologia aplicada em sua confecção. A tabela 6 procura trazer uma comparação entre os dados populacionais relativos ao termo de Campanha da Princesa e a freguesia de Itajubá. Contudo, no banco de dados para as listas nominativas de 1831-32 e para os mapas de população de 1833-35, encontramos referências a dois distritos em separado: Matriz nova de Itajubá e Soledade do Itajubá. Essa separação foi em decorrência da transferência, em 1819, de parte da freguesia para o vale do Sapucaí, distante cerca de 12 km do alto da serra da Mantiqueira, por motivos de carência produtiva do povoado serrano. Guiados pelo pároco, Pe. Lourenço da Costa Moreira, alguns moradores desceram a serra a procura de melhores condições de vida a beira do Rio Sapucaí e naquela região logo se formou um novo povoado. Em 1832, a sede da freguesia foi transferida para o vale e nesse momento então, o povoado serrano ficou como curato da nova sede e conhecido assim, como Soledade do Itajubá, ou Itajubá velho.<sup>137</sup>

Nesse sentido, resolvemos computar os valores populacionais do Curato de Soledade do Itajubá na soma dos habitantes da freguesia, já que essas questões de divisões jurídico-administrativas devem ser relativizadas, principalmente para essas análises.

Quando somamos os dados populacionais absolutos para a freguesia e o curato, em cada período descrito na tabela 6, percebemos que houve um aumento populacional de 1403 pessoas, em um intervalo de no máximo três anos, ou seja, desde a composição da primeira lista, em 1832(da qual a soma do número de habitantes da freguesia e do curato foi de 5.247 pessoas), até os dados do mapa de população, de 1833-35(em que a soma resultou em 6.650 pessoas). Com isso, ficou nítido que a população da freguesia e do curato cresceu de um período para o outro. Mesmo diante de um intervalo de tempo pequeno para certas comparações em relação ao crescimento populacional, entendemos que pelos dados que possuímos podemos afirmar que a freguesia acompanhou o crescimento de seu termo e representava um dos maiores contingentes populacionais do município de Campanha.

Outra questão que pode ser observada na tabela 6, diz respeito à população da nova sede da freguesia. Segundo os dados para 1831/32, a Matriz Nova de Itajubá possuía 78,4% da população total da freguesia, enquanto o curato marcava 21,6% de todos os habitantes, isso considerando os cálculos totais de habitantes, tanto para a freguesia, quanto para o curato(que foram apresentados abaixo da tabela 6, já que para alguns habitantes não consta, no banco de dados, a condição de livre ou escravo). Acreditamos que essa grande porcentagem

---

<sup>137</sup> Em relação a essa questão, rever o item 1.4, do primeiro capítulo.

populacional na nova sede da freguesia pode ser explicada devido a uma rápida transferência dos habitantes da antiga sede para o novo povoado, já que da data da transferência de parte do curato para o vale do Sapucaí (1819) até a contagem da lista nominativa (1831-32), temos pouco mais de uma década.

Esse predomínio populacional no novo povoado pode significar a procura por melhores terras para o cultivo e para o desenvolvimento da freguesia, o que já nos diziam certos documentos da época acerca desse episódio da criação de um novo povoado.<sup>138</sup> Além disso, não podemos deixar de considerar migrações de outras regiões do termo ou até mesmo de outras capitânicas para a freguesia nesse espaço de tempo.

Especificando as relações entre o termo de Campanha e seus distritos, elaboramos a próxima tabela, de acordo com os dados contidos no mapa de população para 1833/35:

**Tabela 07: Distritos do termo de Campanha da Princesa (1833/35)**

<b>Distritos</b>	<b>Livres</b>	<b>%</b>	<b>Escravos</b>	<b>%</b>	<b>Total</b>	<b>%</b>
Campanha	2.296	9,1	1.431	12,6	3.727	10,2
Santa Catarina	1564	6,2	915	8,1	2.479	6,8
Santa Rita*	1.864	7,4	899	8,0	2.765	7,7
Rio Verde	1.099	4,4	722	6,4	1.821	5,0
Lambari	1.523	6,1	574	5,1	2.097	5,7
S.Seb.da Capituba	994	4,0	395	3,5	1.389	3,8
Itajubá**	4.810	19,1	1.840	16,2	6.650	18,2
Mutuca	1.262	5,0	725	6,4	1.987	5,4
Carmo do Dourado	1.192	4,7	427	3,8	1.619	4,4
Dourado	1.696	6,7	575	5,1	2.271	6,2
Santana do Sapucaí	3.362	13,4	1.032	9,1	4.394	12,0
São Gonçalo	2.204	8,8	1.269	11,2	3.473	9,5
Mundo Novo	836	3,3	195	1,7	1.031	2,8
S.Dom.da Bocaina	428	1,7	336	3,0	764	2,1
<b>Total</b>	<b>25.130</b>	<b>100,0</b>	<b>11.335</b>	<b>100,0</b>	<b>36.465</b>	<b>100,0</b>

\* No banco de dados do CEDEPLAR, para os mapas de população de 1833/35, o distrito de Santa Rita aparece dividido em dois, sendo o primeiro com 1.792 habitantes e o segundo 973 habitantes no total.

\*\*Para o distrito de Itajubá foram computados os números de habitantes para a Matriz Nova de Itajubá (5.006 habitantes) e o Curato de Soledade do Itajubá (1.644 habitantes).

Fonte: Mapas de população de 1833-35. Documentação pertencente ao APM, reproduzida e corrigida pelos pesquisadores Clotilde Paiva e Maria do Carmo Salazar Martins, CEDEPLAR/UFMG. In: MARTINS, Maria do Carmo Salazar. Revisitando a província: comarcas, termos e distritos e população de Minas Gerais em 1833-35. Anais do V Seminário sobre Economia Mineira. Diamantina: CEDEPLAR, 1990. pp.12-29.

<sup>138</sup> No primeiro capítulo, apresentamos alguns documentos do Arquivo da Cúria Metropolitana de São Paulo e do Centro de Memória Cultural do sul de Minas que relatam os motivos que levaram a essa migração do antigo povoado de Itajubá.

De acordo com a tabela 7, podemos perceber que do total da população do termo (36.465 habitantes) a freguesia de Itajubá, juntamente com seu curato, representam 18,2% (6.650 habitantes) desse total. Números consideráveis se levarmos em conta que Campanha possuía no ano da composição dos mapas, 14 distritos. Essa porcentagem nos revela que o distrito de Itajubá possuía a maior população de todos os demais distritos do termo, inclusive do próprio distrito, sede do termo. Em relação ao número de cativos, o distrito de Itajubá apresenta também o maior contingente de escravos do termo (16,2%). Angelo Carrara, ao estudar os impostos de arrecadação de dízimos na vila de Campanha, em 1826, apresenta a freguesia de Itajubá não como uma das maiores freguesias em números absolutos de habitantes do termo (apenas 8,21% do total do termo), mas como a freguesia com a maior taxa de participação da população escrava no total da freguesia (31,36%), além de ser a que possuía o maior número de pagadores de dízimos do termo (19,4%).<sup>139</sup> Isso tudo já nos dá os primeiros sinais da importante participação econômica dos habitantes da freguesia na economia do termo. Com a análise dos inventários poderemos compreender melhor essa constatação.

Mesmo diante de uma análise sobre a população em um curto intervalo de tempo, podemos ter uma visão panorâmica da posição que a freguesia de Itajubá ocupava na vila de Campanha, por volta da década de 30, do oitocentos. Além de acompanhar o crescimento demográfico que o termo estava tendo naquele período, a freguesia também continha os maiores contingentes populacionais de toda a vila de Campanha.

## **2.2 – Indivíduos e relações sociais.**

Não seria possível analisar as questões ligadas à participação produtiva e mercantil da freguesia de Itajubá, a partir dos inventários post-mortem, sem contudo, apresentar algumas outras considerações importantes que esses mesmos documentos podem nos ofertar quando não nos entregamos somente aos valores numéricos contidos neles. Por muitos anos na historiografia, os inventários post-mortem foram muito utilizados nas pesquisas que envolviam História Agrária no Brasil - e nosso trabalho não deixa de ser uma contribuição a essa abordagem. Entretanto, as fontes cartoriais podem oferecer outras informações que vão além dos dados quantitativos, já bastante utilizados.

---

<sup>139</sup> CARRARA, Angelo. op. cit. pp.276-279.

Nesse sentido, alguns historiadores passaram a buscar informações nos inventários que privilegiavam as nuances, as interfaces e as entrelinhas de uma sociedade que deixava arrolada entre seus bens informações qualitativas que podiam auxiliar no entendimento das relações sociais que a caracterizavam. Sheila de Castro Faria afirma que:

os inventários post mortem são uma fonte que permite a observação de um momento da vida material de determinadas pessoas, como uma fotografia(...) a análise de um conjunto de indivíduos, entretanto, permite captar o(s) movimento(s). Pode-se, por exemplo, agregar inventários em grupos específicos e perceber trajetórias de vida que se assemelham, estabelecendo-se padrões de conduta e de produção<sup>140</sup>

Os inventários utilizados nesta pesquisa totalizam 125 documentos no período entre 1785 a 1850, sendo a grande maioria deles claramente referentes a freguesia de Itajubá. Isso porque alguns inventários não explicitam a freguesia a qual pertencem, trazendo somente os nomes da “paragem” ou da “fazenda”, as quais não conseguimos identificar com as referências bibliográficas disponíveis.<sup>141</sup> Mas todos se referem ao termo de Campanha da Princesa e esse foi um cuidado que tivemos para não acrescentar documentos que fugissem da uniformidade geográfica da região que elegemos no nosso estudo.

Como vimos, o arraial de Itajubá se tornou freguesia em 1762 e recebeu a função jurídico-administrativa de “julgado”, o que possivelmente outorgava a freguesia um centro de prestação de serviços a toda aquela região, especialmente pela distância até a vila de Campanha da Princesa, levando em consideração as constantes mudanças jurídico-administrativas que a capitania passou desde fins do século XVIII e durante o século XIX (o que dificulta também a localização exata de cada unidade produtiva que teve seus bens inventariados). Esses documentos são pertencentes a 1ª Secretaria da Vara Cível do Fórum Wenceslau Braz, na atual cidade de Itajubá-MG.

Vimos que o povoado de Itajubá foi criado ainda no início do setecentos, quando a freguesia havia sido formada no alto da serra da Mantiqueira por habitantes das freguesias próximas e pertencentes à Capitania de São Paulo. Marcos Andrade aponta também a ocupação pelos paulistas, ainda nas primeiras décadas do século XVIII, do povoado de Campanha, conhecido na época como as “Minas do Rio Verde”.<sup>142</sup> Isso vem a nos confirmar

<sup>140</sup> FARIA, Scheila de Castro. *A colônia em movimento: fortuna e famílias no cotidiano colonial*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998. p.227. Grifo nosso.

<sup>141</sup> Consultados para essa questão alguns materiais de divisões jurídico-administrativas: MATOS, Raimundo José da Cunha. *Corografia Histórica da Província de Minas Gerais(1837)*. Belo Horizonte: Itatiaia. São Paulo: USP, 1981; Guia de dados dos municípios e distritos do Termo de Campanha da Princesa. APM. Banco de dados das listas nominativas(1831-32).

<sup>142</sup> ANDRADE, Marcos. op.cit. p.28.

a ocupação do sul mineiro como uma consequência da busca desenfreada por metais preciosos, empreendida por muitos colonos. E com o definhamento rápido dessas lavras foi se formando um complexo de produção agropecuária para o próprio sustento da região, das áreas mineradoras e de outras regiões; o que se definiu explicitamente no oitocentos.<sup>143</sup>

Percebemos assim que Itajubá é fruto de ocupação antiga - pouco tempo depois da descoberta das minas na região central da capitania - ainda do início do setecentos, como algumas referências bibliográficas e documentos já citados no primeiro capítulo puderam confirmar.<sup>144</sup> Já que as catas de ouro logo desinteressaram os primeiros colonizadores, assim como muitos em muitos outros arraiais que começaram a se formar na região, os habitantes de Itajubá se viram buscando na terra uma produção que pudesse atender suas necessidades. Com isso, durante o setecentos se acompanhou a formação de sítios, fazendas e paragens que buscavam na produção agropecuária o sustento dessas famílias, desenvolvendo assim um mercado abastecedor para diversas regiões e que participaram, mais tarde, de um complexo mercantil centro-sul da colônia, que abarcava diversas capitanias.

Se sua ocupação remete ainda ao início do setecentos, podemos perceber previamente (embasados em outros estudos acerca da freguesia e de nossas pesquisas), que com o decorrer das décadas, Itajubá se incluiu no processo de rearranjo econômico pelo qual a Capitania de Minas Gerais começou a passar no período pós “boom minerador”. Segundo Carla Almeida, ao tentar periodizar essa transição econômica (de 1780 à década de 1810), as atividades agropecuárias passaram a ser o eixo principal da economia da capitania e, com o avançar do oitocentos, esse setor só se ampliou com o surgimento de novos mercados, se confirmando como “carro-chefe” da economia mineira oitocentista.<sup>145</sup> Assim, com base nas análises aos inventários referentes à freguesia (que se seguirão a partir desta época), acreditamos que poderemos demonstrar sua inclusão nesse processo.

Esse rearranjo econômico pelo qual a capitania passou pode ter servido como atrativo para possíveis ondas de migrações populacionais de outras regiões de Minas Gerais. Segundo Mônica Oliveira, ao estudar o perfil socioeconômico do termo de Barbacena, no período de 1780 a 1850, percebe-se o significativo número de concessões de sesmarias recebidas pelos que se aventuravam em ocupar aquela porção territorial mineira. Além disso, a autora afirma que essa possibilidade de concessão em novas áreas da capitania tem a ver também com a

---

<sup>143</sup> FRAGOSO, João. op.cit. pp.128-129.

<sup>144</sup> Voltamos aqui a ressaltar a obra “Limites entre São Paulo e Minas Gerais” de Diogo de Vasconcelos, que confirma marcações de divisas entre o arraial de Itajubá e a Capitania de São Paulo, em 1714. Ver: VASCONCELOS, Diogo. op.cit.p.23; Documentos pertencentes ao Arquivo público do Estado de São Paulo também apresentaram referências sobre o arraial no início do setecentos.

<sup>145</sup> ALMEIDA, Carla. op. cit. pp.71-74.

política adotada a partir da vinda da família real para o Brasil, em 1808, e com o processo de interiorização da metrópole montada por Dom João VI. Assim, Mônica Oliveira procura demonstrar que esse maior número de concessões estava relacionado à capacidade dessas novas áreas de ocupação em atrair indivíduos de antigas regiões mineradoras.<sup>146</sup>

Inúmeros são os trabalhos citados que apontam o crescimento populacional da comarca do Rio das Mortes, já a partir da segunda metade do setecentos. Marcos Andrade afirma que é importante ressaltar que o termo da vila de Campanha foi se tornando um “pólo de atração” ainda no século XVIII, especialmente na segunda metade, momento em que é criada a vila e pode ser detectado um significativo crescimento demográfico das freguesias do sul mineiro.<sup>147</sup>

A freguesia de Itajubá se encontrava numa área de fronteira, área da qual os habitantes da Capitania de São Paulo foram os desbravadores, além de responsáveis pela criação e formação de muitos arraiais e povoados no sul mineiro. Contudo, podemos pensar ainda que essa região pudesse também atrair pessoas de lugares ainda mais longínquos, que vão além das áreas da Capitania de Minas Gerais ou de São Paulo. No caso da freguesia, podemos citar a história do Pe. Lourenço da Costa Moreira, nascido em São Tiago de Mouquim, do Conselho da vila do Famalicão, Arcebispado de Braga, Portugal. Estando no Brasil, foi nomeado para ser pároco em Itajubá sob ordens do bispo de São Paulo um pouco antes de 1819, se tornando um dos indivíduos mais influentes e ricos da freguesia.<sup>148</sup>

Assim como o Pe. Lourenço, D. Maria José Pereira, natural da freguesia de Santo Antonio, comarca de Angra, Província dos Açores, no Reino de Portugal, em 1835 era residente na fazenda do Rio Manso, na freguesia de Itajubá, onde fez fortuna. Teve seus bens inventariados e partilhados entre os três herdeiros, já que seu marido, José Manoel dos Santos Cabral era falecido. Entre os 83:600\$340 réis do monte líquido estavam arrolados inúmeras jóias, pratarias, ouro, móveis, instrumentos de trabalho, uma grande lista de devedores ao casal, uma tropa de escravos que se encontrava na Corte do Rio de Janeiro, muitos animais, inúmeras propriedades(entre casas e terras) e mais um expressivo patrimônio contabilizado em 90 escravos, o maior plantel de cativos encontrado nos documentos pesquisados.<sup>149</sup>

---

<sup>146</sup> OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de. *Negócios de famílias: mercado, terra e poder na formação da cafeicultura mineira – 1780/1870*. Juiz de Fora, MG: FUNALFA; Bauru, SP: EDUSC, 2005.

<sup>147</sup> ANDRADE, Marcos. op.cit. pp.32-33.

<sup>148</sup> GUIMARÃES, Armelin. op.cit. pp.56-61.

<sup>149</sup> Inventário post-mortem. 067/CD08. Arquivo do Fórum Venceslau Brás. Itajubá-MG. O testamento da inventariada também foi consultado, em anexo ao inventário. O códice apresentado ao documento foi criado por nós, a partir do processo de organização e acondicionamento do acervo realizado também por nós, no Fórum Venceslau Braz, já que os documentos não apresentavam nenhuma codificação.

Com a nova conjuntura socioeconômica da capitania e da colônia, principalmente no início do século XIX, e com a vinda da família real para o Brasil, Minas Gerais manteve sua importância nos quadros do Império Português e continuaria a atrair várias pessoas - seja pela concessão de terras ou por outros privilégios - que conviviam num espaço colonial de uma sociedade de Antigo Regime.<sup>150</sup>

Voltando assim a nossa principal fonte documental acerca da freguesia - os inventários post-mortem - acreditamos que esses documentos podem nos informar muito sobre o nosso objeto de estudo. Com isso, nossa intenção é tentar explorar o máximo possível desses documentos para procurarmos compreender parte do funcionamento daquela sociedade naquele determinado período. De alguma forma, o inventário simboliza uma pequena parte da vida de um indivíduo e seu núcleo familiar num mínimo espaço de tempo, mais precisamente no fim da vida do inventariado. A partir da análise do conjunto documental para o período abarcado pretendemos entender a dinâmica de vida de uma parcela daquela sociedade colonial/imperial no sul mineiro.

Como dissemos, os inventários consultados poderão fornecer não somente os valores montantes de cada unidade produtiva, mas também a percepção dos bens pertencentes ao patrimônio da família(imóveis, escravos, objetos domésticos, instrumentos de trabalho, animais e plantações). Questões ligadas aos herdeiros, à posse e ao acesso a terra, bem como a composição cativa da propriedade podem ser apreciadas também nas consultas aos inventários. No caso da escravaria, recuperar informações acerca da procedência, gênero, idade, valor do cativo, estado civil, situação de saúde e a possível constituição familiar no seio do cativo são questões possíveis de se perceber a partir dessa fonte cartorial. Além de servir como uma boa base para se apreender a dinâmica da população escrava, os inventários demonstram a importância que o arrolamento da escravaria – expressiva parte de sua riqueza – tinha para o inventariado.

Diante disso, vale ressaltar que esse tipo de documentação é apenas uma amostra de registros que ficaram de uma parcela daquela sociedade, já que só se inventariava indivíduos que chegavam ao fim de suas vidas com algum bem material, que no mínimo merecesse razão de ser inventariado para a partilha entre os herdeiros e/ou o cônjuge. A priori, os inventários representam um registro que chegou a posteridade, representando o poder e a

---

<sup>150</sup> FRAGOSO, João. A formação da economia colonial no Rio de Janeiro e de sua primeira elite senhorial (séculos XVI e XVII). In: FRAGOSO, João; BICALHO, Maria Fernanda & GOUVÊA, Maria de Fátima. op.cit. pp.29-72.

hierarquização de grupos sociais que já se sobrepunham aos demais pelo simples fato de terem chegado à morte, podendo deixar bens aos seus entes queridos.

E é a partir das informações presentes logo no início do corpo documental dos inventários, que vamos começar nossa análise, na expectativa de propormos nesse momento um ensaio sobre como os termos de abertura, os nomes de inventariados e inventariantes, os locais onde residiam e a lista de herdeiros podem nos levar a começar a conhecer quem eram os indivíduos que viveram naquela freguesia.

**Tabela 08: Relação de parentesco dos inventariantes. Itajubá (1785-1850)**

<b>Inventariante</b>	<b>Nº</b>	<b>%</b>
Cônjuge	90	72,0
Filhos	11	8,8
Outros	9	7,2
N.I.*	15	12,0
<b>TOTAL</b>	<b>125</b>	<b>100,0</b>

\* N.I. – não identificados.

Fonte: Inventários post-mortem do Fórum Wenceslau Braz, 1ª Secretaria da Vara Cível. Itajubá-MG.

Ao procurarmos identificar quem eram os inventariados, dos 125 documentos analisados, vimos que 64%(80) eram homens e 36%(45) mulheres. De acordo com a tabela 08, 72%(90) dos inventariantes eram cônjuges dos falecidos, o que revela a forte presença do casamento na vida daqueles indivíduos e na constituição do patrimônio material que naquele momento seria repartido entre os que ficaram viúvos e os herdeiros. Nessa questão, um trabalho que serviu de inspiração para a composição dessa parte do capítulo foi a obra da historiadora Silvia Brugger, acerca da família e da sociedade em Minas Gerais, mais especificamente São João del Rei, nos séculos XVIII e XIX, ou seja, um trabalho muito próximo do contexto regional da freguesia de Itajubá.<sup>151</sup>

A partir dos 72% de inventariantes casados na freguesia de Itajubá fica revelador a expressividade dos enlaces matrimoniais e como eles estavam presentes no momento de preservação dos bens da família. Silvia Brugger afirma que não só para Minas como para todo o Brasil colonial, e pelo menos até a primeira metade do século XIX, o matrimônio e a constituição familiar era a unidade fundamental, a partir da qual aqueles agentes sociais pensavam e organizavam suas vidas.<sup>152</sup>

<sup>151</sup> BRUGGER, Silvia Maria Jardim. *Minas patriarcal*. Família e sociedade (São João del Rei – séculos XVIII e XIX). São Paulo: Annablume, 2007.

<sup>152</sup> Idem. Principalmente os capítulos 2 e 4.

Complementando nessa afirmativa da autora vale destacar que quando não era a outra parte do casal que assumia o controle dos bens, lá estavam como responsáveis por essa função os filhos que, para o caso de Itajubá, representavam 8,8%(11), além da categoria “outros” com 7,2%(9), composta por primos e genros dos inventariados. Isso nos mostra a preocupação em resguardar os bens patrimoniais entre a própria família para que assim se procedesse futuramente à partilha entre o cônjuge e os herdeiros.

**Tabela 09: Faixa de herdeiros nos inventários. Itajubá (1785-1850)**

<b>HERDEIROS</b>	<b>Nº</b>	<b>%</b>
Nenhum	01	0,8
De 01 a 03	25	20,0
De 04 a 06	34	27,2
De 07 a 10	52	41,6
11 ou mais	13	10,4
<b>TOTAL</b>	<b>125</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Inventários post-mortem do Fórum Wenceslau Braz, 1ª Secretaria Cível. Itajubá-MG.

Uma questão que nos chamou a atenção desde o início da análise desses primeiros dados que coletamos nos inventários foi o número de herdeiros declarados. A média de herdeiros por documento é de 6,57. Um número considerável e que nos leva a perceber que não somente o matrimônio era importante para aquela sociedade, mas também a concepção de filhos. Segundo Sheila de Castro Faria, as ligações matrimoniais e a constituição do núcleo familiar eram fundamentais para o funcionamento e reprodução das unidades produtivas em meio agrícola, em que os “lavradores precisavam de uma organização familiar que, além de lhes garantir o preparo da comida e os cuidados com a morada, dividisse o trabalho agrícola e lhes desse filhos – mão-de-obra básica para que pudessem aspirar a melhores condições de vida.”<sup>153</sup>

Os dados da tabela 09 nos convidam a prestar a mesma atenção para a freguesia de Itajubá e levar em conta a relação expressiva de herdeiros por unidade produtiva que encontramos nos inventários. Apenas um documento não apresentava herdeiro, enquanto que, ao analisarmos as duas maiores faixas de herdeiros, temos um total de 52% dos inventários, com no mínimo 7 herdeiros. Isso nos demonstra famílias relativamente grandes, o que para as unidades produtivas menos abastadas teria uma grande importância, já que os filhos, juntamente com seus pais, seriam os responsáveis em tocar o trabalho em suas roças no trato com os animais e nos demais negócios da família.

<sup>153</sup> FARIA, Sheila. op. cit. pp.52-53.

De acordo com Angelo Carrara, seria esse tipo de unidade produtiva que se enquadraria no “modo de produção camponês ou familiar”, em que os membros da família eram usados como mão-de-obra no trabalho da propriedade, podendo ou não contar com a complementação do trabalho escravo na produção de subsistência e o excedente voltada para o mercado.<sup>154</sup>

Ainda em relação aos herdeiros, os inventários nos revelaram algumas outras informações que foram acrescentadas pela consulta aos testamentos. Infelizmente, não foi encontrado o conjunto de livros ou processos de testamentos nos arquivos da cidade de Itajubá como existem para outras localidades de Minas. Os poucos testamentos a que tivemos acesso estavam anexados e haviam sido transcritos no corpo dos processos de inventários.<sup>155</sup> Dessa forma, alguns dados como os nomes dos pais do testador e seu lugar de origem não puderam ser revelados.

Como nos afirma Sheila Faria, alguns dados eram omitidos com frequência dos inventários como local de moradia, nomes dos pais, lugar de nascimento, causa da morte, etc, porque aquela sociedade não tinha interesse de registro dessas informações nesses documentos. Tirando a presença de forasteiros numa certa localidade, ali todos se conheciam e essas informações não eram necessárias, contando mesmo a fortuna e posição de certas famílias para se manterem em determinadas relações sociais.<sup>156</sup>

Em relação aos poucos testamentos que tivemos acesso, uma questão nos veio à tona e merece ser apresentada aqui. As relações pessoais entre os homens e mulheres naquela época poderiam estabelecer envolvimento legitimados, como o casamento, ou relações estabelecidas às margens do sacramento católico, conhecidas como concubinato. Podia haver também relações que estabeleciam as duas condições. E independente do tipo de relacionamento pessoal criado por esses sujeitos, os herdeiros poderiam assim ser classificados como legítimos ou naturais, tanto nos testamentos, como também nos inventários.

É possível assim perceber casos de informações explícitas em testamentos e inventários quanto à existência de filhos naturais do inventariado que, nessa ocasião, se apresentavam como herdeiros para garantir sua parte na herança. Se fosse de bom grado do testador, era apresentado o beneficiário e sua condição de “natural” como uma forma de diferenciá-lo daqueles que foram gestados dentro de relações chamadas de “lícitas”.

Segundo Silvia Brugger, em Minas colonial, as relações consensuais poderiam acontecer em forma de “sacramento”, ou seja, legitimada com a instituição do casamento, que

---

<sup>154</sup> CARRARA, Angelo. op.cit. pp.60-61.

<sup>155</sup> Dentre os 125 inventários analisados nessa pesquisa, apenas 9 apresentavam cópias de testamentos anexadas ao processo.

<sup>156</sup> FARIA, Sheila. op.cit. p.225.

selava um arranjo matrimonial quase sempre construído por interesses de ordem socioeconômica e/ou políticos, representando interesses de uma rede familiar mais ampliada. Ou ainda, pelo concubinato, que poderia atender aos interesses pessoais e sexuais dos indivíduos, não, necessariamente, se pautando pela igualdade de condição social dos envolvidos. Também era possível o convívio das duas formas de relações consensuais ao mesmo tempo.<sup>157</sup>

José Joaquim do Nascimento, natural da vila de Pindamonhangaba, termo da cidade de São Paulo e residente na freguesia de Itajubá, realizou seu testamento no ano de 1844. Declarou-se na condição de solteiro, mas confessou ter tido dois filhos com Anacleto Maria do Sacramento, Manoel e Santiago, instituindo-os assim como seus legítimos herdeiros. Além disso, o testador conferia a Pe. Lourenço da Costa, pároco da freguesia, a função de testamenteiro.<sup>158</sup> Vale lembrar que Pe. Lourenço era fundador da nova freguesia de Itajubá e uma das grandes figuras sociais da localidade, como já citamos anteriormente. O mesmo Pe. Lourenço havia chegado à freguesia trazendo consigo sua escravaria e sua família, D. Inês de Castro Silva, Domiciano, de 5 anos e Delminda, de 2 anos.<sup>159</sup> Casos em que podemos conferir a condição de concubinato com o conhecimento e consentimento implícito do próprio representante da igreja, como um tipo de relação consensual praticada pelo próprio sacerdote.

Outras informações contidas nos inventários nos parecem relevantes para serem citadas, como a profissão dos inventariados e inventariantes, os dotes ofertados aos herdeiros e os tipos de bens móveis constantes nas residências arroladas nos documentos.

Em relação à profissão, foi interessante constatar que os inventários omitiam essa informação. Os poucos documentos que a apresentaram traziam como profissão as patentes militares, o que nos leva a supor que tal título já deveria ser inerente ao nome do indivíduo além de proporcionar status à pessoa que o portasse.

Em nosso lote documental, poucos inventários apresentaram a função exercida pelos inventariados e o que nos fez falta mais uma vez foi a presença dos testamentos para conferir melhor essa questão. Apenas 6 inventários apresentaram as patentes de seus inventariados, estando eles nas condições de guarda-mor, alferes e capitães. Entre os inventariantes tivemos 8 inventários que apresentaram a patente, entre elas tenente-coronel, tenente e alferes.

Entre esses casos, encontramos o testamento do Capitão José Gonçalves Silva, natural da vila de Lorena, termo da cidade de São Paulo e residente na fazenda da Barra, distrito da

---

<sup>157</sup> BRUGGER, Silvia. op.cit. pp.122-125.

<sup>158</sup> Testamento de José Joaquim do Nascimento, anexado ao seu inventário. 098/CD12. Arquivo do Fórum Wenceslau Braz. Itajubá-MG.

<sup>159</sup> GUIMARAES, Armelin. op. cit. p. 61.

Soledade de Itajubá, que em 1842 se declarava viúvo de Dona Luiza Francisca de Jesus e que tinha por herdeiros naturais três filhos (que teve com suas escravas Maria e Geraldina, ambas pardas).<sup>160</sup> O Capitão José Gonçalves Silva já era prestigiado há bons anos com a patente de capitão. Fato que descobrimos ao encontrar no acervo digital do Arquivo Ultramarino seu primeiro requerimento de confirmação de tal mercê para o posto de capitão de ordenança na freguesia no ano de 1803.<sup>161</sup>

A análise agora recai sobre a relevante presença de mulheres no comando dos bens da família após a morte de seus maridos. Nos inventários apurados, 46,4% (58 mulheres) assumiram a função de inventariantes. Como nos afirma Sheila Faria, em áreas agrárias a viuvez era um fator de dificuldade para que a mulher conseguisse gerir a família, cuidar de filhos pequenos, da produção e dos escravos (se os possuísse), portanto algumas se casavam novamente. A autora também afirma que elas tinham mais dificuldades de arrumar novo casamento que os homens, quando possuíam filhos pequenos.

Porém, como elas migravam menos que os homens, moravam próximas a parentes que se manifestavam prontamente solidários. Já com os filhos crescidos e em idades produtivas, elas poderiam manter seus fogos com a ajuda do trabalho familiar.<sup>162</sup> Desse percentual de mulheres inventariantes (46,4%) constatamos que entre as referidas “donas” – pronome de tratamento que as identifica em quase todos inventários – algumas já possuíam filhos crescidos quando ficaram viúvas; outras se casaram novamente e outras parecem ter assumido a chefia de sua família mesmo possuindo filhos pequenos.

Esse foi o caso de Dona Ignácia Francelina de Mendonça, viúva de José Pinto de Castilho, residente na fazenda Pinhal [Alegre], freguesia de Itajubá. Ela possuía 9 filhos, com idades de 18,16,13,11,9,7,5,3, e 2 anos. O patrimônio avaliado dos bens da família foi de 9:525\$525 réis que se constituíam de terras, inúmeros móveis, jóias e pratarias, uma produção de fumo e de animais, bem como 16 escravos. Parecia um grande desafio para Dona Ignácia gerir esse considerável montante da família.

Contudo, entre vários anexos do inventário, encontramos alguns pedidos da viúva em que justifica a sua capacidade de ser tutora dos próprios filhos e de “ administrar os bens da família por ser honesta(...)”. Depois de certo tempo, o pedido de tutela foi deferido a ela que,

---

<sup>160</sup> Testamento de José Gonçalves Silva, anexado ao seu inventário.123/CD16. Arquivo do Fórum Wenceslau Braz. Itajubá-MG.

<sup>161</sup> Requerimento de José Gonçalves Silva, pedindo confirmação de patente ao posto de capitão da ordenança, na Freguesia de Itajubá. 1803. AHU/MG – Cx.168, DOC.:15.

<sup>162</sup> FARIA, Sheila. op. cit. p.53.

em vista do depoimento das testemunhas, estava “habilitada para assignar a tutela(...)”.<sup>163</sup> Nos parece que Dona Ignácia conseguiu administrar com êxito os bens da família, já que ao fim daquele mesmo ano era realizada a partilha dos bens e o montante havia saltado de 9525\$525 réis para 13:855\$525 réis.

Outro dado constante nos inventários analisados diz respeito aos dotes concedidos aos herdeiros. Pudemos claramente acompanhar os bens doados pelos inventariados em 23,2% (29) dos documentos, que apresentaram bem detalhadamente a composição dos dotes. De acordo com Sheila Faria, a dotação era utilizada como uma maneira de criar e estabelecer alianças familiares. Os proprietários mais abastados concediam dotes valiosos para os filhos, principalmente para as mulheres. Nesse sentido, o dote funcionava como uma “barganha” por boas alianças e era fundamental para a formação de uma nova unidade doméstica.<sup>164</sup>

Segundo Silvia Brugger, os dotes eram praticados no Brasil e em Portugal na forma de casamentos por “carta de ametade”, um documento que tornava os cônjuges meeiros em seus bens, o que significaria, nesses casos, a antecipação da herança que caberia aos cônjuges com a morte de seus pais. Assim, quando pai ou a mãe de um dos herdeiros morria e o inventário era aberto, aquele que recebeu dote teria que apresentar o que foi doado para que sua parte na herança fosse subtraída do que já havia recebido. Nessas circunstâncias, alguns herdeiros que haviam recebido dotes superiores à parte que tinham por direito na herança não colavam os valores reais para que assim não tivessem que devolver bens, já que esse procedimento possibilitaria uma distribuição mais igualitária do patrimônio da família entre todos os herdeiros.<sup>165</sup>

Podemos presenciar uma distribuição desigual de dotes aos herdeiros. As mulheres eram mais privilegiadas e entre os bens doados aos herdeiros, os escravos eram os mais valiosos e constantes. Isso demonstra um grande benefício dado pelos pais para certos herdeiros, que saíam da unidade produtiva da família para o casamento com um bem que não só representava um valor em dinheiro, mas também mais mão-de-obra para trabalhar e servir ao casal que se unira.

Por tudo isso, o momento da partilha era potencialmente conflituoso. São inúmeros os casos de herdeiros que brigavam entre si pela redistribuição da fortuna familiar, porque acusavam um ao outro de terem sonogado bens e não terem colado o que haviam recebido em

---

<sup>163</sup> Inventário post-mortem. 058/CD07. Arquivo do Fórum Wenceslau Braz. Itajubá-MG.

<sup>164</sup> FARIA, Sheila. op.cit. p.384.

<sup>165</sup> BRUGGER, Silvia. op.cit. pp.169-184.

dotes, o que fazia se arrastar por anos a partilha dos bens até que o processo fosse julgado pelo juiz.

Esse foi o caso da família Oliveira Gil. O pai, Pedro de Oliveira Gil falecera em 1849. Residente na freguesia de Itajubá, teve como inventariante sua esposa, D. Roza Nunes de Siqueira.<sup>166</sup> O casal teve dois filhos: Pedro de Oliveira Gil e Manoella Justina da Conceição, casada com José Rodrigues Pinto. Ao longo do inventário, o genro da família acusou o cunhado de ter sonogado bens do patrimônio da família em seu benefício. Acusou também a sogra de compactuar com esse gesto em prejuízo do suplicante, pedindo providência para este caso. Com o decorrer da leitura dos documentos anexados ao inventário, aparece uma lista dos bens sonogados pelo herdeiro, orçados em 575\$000 réis.

Ao acompanhar este caso que se prolonga por anos, vimos que não houve nenhum acréscimo desses bens sonogados à partilha do patrimônio entre os dois herdeiros, o que permitiu que o filho do casal saísse com um patrimônio maior que sua irmã. Ao certo, não saberemos os motivos que levou a mãe a beneficiar o filho em detrimento da filha, mas talvez o fato de ser o primogênito e um possível administrador dos bens da família após a morte do pai, talvez tenha sensibilizado a mãe a ser cúmplice do herdeiro nesse caso familiar. Não sabemos as condições patrimoniais do marido de sua filha, contudo, podemos especular também que por conta dessa estar casada, já estaria assegurada pelos benefícios de seu casamento.

D. Maria Victoria Carneiro, viúva de Valério Fernandes, residente na vila de Itajubá, em 1849, entrou com um pedido acusando seus herdeiros de má fé na partilha dos bens. Ela esclarecia que, com a morte do marido, já que não havia órfãos entre os herdeiros, foi combinada com os demais uma partilha “amigável”. Contudo, “alguns de seus herdeiros organizaram o inventário e partilhas a seu bel prazer ficando desta arte a suplicante lesada em sua meação(...)”. Renegava a viúva então a partilha dos bens por lhe causar prejuízos e protestava contra esse inventário intitulado amigável, pedindo que se julgasse por sentença esse caso.<sup>167</sup>

Infelizmente não temos dados suficientes para esclarecer melhor esses casos de famílias em disputas por bens, porque não temos um percentual maior de inventários com o desfecho dessas doações a herdeiros. Ainda assim, os casos de que dispomos nos permitem visualizar as inúmeras nuances nos arranjos da distribuição de bens entre os herdeiros. Principalmente quando nos dedicamos a esmiuçar os inventários e acompanhar algumas trajetórias dessas

---

<sup>166</sup> Inventário post-mortem. 113/CD14. Arquivo do Fórum Wenceslau Braz. Itajubá-MG.

<sup>167</sup> Inventário post-mortem. 120/CD15. Arquivo do Fórum Wenceslau Braz. Itajubá-MG.

famílias - a partir da morte do inventariado - percebemos os desentendimentos familiares, as disputas, as intrigas e os privilégios que permeavam o universo social dos indivíduos daquela sociedade.

### **2.3 – Vida material e hierarquia na freguesia.**

Em 1849, na fazenda de Santa Bárbara, no distrito de Vargem Grande, da vila de Boa Vista do Itajubá, falecera D. Maria Joaquina de Mendonça, deixando como inventariante o seu marido, o Alferes João Martins Tosta.<sup>168</sup> Entre os inúmeros bens do casal foi arrolado no inventário: a fazenda Santa Bárbara, “com matas virgens, capoeiras e campos feitos a braços”; casas de vivenda na mesma fazenda, outra grande em construção, paiol, moinho, engenho, monjolo, casa de [fumos]; além disso, uma fazenda de cultura, comprada de João Francisco da Silva Maia, uma morada de casa muito danificada no Ribeirão Vermelho e uma morada de casas na vila da Boa Vista do Itajubá. O total desse patrimônio correspondia a 19:200\$000 réis do montante líquido do inventário que era de 46:615\$570 réis. Valor final dos bens da família que estava basicamente aplicado em terras, casas e escravos naquele momento de arrolamento do inventário.

O caso da inventariada, D. Maria Joaquina de Mendonça nos chamou a atenção pela diversidade na composição dos bens imóveis que sua família possuía. Eles moravam em uma fazenda de sua propriedade, possuíam mais 20 alqueires de roça plantada, casas de vivenda na mesma fazenda, “com uma outra casa grande em construção, paiol, moinho, engenho, monjolo, casas de fumo e mais pertences no terreiro”, uma outra fazenda de cultura, uma morada de casas “muito danificadas no Ribeirão Vermelho” e uma morada de casas dentro da vila de Itajubá, que poderia ser utilizada pela família esporadicamente, quando se deslocavam para o espaço urbano da vila.

Claro que o exemplo desse inventário não representa o universo socioeconômico de moradia e nem de acesso à terra da maioria dos habitantes de nossa freguesia. Entretanto, vários outros inventários nos levam a perceber o grande investimento que era feito em bens imóveis, seja esses recursos aplicados em área urbana - como casas de vivenda ou negócios - ou em áreas rurais - como fazendas ou sítios, tendo plantações de cultura, criação de animais ou até mesmo terras minerais. Contudo, nossa intenção a partir desse caso é procurar entender

---

<sup>168</sup> Inventário post-mortem. 117/CD14. Arquivo do Fórum Wenceslau Braz. Itajubá-MG.

qual era o espaço físico em que moravam os indivíduos envolvidos nesses inventários e a diversidade dessas propriedades constantes nos documentos.

Para isso, buscamos as considerações feitas por Adriano Braga Teixeira em sua dissertação de mestrado que, ao estudar a vila de Barbacena em fins do século XVIII, propôs uma classificação para o espaço habitado pelos inventariados estudados. O autor procurou, ao caracterizar o espaço físico entre urbano e rural, ressaltar as dificuldades de tal distinção, já que as moradias ditas “urbanas” da vila poderiam possuir benfeitorias comuns a fazendas e sítios.<sup>169</sup> Não queremos aqui, com essa caracterização do espaço físico vivido pelos inventariados e suas famílias, promover uma separação entre o que seria chamado de “rural” e “urbano”, até mesmo porque esses espaços se confundem e interagem desde o centro da vila até os caminhos e estradas que ligam essas áreas.

Dessa maneira, retornamos a categorização dada por Adriano Teixeira para diferenciar essas habitações, na qual o espaço “urbano” era habitado por pessoas que moravam dentro da vila, perto da igreja matriz ou da câmara municipal e por “rural” se entende a unidade localizada em algum arraial, paragem, aplicação ou povoado ao redor da vila e do alcance de sua freguesia.<sup>170</sup>

Nem sempre os inventários trazem com precisão o local exato de moradia do inventariado, generalizando o espaço geográfico ao apresentar somente o nome da freguesia ou o termo. Para a freguesia de Itajubá, procuramos perceber como essa identificação espacial era declarada no momento da composição dos inventários. Na verdade, nosso objeto de estudo só passou a ter o título de vila no ano de 1848 e sendo assim, o que nos importa com essa categorização é apenas relevar as unidades que se declaravam explicitamente em espaço rural, a partir das designações de “fazenda” ou “sítio”.<sup>171</sup> Em alguns casos, a designação “paragem” era seguida de “fazenda”, indicando assim, que essa expressão também poderia se referir a uma unidade produtiva rural. Vejamos:

---

<sup>169</sup> TEIXEIRA, Adriano Braga. *População, sistema e poder na transição do século XVIII para o XIX em Minas Colonial – Barbacena – 1791/1822*. Dissertação de mestrado. Rio de Janeiro: UFRJ, 2007. p.56.

<sup>170</sup> Idem.

<sup>171</sup> Segundo o Dicionário do Brasil colonial(1500-1808), a expressão “fazenda”, entre vários outros significados, era palavra usada na colônia como sinônimo de “bens que andam em comércio”; “fazer fazenda”, negócios. Ver: VAINFAS, Ronaldo(org.). *Dicionário do Brasil colonial(1500-1808)*... pp.220-221.

**Tabela 10: Identificação quanto ao espaço geográfico. Itajubá(1785-1850)**

TIPO	Nº	%
Fazenda	70	56,0
Sítio	5	4,0
“Paragem sítio”	1	0,8
Outros	49	39,2
<b>TOTAL</b>	125	100,0

Fonte: Inventários post-mortem do Fórum Wenceslau Braz, 1ª Secretaria Cível. Itajubá-MG.

A partir da análise da tabela 10, podemos perceber que 56,0% (70) dos inventários traziam como identificação de moradia do inventariado a expressão “fazenda”, 4,0% (5) de “sítios” e 0,8% (1) de “paragem sítio”, o que nos revela que do espaço de moradia apresentado nos documentos, a maioria traz, explicitamente, o espaço rural como cenário dos indivíduos descritos nos inventários. As outras expressões encontradas para designar a localidade de moradia dos inventários, 39,2% (49), traziam denominações genéricas como “freguesia” ou “termo”.

Com a criação da vila em 1848 percebemos que os imóveis dos inventariados em áreas urbanas recebiam claramente a denominação “na vila de Itajubá”, como o inventário de João Camacho Alkmim, que em 1849 apresentava um montante de 305\$600 réis, no qual 261\$000 réis, ou melhor, 85,4% do valor total, estavam aplicados em imóveis. No arrolamento dos bens foi declarada “uma casinha coberta de telhas na vila de Itajubá”, apresentada como sua moradia e “um sitio das Bicas na estrada para baixo até o rio(...), terras no mesmo sitio para acima com alqueires e um pasto”.<sup>172</sup>

Ainda em relação à tabela 10, chegamos à conclusão de que a maioria dos nossos inventariados residia em áreas rurais com suas famílias ou parte dela. Segundo Sheila Faria, em zonas agrárias a presença familiar, ou pelo menos a constituída pelo casal, era uma condição básica para o estabelecimento de unidades domésticas de produção, principalmente para os mais pobres. E mesmo entre os mais ricos, a necessidade da constituição familiar era muito maior em zonas agrárias que urbanas, já que a família era a base das relações produtivas.<sup>173</sup>

Como vimos, possuir bens para serem inventariados já era uma forma de segregação social, já que, possivelmente, muitos indivíduos e suas famílias não tinham bens a deixar. E entre aqueles que apresentaram inventários, a discrepância entre os montantes deixados é evidente, o que nos mostra o quanto a sociedade analisada se diferenciava pela proporção de

<sup>172</sup> Inventário post-mortem.116/CD14. Arquivo do Fórum Wenceslau Braz. Itajubá-MG.

<sup>173</sup> FARIA, Sheila. op.cit. p.155

seus patrimônios. Se a constituição familiar era fundamental para garantir a sobrevivência em zonas agrárias, a partir dos inventários podemos evidenciar o padrão hierárquico entre esses indivíduos.

Procuramos assim, buscar uma categorização para as unidades produtivas a partir da posse de cativos encontrados nos inventários:

**Tabela 11: Estrutura de posse de escravos em Itajubá. (1785-1850)**

Faixas de escravaria	Nº de proprietários	%	Nº de escravos	%	Média*
1 a 5	47	41,6	129	10,0	2,7
6 a 10	25	22,1	194	14,9	7,8
11 a 19	25	22,1	370	28,5	14,8
20 ou mais	16	14,2	605	46,6	37,8
Total	113	100,0	1298	100,0	11,5
S/E	12	9,6	-	-	-

\*Média de escravos por proprietário.

Fonte: Inventários post-mortem. Arquivo do Fórum Wenceslau Braz. Itajubá-MG.

Como é evidente que a posse de escravos representava um relevante peso econômico na composição dos bens de uma unidade produtiva, procuramos, a partir da tabela 11, perceber a diferenciação desses tipos de unidades e o patrimônio desses indivíduos. Além disso, para se entender o funcionamento de uma sociedade pautada no trabalho cativo, é fulcral verificar como essa se estruturava, considerando a posse ou não de escravaria. Usamos assim uma categorização baseada no número de escravos, como já fizeram vários outros pesquisadores que tiveram como referencial o trabalho de Douglas Libby, que caracterizava como grandes proprietários aqueles que possuíam 20 ou mais cativos, formando o que o autor definia como a “elite local” do sistema escravista.<sup>174</sup>

Contudo, não podemos considerar o que seria uma “elite” naquela época pautando-nos somente por critérios econômicos. Temos que levar em consideração que as famílias do período colonial levavam em conta aspectos que não dependem da fortuna. Características como a brancura da pele, o prestígio familiar, a ocupação de cargos administrativos importantes, patentes militares, a atividade agrária, escolaridade e fortuna anterior ou de parentes próximos podem indicar um lugar social melhor do que teriam.<sup>175</sup> De qualquer maneira, a proposta da tabela 11 nos vale como uma boa amostra desse poder socioeconômico

<sup>174</sup> LIBBY, Douglas. op.cit. pp.98-109.

<sup>175</sup> FARIA, Sheila. op. cit. p.207.

que alguns indivíduos e suas famílias tinham naquele período, o que lhes dava prestígio em relação ao restante da sociedade.

Outra questão importante a ser considerada ao categorizar as propriedades pela posse de cativos composta no inventário tem a ver com o perfil dessa escravaria, já que nos parece que essa classificação não levou em conta as condições básicas para que um escravo, de fato, pudesse ser considerado apto para o trabalho. Referimos-nos à idade e às condições físicas do escravo. Se este escravo fosse uma criança muito pequena, um escravo muito idoso, ou então um escravo adoentado ou com deficiências físicas, não estaria assim em condições de produtividade e não deveria ser somado ao plantel daqueles que estavam em atividade de trabalho. Dessa forma, essa categorização - do tipo da propriedade quanto ao número da escravaria - deveria passar por critérios mais rigorosos e avaliar esses casos. Algo que procuraremos tomar mais cuidado ao relatarmos os casos de posse de escravos nesse trabalho.

Ao analisar a tabela 11, percebemos que o maior número de proprietários, concentram de 1 a 5 escravos, tendo a média de 2,7 por inventário. O que parece ser característico para o período abarcado em Minas Gerais. Carla Almeida ao estudar as comarcas de Vila Rica e do Rio das Mortes, a partir dos inventários, concluiu que a grande maioria encontrava-se na faixa de 1 a 5 escravos, sendo que a maior concentração de cativos estava nas mãos dos mais afortunados.<sup>176</sup>

Mas foi Afonso de Alencastro, em seu trabalho de doutorado, que nos apontou que a comarca do Rio das Mortes possuía algumas unidades escravistas com o mesmo patamar de propriedades voltadas a agroexportação, mesmo diante de uma economia voltada para o mercado interno. Segundo o autor, ao estudar a elite mercantil e a economia de subsistência em São João del Rei, no período de 1831 a 1888, dentre os 103 maiores proprietários, 54 possuíam acima de 30 escravos, enquanto 22 tinham mais de 50 e dois deles apresentavam mais de cem cativos.<sup>177</sup>

Os dados apresentados na tabela 11 apontam que a freguesia de Itajubá acompanhava a tendência da comarca a qual pertencia, bem como correspondia aos tipos de propriedades encontradas em seu termo. Ao analisar os dados sobre a posse de cativos para o termo de Campanha, elaborado por Marcos Andrade, percebemos que o maior número de proprietários, correspondentes a 44% do total, possuíam de 1 a 5 escravos, enquanto para Itajubá encontramos 41,6% para a mesma faixa de escravaria.

---

<sup>176</sup> ALMEIDA, Carla. op. cit. pp.221-222.

<sup>177</sup> GRAÇA FILHO, Afonso. op. cit. pp.125-128.

Em relação às médias propriedades, o autor apresenta 43% do total de proprietários tendo entre 6 a 19 escravos, sendo que para Itajubá 44,2% dos proprietários correspondem a essa mesma faixa. Já em relação a proprietários com 20 escravos ou mais, Marcos Andrade encontrou para Campanha, 13% dos proprietários, que possuíam a maior parte da escravaria, com 46% do total, o que fez o autor ratificar as conclusões de Afonso de Alencastro acerca da presença de unidades produtivas com o mesmo patamar de escravaria de outras áreas do Império, dedicadas à agroexportação.<sup>178</sup>

Para a mesma faixa de cativos, em Itajubá foram 14,2% dos proprietários com 46,6% do total de cativos, em que 7 deles possuíam de 20 a 30 escravos, 7 tinham entre 30 a 45 escravos e os dois maiores proprietários possuíam 79 e 90 cativos. Outra questão importante a considerarmos é o número total de escravos encontrados entre os 113 inventários, que chegou a marca de 1298 cativos, no período abarcado, demonstrando uma relevante escravaria frente ao termo ao qual a freguesia de Itajubá pertencia. Tais indicadores nos revelam a grande importância da mão-de-obra escrava nas propriedades da freguesia, expressivamente nas localizadas nas áreas rurais, com patamares de escravaria bastante relevantes.

Para percebermos o valor da posse de escravos juntamente com o restante dos bens apresentados, os inventários nos mostram como a hierarquia e o poder social de alguns indivíduos se expressava pelo patrimônio material que possuíam. O inventário de D. Maria José Pereira, de 1835, que teve como inventariante seu marido, o Alferes José Manoel dos Santos Pereira, residente na fazenda do Rio Manso, na freguesia de Itajubá, foi o maior montante líquido encontrado, bem como a maior plantel arrolado entre todos os documentos pesquisados.<sup>179</sup>

Ao falecer, D. Maria Jose Pereira deixara um monte líquido no valor de 83:600\$340 réis que seria partilhado futuramente entre o marido e os três herdeiros. Os bens imóveis da família consistiam da fazenda citada acima, com “a casa de vivenda assobradada, coberta de telhas, paiol, casas de tropa, senzalas, casas de tenda, com pertences de ferreiros, fumais e mais benfeitorias”. Além disso, possuía um sítio e algumas casas dentro da freguesia.

Outros bens valiosos foram apresentados, sendo muitas jóias em ouro, prata ou diamante, instrumentos de trabalho (como tacho e fornos de cobre), muitos móveis de casa, grande quantidade de animais (entre eles cavalos, porcos e gado), uma enorme lista de dívidas ativas e uma tropa de escravos na Corte. Para completar todo patrimônio, a escravaria era declarada em 90 escravos.

---

<sup>178</sup> ANDRADE, Marcos. op. cit. p.38.

<sup>179</sup> Inventário post-mortem. 067/CD08. Arquivo do Fórum Wenceslau Braz. Itajubá-MG.

O documento não apresenta plantações ou colheitas, mas a produção agrícola era existente, o que pode ser confirmado pelo alto número de instrumentos de trabalho e da expressiva escravaria. Não ficamos sabendo exatamente o que essa tropa (que estava no Rio de Janeiro) transportava, mas consta que assim que ela voltasse à freguesia seriam prestadas contas do carregamento. De qualquer maneira, esse inventário veio nos proporcionou o melhor exemplo de uma família abastada, dona de uma propriedade rural com fortes indícios de comercialização de seus produtos, com uma produção diversificada, baseada na agropecuária, com uma casa nobre dentro da freguesia - que provavelmente era utilizada quando a família estava por lá - e uma quantidade de escravos muito acima dos demais documentos encontrados.

Chegamos assim à conclusão de que era possível a esses indivíduos demarcar um poder socioeconômico muito significativo naquele meio, representando parte da elite local em que se situavam.

Em outro extremo, a mesma freguesia abrigava indivíduos com bem menos recursos, como o caso de João Rodrigues de Moraes, residente na paragem da Água Limpa, freguesia de Itajubá, que teve seu inventário aberto em 1816. Esse documento ratifica a idéia do quanto a base familiar era importante para garantir a sobrevivência e a manutenção de certos indivíduos em áreas rurais. João Rodrigues deixara poucos bens para os 10 herdeiros e sua mulher. Sua fortuna era composta por uma casa velha no sítio onde moravam, bem como alguns móveis, animais e instrumentos de trabalho. A família tinha um escravo, José, no valor de 120\$000 réis. Todo esse patrimônio chegava a 802\$000 réis. Esse núcleo familiar nos parecia bastante privilegiado, já que no inventário não foram arroladas dívidas.<sup>180</sup>

O que nos chamou a atenção foi que dos 10 filhos de João Rodrigues, 5 eram solteiros, sendo 3 homens e 2 mulheres, entre 14 a 26 anos. Isso nos revela que esses filhos poderiam estar envolvidos no trabalho da roça, compartilhando com o único escravo da família os trabalhos braçais da lavoura e do cuidado com os animais. Claro que o fato dos filhos casados estarem em matrimônio não impediria que estivessem envolvidos no trabalho do sítio ou até mesmo morando no mesmo local.

Nesse caso, percebemos que o número de filhos era importantíssimo para o sustento da família e para o funcionamento da unidade produtiva, já que serviam de mão-de-obra para a produção de subsistência e talvez uma possível mercantilização do que sobrasse. Assim, João Rodrigues acumulava todas as condições necessárias para ser considerado um pequeno

---

<sup>180</sup> Inventário post-mortem. 031/CD03. Arquivo do Fórum Wenceslau Braz. Itajubá-MG.

lavrador escravista: possuía família numerosa, com todos os filhos em idade produtiva e um pedaço de terra de sua propriedade que pudesse produzir.

A partir desses dois exemplos, percebemos a disparidade social que se encontrava entre os indivíduos daquela sociedade, sendo possível averiguar tal fato pelos padrões de fortuna arrolados em seus inventários. Claro que procuramos trabalhar com dois casos em situações de extremo, de uma sociedade que tinha diversos padrões de renda. Além disso, não podemos esquecer de indivíduos que sequer tinham bens para serem arrolados e que assim estavam à margem dessa sociedade.

Como disse Sheila Faria, os inventários eram feitos para os que tivessem algo que pudessem deixar, sendo curioso o cuidado que tinham em detalhar todos os bens materiais dos indivíduos.<sup>181</sup> E é importante percebermos a diversificação dos bens na composição da riqueza, como também a utilização destes para a diferenciação do padrão social. Vejamos a composição dos bens móveis de uso pessoal, doméstico e do interior da moradia em proprietários com 20 escravos ou mais:

**Tabela 12: Frequência dos bens móveis de uso pessoal e doméstico no interior da moradia nos inventários com vinte escravos ou mais. Itajubá(1785-1850)**

Bens móveis	Nº de inv.	%
Jóias	6	37,5
Prataria (objetos de casa)	11	68,75
Louças	4	25,0
Armários	7	43,75
Mesas	11	68,75
Cadeiras, tamboretas ou bancos	9	56,25
Oratórios	5	31,25
Imagens religiosas	4	25,0
Relógios	4	25,0
Livros	1	6,25
Roupas de cama, mesa ou banho	6	37,5
Vestimentas	6	37,5
Caixas ou baús	11	68,75
Armas	5	31,25
Quadros	3	18,75
Outros móveis em madeira	13	81,25
Objetos domésticos em vidro	3	18,75
<b>Total de inventários</b>	<b>16</b>	<b>-</b>

Fonte: Inventário post-mortem. Arquivo do Fórum Wenceslau Braz. Itajubá-MG.

<sup>181</sup> FARIA, Sheila. op.cit. pp. 224-225.

Procuramos com a tabela 12 apresentar os bens móveis dos grandes proprietários de escravos que constavam nos inventários e perceber os bens existentes no interior dessas moradias da elite escravista sul mineira. Com isso, pudemos averiguar os bens que faziam parte dos hábitos dessas famílias e que também serviam para diferenciá-las das demais. Essa elite, ambientada em áreas rurais, possuía também casas dentro da freguesia, demonstrando que a roça não era somente seu lugar de convívio. Os laços de atuação desses indivíduos pareciam se estender desde o espaço rural, como também o espaço urbano. Em relação aos bens, Marcos Andrade nos afirma que apesar da rusticidade das fazendas mineiras, seja no interior das casas, no vestuário ou mesmo na simplicidade dos costumes, parte dessa elite sul mineira tinha acesso a bens valiosos ou importados. Isso demonstrava um “sentimento” aristocrático que os diferenciava dos demais da sociedade dos homens livres. Além disso, o autor encontrou valores muito relevantes aplicados nesses tipos de bens nos inventários consultados para Campanha.<sup>182</sup>

Para nossa freguesia, jóias em ouro ou prata cravejadas de pedras preciosas fazia parte de 37,5% dos inventários consultados na tabela 12 e quase sempre representavam uma quantia razoável do patrimônio da família. Dona Francisca Tereza de Jesus, em 1785, possuía 11 jóias em ouro, incluindo um anel de ouro cravejado de diamantes.<sup>183</sup> A religiosidade também parecia estar bem representada nos lares consultados. Entre oratórios (31,25%) e imagens sacras (31,0%) não podemos deixar de levar em consideração jóias que simbolizavam a fé católica daqueles fiéis. Francisco de Sousa Arruda, por exemplo, em 1843 deixara um rosário todo em ouro, além de um oratório e mais 6 imagens dentre seus pertences.<sup>184</sup>

Manoel Vieira, em 1796, possuía um relógio de algibeira, mais conhecido como “relógio de bolso”.<sup>185</sup> Um objeto que naquela época representava um símbolo da era industrial que a Inglaterra passava e que já poderia ser encontrado em terras coloniais. Segundo Marcos Andrade, os relógios de algibeira começaram mesmo a ser utilizados no Brasil a partir das primeiras décadas do século XIX, especialmente após 1850.<sup>186</sup>

Outros itens importantes dos bens domésticos eram as pratarias (68,75%) e as louças (25,0%), como talheres, facas, bules, aparelhos de chá, tijelas e frasqueiras que representavam parte da riqueza patrimonial dessas famílias e uma forma de ostentar o poder socioeconômico

---

<sup>182</sup> ANDRADE, Marcos. op. cit. pp.129-133.

<sup>183</sup> Invenário post-mortem.004/CD01. Arquivo do Fórum Wenceslau Braz. Itajubá-MG.

<sup>184</sup> Inventário post-mortem.092/CD10. Arquivo do Fórum Wenceslau Braz. Itajubá-MG.

<sup>185</sup> Inventário post-mortem.008/CD04. Arquivo do Fórum Wenceslau Braz. Itajubá-MG.

<sup>186</sup> ANDRADE, Marcos. op.cit. p.132.

desses indivíduos em ocasiões especiais.<sup>187</sup> O inventário de Luiza Thereza de Brito, de 1808, apresentou várias “louças da Índia”, como pratos, xícaras e bules, além de uma numerosa lista com itens em prata, como talheres, facas, travessas, cálices e copos.<sup>188</sup>

Já os móveis parecem não ter recebido muita atenção em nossos inventários, mas se percebe que, entre os mais abastados, a quantidade do mobiliário é maior, visto o número de cadeiras, tamboretas, armários e camas listados. Além disso, esses lares também possuíam acessórios de decoração, como espelhos e quadros. Em relação às vestimentas e roupas de cama, mesa e banho eram acrescidas de muitos detalhes, o que demonstrava o requinte dessas peças e o valor econômico e simbólico atribuídos a elas.

A mesma Dona Francisca Tereza de Jesus possuía em seu inventário a melhor descrição de vestimentas e roupas que encontramos. A inventariada possuía arrolados entre seus bens quatro lençóis de linho, uma colcha de cetim azul toda bordada, cobertores, fronhas de linho, vários panos de algodão (que possivelmente seriam para que fazer roupas para a família), uma casaca de veludo de cor marrom forrada com botões de veludo, uma saia de veludo preta, um “guarda pó” de seda de cor amarela e um manto de seda.<sup>189</sup> Certamente a diferenciação social entre Dona Francisca e os demais indivíduos da freguesia poderia ser notada nos passeios que a inventariada e sua família faziam.

Vamos agora nos ater a um caso específico do nosso corpo documental. O inventário de D. Maria José Pereira, de 1835, já citado anteriormente e que foi o maior montante-líquido que encontramos. Procuramos detalhar na tabela abaixo os bens arrolados no documento:

---

<sup>187</sup> Idem.

<sup>188</sup> Inventário post-mortem.021/CD01. Arquivo do Fórum Wenceslau Braz. Itajubá-MG.

<sup>189</sup> Inventário post-mortem. 004/CD01. Arquivo do Fórum Wenceslau Braz. Itajubá-MG.

**Tabela 13: Composição da riqueza, em mil-réis, da inventariada  
D. Maria José Pereira (Itajubá – 1835)**

<b>Bens de D. Maria José Pereira</b>	<b>Valor(em réis)</b>	<b>%</b>
Imóveis	12:215\$000	14,0
Jóias	499\$200	0,6
Prataria (pertences domésticos)	820\$800	0,9
Metais	4:411\$540	5,1
Móveis	596\$800	0,7
Instrumentos	545\$620	0,6
Rebanho	15:599\$000	17,9
Dívidas ativas	22:248\$586	25,5
Escravos	29:730\$000	34,1
Outros	507\$000	0,6
<b>Total (monte-mor)</b>	<b>87:173\$546</b>	<b>100,0</b>
Dívidas passivas	3:573\$206	-

Fonte: Inventário post-mortem. 067/CD08. Arquivo do Fórum Wenceslau Braz. Itajubá-MG.

Os dados dessa tabela representam apenas um pequeno universo diante de todo lote documental que pesquisamos, mas sabemos que a partir dele podemos mostrar a composição dos bens das famílias daquela sociedade, independente do valor de seu patrimônio.<sup>190</sup>

Sheila Faria afirma que as mais ricas famílias em áreas rurais já não mais moravam em casas simples e mal construídas. A arquitetura havia mudado no século XIX e com ela o “recheio” que compunha as casas. A casa de vivenda possuía uma lista longa de bens, entre eles móveis, jóias e utensílios domésticos.<sup>191</sup>

D. Maria José Pereira deixara uma grande quantidade de jóias, tudo em ouro ou diamantes, entre relógios, correntes, anéis e colares. Além disso, possuía também uma considerável prataria doméstica, com castiçais, tesouras e talheres. Entre os móveis encontramos peças em madeira muito bem avaliadas, havendo camas, catres, mesas, caixas, bacias, gamelas, teares, rodas de fiar, enxoval de casa, um grande oratório com imagens em pedra e um crucifixo. Diversos instrumentos de trabalho também foram arrolados, como enxadas, machados, foices, fornos e tachos, que deveriam ser utilizados no trabalho da fazenda e do comércio, em que a principal mão-de-obra recaía sobre os 90 escravos do plantel.

Possuíam também muitos móveis de casa em madeiras nobres e até mesmo objetos de decoração, como quadros e espelhos. Os pastos estavam repletos de animais (entre eles cavalos, porcos e gados), que eram comercializados principalmente pela tropa. Além disso,

<sup>190</sup> Inventário post-mortem. 067/CD08. Arquivo do Fórum Wenceslau Braz. Itajubá-MG.

<sup>191</sup> FARIA, Sheila. op. cit. pp.360-361.

uma enorme lista de dívidas ativas denunciava os que deviam à família, que mantinha parte do patrimônio que possuía através dos negócios que realizava.

Com esse exemplo, podemos perceber que a unidade produtiva de D. Maria José Pereira se dedicava principalmente à pecuária. Não encontramos explicitamente a presença da agricultura voltada para a mercantilização na unidade, contudo os investimentos principalmente em gado e porcos representavam 17,9% de todo patrimônio.

Com a tropa que estava na Corte foram avaliadas dezenas de cabeças de porcos, o que comprova a comercialização pecuária. Isso pode estar relacionado diretamente com o percentual de dívidas que a família tinha a receber (25,5% dos bens) a partir da venda de animais. O maior percentual dos bens ficou por conta da escravaria, atingindo a soma de 90 escravos, ou seja, 34,1% de todo patrimônio listado. Escravos esses que possivelmente estavam envolvidos nos afazeres gerais da propriedade, mas principalmente no cuidado com os animais e no trabalho direto com a tropa que comercializava esta produção.

Como esse inventário representa a posse de bens de uma elite local, nos concentramos em perceber a riqueza dos detalhes descritos na composição dos bens. Lembrando mais uma vez que a partir dos inventários tentamos construir apenas parte do universo material que foi arrolado no documento.

Obviamente, esse não era um universo material que a maioria dos inventários pesquisados possuía, mas reflete parte do poder social, econômico e político que esses indivíduos detinham perante os demais daquela sociedade.

### **CAPÍTULO III**

## **PRODUÇÃO, PERSPECTIVAS DE MERCADO E POSSE DE ESCRAVOS**

Depois de analisarmos questões relacionadas ao perfil demográfico e social da freguesia, pretendemos nesse capítulo, apresentar uma configuração do sistema econômico em funcionamento, a partir do estudo da composição da riqueza, principalmente da produção ligada à agropecuária, em conformidade com aquela sociedade escravista colonial/imperial.

Os inventários post-mortem serão a base documental deste capítulo. Depois de toda análise nesses documentos e de aprofundar nossos estudos na bibliografia recorrente para essa região - acerca do perfil socioeconômico traçado para o sul mineiro, dos séculos XVIII e XIX - parece-nos explícito que o grande envolvimento do termo de Campanha da Princesa era mesmo a diversificação econômica, especialmente a agropecuária.

Sendo assim, nesse capítulo procuraremos levantar os indícios que nos fizeram acreditar que a vocação da região era mesmo a agropecuária, tanto para uma produção de subsistência, quanto para uma possível mercantilização do excedente produzido. Obviamente, outros tipos de produções eram presentes na região e contribuíam para o “movimento” econômico da freguesia, em especial. Com isso, pretendemos nesse momento, apresentar com a maior quantidade de detalhes possível, quais seriam esses produtos, a sua relevância em relação ao padrão de riqueza de cada unidade, bem como definir quais eram as atividades em que a freguesia mais estava envolvida naquele período, de acordo com os inventários.

Com esses resultados, poderemos comparar com as mesmas produções encontradas para o termo de Campanha, no mesmo período, a partir do trabalho de outros estudiosos e assim mapear a participação da freguesia de Itajubá dentro do conjunto. Não podemos esquecer também que Itajubá possuía um registro de entrada e saída de mercadorias e as informações encontradas a respeito serão apresentadas nesse capítulo.

Por fim, nos cabe discutir a presença da mão-de-obra escrava nessa sociedade local, no que tange a sua participação na produção econômica, bem como procurar traçar um perfil socioeconômico desses agentes, a partir da documentação estudada.

### 3.1 – Produção mercantil: um desafio para o sul mineiro.

Quando o território colonial que se conheceria por Minas Gerais foi desbravado, o interesse crucial era a descoberta das riquezas minerais. Os primeiros povoados na região central surgiram anos após as primeiras incursões. O ouro se tornava a realidade para muitos aventureiros ao fim do século XVII e início do XVIII. Contudo a fome e a escassez de alimentos eram tão presentes, que foi preciso criar soluções para sanar esse problema básico de sobrevivência. Segundo Diogo de Vasconcelos, “preocupados pois em matar a fome, e em fazer as roçadas para mantimentos, os primeiros moradores do Carmo se espalharam já ao longo do ribeirão e de seus afluentes. E desse tempo se iniciaram as mais antigas fazendas do Carmo(...)”.<sup>192</sup>

Segundo relatos do mesmo autor, a região chegou a passar por várias “crises” causadas pela falta de alimentos e a fome.<sup>193</sup> Contudo, a medida que as vilas e povoados foram surgindo, a necessidade de uma produção alimentar que abastecesse toda aquela região mineradora, promoveu a criação de fazendas especializadas no plantio e na criação de animais.

Em relação a períodos de escassez de alimentação, principalmente para o século XVII, apontados para toda a América Portuguesa, Antonio Carlos Jucá procura repensar essas ponderações a respeito do que se denomina por “crises de alimentação”. Ao estudar a sociedade carioca, ao longo dos séculos XVII e XVIII, o autor argumenta que esses momentos de possíveis faltas de abastecimento devem ser mais bem estudados e problematizados para cada região colonial e não cabem em sucintas generalizações.<sup>194</sup>

Para a capitania fluminense, o autor demonstra que os motivos de uma crise vão muito além de um êxodo para as regiões mineradoras, tendo também estreita ligação com as transformações que a própria cidade do Rio de Janeiro passava naquele momento, sendo o crescimento populacional um dos motivos da falta de alimentos. Aliás, a abertura de novas áreas de povoamento no interior da colônia traria novos circuitos mercantis e riquezas para a praça carioca. Ainda nessa linha expositiva, o autor afirma que Minas Gerais já havia desde seus primórdios criado um eficiente sistema de abastecimento e que com a crise do ouro, para a segunda metade do século XVIII, essa diversificação econômica seria imperante na economia mineira.

---

<sup>192</sup> VASCONCELOS, Diogo de. *As primeiras vilas do ouro*. Belo Horizonte: 1962,p.31. Apud: ALMEIDA, Carla. op.cit.p.44.

<sup>193</sup> Idem.

<sup>194</sup> SAMPAIO, Antonio Carlos Jucá de. *Na encruzilhada do Império*. Hierarquias sociais e conjunturas econômicas no Rio de Janeiro. (c.1650-c.1750). Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003. pp.80-85.

Assim, a partir da principal região mineradora de Minas Gerais já era possível perceber a concomitância de outros negócios, que se faziam presentes na capitania além da extração do ouro.

E ao recordamos novamente os feitos que a historiografia sobre Minas Gerais proporcionou, a partir do final da década de 70, às considerações acerca da produção mineira ficam evidentes. Nesse sentido, os trabalhos pioneiros de Alcir Lenharo, Roberto Martins, Robert Slenes e Douglas Cole Libby foram essenciais por apresentar uma economia mineira dinâmica, diversificada e mercantilizada.<sup>195</sup> A associação da mineração com outras produções, como a agropecuária havia sido uma realidade em Minas, até mesmo antes do período de declínio da atividade mineradora. O trabalho de Carlos Magno Guimarães e de Liana Reis já havia comprovado esse consorciamento produtivo para as primeiras décadas do século XVIII, contradizendo assim a tese do exclusivismo da economia do ouro.<sup>196</sup>

Assim, para além de uma economia especializada e diversificada de produtos agropecuários para o consumo das unidades produtivas e do próprio povoado, existia uma produção, que aos poucos, foi se organizando e atendendo a mercantilização de outras regiões de Minas Gerais e inclusive de outras capitanias.

Em se tratando do sul mineiro, vimos que mesmo com a ineficácia da extração mineral em muitos povoados - como foi o caso da freguesia de Itajubá - a comarca do Rio das Mortes tornara-se especializada na produção de gêneros de todos os tipos. E mais uma vez é oportuno voltarmos ao trabalho de Alcir Lenharo, já que aquela pesquisa foi uma das primeiras a chamar a atenção para a importância da região sul mineira como formadora de um mercado consumidor e exportador de produtos de todos os gêneros para outras regiões. Assim, os caminhos que levavam ao Rio de Janeiro fizeram parte da principal rota comercial que o sul mineiro traçou, principalmente com a necessidade imperante de abastecer o mercado carioca com as transformações que a cidade passara com a vinda da Corte.<sup>197</sup>

Para João Fragoso, o sul de Minas era uma região que se inseriria decisivamente na rede mercantil do Rio de Janeiro, a partir do século XIX. Além da exportação de bovinos e

---

<sup>195</sup> Esse debate já foi apresentado no primeiro capítulo. Segue as obras citadas mais uma vez aqui, para ratificar nossa afirmativa. LENHARO, Alcir. *As tropas da moderação: o abastecimento da corte na formação política do Brasil: 1808-1842*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes. Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração, 1993; MARTINS, Roberto & MARTINS FILHO, Amílcar. *A escravidão numa economia não exportadora: novas perspectivas sobre Minas Gerais no século XIX.*; SLENES, Robert. *Os múltiplos de porcos e diamantes: a economia escravista de Minas Gerais no século XIX*. Cadernos IFCH-UNICAMP. n.17.1985; LIBBY, Douglas. *Transformação e trabalho em uma economia escravista: Minas Gerais no século XIX*. São Paulo: Brasiliense.1988.

<sup>196</sup> Em relação a essas considerações, vejamos novamente a primeira parte do capítulo 1, dessa dissertação.

<sup>197</sup> Especialmente o capítulo 4, "A conexão mercantil sul de Minas-Rio de Janeiro". LENHARO, op.cit.

porcos, a região era responsável também pelo envio ao mercado carioca de fumo (como o caso de Cristina e Baependi) e tecidos grossos para escravos (como Aiuruoca). A produção das freguesias daquela região estava também ligada à agricultura de cereais, podendo ser mercantilizados.<sup>198</sup>

Em relação ao que Alcir Lenharo entende pelo termo “sul de Minas”, cabe uma consideração. Parece-nos que ao utilizar essa expressão, o autor quer dizer toda a extensão da comarca do Rio das Mortes, a partir da praça comercial de São João del Rei, o que não coincide com o que se conhece hoje como sul de Minas, onde se abrigou a freguesia de Itajubá. Eram terras mais longínquas da sede da comarca e, por isso mesmo, aquelas terras criaram maneiras diferentes de manter comércio com outras regiões da colônia, principalmente com o Rio de Janeiro.

O próprio autor nos fala que, “para os fins deste trabalho interessa especialmente o estudo de um outro corredor de exportação que escapava da ação imediata do comércio atacadista de São João del-Rei e que configurava uma outra forma de organização mercantil.”<sup>199</sup> Ao afirmar isso, o autor se refere aos proprietários do sul de Minas “mais independentes” das relações comerciais com a praça mercantil de São João del Rei, que através de outros caminhos se colocavam diretamente em negociação com a praça carioca.<sup>200</sup> Isso por conta da menor distância até o Rio de Janeiro, o que possibilitava a vinda de produtos da capitania de São Paulo e até mesmo do sul mineiro que poderiam passar pela serra da Mantiqueira, como era o caso dos caminhos que ligavam a freguesia de Itajubá até as freguesias de Guaratinguetá e Taubaté (em São Paulo) e de lá para o Rio de Janeiro.

Afonso de Alencastro também nos conta sobre esse circuito comercial “independente” que atuava ao sul da comarca do Rio das Mortes e sobre uma possível “monopolização” de boiadeiros do sul de Minas, que prejudicaram a ação tradicional de negociantes, como os da praça de São João del Rei. Em meados do século XIX, algumas dessas câmaras municipais da região como, Campanha, Pouso Alegre, Itajubá, Baependy, Lavras, Cristina, Três Pontas, Jacuí e Passos, haviam feito um pedido à Assembléia Provincial para a criação da província de “Minas d’entre Rios”. As justificativas se baseavam na falta de rendas para a região, na evasão fiscal, diversidade e distância geográfica da capital (Ouro Preto), “que impediam uma administração uniforme e eficiente”. Mesmo diante de toda essas alegações, o projeto de

---

<sup>198</sup> FRAGOSO, João. op.cit. p.129.

<sup>199</sup> LENHARO, op.cit. p.79.

<sup>200</sup> Idem.

ruptura nunca foi aceito, sempre sob protesto da câmara de São João del Rei, que foi excluída da ideia de separação.<sup>201</sup>

Ainda sobre os circuitos mercantis e negociantes do sul mineiro, Alcir Lenharo nos afirma que os proprietários tinham suas próprias tropas e que, em geral, os próprios membros da família eram seus condutores pelos esses caminhos, ou então agregados de confiança, ligados a eles por vínculos de compadrio ou parentesco mais afastado.<sup>202</sup>

Para a freguesia de Itajubá, Armelim Guimarães escreveu que logo no início da formação do novo povoado do Itajubá, no vale do Sapucaí, era possível acompanhar as movimentações comerciais que a freguesia possuía com outras freguesias e regiões no sul mineiro:

(...) Iam adquirindo terras, ocupando glebas e ribeirões, antes pertencentes a sesmeiros, e a formação urbana do vilarejo do Pe. Lourenço rapidamente se realizava à margem direita do Sapucaí, crescendo e embelezando-se com boas e sólidas residências e mansões, pois todos os fazendeiros e lavradores queriam ter casa ou chácara na cidade. Os cereais e o gado, a indústria de rapadura, queijos, manteiga e aguardente emprestaram o primeiro impulso ao progresso, muito favorecendo para isso o escoamento desses produtos que, muito cedo, se fazia pelas barcas pelo Sapucaí(...), os quais encontravam comércio nas localidades do oeste; ou por meio de tropas que transportavam cargas para Pouso Alegre, Campanha, Baependi, Pouso Alto e outros lugares populosos de Minas Gerais, sem o risco dos salteadores da Mantiqueira e outras dificuldades que a serra oferece(...) Além disso, era excelente o clima que propiciava o bem êxito na lavoura e melhores pastagens para os rebanhos.<sup>203</sup>

A partir desse relato e de outros descritos por demais autores que escreveram sobre a freguesia e a região, percebemos que os produtores e comerciantes de Itajubá não estavam envolvidos somente com o mercado da Corte. Eles também participavam de uma rota que abastecia freguesias vizinhas, do próprio termo de Campanha da Princesa, ou que então era um meio de passagem para os caminhos que conduziam até a Mantiqueira e de lá para o Rio de Janeiro. O trecho também nos sugere a utilização das barcas que navegavam pelo rio Sapucaí, podendo ser grande meio de circulação de mercadorias da região e como um meio alternativo ao acesso terrestre.

Os inventários pesquisados nos oferecem indícios consistentes de uma produção voltada para o mercado regional e até mesmo para o mercado na Corte, a partir da freguesia de Itajubá. Esses indícios podem ser conferidos pelos bens arrolados ao longo dos documentos, concentrados principalmente na produção agropecuária. Daqui por diante,

---

<sup>201</sup> GRAÇA FILHO, op.cit. p.199.

<sup>202</sup> LENHARO, op.ci. p.79.

<sup>203</sup> GUIMARÃES, Armelim. op. cit. pp.92-93.

apresentaremos alguns casos desses negócios sendo realizados entre a freguesia estudada e o mercado carioca.

Retomamos a trajetória de D. Maria José Pereira, citada no segundo capítulo. Ela falecera em 1835 quando era residente na fazenda do Rio Manso, freguesia de Itajubá.<sup>204</sup> Seus bens foram declarados pelo filho inventariante, Alferes José Manoel dos Santos Pereira. Entre os bens arrolados se destacava a presença de uma tropa que a família possuía e que se achava no Rio de Janeiro “em negócios”. O inventariante afirmava que quando essa tropa retornasse, ele iria adicioná-la aos bens. O retorno da tropa adicionou ao inventário: 81 bestas, ao valor de 120\$000 réis cada; e outras 27 bestas ao valor de 80\$000 réis cada; além de mais algumas bestas com valores menores e um cavalo.

Também foram arrolados 16 escravos que acompanhavam a tropa, bem como muitos instrumentos de trabalho. De acordo com os bens descritos, é evidente que essa unidade produtiva dedicava-se à exportação de gado vacum e equídeo, podendo até mesmo exportar muares, além de uma expressiva quantidade de gado suíno. Não descobrimos ao certo o que essa tropa havia transportado, mas há indícios de que levavam vários tipos de gado até a praça carioca.

As terras da fazenda, bem como de outras propriedades do casal apresentavam “terras virgens, capoeiras, moinhos e mais pertences”, o que indicava que as produções agrícolas poderiam estar presentes no cotidiano produtivo da unidade. Infelizmente, não tivemos mais detalhes sobre quem participava da condução da tropa, além dos escravos listados.

Esse caso, dentre outros presenciados, nos confere concluir que a freguesia, além de rota de acesso até os caminhos que levavam ao Rio de Janeiro, estabelecia uma considerável relação comercial direta com a praça carioca. Não só como interceptora de mercadorias que escoavam do sul mineiro e de outras regiões até a Corte, mas também como produtora, participando assim desses circuitos comerciais.

### **3.2 – Paisagens de uma freguesia: produção econômica em movimento.**

A partir do que foi apresentado até então, já nos é possível perceber os contornos econômicos que a área fronteira ao sul da comarca do Rio das Mortes estava envolvida, em especial o objeto de estudo privilegiado para esse trabalho, a freguesia de Itajubá.

---

<sup>204</sup> Inventário post-mortem. 067/CD08. Arquivo do Fórum Wenceslau Braz. Itajubá-MG.

Angelo Carrara ao afirmar que procurou descrever os espaços econômicos constituídos para Minas Gerais - através dos circuitos e do fluxo que as mercadorias criaram e como esses espaços deveriam ser entendidos para muito além de suas fronteiras administrativas - nos rememorou da importância em se concentrar num estudo que procure conhecer o perfil socioeconômico de uma freguesia, não pelo seu caráter isolado ou ligado simplesmente ao termo que ela pertencia. Na verdade, ao estudar a freguesia de Itajubá, as demarcações administrativas perdem suas importâncias, diante dos contornos mercantis que essas áreas vão “desenhando”, à medida que o fluxo dessas rotas comerciais se formava entre as áreas consumidoras e abastecedoras.<sup>205</sup>

Pensando nisso, fica nítido que a freguesia de Itajubá havia se formado em uma área que participaria, principalmente a partir do século XIX, de um complexo mercantil constituído para muito além das freguesias mineiras e que estabelecia relações comerciais até mesmo com outras províncias, numa rota descrita por João Fragoso, como “centro-sul” da colônia.<sup>206</sup> Encravada na fronteira sul da comarca do Rio das Mortes com a Capitania de São Paulo, a freguesia abria caminhos diretos com o vale do Paraíba paulista e com o Rio de Janeiro, tanto para estabelecer contatos comerciais com sua própria produção, quanto para servir de rota para as mercadorias que iam e vinham de outras partes de Minas Gerais e até mesmo de outras regiões da colônia.

### **3.2.1 – A recebedoria de Itajubá.**

Para se compreender melhor a circulação de mercadorias pelos caminhos de Minas Gerais, um bom estudo é conhecer melhor as recebedorias ou registros de entrada e saída de mercadorias. Mesmo não sendo o foco da nossa pesquisa, vale nesse momento ressaltar sobre sua presença na região da freguesia.

Segundo Cristiano Restitutti, as recebedorias foram criadas pela lei nº 154, de 1839. No ano seguinte, havia 26 recebedorias ativas, sendo que 3 se encontravam desocupadas por falta de funcionários. Alguns desses postos fiscais já existiam desde o século XVIII, previamente conhecidas como “registros”. O autor contabilizou em seu trabalho 71 recebedorias ativas em pelo menos um ano fiscal entre 1802 e 1884.<sup>207</sup>

---

<sup>205</sup> CARRARA, op.cit. pp.113-116.

<sup>206</sup> Essa questão foi apresentada anteriormente no capítulo II. FRAGOSO, op.cit. pp.115-151

<sup>207</sup> RESTITUTTI, op.cit. p.99. Ver anexo 01, p.194.

Angelo Carrara ao estudar a entrada de mercadorias em Minas Gerais, afirma que esses registros existem de fato desde o século XVIII e podem revelar o abastecimento para a região das Minas, principalmente por parte do Rio de Janeiro. Segundo o autor, eram 24 registros entre o período de 1765 e 1767.<sup>208</sup> Carrara nos atenta também que para a série “entradas” não existem informações para um período de anos para todos os registros. Outras considerações feitas também têm relação com o deslocamento de certos postos fiscais para outros lugares, devido a trilhas mais acessíveis e a alterações das tropas pelos caminhos dessas conexões mercantis.<sup>209</sup>

O que se pode perceber mesmo é que os registros ou recebedorias poderiam ser transferidos de lugar para se evitar que as tropas desviassem dos postos de arrecadação. Esses postos eram estações de vigia em “picadas paralelas” aos principais caminhos. A partir de 1839, com algumas transformações e o crescimento mercantil em determinadas regiões, principalmente as fronteiras, algumas recebedorias passaram a ter significativo valor para o fisco provincial, principalmente para evitar os extravios.

Em outras recebedorias, os movimentos de tropas eram tão pequenos que nem pagavam os funcionários e ficavam à mercê de outros postos. A partir da década de 1870, com a criação da malha ferroviária, o sistema fiscal realizado por algumas recebedorias passou por mudanças e começou a perder sua importância de arrecadação, para os postos fiscais criados entre as próprias linhas férreas.<sup>210</sup>

Segundo Cláudia Chaves, os registros eram frequentados principalmente por tropeiros, comboieiros, boiadeiros e mascates, que transitavam com as mercadorias em distâncias maiores. Ao chegar à recebedoria, o responsável anotava em seu livro o nome do condutor, às vezes, a procedência e o destino, além do nome do responsável pela mercadoria (quando o condutor era apenas um encarregado do serviço e a produção pertencia a uma pessoa ou a várias). O condutor poderia ser um capataz ou administrador da fazenda e não era comum o próprio dono realizar essas viagens. Alguns escravos também poderiam compor a tropa, sob o comando sempre do condutor.<sup>211</sup>

---

<sup>208</sup> CARRARA, op.cit. pp.114-122. O autor pesquisou a relação dos livros de entrada de mercadorias, pertencentes à Casa dos Contos de Ouro Preto. A série “Entrada de mercadorias” está listada no Inventário analítico dos códices da Coleção Casa dos Contos, do Centro de Estudos do Ciclo do Ouro.

<sup>209</sup> Idem.

<sup>210</sup> RESTITUTTI, op. cit. pp.101-102.

<sup>211</sup> CHAVES, op.cit. pp.114-115. A autora define os tropeiros como principais agentes do mercado mineiro colonial, transportando mercadorias de diversas partes de Minas Gerais, tanto para dentro da própria capitania, quanto, principalmente, para o Rio de Janeiro e São Paulo. Já os boiadeiros ou comboieiros conduziam as boiadas e também os escravos para serem comercializados de um lugar para o outro. Os mascates são definidos como comerciantes muito comuns em Minas Gerais, a partir do século XVIII. Eram considerados contraventores e estavam sob constante vigilância das autoridades.pp.45-56.

Cristiano Restitutti estudou o comércio interprovincial a partir da desagregação das rotas e de suas fronteiras. Assim, o autor demarcou cinco grandes áreas fronteiriças por onde as mercadorias entravam e saíam de Minas Gerais. Especificamente para a região em que estava a freguesia de Itajubá, Restitutti intitulou aquela fronteira de “sul extremo”, composta por recebedorias ao longo de diversas rotas através da serra da Mantiqueira para o vale do Paraíba paulista e desde as regiões de Campanha e São João del Rei. Os destaques das exportações de mercadorias desta região ou pelo acesso a essa área ficavam por conta da produção de fumo, desde a região de Baependi, em direção a Itajubá, entre as décadas de 1810 e 1850. Além disso, o autor descreve grande fluxo de gado suíno e bovino, bem como outros gêneros da pecuária.<sup>212</sup>

Segundo o autor, as importações ocupavam a maior passagem de mercadorias por aquela fronteira até o início do século XIX. A chegada da Corte portuguesa em 1808 favoreceu a abertura de novos caminhos desde Minas Gerais até o Rio de Janeiro e aumentou a demanda, principalmente por produtos de abastecimento. Nesse sentido, essa rota pelo sul extremo passou a escoar até a capital, produtos ligados à agropecuária, bem como servir de passagem para produções que vinham de outras áreas.<sup>213</sup>

A fronteira sul extremo de Minas transportaria produtos desde a estrada Vila Rica-São Paulo, passando por São João del Rei, Campanha, Pouso Alegre e o registro de Jaguari, além de rotas auxiliares que se tornaram muito importantes como as de Itajubá a Lorena. Já no vale do Paraíba paulista, essas mercadorias eram transportadas até o porto de Parati, seguindo para a Corte por via marítima, ou diretamente para o Rio de Janeiro, por via terrestre.<sup>214</sup>

A recebedoria de Itajubá estava localizada próximo ao antigo povoado, no alto da serra da Mantiqueira, divisa com São Paulo, chamado de Soledade do Itajubá (ou Itajubá velho, atual município de Delfim Moreira). A recebedoria ficava em uma área estratégica de passagem das mercadorias, o que garantia caminho quase único até o vale do Paraíba paulista e a estação de vigia era conhecida como “Marins”.<sup>215</sup>

---

<sup>212</sup> Ibidem. p.117.

<sup>213</sup> Ibidem.p.161.

<sup>214</sup> Idem.

<sup>215</sup> MINAS GERAIS. Falla dirigida à Assembléa Legislativa Provincial de Minas Geraes na sessão ordinaria do anno de 1846, pelo presidente da provincia, José Idelfonso de Sousa Ramos. Ouro Preto: Typ. Imp. de B.X.P. de Souza, 1849. p. 19. Apud: RESTITUTTI, op. cit. p.167. No Almanach Sul-mineiro, de 1874, Bernardo Saturnino da Veiga tece o seguinte comentário sobre as estradas do sul de Minas: “*Em geral as vias de comunicação do sul de Minas limitão-se à trilhos feitos a casco de animal e conservados pelo sol, mas entre os lugares de maior commercio existem algumas legoas de soffrivel caminho e veem-se varias pontes adqueridas pela provincia ou pelas municipalidades. Há contudo no sul de Minas quatro estradas que, não obstante carecerem de urgentes concertos, mudanças, etc, prestão-se mais commodamente ao livre transito dos viajantes, tropas e carros de*

As mercadorias vinham desde a região do vale do Sapucaí, onde estava a nova freguesia e subia até o antigo povoado, atravessando assim a fronteira com o vale do Paraíba paulista:

Há quem acredite, com algum fundamento, ter sido a utilização das barcas cragueiras pelo Sapucaí uma das causas de Itajubá, logo na sua fundação, ter progredido muito mais do que a antiga Itajubá(...)Eram barcas movidas a varejão ou zinga que exigiam grande esforço humano na subida do rio, não só porque se lutava contra a correnteza como ainda era rio acima que esses batelões navegavam carregados de mercadorias apanhadas no baixo Sapucaí ou já em portos do rio Grande(...) em 1858, já se falava em barca a vapor em Itajubá.(...) Junto de Itajubá corre o Sapucaí, onde havia grande comércio de barcas, dali para Douradinho, conduzindo sal e cargas do Rio de Janeiro, trazendo cal, rapaduras, mantimentos, etc, gastando mais ou menos um mês de viagem de ida e volta.<sup>216</sup>

Segundo Cristiano Restitutti, a recebedoria de Itajubá era uma das mais importantes de toda a fronteira sul extremo e só passou a ganhar destaque a partir do aumento das exportações de Minas Gerais para o Rio de Janeiro, a partir do século XIX. Os principais produtos que eram exportados pela recebedoria de Itajubá, durante o oitocentos, passando pelo vale do Paraíba paulista eram fumo (na grande maioria), gado suíno e bovino, toucinho, queijos e grãos.<sup>217</sup>

---

*bois: são as do Passa-Vinte, Picú, Itajubá e Samambaia, nos limites desta com as províncias do Rio e de S. Paulo*”(VEIGA, op.cit. p.36.)

<sup>216</sup> GUIMARÃES, op.cit. pp.191-193.

<sup>217</sup> RESTITUTTI, op.cit. p.178. O autor apresenta dados sobre o comércio de Itajubá a Lorena, pela estrada de Piquete, no vale do Paraíba paulista, para os anos de 1872 a1875. Ver anexo 02, p.195.

**Tabela 14: Fronteira de Campanha: participação por recebedorias, 1802-1884. (libras esterlinas totais)**

Recebedorias	Segmento	Período	Anos	Part.	Principais produtos		
Picu	Pouso Alto	1828-84	33	50,7%	G.vacum 35,1%	Fumos 26,8%	Toucinho 25,0%
Sapucaí-mirim	Pouso Alegre	1818-84	34	21,4%	Fumos 48,1%	Suíños 27,0%	G.vacum 8,5%
Itajubá	Pouso Alegre	1815-84	39	19,0%	Fumos 83,5%	Toucinho 8,3%	G.suíño 3,0%
Jaguari	Pouso Alegre	1815-84	37	5,4%	Fumos 67,5%	Toucinho 8,0%	G.suíño 7,0%
Mantiqueira	Pouso Alto	1802-69	29	3,3%	Fumos 68,3%	G.bovino 8,8%	Toucinho 7,3%
Monte Belo	Pouso Alto	1839-59	15	0,1%	G.vacum 40,4%	Toucinho 20,9%	Fumo 18,9%
EF Minas e Rio	Pouso Alto	1884-84	1 mês	0,1%	Toucinho 48,2%	Café 21,9%	Fumo 19,6%
Ouro Fala	Pouso Alto	1874-78	2	0,0%	G.vacum 57,2%	G.suíño 29,8%	Toucinho 4,6%

Fonte: Rotas e principais exportações em algumas recebedorias da Fronteira de Campanha. Apud: RESTITUTTI, Cristiano. As fronteiras da província. Rotas de comércio interprovincial – Minas Gerais, 1818-1884. Dissertação de mestrado. Araraquara: UNESP, 2006. p.168.

A partir da tabela acima, elaborada por Cristiano Restitutti, é possível percebermos a participação da recebedoria de Itajubá nas exportações de mercadorias, tanto para a região do vale do Paraíba paulista, quanto para o sul mineiro. Entre o período de 1815 e 1884, a recebedoria teve a terceira maior participação de exportação da fronteira de Campanha, além de ter apresentado entre seus principais produtos exportados, uma expressiva produção de fumo. Como podemos antecipar, a freguesia foi grande produtora de fumo e essa cultura tomou conta de muitas unidades produtivas da região. Nossos inventários puderam também revelar que entre as roças e colheitas apresentadas pelos inventariantes, parte estavam na produção do fumo, o que veremos melhor em breve.

Angelo Carrara afirma que o registro de Itajubá já estava vinculado ao recebimento de importações de mercadorias desde meados do século XVIII e que essas articulações mercantis extrapolavam os limites da capitania, assim como outros registros em Minas Gerais. Isso se explicaria para o autor como uma crescente mercantilização entre o sul mineiro com a emergente praça carioca, principalmente a partir da segunda metade do século XVIII, com

uma produção sul mineira voltada, em sua maioria, para a pecuária bovina e suína, além do plantio do fumo.<sup>218</sup>

E em se tratando de uma conexão mercantil entre o sul mineiro com o norte de São Paulo, Carrara afirma que alguns registros, como o de Itajubá, são testemunhas de uma articulação precoce entre essas regiões. A maioria dos centros consumidores no sul de Minas se formou principalmente a partir da segunda metade do século XVIII, devido às descobertas tardias de ouro nessa região, mas que já controlavam o fluxo de mercadorias do norte da Capitania de São Paulo e do sul mineiro.<sup>219</sup>

O autor também afirma que os produtos eram lançados como molhados, além de poucos escravos e fazenda seca. Exclusivamente para Itajubá, os números de 1765 a 1769 revelaram que as importações que por lá passaram consistiam de cachaça e sal. Essas cargas provinham de Guaratinguetá, Pindamonhangaba, Bragança Paulista, Taubaté e destinavam-se a Campanha, Itajubá e São João del Rei. Segundo Carrara, os rendimentos desse registro começaram a aumentar a partir de 1774.<sup>220</sup>

Ao estudar outra fonte, os dízimos paroquiais, a partir da segunda metade do século XVIII, Angelo Carrara chama a atenção para mais uma característica da produção agrícola e mercantilizada da freguesia de Itajubá. Segundo o autor, os dízimos constituem um registro da produção destinada ao comércio e a partir de sua seriação é possível acompanhar o nível da produção rural em cada freguesia, de acordo com os anos em que os dízimos são pagos. Para as freguesias em áreas de fronteira, Carrara aponta um crescimento da produção rural, como para o termo de Campanha. Vejamos:

---

<sup>218</sup> CARRARA, op. cit. pp. 115-132.

<sup>219</sup> Ibidem. pp.142-143. O autor afirma que nos registros de Minas o termo “fazenda seca” se entende como toda a espécie de gênero que seve para vestuário e por “fazenda molhada”, toda a qualidade de comestíveis, metais, pólvora e geralmente aquilo que se não veste.

<sup>220</sup> Idem.

**Tabela 15: População e dízimo da Vila de Campanha (1826)**

<b>Freguesias</b>	<b>Livres</b>	<b>Escravos</b>	<b>Total</b>	<b>%esc.</b>	<b>%PFT*</b>	<b>NL**</b>	<b>Dízimo</b>
Campanha	8.684	3.605	12.289	29,33	26,43	331	1:982\$804
Itajubá	2.621	1.198	3.819	31,36	8,21	451	1:975\$028
Pouso Alegre	5.205	1.285	6.490	19,79	13,95	317	1:866\$180
Caldas	2.402	900	3.302	27,25	7,10	156	1:394\$002
Sta Catarina	3.215	1.395	4.610	30,26	9,91	278	1:210\$161
Camanducaia	3.763	554	4.317	12,83	9,28	405	1:136\$353
S do Sapucaí	3.623	1.014	4.637	21,86	9,97	231	1:098\$900
Douradinho	2.390	523	2.913	17,95	6,26	118	669\$058
Ouro Fino	3.254	863	4.117	20,96	8,85	40	605\$270
<b>Total</b>	<b>35.157</b>	<b>11.337</b>	<b>46.494</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>2.327</b>	<b>11:937\$756</b>

\*Participação (%) da população da freguesia no total do termo; \*\* NL: número de contribuintes do dízimo; 1. Inclui o distrito de São Gonçalo da Campanha (atual São Gonçalo do Sapucaí); os números para a vila eram os seguintes: 6.175 livres e 2.412 escravos; para São Gonçalo, 2.509 livres e 1.193 escravos; 2. então Patrocínio das Caldas; 3. Natércia; 4. Silvianópolis; 5. distrito de Machado. Fontes RAPM, 2:630 para os dízimos, cf. a seção referente às fontes. Apud: CARRARA, Ângelo. Minas e currais. Produção rural e mercado interno de Minas Gerais. 1674-1807. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2007. p.278.

Embasado pelos dados acima, o autor propõe uma relação direta entre o valor pago dos dízimos e a posse de escravos para o termo de Campanha, o que demonstra claramente como a produção rural estava envolvida com a necessidade da mão-de-obra escrava. Além disso, vimos que para Itajubá, mesmo diante de um número reduzido de habitantes, a freguesia contava com a maior participação da população escrava no total, bem como a que tinha o maior número de pagadores de dízimos do termo, quase equivalente ao valor de dízimos da freguesia de Campanha.

E se a proposta do autor foi estabelecer uma relação de que quanto maior a participação de escravos no total da população da freguesia, maior seria a contribuição dos pagadores de dízimos, podemos assim concluir que, sendo os dízimos valores pagos sobre a produção rural para o mercado, Itajubá tinha uma participação mercantil considerável no termo.<sup>221</sup>

Ao resgatar a participação mercantil da freguesia de Itajubá através da atuação de sua recebedoria, entre meados do século XVIII e o decorrer do XIX, nossa intenção foi recolher informações que desse conta da produção rural na qual Itajubá estava envolvida, além de corroborar para a participação da freguesia no fluxo mercantil. A documentação pesquisada nesse estudo difere das fontes estudadas sobre a recebedoria de Itajubá, contudo nossos inventários poderão acrescentar informações acerca da produção rural através da qual a freguesia participava nas rotas mercantis já citadas. Ao consultar os inventários e analisar os

<sup>221</sup> Ibidem. pp.277-278.

bens arrolados nos inventários, procuraremos traçar a presença da produção rural e da posse da terra entre os bens daqueles indivíduos.

### **3.2.2 – Composição dos bens nos inventários.**

A composição da tabela 16 e do gráfico 1, logo abaixo, nos permitirá começar a entender um pouco melhor parte do universo material daquela sociedade, no intervalo de tempo proposto. A partir dos dados coletados nos inventários, tivemos um panorama do padrão de riqueza e dos bens em que aquele patrimônio estava aplicado. Para elaborar a tabela 16, procuramos classificar os bens arrolados nos documentos em categorias, sempre de acordo com suas semelhanças de funcionalidade.

Neste caso, a categoria “imóveis” engloba propriedades rurais (seja fazendas ou sítios ou até mesmo terras não ocupadas) e propriedades dentro da freguesia, como casas ou pontos de comércio. Para “móveis e pertences de casa” agrupamos todo o tipo de objetos domésticos como, louças, talheres, pratos, copos, mobiliário e roupas. As “jóias” de família foram contabilizadas a parte, até mesmo como uma forma de atentarmos melhor para os bens mais valiosos no conjunto da casa.

A categoria “roça/colheita” era essencial para tentarmos perceber em que tipo de produção agrária estava envolvida a freguesia. Para “instrumentos e equipamentos” elencamos todos os objetos que davam indício sobre o trabalho na unidade produtiva como, foices, machados, enxadas, fornos, teares, alambique e carros. Em “animais”, podemos destacar bovinos, suínos e muares.

Já em “produtos de consumo na unidade produtiva.” agrupamos aqueles que eram a princípio, para consumo interno da propriedade, como sal e sabão. Para “Negócios de gênero”, apresentamos os pontos de comércio claramente identificados nos documentos, como botica e lojas de secos e molhados. As demais categorias foram “escravos”; “dívidas ativas”; “dívidas passivas”; “dinheiro em espécie” e “ouro”( que preferimos trazer em separado a título de percebermos os períodos de utilização de cada tipo de moeda para a freguesia no espaço de tempo estudado).

Em relação ao “monte-mor” entendemos como a soma de todos os bens apresentados em cada documento mais a soma das dívidas ativas. Em relação ao montante, optamos por

manter os valores em réis, porque o objetivo principal da nossa análise consiste em verificar a importância dos ativos na composição das fortunas e não propriamente os valores nominais. Além disso, dividimos nossa periodização em cinco intervalos, com um espaço de tempo de dez anos cada (com exceção do primeiro intervalo) para podermos verificar melhor as modificações ou permanências na posse de bens ao longo dos anos, bem como o desempenho da produção rural para cada intervalo.

**Tabela 16: Participação dos bens arrolados nos inventários(1785-1850).**

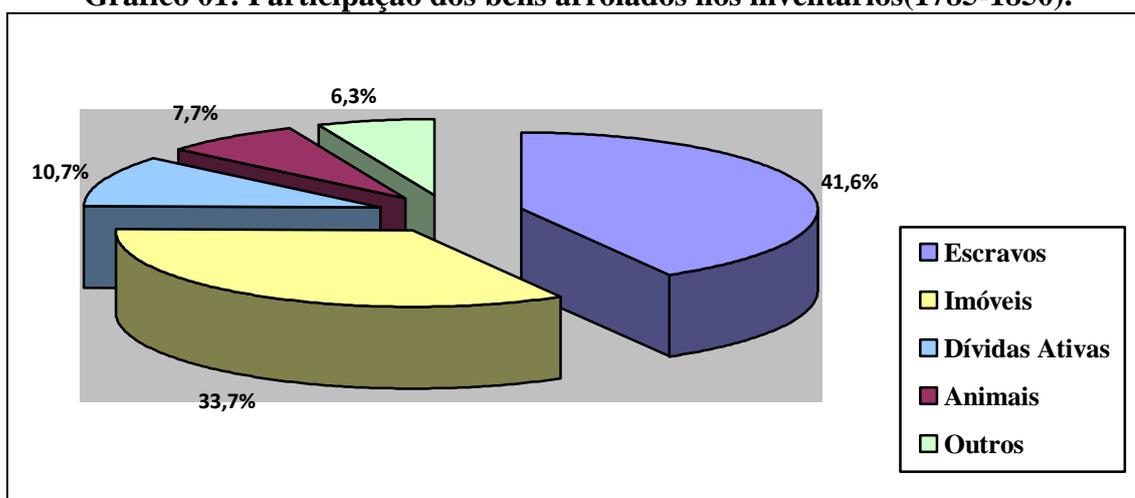
Bens	1785-1810		1811-1820		1821-1830		1831-1840		1841-1850	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Imóveis	44:913%750	52,5	34:221\$000	56,2	8:350\$955	34,9	71:644\$309	25,2	134:030\$741	32,2
Móveis e pertences da casa	2:782\$017	3,2	1:203\$931	2,0	1:515\$820	6,3	7:382\$660	2,6	6:619\$780	1,6
Jóias	478\$654	0,5	21\$500	0,03	6\$000	0,02	898\$985	0,3	770\$050	0,2
Roça/colheita	584\$600	0,7	518\$000	0,8	201\$200	0,8	510\$000	0,1	6:988\$840	1,7
Instrumentos e equipamentos	1:405\$700	1,6	1:130\$843	1,8	206\$460	0,8	2:103\$810	0,7	922\$110	0,2
Animais	4:759\$500	5,5	2:970\$380	4,9	2:977\$200	12,4	32:033\$680	11,2	24:263\$200	5,8
Escravos	28:248\$300	33,0	14:744\$000	24,2	9:611\$400	40,1	129:662\$000	45,6	180:040\$000	43,3
Dívidas ativas	2:244\$460	2,6	4:441\$190	7,3	862\$420	3,6	36:534\$518	12,8	58:085\$848	13,9
Prod. de consumo na U.P.*	4\$000	0,004	-	-	-	-	712\$000	0,2	697\$000	0,1
Ouro(pó e barras)	379\$554	0,4	1:359\$011	2,2	-	-	-	-	-	-
Dinheiro em espécie	-	-	222\$810	0,4	201\$620	0,8	2:867\$640	1,0	1:997\$360	0,5
Negócios de gênero**	-	-	-	-	-	-	-	-	1:573\$184	0,4
<b>Total(Monte-mor)***</b>	85:800\$535	100	60:832\$665	100	23:933\$075	100	284:349\$602	100	415:988\$113	100
Dívidas passivas	13:880\$046	-	2:683\$411	-	1:690\$749	-	16:708\$363	-	39:099\$231	-
Nº de inv.	21		18		09		35		41	

\* Refere-se a produtos de possível consumo na unidade produtiva, como sabão e sal.

\*\* Refere-se a pontos de comércio, como boticas e lojas de fazendas secas.

\*\*\* Na soma dos valores nominais (em réis) dos bens que resultaram no monte-mor, não foram considerados os valores das dívidas passivas e nem dos dotes.

Fonte: Inventários post-mortem do Fórum Wenceslau Braz, 1ª Secretaria da Vara Civil. Itajubá-MG.

**Gráfico 01: Participação dos bens arrolados nos inventários(1785-1850).**

Fonte: Inventários post-mortem do Fórum Wenceslau Braz, 1ª Secretaria da Vara Civil. Itajubá-MG.

A proposta da tabela 16 e do gráfico 1 é apresentar, em detalhes, a composição dos bens que integram o montante e o padrão de riqueza daquela parcela da sociedade. Com a divisão dos bens em categorias, pudemos também avaliar o peso que cada tipo de bens estabelecia no patrimônio material de cada unidade produtiva e no sistema econômico daquela sociedade.

A partir do gráfico 1, podemos conferir que tomando o período como um todo(1785-1850), os escravos representaram a maior parcela das fortunas, com 41,6% do total do montante. Também tiveram a maior porcentagem na maioria dos intervalos, com exceção dos dois primeiros intervalos (1785-1810 e 1811-1820), em que a categoria “imóveis” teve porcentagens mais altas. Esses números nos levam a especular o porque a partir da década de 1820, os imóveis perdem peso no montante e os escravos passam a ter mais destaque dentro da composição das fortunas.

Podemos supor que com a maior mercantilização da produção das unidades produtivas, a partir de 1820, tenha proporcionado possibilidades de investimento em escravos, que seria revertido para o próprio trabalho nas propriedades. Em relação à categoria “roça/colheita”, o valor aplicado nos quatro primeiros intervalos foi praticamente o mesmo, com exceção do intervalo entre 1821 a 1830. Entretanto, o grande destaque nessa categoria ficou mesmo para o último intervalo(1841 a 1850), em que o valor em réis(6:988\$840) foi bastante superior aos demais intervalos. De qualquer maneira, a intenção é demonstrarmos que a participação desse ativo, representado nos inventários, pode ter contribuído para um maior investimento em escravos.

Em relação a categoria “animais”, nossa suposição pode ser ainda mais interessante, já que a concentração de fortuna nessa categoria é maior que das produções agrícolas e grande parte dessa criação de animais estava voltada ao mercado. De acordo com a tabela 16, o investimento em pecuária já era considerável nos três primeiros intervalos, contudo o grande destaque( em réis) desse ativo ficou por conta de sua participação nos dois últimos intervalos. Nesse sentido, não sabemos a que ponto a participação da produção agropecuária voltada ao mercado, tem relação com um maior investimento em escravos, a partir de 1820, entretanto essa hipótese não pode ser descartada.

Não podemos deixar de especular também que o destaque da participação de escravos entre todos os ativos listados, a partir de 1820, pode ser reflexo do aumento do preço que o cativo passou a ter, com o passar das décadas durante o oitocentos, já próximo do fim do tráfico.

Ao realizar a composição das fortunas para os inventários de Campanha, Marcos de Andrade também apresentou como os maiores ativos entre os bens listados o investimento na terra, na mão-de-obra escrava e em dívidas ativas, para o período de 1803 e 1865. O valor da escravaria é evidenciado como maior que o valor aplicado em terras, a partir do segundo subperíodo estudado (1831-1850), o que é explicado pelo preço médio que o escravo em idade adulta (15 a 44 anos) passou a ter. Isso devido ao favorecimento da conjuntura internacional e o fim do tráfico, que contribuíram para o aumento considerável do preço dos cativos, como também citamos logo acima para o que encontramos para a freguesia de Itajubá.<sup>222</sup>

Ao estudar os inventários post-mortem, Afonso de Alencastro afirma que para a comarca do Rio das Mortes, um escravo em fase adulta (15 a 45 anos) valia, em média, 378\$041 réis, nos primeiros cinco anos da década de 1830. Já para os primeiros anos da década de 1860, cada escravo adulto correspondia em média a 1:378\$333 réis.<sup>223</sup> Percebemos também que para a freguesia de Itajubá, o valor investido em cativos além de sobressair sobre os demais bens, passou a ser muito significativo, a partir da década de 1830, em relação aos subperíodos analisados anteriormente.

No geral, os “imóveis” foram o segundo maior investimento na soma de todos os intervalos, com 33,7%, tendo destaque principalmente nos dois primeiros períodos(1785-1810 e 1811-1820), em que foram a maior concentração de riqueza nos inventários. Em seguida,

---

<sup>222</sup> ANDRADE, op.cit. p.74.

<sup>223</sup> GRAÇA FILHO, op.cit. p. 266. Apud: ANDRADE, op.cit.p.74.

tivemos as “dívidas ativas” que ocuparam 10,7%, acompanhada das categorias “animais”, com 7,7% e “outros”, com 6,3%.

Em relação ao alto grau de investimento em dívidas ativas nos inventários, Marcos Andrade afirma que essa questão, já discutida pela historiografia, pode ser explicada pela falta de moeda circulante e a “frágil liquidez da economia colonial” e também do período imperial, pelo menos até meados do oitocentos. Circunstância que o autor descreve como de uma economia com “traços pré-industriais e de mercado restrito”. Dessa forma, as dívidas contraídas poderiam ser pagas também com mercadorias e não especificamente em dinheiro.<sup>224</sup>

O percentual de “dinheiro em espécie” foi de apenas 0,5% no total do montante e se concentrou, principalmente, para os dois últimos períodos. A presença de “ouro(em pó ou barra)” que poderia ser usado como dinheiro foi muito pequena na descrição dos processos e se restringe apenas aos dois primeiros períodos, mas nos permite entender como a prática de utilizar o ouro como moeda era também frequente para a região. Por isso, justificamos sua categorização separadamente dos demais bens.<sup>225</sup>

A partir dessa análise poderemos passar a refletir sobre quais as condições socioeconômicas, em que tal parcela daquela sociedade estava inserida, de acordo com o padrão de riqueza e da composição de bens apresentados nos inventários. Vale recordar, que os inventários são fontes excludentes por si só e não podem demonstrar todo um universo socioeconômico da freguesia, representando apenas uma porção social, já privilegiada por poder ter chegado ao fim da vida com bens a partilhar aos seus herdeiros.

Contudo, os dados apresentados revelam que a reprodução de tal sociedade se assemelhava a tantas outras daquele período do Antigo Regime nos trópicos e passava pelo privilégio da posse da terra e da mão-de-obra escrava. O que pode ser confirmado pelo alto

---

<sup>224</sup> ANDRADE, op.cit. p.74. Para essas conclusões acerca de uma economia de traços pré-industriais e mercado restrito, o autor se baseiou no trabalho pioneiro de João Fragoso, *Homens de Grossa aventura*, p. 306; sobre o papel das dívidas ativas e do crédito em Minas Gerais, Marcos de Andrade também dialogou com outros autores. Ver Charles R. Boxer, *A idade de ouro no Brasil*; Cláudia Maria das Graças Chaves, *Perfeitos Negociantes*; Júnia Ferreira Furtado, *Homens de negócio*; Marco Antônio da Silveira, *O universo do indistinto: estado e sociedade nas Minas setecentistas*; Carla Maria Carvalho de Almeida, *Homens ricos, homens bons*; Afonso Alencastro Graça Filho, *A princesa do oeste*.

<sup>225</sup> A escassez de moedas na colônia era frequente e as transações nesse metal se restringia principalmente às regiões portuárias. Nas demais regiões, as relações mercantis se davam através do pagamento em mercadorias. Com a descoberta de ouro em Minas Gerais, principalmente no século XVIII, foi permitido e corriqueiro a utilização do ouro em pó como moeda, na compra e venda de mercadorias e em demais negócios. A grande transferência de metais para a Europa parece mesmo ter sido o problema da escassez de moedas na colônia, o que pode ser confirmado pelos inventários, principalmente dos fins do século XVIII, que dificilmente se encontrava um grande proprietário possuidor de quantidade expressiva de moedas entre seus bens. A riqueza desses homens estava em terras, escravos, negócios e papéis de dívidas ativas e passivas( a principal moeda de troca de vários proprietários). VAINFAS, Ronaldo. op.cit. pp.402-405.

investimento atribuído a essas duas categorias, em todos os intervalos apresentados, diante da composição dos demais bens.

Com isso, podemos começar a concluir que com o passar dos anos, durante o século XIX, os inventariados puderam deixar ao fim de suas vidas, um patrimônio material mais abastado. O que pode ter vindo em resposta ao desenvolvimento econômico que a própria freguesia estava passando, a partir de sua expansão geográfica com a instalação da nova sede às margens do rio Sapucaí e na inclusão cada vez maior dos habitantes na aquisição de terras, escravos e na participação na produção mercantil. Além disso, não podemos deixar de ressaltar a importância que sua recebedoria teve na economia da Capitania de Minas.

### **3.2.3 – Padrões de riqueza e utilização da terra.**

A tabela 17 apresenta uma análise sobre a distribuição de riqueza, a partir dos montes-mor de cada inventário post-mortem. A divisão em dois subperíodos nos auxilia a perceber as mudanças que o padrão de fortuna sofreu ao longo do tempo. E como já mencionado, esse acúmulo de riquezas estava concentrado principalmente na aquisição de terras e escravos. Assim, dividimos nosso período estudado em dois subperíodos, sendo o primeiro entre 1785 a 1820 e o segundo subperíodo entre 1821 a 1850. Para classificar as faixas de riqueza em réis, buscamos as médias definidas por outros autores para termos uma percepção do padrão de riqueza para a freguesia.

**Tabela 17: Distribuição dos montes-mor por faixa de riqueza. Itajubá(1785-1850)**

Faixa de riqueza(em réis)	1785-1820				1821-1850			
	nºde inv.	%	\$	%	nºde inv.	%	\$	%
pequena (até1:000\$000)	11	27,5	6:547\$697	4,5	9	10,6	4:390\$190	0,6
médias baixas (1:001\$000 a 5:000\$000)	22	55,0	64:527\$395	44,1	39	45,9	97:864\$040	13,5
médias (5:001\$000 a 10:000\$000)	4	10,0	33:124\$290	22,6	23	27,0	162:679\$608	22,5
médias altas (10:001\$000 a 50:000\$000)	3	7,5	42:054\$264	28,7	10	11,8	196:215\$389	27,1
grandes (acima de 50:001\$000)	-	-	-	-	4	4,7	262:687\$093	36,3
<b>Total</b>	<b>40</b>	<b>100,0</b>	<b>146:253\$646</b>	<b>100,0</b>	<b>85</b>	<b>100,0</b>	<b>723:836\$320</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Inventários post-mortem do Fórum Wenceslau Braz, 1ª Secretaria da Vara Civil. Itajubá-MG.

Segundo Kátia Mattoso, ao analisar a sociedade de Salvador, na primeira metade do século XIX, a partir dos inventários, poderia ser considerado um homem rico, quem possuísse mais de 10:000\$000(dez contos de réis).<sup>226</sup> Guardadas as devidas proporções, optamos assim por utilizar comparações, em relação a distribuição por faixas de riqueza, com a análise de autores que interferem diretamente em nossa região. O que não significa que esse padrão de riqueza utilizado por Kátia Mattoso não possa ser estabelecido para o sul mineiro, devido ao fato que o valor das fortunas dos proprietários dessa região ser bastante significativo.

Na verdade, devemos começar a pensar quais são os critérios para se definir o que seria um “homem rico” no sul de Minas, naquele período. Para a freguesia de Itajubá, principalmente a partir do oitocentos, um “homem rico” era aquele que possuía terras para o cultivo e a criação de animais, bem como escravos, além de um bom volume de recursos em dívidas ativas.

Com isso, procedemos a divisão dessas faixas de acordo com o trabalho de Afonso de Alencastro, que ao estudar São João del Rei, no século XIX, sede da comarca do Rio das Mortes, estabeleceu padrões de riqueza a partir da documentação analisada. Para o autor,

<sup>226</sup> MATTOSO, op.cit. p.606.

aqueles inventários que apresentavam até 200\$000(duzentos mil réis) haviam acumulado uma fortuna muito pequena ao longo da vida.<sup>227</sup>

Para a freguesia de Itajubá, nenhum processo apresentou valor do monte-mor nessa faixa. Isso não quer dizer que Itajubá possuía inventariados mais ricos que São João del Rei, até mesmo porque temos que considerar que essa praça comercial da comarca era a maior de toda a comarca e o volume produtivo e comercial realizado nela era maior em termos econômicos do que Itajubá. Além disso, Afonso de Alencastro trabalhou com um montante documental bem maior que o nosso (803 inventários).

Sendo assim, agrupamos os processos em cinco faixas de riqueza, considerando pequenas fortunas até 1:000\$000(um conto de réis); médias baixas de 1:001\$000(um conto e um mil réis) a 5:000\$000(cinco contos de réis); médias de 5:001\$000(cinco contos e um mil réis) a 10:000\$000(dez contos de réis); médias altas de 10:001\$000(dez contos e um mil réis) a 50:000\$000(cinquenta contos de réis) e grandes fortunas acima de 50:000\$000(cinquenta contos de réis).

Para o primeiro subperíodo (1785-1820) o maior número de inventários (55,0%) encontra-se na faixa de riqueza entre 1:001\$000(um conto e um mil réis) a 5:000\$000(cinco contos de réis), que também apresenta a maior concentração da riqueza (44,1%).

No segundo subperíodo (1821-1850), o maior número de processos analisados (39) continua a se concentrar na faixa das fortunas “médias baixas”, com 45,9% dos inventários. Contudo, a maior concentração da riqueza (36,3%) estava nas mãos de apenas quatro inventariados que integravam a maior faixa de fortunas. Mesmo considerando o maior número de documentos pesquisados (85) no segundo subperíodo, percebemos que em todas as faixas de riqueza houve um aumento na soma dos montes-mor (com exceção da primeira faixa de riqueza). Entretanto, devemos levar em conta o peso que a escravaria tinha entre os bens arrolados. É fato que o valor (em réis) do cativo aumentou consideravelmente, principalmente a partir da segunda metade do século XIX e isso, com certeza, pode ter interferido no aumento do valor patrimonial de cada inventariado.

Também podemos considerar que o aparecimento de atividades agropecuárias nos inventários para o segundo subperíodo analisado foi muito maior, o que contribuiu para o enriquecimento dos inventariados. Mesmo as faixas “médias baixas” e “médias” possuindo o maior número de processos (72,9%), foram os proprietários com fortunas acima de

---

<sup>227</sup> GRAÇA FILHO, op. cit. p144.

10:000\$000(dez contos de réis) que concentravam 63,4 % de toda a riqueza acumulada nesse subperíodo.

Marcos de Andrade encontrou proporções muito parecidas para Campanha, entre os anos de 1803 e 1865, para proprietários com vinte escravos ou mais, sendo possível perceber proprietários com fortunas acumuladas em mais de 100:000\$000(cem contos de réis), padrões altos para a região o que poderia ser constatado para outras áreas da comarca do Rio das Mortes, bem como para áreas de agroexportação do Brasil .<sup>228</sup>

Mesmo diante de dados considerados positivos, já que demonstram um crescimento pertinente de acúmulo de riquezas de um período para o outro para a freguesia de Itajubá, devemos salientar novamente que os inventários representam parte de um universo social privilegiado, por ter seus inventariados algo a deixar para seus herdeiros. Além disso, outra questão que achamos pertinente considerar é que dentre os 125 inventários analisados, aqueles que possuíam os autos de partilhas, nenhum tinha saldo líquido negativo ou nulo. A expressiva maioria dos autos de partilha apresentou valores acima do montante-líquido dos inventários, o que demonstra que no intervalo entre a composição desse documento até o momento de partilhar os bens entre os herdeiros, a propriedade havia acumulado outros bens e assim aumentado seu patrimônio.

Em relação à posse da terra e sua disponibilidade na freguesia é sabido a partir dos inventários que essa propriedade aparece entre os maiores bens dos inventariados, juntamente com a posse de mão-de-obra cativa. Sendo assim, criamos o quadro abaixo para verificarmos a procedência de terras e sua posse na freguesia de Itajubá:

**Quadro 01: Tipos de propriedades e menção a outras porções de terras e benfeitorias. Itajubá(1785-1850).**

	Nº	%
rural	119	95,2
urbana	06	4,8
Total	125	100,0
menção a casa(s) na freguesia	33	-
menção a terras de cultura	22	-
menção a campos de criar	11	-
menção a capoeiras	27	-
menção a matos virgens	29	-
menção a engenho,paiol, monjolo e casa de fumos	54	-

Fonte: Inventários post-mortem do Fórum Wenceslau Braz, 1ª Secretaria da Vara Civil. Itajubá-MG.

<sup>228</sup> ANDRADE, op.cit. pp.71-72.

De acordo com os resultados apresentados no quadro 1, percebemos que a expressiva maioria dos inventariados pesquisados residia em áreas denominadas rurais (95,2%), informações de moradia trazidas na abertura do documento ou que vinham implícitas no decorrer do processo. No capítulo anterior, procedemos a uma análise sobre as identificações dos tipos de moradia mais citadas nos inventários. A tabela 10 já nos apresentava uma noção das denominações que mais apareciam na análise dos documentos, quanto à localização em que residiam os inventariados.

A expressão “fazenda” apareceu em 56,0% dos processos, entre os lugares citados como moradia. Apenas 4,0% trouxeram a expressão “sítio” e 0,8% das moradias foram chamadas de “paragem sítio”. Já 39,2% apresentaram denominações genéricas, como termo ou freguesia, não especificando o tipo de propriedade. A partir da análise da tabela 10 foi possível perceber que o universo rural era o espaço de maior concentração dos indivíduos na documentação estudada, o que veio a ser confirmado com o resultado apresentado no quadro 1.

Contudo, sabemos que os espaços denominados entre “rural” e “urbano” se confundiam naquele período e fica difícil em muitos momentos vislumbrarmos com mais precisão os lugares que poderiam receber uma classificação ou outra. De qualquer forma, a expressiva maioria das propriedades estudadas residia grande parte do tempo em áreas rurais, com 95,2% e apenas 4,8% em áreas dentro da freguesia. Diante desses dados, outras informações precisam ser levadas em conta, já que ao consultar os bens de raiz de cada inventariado, percebemos que esses espaços entre “rural” e “urbano” poderiam se relacionar de diversas formas. Assim, concluímos que muitos de nossos inventariados que residiam em áreas rurais, citavam ter casas dentro da freguesia. De 119(95,2%) proprietários rurais, 33 afirmaram possuir ao menos uma casa dentro da freguesia.

Nesse sentido, fica evidente que uma boa parte desses proprietários investiu em casas dentro da freguesia, o que simbolizava não apenas mais um bem arrolado, mas uma extensão do espaço de atuação desses homens, já que essas casas urbanas poderiam ter a função de receber seu dono com toda a sua família em ocasiões diversas, quando se deslocavam até a sede da freguesia. Um tipo de prestígio social restrito a poucos, mas que para Itajubá nos chamou à atenção a frequência com que essas casas urbanas eram citadas ao longo dos processos.

D. Maria Joaquina de Mendonça, residente na fazenda Santa Bárbara, na freguesia de Itajubá, teve seu inventário aberto em 1849. A fazenda possuía uma grande extensão de terras cultivadas, tendo como principais produtos o algodão, o feijão, o milho e o fumo. Além disso,

a propriedade tinha uma expressiva criação de porcos e gados. Dentre os demais bens, D. Maria Joaquina de Mendonça possuía algumas casas na vila de Itajubá, que somavam 1:400\$000 réis, além da fazenda Santa Bárbara com todos os seus logradouros.<sup>229</sup>

Já D. Maria José Pereira, já citada em nosso estudo, residente na fazenda do Rio Manso, na freguesia Nova de Itajubá, em 1835, teve seu inventário aberto e nele constava uma grande criação de porcos, o que parecia uma especialidade da fazenda. Dentre os bens declarados, estava a fazenda do Rio Manso, com todas as suas benfeitorias, como paiol, casa de tropa, tenda de ferreiro, casa de fumos e moinho. Mas vale destacar o conjunto de casas que a inventariada possuía dentro da freguesia, avaliadas no total em 3:080\$000 réis, em especial um sobrado em construção na principal rua da freguesia em lugar privilegiado, de frente a casa do Pe. Lourenço da Costa Moreira, o fundador de Itajubá e a figura de maior projeção social da região.<sup>230</sup>

As outras menções do quadro 1, nos permitem perceber o quanto as terras da freguesia e da região eram bens valiosos e importantes para os inventariados, porque a partir da posse da terra era possível manter o sustento básico da unidade, como o plantio e a criação de animais. Por isso, é bastante comum a presença de citações detalhadas sobre o tipo de terra que os proprietários possuíam, bem como a potencialidade desses bens de raiz.

É certo que em Minas Gerais, a produção agropecuária ganhou grande espaço de atuação, mesmo diante dos tempos áureos da extração mineral nas regiões centrais da capitania. Para a região sul mineira a atividade de plantio e de criação de animais foi a principal atividade de produção, até mesmo em freguesias em que a extração mineral foi mais significativa. Marcos de Andrade reitera que o peso da atividade mineradora para o sul mineiro ainda é pouco esclarecedor nos estudos sobre a região, mas aponta em sua pesquisa que o termo de Campanha apresentava para o século XIX diversos distritos com uma produção aurífera atrativa para aquele período, especialmente a freguesia de São Gonçalo.<sup>231</sup>

Para a freguesia de Itajubá, encontramos apenas um inventário com presença de lavras de ouro. O Capitão José Gonçalves Silva, em 1850, possuía em sua fazenda da Barra, no distrito da Soledade do Itajubá, uma lavra de ouro. De qualquer forma, o inventário não apresenta muitas informações acerca dessa extração, que não a única da propriedade.<sup>232</sup> Para

---

<sup>229</sup> Inventário post-mortem. 117/CD14. Arquivo do Fórum Wenceslau Braz. Itajubá-MG.

<sup>230</sup> Inventário post-mortem. 067/CD08. Arquivo do Fórum Wenceslau Braz. Itajubá-MG.

<sup>231</sup> ANDRADE, op.cit. pp.53-55.

<sup>232</sup> Inventário post-mortem. 123/CD16. Arquivo do Fórum Wenceslau Braz. Itajubá-MG.

o sul mineiro era realidade perceber que a extração mineral era quase sempre consorciada com outras atividades produtivas, principalmente a agropecuária.<sup>233</sup>

E será essa produção agropecuária, seja para o sustento dos indivíduos da própria propriedade ou também para a mercantilização, que tomará conta das terras do sul mineiro. De acordo com os dados do quadro 1, percebemos que as menções a terras com potencialidade de cultivo e de criação de animais era muito presente na freguesia e garantia a sobrevivência de pequenos roceiros e suas famílias, bem como poderia gerar fortunas para grandes fazendeiros.

A menção à “terras virgens” deixa em evidência a possibilidade de extensão do uso da terra, seja para cultivo ou criação de animais. Na verdade, era um recurso que poderia ser utilizado pelo proprietário pra expandir suas produções, além dessas terras poderem oferecer uma reserva de comida para os animais, água, madeira e outros nutrientes para a propriedade. Já a menção à “capoeiras” demonstrava que naquelas terras crescia uma vegetação, onde antes havia terras virgens que tinham sido derrubadas.

Isso pode ter ligação direta com a menção a terras “de cultura e de criar” mencionadas nos inventários, já que poderia ser uma prática derrubar matas virgens para o plantio ou criação de animais. E posteriormente ao uso dessa terra deveria-se utilizar uma outra porção da propriedade para que a anterior pudesse “descansar” e recuperar os nutrientes do solo e a vegetação.

Segundo Carla Almeida, as matas virgens eram derrubadas e após queimar a madeira, as cinzas eram feitas de fertilizante. Em seguida, se cavava os buracos onde se lançavam as sementes. Em muitas propriedades se praticava o sistema de “pousio”, que consistia em “descansar” a terra logo após a sua utilização por duas colheitas consecutivas, num período aproximado de cinco a sete anos. Isso permitiria à vegetação local se recuperar, sendo conhecida essa mata como “capoeiras”. Mais tarde essa mesma vegetação seria novamente derrubada para novos plantios e essa rotatividade aconteceria até o esgotamento do solo nessa área. Essa prática parece ter sido utilizada em grande parte do território mineiro.<sup>234</sup>

Outras menções que elencamos no quadro 1 tem relação com as benfeitorias que eram importantes para o trabalho nas fazendas e sítios de nossa freguesia, o que também nos dá indícios sobre os tipos de produção agropecuária das unidades. A presença dos engenhos nos dá evidências do plantio da cana-de-açúcar na freguesia, ideia que pode ser corroborada pelas descrições de alambiques dentre os bens dos inventariados, o que evidencia a produção da

---

<sup>233</sup> ANDRADE, op.cit. pp.53-55.

<sup>234</sup> ALMEIDA, *Alterações nas unidades produtivas mineiras...*p.167.

aguardente, por exemplo. Em um número significativo de propriedades foi citada a presença de moinhos e paióis, o que nos indica um local apropriado para o refinamento e armazenamento dos grãos cultivados ou até mesmo comprados pela propriedade.

Uma outra benfeitoria bastante presente entre nossos inventários foi a “casa de fumos”, ou seja, o lugar onde se poderia enrolar e armazenar o fumo até sua mercantilização. Além disso, vários inventários descreviam a presença de “casas ou tendas de ferreiro”, que dentre outras funções poderia servir para produzir ferraduras para aparelhar os animais da tropa. Os instrumentos de trabalho agrícola da fazenda, como enxadas e foices, também poderiam ser produzidos nesse espaço, o que evitava a comprar desse material nas casas de secos e molhados, reduzindo conseqüentemente, os custos do proprietário.

O “monjolo”, benfeitoria sempre citada nos inventários, servia para moer grãos de vários tipos, o que poderia também ser feito no “moinho”, dependendo da infra-estrutura de cada propriedade rural.

Já a “casa da tropa” era o lugar onde ficavam os animais utilizados no transporte de cargas realizado pelas tropas. O burro era o animal mais usado para se transportar mercadorias e era sempre seguido da “madrinha da tropa”, uma besta que ia à frente para conduzir o comboio.

A fazenda de Valério Fernandes, situada próximo ao rio Lourenço Velho, na freguesia de Itajubá, em 1849, era produtora, em especial, de fumo, além de outras culturas como podemos evidenciar na descrição das benfeitorias presentes na propriedade. O trabalho familiar na unidade era complementado com o trabalho da escravaria, composta por 19 cativos. A criação de porcos e bois também era atrativa na fazenda. De acordo com o inventário, a fazenda possuía além da casa de vivenda, um paiol, senzala, moinho, monjolo, olaria, engenho e casa de fumos. O que demonstra que a fazenda era munida de uma boa estrutura para se produzir várias culturas, desde o plantio até a colheita, bem como o refinamento e armazenamento do roçado.<sup>235</sup>

Para complementar a questão da importância da utilização do solo na freguesia, podemos citar também a expressiva presença de instrumentos de trabalho encontrados entre os bens inventariados. Dos documentos consultados, apenas 23 não fizeram menção a equipamentos relacionados ao trabalho no campo, como enxadas, foices e machados, levando em consideração que dentre esses inventários que não possuíam descrição de instrumentos, estão incluídos aqueles proprietários da área urbana.

---

<sup>235</sup> Inventário post-mortem. 120/CD15. Arquivo do Fórum Wenceslau Braz. Itajubá-MG.

A presença constante desses instrumentos agrícolas no cotidiano de trabalho da maioria dos nossos inventariados nos esclarece um pouco sobre as técnicas de plantio e manuseio da terra na região. Não encontramos entre nossos inventários a utilização de instrumentos de trabalho agrícola mais sofisticados, como o uso de arados. Isso pode ser devido à abundância de terras na região a serem desmatadas e cultivadas, o que não obrigava uma constante reutilização do mesmo solo.

A utilização de instrumentos mais rústicos, como a enxada, a foice e o machado possibilitavam a derrubada das matas virgens e até mesmo a reutilização dos espaços conhecidos como capoeiras, o que proporcionava o funcionamento do sistema de pousio. As foices seriam importantes para abrir as capoeiras e preparar assim o solo para mais um plantio naquela área. Os machados permitiriam a derrubada da vegetação em terras virgens, principalmente as árvores. Já as enxadas ajudariam a revirar e a preparar a terra de forma mais cuidadosa, para assim poder receber o plantio das mudas e sementes. Esses instrumentos eram essenciais para o roçado e são constantes entre os bens de pequenos e grandes proprietários.<sup>236</sup>

Este era o caso do inventário de D. Anna Fernandes que, em 1828, possuía oito escravos (sendo três deles ainda crianças), umas casas dentro da freguesia e uma fazenda com terra plantada, além de matas virgens e capoeiras. A propriedade rural também criava animais, como ovelhas e bois. Contudo, a grande especialização da fazenda parecia mesmo ser o roçado de milho e um fumaço. A produção nessa pequena propriedade possivelmente era feita pela família e os cativos, com a utilização exclusiva de machados, algumas foices, uma cavadeira e uma alavanca pequena.<sup>237</sup>

Já o inventariado, Francisco de Sousa Arruda, em 1843 possuía uma escravaria de 44 cativos, uma morada de casas dentro da freguesia, além de uma fazenda com matas virgens, capoeiras e várias benfeitorias.<sup>238</sup> Dentre os animais se destacava muitas bestas e carros de bois. Mas a produção principal parecia estar no plantio de fumo, o que foi declarado no processo uma colheita de 704 arrobas de fumo para aquele ano, o que reverteu um valor significativo entre os bens arrolados do patrimônio do inventariado.

Em seguida, a inventariante, D. Francisca Claudina de Carvalho declarou que esperava receber uma quantia em dinheiro de uma tropa que enviou ao Rio de Janeiro para a venda de duas arrobas de fumo. Além de uma tenda de ferreiro para cuidar da tropa e, eventualmente,

---

<sup>236</sup> ALMEIDA, op.cit. pp.167-170.

<sup>237</sup> Inventário post-mortem. 051/CD06. Arquivo do Fórum Wenceslau Braz. Itajubá-MG.

<sup>238</sup> Inventário post-mortem. 092/CD10. Arquivo do Fórum Wenceslau Braz. Itajubá-MG.

produzir e fazer a manutenção de instrumentos de trabalho para a fazenda, foi listado muitos machados, enxadas e foices , além de várias cavadeiras e grandes alavancas para o preparo da terra.

### 3.3 – Terras de cultivo, campos de criar: a agropecuária na freguesia.

A tabela 19 e o gráfico 2 foi uma tentativa de classificar as unidades produtivas por tipo de atividade. Desde já, vale ressaltar que essa classificação não pretende moldar em categorias rígidas cada propriedade. Na verdade, o critério para selecionar cada propriedade nas opções elencadas foi baseada na percepção de qual atividade produtiva era mais importante e executada por cada unidade. Esse mesmo critério foi utilizado por diversos pesquisadores e teve como intenção apresentar as principais atividades realizadas para cada região.

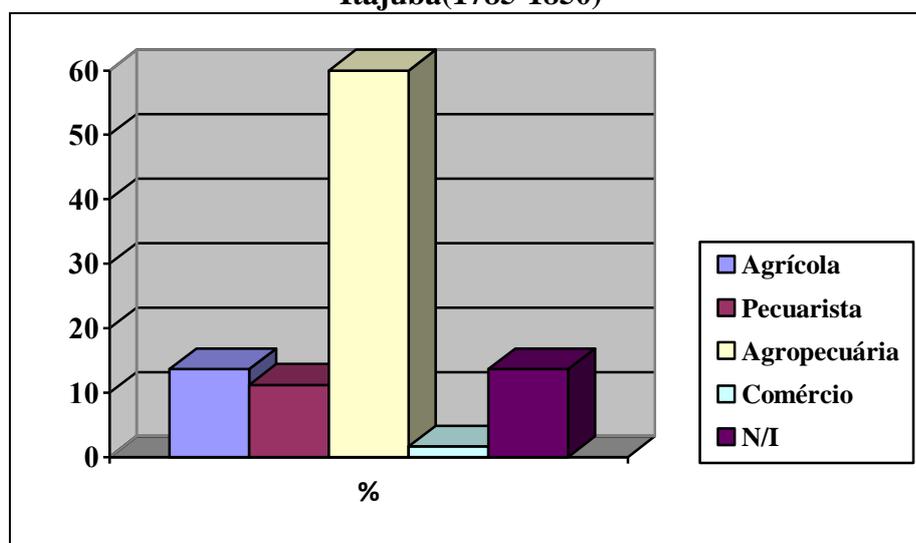
**Tabela 18: Projeção de tipo de unidade produtiva. Itajubá(1785-1850).**

Tipos de unidade produtiva	Faixa de escravaria					Nº de proprietários	%
	S/E	F1 (1 a 5)	F2 (6 a10)	F3 (11 a 19)	F4 (+de 20)		
Agrícola	1	6	4	3	3	17	13,6
Pecuarista	1	1	3	7	2	14	11,2
Agropecuária	5	32	16	11	11	75	60,0
Comércio	1	1	-	-	-	2	1,6
N/I*	4	8	3	2	-	17	13,6
<b>Total</b>	12	48	26	23	16	125	100,0

\*N/I: propriedades não identificadas quanto a sua produção, podendo serem urbanas ou rurais.

Fonte: Inventários post-mortem do Fórum Wenceslau Braz, 1ª Secretaria da Vara Civil. Itajubá-MG.

**Gráfico 02: Percentual dos tipos de unidades produtivas.  
Itajubá(1785-1850)**



\*N/I: propriedades não identificadas quanto a sua produção, podendo serem urbanas ou rurais.  
Fonte: Inventários post-mortem do Fórum Wenceslau Braz, 1ª Secretaria da Vara Civil. Itajubá-MG.

Nesse sentido, é evidente que mesmo possuindo uma atividade produtiva em destaque, a grande maioria das propriedades - independente da existência ou da quantidade de cativos, ou mesmo de uma produção de subsistência ou voltada para o mercado - desenvolviam atividades consorciadas. Assim, um pequeno ou um grande proprietário poderiam se dedicar a diversas atividades ao mesmo tempo, como as terras de culturas, a criação de animais, a extração da mineração ou até mesmo realizar comércio nas porteiras de suas fazendas ou se dedicarem ao comércio de loja ou ao comércio de tropa. De qualquer maneira, essa classificação nos permite averiguar o tipo de atividade mais recorrente para a freguesia, como também contribuir para compreender melhor o perfil das fazendas sul mineiras.

O padrão de classificação por categorias adotado foi baseado nos estudos de Marcos de Andrade acerca do termo de Campanha da Princesa.<sup>239</sup> Dessa maneira, consideramos como uma propriedade agrícola aquela que se dedicava à produção de fumo, milho, feijão ou arroz; como pecuarista, a propriedade que principalmente estava envolvida à criação de porcos, bois, cavalos, bestas e ovelhas; como agropecuarista, a propriedade que se dedicava as duas atividades, ou seja, estava envolvida com as terras de cultura e com os campos de criar; e como comércio, classificamos apenas as propriedades urbanas que claramente apareceram nos inventários como pontos comerciais dentro da freguesia. Em alguns processos não foi possível definir o tipo de atividade que era realizada com mais afinco na propriedade, muitas

<sup>239</sup> ANDRADE, op.cit. p.40.

vezes por falta de descrições mais detalhadas entre os bens arrolados. Nesse caso, criamos a categoria de não identificados.

De acordo com a tabela 19, percebemos que a maioria dos proprietários da freguesia de Itajubá se dedicava à produção agrícola e/ou pecuarista. Dos 125 documentos consultados, somente dois apresentavam um envolvimento com o comércio urbano e em 17 processos não conseguimos identificar a atividade realizada. A expressiva maioria das propriedades foram classificadas na categoria agropecuária, com 60% (75) do total.

Para o termo de Campanha, Marcos de Andrade constatou que 31% dos inventários tiveram as propriedades classificadas como de agropecuária. O número de propriedades que se dedicavam a pecuária também foi expressiva no levantamento do autor, com 45% do total.<sup>240</sup> Para a freguesia de Itajubá, 11,2 % (14) das propriedades foram classificadas como pecuarista e 13,6% (17) como agrícola. Mesmo não trazendo informações mais claras sobre a produção de alimentos no momento em que o inventário foi redigido, uma propriedade classificada como pecuarista, possivelmente poderia apresentar alguma produção de alimentos, ainda que fosse para o consumo interno da unidade. Exatamente por isso, ressaltamos mais uma vez que esse tipo de classificação não pode ser vista de uma forma rígida, já que ao analisar a vida produtiva de uma propriedade, percebemos várias situações diferentes de comportamento.

Outros estudos para a comarca do Rio das Mortes confirmam a expressiva presença de propriedades que consorciavam atividades. Carla Almeida, ao estudar os tipos de unidades produtivas para as comarcas de Vila Rica e Rio das Mortes, afirma que a vocação agropecuarista para a última comarca já estava presente desde meados do século XVIII e se concretizou durante o século XIX.<sup>241</sup> O mesmo pode ser percebido, nos estudos de Afonso de Alencastro, ao pesquisar a sede da comarca do Rio das Mortes, a praça de São João del Rei, entre 1831 a 1888.<sup>242</sup>

Tal característica é ainda mais marcante para o sul mineiro, onde percebemos que o perfil das fazendas e outras propriedades rurais foi definitivamente marcado pela predominância das atividades ligadas a agropecuária e pelo consórcio de atividades. Além disso, podemos pensar que a prática da diversificação de atividades poderia ser uma forma de assegurar o sustento das unidades produtivas, seja para satisfazer as necessidades de consumo

---

<sup>240</sup> Ibidem. p. 41.

<sup>241</sup> ALMEIDA, *Homens ricos, homens bons...* pp.100-101.

<sup>242</sup> GRAÇA FILHO, *op.cit.* p.11.

de seus integrantes, como também uma maneira de ampliar a renda do proprietário para cobrir os gastos da fazenda ou até mesmo expandir o patrimônio da família.

A fazenda de São Domingos, pertencente a D. Francisca [ ] de Jesus, era um claro exemplo de propriedade dedicada às atividades da agropecuária. O viúvo inventariante, José Moreira de Andrade, em 1834, declarou um patrimônio considerável para os padrões da freguesia naquele período, nada menos que 6:721\$326 réis, que iriam garantir uma boa herança a ele e aos seis filhos. Dentre os bens arrolados estava a fazenda citada com todos os seus pertences, mais uma parte na fazenda denominada Salto Grande e vários móveis e objetos de luxo. Os trabalhos na fazenda se dividiam entre a criação de animais, principalmente porcos, bem como ao cultivo de milho, feijão, algodão, café e um bananal. Muito trabalho por executar pelos 10 escravos pertencentes a propriedade.<sup>243</sup>

### **3.3.1 – Produção agrícola.**

Muitos outros exemplos poderiam ser citados nesse momento para demonstrarmos que o sistema econômico estudado teve na atividade agropecuária a base da produção. Por mais que uma atividade se destacasse em relação às outras, era visível que as unidades estavam envolvidas na diversificação produtiva. Nesse sentido, a produção agrícola teve grande importância para o sustento e a mercantilização da produção da freguesia. Vejamos a tabela abaixo:

---

<sup>243</sup> Inventário post-mortem. 059/CD07. Arquivo do Fórum Wenceslau Braz. Itajubá-MG.

Tabela 19: Produção agrícola nas unidades produtivas. Itajubá (1785-1850)

	Unidades não-escravistas		Unidades escravistas								Total	
	Nº	%	F1 (1 a 5)	%	F2 (6 a 10)	%	F3 (11 a 19)	%	F4 (20 ou +)	%	Nº	%
<b>Produção agrícola</b>												
Milho	1	5,3	3	15,8	3	15,8	7	36,8	5	26,3	19	100,0
Feijão	-	-	1	16,7	4	66,7	-	-	1	16,7	6	100,0
Fumo	-	-	7	25,0	8	28,6	6	21,4	7	25,0	28	100,0
Arroz	-	-	-	-	1	50,0	-	-	1	50,0	2	100,0
Algodão	-	-	1	33,3	-	-	-	-	2	66,7	3	100,0
Cana-de-açúcar	-	-	1	20,0	-	-	1	20,0	3	60,0	5	100,0
Café	-	-	-	-	2	66,7	1	33,3	-	-	3	100,0

Fonte: Inventários post-mortem do Fórum Wenceslau Braz, 1ª Secretaria da Vara Civil. Itajubá-MG.

De acordo com a tabela 20, podemos observar que os gêneros agrícolas direcionados para a alimentação que aparecem nos inventários são o arroz, o feijão, o milho e a cana-de-açúcar. A dieta básica da maioria das famílias da época constava da presença dos três primeiros, além de outros produtos. O cultivo de milho foi citado em 19 documentos e esteve presente em todas as faixas de escravaria e em apenas uma propriedade sem escravos.

Contudo, vários indícios nos levaram a perceber que a cultura do milho era muito mais praticada do que de fato constatamos. Moinhos, monjolos, pilões, fornos e tachos eram itens frequentes entre os bens dos inventariados, o que nos indicava a presença desse grão. Segundo Angelo Carrara, o milho foi o “cômodo e providencial” substituto da mandioca para a confecção de farinhas, além de outras variações. Possuía uma facilidade no transporte e seu período de cultivo e colheita era mais curto que o da mandioca.<sup>244</sup> Em Minas Gerais - ao contrário do nordeste, do Rio de Janeiro e de São Paulo, em que a farinha de mandioca era a base da alimentação – a farinha de milho constituía um freqüente ingrediente na dieta básica da grande maioria de seus habitantes.<sup>245</sup>

Para Itajubá, não foi encontrado nenhum registro de cultivo de mandioca entre os inventários. O grão poderia servir de alimentação para as pessoas e animais e sua cultura poderia estar destinada para o consumo interno da unidade, bem como para o mercado. O milho era presença quase que constante na culinária mineira e estava nas mesas das famílias na forma de pães, bolos e biscoitos, por exemplo. A partir do milho se produzia o fubá, principal ingrediente para se fazer o angu, comida essencial para alimentar a escravaria. Em relação à criação de animais, principalmente os porcos, o milho foi um dos principais sustentos, senão o maior responsável pela engorda desses gados. Servia também para alimentar as galinhas da unidade produtiva, bem como os animais de tropa, por esse motivo era muito cultivado nos caminhos próximos aos ranchos que davam pousada aos tropeiros.<sup>246</sup>

Com a chegada da Corte em 1808, o cenário favorável para o comércio de milho para o sul mineiro só tendeu a aumentar e essa cultura desempenhou um importante papel na economia local. As repercussões lançadas a partir da década de 80, do século XX, por Alcir Lenharo, Roberto Martins e Robert Slenes, acerca do cultivo do milho para a comarca do Rio das Mortes, se refletem até hoje. Roberto Martins considerava a exportação de milho em grão para o Rio de Janeiro ou São Paulo pequena e vicinal.<sup>247</sup> Contudo, foi Robert Slenes, alguns anos depois, que afirmou que a exportação do milho de Minas Gerais poderia se dar de forma

---

<sup>244</sup> CARRARA, op. cit. p.206.

<sup>245</sup> ALMEIDA, *Alterações nas unidades produtivas...*p.162.

<sup>246</sup> CHAVES, op.cit. p92.

<sup>247</sup> MARTINS, Roberto Borges. *A economia escravista de Minas Gerais no século XIX...*pp.45-47.

indireta, mais precisamente “em lombo de porco”; sugestão essa que achamos mais conveniente, como muitos outros historiadores.<sup>248</sup>

A produção de milho na comarca do Rio das Mortes foi tão importante, que Afonso de Alencastro, ao pesquisar a estrutura produtiva de São João del Rei, a definiu como a “civilização do milho”.<sup>249</sup> Ao estudar a produção de milho em Campanha da Princesa(1802-1865), Marcos de Andrade constatou que a produção de milho era a que mais aparecia nos inventários e estava presente em todas as categorias de propriedades, inclusive as não-escravistas. Entre as médias propriedades (6 a 19 escravos), o autor encontrou a maior presença de produção de milho (50%). Comparativamente, a maior frequência do cultivo de milho em Itajubá foi encontrada na mesma faixa de escravaria (6 a 19 escravos) das médias propriedades da sede do termo, com 52,6%(10 inventários).

Vicente Antunes de Lima era residente na fazenda Palmeira dos Antunes, na freguesia de Itajubá e em 1848 teve seus bens inventariados.<sup>250</sup> Casado com D. Beralda Maria da Conceição, o casal possuía oito herdeiros no testamento. Deixara um considerável patrimônio equivalente a 25:990\$212 réis, que na maioria estava aplicado em escravos, dívidas ativas e bens de raiz. Mesmo possuindo um montante acima da média para os inventários consultados, Vicente não era o único dono da fazenda onde morava com a família.

De acordo com o próprio inventário, percebemos que ele possuía uma parte da fazenda e já havia comprado mais três partes de outros parentes, possivelmente, quase todos eram seus irmãos, como João Antunes e Domingos Antunes Damasceno. Além de dividir a propriedade com os irmãos, parece que o inventariado também reunia o restante da família por perto. De seus oito herdeiros, seis eram casados e pareciam residir nas mesmas terras que o pai. Vimos que, através dos dotes ofertados aos filhos, alguns escravos estavam arrolados no inventário do pai.

A soma dessas terras estava calculada em 1:750\$000 réis; um valor considerável para uma fazenda na região, com a ressalva que ainda não era toda a extensão territorial da propriedade. Além disso, Vicente possuía mais uma parte de terras na fazenda do Piranguçu e uma outra chácara com suas benfeitorias, bem como uma casa de sobrado na freguesia. As terras de cultura da fazenda da Palmeira dos Antunes estavam disponíveis ao cultivo, principalmente do milho, no exato momento de abertura do inventário. Além dos alqueires plantados, havia alguns carros de milho já colhidos e prontos para o consumo da propriedade

---

<sup>248</sup> SLENES, op.cit. p.481.

<sup>249</sup> GRAÇA FILHO, op.cit. Ver capítulo 3, pp.103-140.

<sup>250</sup> Inventário post-mortem. 112/CD14. Arquivo do Fórum Wenceslau Braz. Itajubá-MG.

ou, talvez, direcionados ao mercado. Acompanhado do milho estavam arrolados alguns alqueires de arroz.

Nos campos de criar da fazenda foram arrolados vários animais, com o destaque para a criação de 50 porcos. Uma quantia considerável para a propriedade, levando em consideração que a média de suínos por unidade era de 41,7, de acordo com a tabela 22 (que veremos mais a frente). Vicente possuía 32 escravos (o que poderia ser considerado um grande plantel), que trabalhavam tanto na lavoura do milho e do arroz, bem como no trato com os animais. Como já afirmamos, alguns escravos estavam a trabalho nas porções de terras dos herdeiros de Vicente, de acordo com os bens listados nos dotes.

A conformação do patrimônio de Vicente Antunes de Lima, mediante a diversificação das atividades, parece nos exemplificar o consórcio da agricultura e da pecuária. O milho, que era a produção agrícola em destaque no momento da composição do inventário, poderia ser consumido ou comercializado. Como produto de subsistência poderia ser utilizado na dieta da unidade, tanto para o consumo da família, quanto do considerável número de cativos. A presença de moinho nos faz especular que nessa fazenda a transformação do milho em fubá poderia ser uma boa alternativa para a alimentação de todos. A produção de milho também deveria ser uma das principais fontes de nutrientes para o rebanho, principalmente os porcos.

No caso relatado acima, estamos tratando de um proprietário que possuía um patrimônio considerado como uma grande unidade produtiva, com um montante acumulado que geraria um padrão social privilegiado diante do restante da sociedade (dos 125 inventários consultados, somente 18 tinham patrimônio acima de dez contos de réis).<sup>251</sup> A diversificação econômica atestada na propriedade de Vicente Antunes de Lima parecia ser a realidade produtiva da grande maioria de seus iguais.

De acordo com os estudos que estão sendo levantados para o sul mineiro e a partir das análises dessa pesquisa, nos parece que a possibilidade de diversificação econômica esteve ao alcance maior das unidades produtivas mais abastadas.<sup>252</sup> O que não significa que o consórcio de atividades não estivesse presente entre as médias e pequenas propriedades. Se a diversificação econômica era uma forma de possibilitar a manutenção e o aumento do patrimônio de uma grande propriedade, é evidente que essa mesma diversificação poderia ser uma grande estratégia para o sustento dos proprietários menos abastados.

Sem deixar de considerar a condição de exclusão social que os inventários representavam, nos parece claro que a diversificação econômica estava difundida entre a

---

<sup>251</sup> De acordo com a tabela 17.

<sup>252</sup> ANDRADE, op.cit. Especialmente o capítulo 2.

maior parte dos nossos inventariados e, talvez, mesmo entre aqueles indivíduos que não deixaram bens a inventariar. Nesse sentido, João Camacho Alkmim, ao falecer em 1849, teve poucos bens a deixar a seus herdeiros.<sup>253</sup> Sua mulher, D. Maria Custódia de São José teve que aprender a lidar com os poucos recursos que ficaram para cuidar de seus quatro filhos menores: Francisca, de seis anos; Francisco de quatro anos; Antonio de dois anos e Anna de apenas um ano.

O inventário possuía um dos menores montantes de todo lote documental pesquisado, no valor de 305\$600 réis. Seus bens arrolados estavam quase todos investidos em bens de raiz: alguns alqueires de terras no sítio das Bicas, com cultivo de milho, uma casinha coberta de telhas e um pasto. Em relação à produção do milho, esse poderia ser uma das principais fontes de alimentação da família, derivando a farinha de milho, o angu e a canjica. Tudo somava 261\$000 réis. O restante do montante havia sido aplicado em móveis e instrumentos, além de uma quantia em dinheiro em espécie, no valor de 20\$000 réis. Não possuía escravos e nem foi descrito nenhum animal ao processo. Além disso, a viúva tinha dívidas a quitar no valor de 113\$520 réis, o que diminuiria ainda mais o montante da família.

Ao partilhar os bens no mesmo ano, pouco restou à viúva e aos quatro herdeiros. Por mais que não possuísse culturas e criação de animais listados nos inventários, podemos especular que essas atividades estavam presentes na vida familiar. Machado, foices e enxadas para o trabalho no roçado, monjolo para se moer grãos e cangalhas para se transportar alimentos eram indícios de que, mesmo não havendo uma produção mercantilizada, era muito provável que uma pequena roça ali existisse para o sustento da família. O arrolamento de “um pasto” entre os bens de raiz, é mais um indicador de que possivelmente alguns animais eram criados naquele espaço.

O interessante nesse caso é perceber que embora morasse no sítio das Bicas, João Camacho não era o dono do mesmo, possuindo algumas partes de terra. O inventariado poderia ter arrendado aquelas terras e ter alguma ligação comercial com os demais proprietários do sítio, como a venda de produtos de sua roça. Contudo, uma relação de dependência com o proprietário das terras não era algo obrigatório para os agregados. Marcos de Andrade afirma que nem todos os agregados nas fazendas sul mineiras eram sujeitos a alguma dependência para com os grandes proprietários. O autor ressalva também que ser agregado não era, necessariamente, fazer parte da parcela mais pobre da população. Ainda

---

<sup>253</sup> Inventário post-mortem. 116/CD 14. Arquivo do Fórum Wenceslau Braz. Itajubá-MG.

assim, estar sob a tutela de um grande fazendeiro poderia representar melhores oportunidades para alguns agregados.<sup>254</sup>

Outra informação interessante atrelada ao inventário de João Camacho se refere a quantia de dinheiro arrolada. Por mais que os 20\$000 réis representasse uma quantia pequena diante de uma fortuna de uma grande fazenda, para um modesto agropecuarista como João Camacho, possuir dinheiro em espécie numa época em que a baixa participação desse ativo nas transações econômicas era vigente, indica que ele poderia estar envolvido em alguma atividade comercial.

O certo é que pudemos conferir que essa unidade produtiva estava inserida em atividades agropastoris, mesmo que essas atividades não estivessem explícitas no inventário. Independente de pequenas ou grandes propriedades, de donos de títulos de terras ou agregados, possuidores de escravos ou não, a diversificação produtiva parecia ser mesmo a realidade socioeconômica da vida da grande maioria dos indivíduos da freguesia.

Em relação as demais produções agrícolas apresentadas na tabela 20, o feijão e o arroz, além do milho já apresentado, eram bastante presentes nas roças e nas mesas da população em toda Minas Gerais. Segundo Angelo Carrara, o milho era cultivado na estação das águas, entre janeiro até o fim de agosto, quando se encerrava as colheitas. O feijão era quase sempre plantado no meio das sementeiras do milho, algodão, mamona e outras semelhantes. Já o arroz em Minas Gerais tinha seu tempo de semeadura entre setembro a outubro, e o de colheita, entre maio a julho. Podia ser descascado em pilões a água ou braço.<sup>255</sup>

Cláudia Chaves ao consultar as listas de preços estabelecidos para os produtos, realizada pela Câmara de Vila Rica, no século XVIII, informa que o arroz e o feijão eram encontrados em quantidades mínimas nos registros. Entretanto, esses cultivos eram parte diária da alimentação do mineiro e encontravam-se amplamente comercializados nas vilas e freguesias.<sup>256</sup> A autora afirma também que por conta dessa presença corriqueira na mesa mineira, o feijão e o arroz deveriam ser largamente cultivados em pequenos roçados, dispensando o comércio a longa distância, para assim abastecer somente os centros urbanos mais próximos. No caso do feijão, Cláudia Chaves reitera que por ser um produto indispensável para a dieta mineira, a produção desse grão não deveria ser “alvo” de uma

---

<sup>254</sup> ANDRADE, op. cit. p.46.

<sup>255</sup> CARRARA, op. cit. pp.215-216.

<sup>256</sup> CHAVES, op.cit. p.92.

especialização comercial, já que deveria ser amplamente cultivado nos roçados locais para o sustento da população.<sup>257</sup>

Em relação ao termo de Campanha, Marcos de Andrade aponta que as fazendas sul mineiras estavam sempre voltadas para a produção de gêneros alimentícios e que no caso da produção de feijão e arroz, o comércio local era abastecido pelas praças vizinhas, como, por exemplo, o arraial de São Gonçalo.<sup>258</sup> No caso dos inventários encontrados em Itajubá, os alqueires de feijão e arroz não foram cultivos listados com frequência entre os roçados da região. Contudo, foi interessante perceber a presença dessas culturas na produção agrícola de nossos inventariados.

D. Anna Ribeiro de Jesus teve seu inventário aberto em 1845 e era residente na fazenda das Bicas, freguesia de Itajubá.<sup>259</sup> Tivera sete filhos com José Francisco Simoens, o inventariante. O casal havia acumulado até então um patrimônio no valor de 5:917\$080 réis investidos principalmente em bens de raiz, escravos e no cultivo e a criação de animais. Possuíam a metade da fazenda em que residiam, pertencendo a outra parte ao sogro da inventariada, Fabiano José de Carvalho. A casa de vivenda era “coberta de telhas, sobrado, paiol, muinho, monjolo, arvoredos de espinhos e mais pertences”. Eles possuíam cinco escravos, sendo que a pequena Eva tinha somente seis anos de idade. A criação de animais era composta de 5 bestas, 4 cavalos, 8 bois e 40 porcos. O cultivo agrícola era bem diversificado e constava de alqueires de milho, feijão e arroz, além de um fumul “em tempos de se colher”.

Essa propriedade demonstra a importância que o cultivo das três primeiras culturas tinham no cotidiano produtivo nas fazendas da freguesia. Os tachos, fornos, moinho e monjolo trazem à tona a presença desses grãos na produção de alimentos, que supririam a dieta básica da família, além dos escravos.

Na fazenda das Bicas, de D. Anna Ribeiro de Jesus, pudemos vislumbrar – assim como fez o viajante John Mawe no século XIX ao visitar a fazenda do Barro, de propriedade do Conde de Linhares, no termo de Mariana – que o cardápio frequente para o almoço era a base de feijão misturado com farinha de milho e um pouco de torresmo de toucinho frito ou carne cozida. E no jantar, eles comiam um pedaço de porco assado, com um prato de farinha de milho, com um pouco d’água, além do feijão e de hortaliças. Aos escravos era oferecido no almoço farinha de milho misturada a água quente, formando uma espécie de mingau, com

---

<sup>257</sup> Idem.

<sup>258</sup> ANDRADE, op. cit. p.47.

<sup>259</sup> Inventário post-mortem. 100/CD12. Arquivo do Fórum Wenceslau Braz. Itajubá-MG.

pedaços de toucinho.<sup>260</sup> Um cardápio típico para o sustento de todos os indivíduos residentes na fazenda e que era fruto de uma produção sustentável, independente do que essa unidade produtiva pudesse gerar a mais para que assim fosse mercantilizado.

Outras produções agrícolas constantes na tabela 20, como a cana-de-açúcar, o algodão e o café parecem não ter sido o forte da agricultura para a freguesia de Itajubá e proximidades, pelo menos de acordo com os inventários pesquisados no período abarcado. O que não significa que esses produtos e seus derivados não fossem consumidos e/ou comercializados na freguesia. Para o termo de Campanha da Princesa, Marcos de Andrade afirmou que havia uma expressiva quantidade de proprietários que se dedicavam a atividade da cana-de-açúcar. Da mesma forma, a produção da cana estava quase sempre consorciada a outras atividades agropastoris e era mais freqüente entre as médias e grandes propriedades. Proposição já constatada para outras regiões da colônia, devido a um maior contingente cativo que demandava tal atividade.<sup>261</sup>

Segundo Cláudia Chaves, a rapadura e a aguardente, subprodutos da cana, eram produzidos em engenhos espalhados por toda capitania e estavam entre os gêneros mais consumidos. A aguardente seria uma bebida “democrática” e estava disponível tanto para a população rica e pobre, quanto para os escravos. Já a rapadura produzia um comércio intenso devido ao grande consumo e era utilizado na substituição ao açúcar.<sup>262</sup>

A produção dos engenhos sul mineiros estava voltada para o consumo interno e poderia ser comercializada desde as porteiras das fazendas até as praças locais e regionais. De acordo com Clotilde Paiva e Marcelo Godoy, os engenhos em Minas poderiam desempenhar uma função complementar na unidade produtiva, voltados para o consumo da propriedade, com o excedente oferecido aos mercados locais, ou desempenharem o papel principal de produção na fazenda, com tecnologia avançada e semelhantes as áreas agroexportadoras.<sup>263</sup>

Para a freguesia de Itajubá, encontramos apenas 5 inventários que traziam explicitamente a produção da cana. Contudo, diversos outros documentos apresentavam fortes indícios da presença do cultivo da cana e da produção de seus derivados. O memorialista Armelino Guimarães em citação utilizada por nós logo no início desse capítulo, já afirmava que a “indústria” da rapadura e da aguardente contribuía para promover o progresso da freguesia de Itajubá, a partir do comércio com o termo de Campanha e o vale do

<sup>260</sup> MAWE, John. *Viagens ao interior do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1978. p.139.

<sup>261</sup> ANDRADE, op.cit. pp.48-49.

<sup>262</sup> CHAVES, op. cit. pp.95-96.

<sup>263</sup> PAIVA, Clotilde e GODOY, Marcelo. *Engenhos e casas de negócios na Minas oitocentistas*. In: Anais do VI Seminário sobre a Economia Mineira. Belo Horizonte: CEDEPLAR/UFMG,1992.p.33.

Paraíba paulista, realizado pelas barcas navegáveis no rio Sapucaí, bem como as tropas que subiam e desciam a serra da Mantiqueira.<sup>264</sup>

Manoel Pereira Goularte, teve seus bens inventariados em 1842.<sup>265</sup> Ele residia na fazenda da Barra de Antumas, na freguesia de Itajubá. Seu patrimônio foi avaliado em 8:948\$900 réis e a grande quantia desse valor estava investido em bens de raiz e escravos. Ele possuía a fazenda onde vivia com casa de morada, terras de cultura, engenho, paiol e mais todas as “benfeitorias do terreiro”. Seu plantel era composto por 12 escravos e apenas Joaquim, de cinco anos e Joana de um ano de idade pareciam estar desprovidos do serviço da unidade.

Não existe nenhuma descrição específica de cultivo e colheita de cultura na propriedade, mas as pistas para tal atividade eram muitas. Machados, foices e enxadas para o preparo da terra estavam entre os instrumentos de trabalho mais representados. Alguns caldeirões e tachos poderiam ser utilizados no preparo da rapadura, por exemplo. Um alambique de cobre também foi descrito e poderia ser usado para armazenar a aguardente.

De acordo com as demais evidências, essa propriedade diversificava sua produção, possivelmente com outras culturas. A criação de animais ganhou certa expressividade na unidade, que possuía 6 bois de carro, 8 vacas e suas crias, 14 carneiros e uma quantia relevante de 77 porcos. Podemos especular a partir dessa informação que esses suínos poderiam ser comercializados e, nesse sentido, uma produção de milho na própria fazenda seria importante para a dieta de engorda desse rebanho.

Além disso, os bois poderiam ser utilizados para tocar o engenho, como também transportar as mercadorias no dia a dia da unidade produtiva. As vacas poderiam gerar leite não só para alimentar seu rebanho, mas produzir queijos que pudessem servir para a dieta familiar e também para serem vendidos. Os porcos poderiam render os valiosos toucinhos que criavam cada vez mais um mercado bem lucrativo entre o sul mineiro e as províncias do Rio de Janeiro e de São Paulo.

Em relação a uma possível produção de cana, não podemos afirmar o grau de mercantilização que seus derivados poderiam acrescentar aos rendimentos da propriedade. Contudo, a probabilidade de se produzir rapadura e/ou aguardente já enriquecia a vocação para a diversificação produtiva que a fazenda de Manoel Pereira apresentava, bem como

---

<sup>264</sup> Referimos a nota 12 do mesmo capítulo, em que o autor se refere sobre a produção agropastoril e seus derivados para a freguesia de Itajubá.

<sup>265</sup> Inventários post-mortem. 091/CD10. Arquivo do Fórum Wenceslau Braz. Itajubá-MG.

oferecia alternativas de venda ao produtor quando outros produtos não apresentassem os mesmos rendimentos.

O algodão foi outro cultivo pouquíssimo citado em nossos inventários, assim como o café. Cada cultura foi citada apenas três vezes cada. O que não significa que esses cultivos não fossem mais presentes na região, bem como a produção e comercialização de seus derivados. Em relação ao café, esse cultivo tende a crescer, principalmente a partir da segunda metade do século XIX, quando é citado como uma das principais culturas praticadas na freguesia de Itajubá.<sup>266</sup>

Cláudia Chaves afirma que o cultivo do algodão era bastante difundido em Minas Gerais. Esse cultivo poderia ser conciliado com outras culturas, como o milho, por exemplo, e não necessitava de muitos cuidados. O comércio do algodão possibilitava encontrar o produto na forma de ramas (com caroço ou descaroçado), quanto em varas de tecidos e era muito frequente sua comercialização.<sup>267</sup>

D. Marianna Justina de Sam José, viúva e inventariante de seu marido, Francisco José Fernandes parecia ter na produção de algodão e seus derivados uma outra forma de sustento da unidade produtiva.<sup>268</sup> Residiam na fazenda da Serra, na freguesia de Itajubá, em 1843. Entretanto não eram donos da propriedade e provavelmente havia arrendado terras para o plantio e criação de animais. Além da “casa de morada com seus pertences”, o casal arrendava terras em outra fazenda. Possuía 11 filhos, e D Marianna estava grávida do último herdeiro da família quando seu marido faleceu.

O inventário teve como montante a quantia de 1:972\$260 réis e arrolava apenas três escravos. Entre os outros bens descritos estavam algumas arrobas de fumo “muito ordinário”, 5 bestas e alguns porcos. Os instrumentos de trabalho revelaram algumas enxadas, foices, machados e rodas de fiar fumo, o que permitiria o trabalho familiar e cativo na propriedade. Além do roçado de fumo, esses indícios apontam para o cultivo de outros produtos, principalmente para o sustento da família.

Não houve nenhuma descrição direta para o plantio do algodão, mas entre os bens listados no inventário havia a presença de 5 rodas de “fiar algodão” e 1 tear. Esses itens parecem não significar nada a primeira vista, mas pode nos indicar uma outra atividade na unidade produtiva, além do plantio de fumo e do trato com os animais. Não sabemos o grau de produtividade que o algodão representava nessa unidade, mas podemos especular que com

---

<sup>266</sup> VEIGA, op.cit. p. 283; GUIMARÃES, op.cit.p.325.

<sup>267</sup> CHAVES, op.cit. p.96.

<sup>268</sup> Inventário post-mortem. 093/CD11. Arquivo do Fórum Wenceslau Braz. Itajubá-MG.

a morte do marido, a produção de fios e tecidos tenha sido ainda mais importante, tanto para o consumo interno, quanto para algum excedente que seria vendido e D. Marianna poderia ter aproveitado muito bem dessa atividade para manter o sustento de sua família.

Se os inventários não nos apresentaram uma frequência do algodão entre as unidades produtivas pesquisadas, por um outro lado, diversos documentos traziam referências de sua presença e de seus derivados nas casas daqueles indivíduos, como vimos no caso acima. Ainda que fosse para uma produção familiar de fios e tecidos, era comum que as casas tivessem esses instrumentos na província de Minas Gerais, já que a presença desses era um importante fator de redução dos custos na unidade produtiva. Em relação a uma possível mercantilização do algodão e seus derivados, o comércio local na freguesia de Itajubá indicava a presença desses produtos nas lojas de secos e molhados, disponíveis para a população.

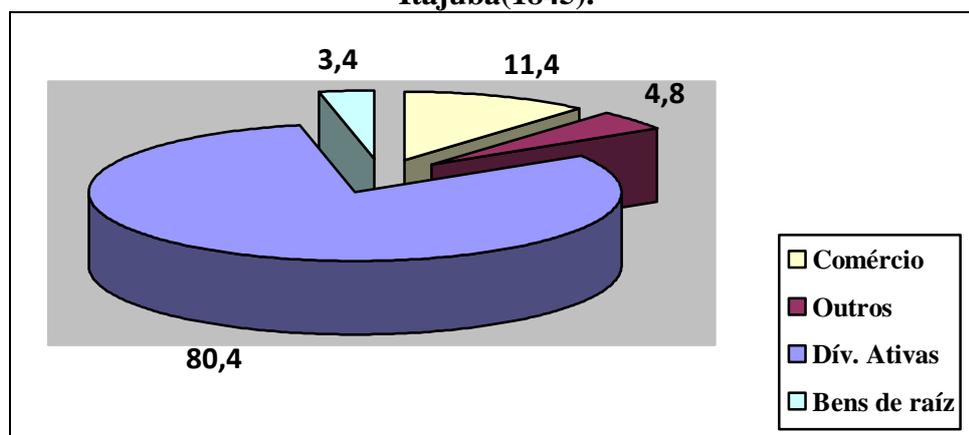
O algodão proporcionava derivados bastante procurados nas lojas de comércio nas freguesias e vilas de Minas Gerais, seja na forma de ramas ou varas de tecidos. Para a freguesia de Itajubá um caso em especial nos chamou a atenção, pelo destaque que a comercialização do tecido tinha entre os gêneros de negócio do comerciante.

José Joaquim do Nascimento era residente na freguesia de Itajubá.<sup>269</sup> Em 1845, os produtos de sua loja de secos e molhados foram expostos para serem inventariados. Teve como inventariante, seu vizinho e pessoa próxima, o Pe. Lourenço da Costa Moreira, já citado algumas vezes por sua presença constante nos inventários e na vida de seus paroquianos, bem como por sua forte projeção social e política na freguesia durante aquele período. Era solteiro e deixava como herdeiros, seu filhos, Manoel e Santiago.

---

<sup>269</sup> Inventário post-mortem e testamento. 098/CD12. Arquivo do Fórum Wenceslau Braz. Itajubá-MG. Por gêneros "secos" podemos citar tecidos, vestuário, ferramentas e outros. Como gêneros "molhados" entende-se como comestíveis e bebidas.

**Gráfico 03: Composição dos bens de José Joaquim do Nascimento. Itajubá(1845).**



Fonte: Inventário post-mortem.098/CD12. Arquivo do Fórum Wenceslau Braz. Itajubá-MG.

O gráfico 3 nos mostra como a composição do patrimônio de uma propriedade urbana pode privilegiar outros setores de investimento do que de uma propriedade rural. As produções da agropecuária dão espaço aos estabelecimentos comerciais. Nesse caso, as dívidas ativas(80,4%) predominam consideravelmente sobre todo o montante. Os produtos que compõem o comércio de José Joaquim representam 11,4% do total.

Dentre os bens descritos estavam os bens de raíz ( uma morada de casas dentro da freguesia; um terreno próximo a casa e uma morada de casas na vila de Lorena, na Província de São Paulo), com 3, 4%. Seu patrimônio foi avaliado em 10:804\$140 réis e a expressiva parte dessa fortuna estava aplicada em gêneros de comércio e em dívidas ativas. Vale ressaltar que foi listado 410\$000 réis em dinheiro “em notas do banco”, quantia considerável em moeda para um ativo escasso no mercado, mas que deveria ser mais frequente nas mãos de comerciantes, como as de José Joaquim.

A loja de José Joaquim era semelhante à maioria dos estabelecimentos comerciais nas freguesias e nas vilas de Minas Gerais. Segundo Marcos de Andrade, o comércio no sul de Minas poderia ser expresso por três tipos de comerciantes: os que atuavam diretamente na “produção/transformação” e comercialização dos bens produzidos; aqueles que praticavam um pequeno comércio de loja; e o grande comerciante que poderia ser denominado como “negociante de grosso”, atuando em áreas diversas de produção.<sup>270</sup>

Na loja do inventariado poderia se encontrar de tudo: ferramentas para o trabalho e equipamentos para animais, como serrotes, machados, fivelas e esporas; louças e utensílios domésticos, como garrafas de vidro, talheres, sopeiras, espelhos, caixas e lamparinas;

<sup>270</sup> ANDRADE, op.cit. p. 82.

vestuário e acessórios, como jaquetas, casacas, calças de riscado, chapéus e lenços; produtos de armarinhos em geral, como botões, carretéis de linha, agulhas, tesouras para roupas e dedais; especiarias como cravo da Índia e pimenta do reino; outros perecíveis como, arrobas de açúcar, tabaco e sabão.

Entretanto, os produtos que pareciam mais se destacar na loja de José Joaquim eram os tecidos. Eles representavam os bens mais valiosos da loja e eram em grande quantidade. Os tipos e as variedades de tecidos listados no inventário iam muito além daqueles que eram fabricados com o algodão produzido na província. Viam de longe e a partir da praça do Rio de Janeiro eram comercializados na freguesia. Os tecidos importados tinham grande entrada na loja de José Joaquim, como as jardas francesas, os riscados ingleses e as famosas sedas orientais. Nesse sentido, o ponto de comércio do inventariado representa parte do universo material que os indivíduos da freguesia e da região passaram a demandar cada vez mais, a partir da compra de produtos importados, intermediados da praça carioca.

As dívidas ativas(80,4%) expressam grande parte do patrimônio do inventariado e tende muito a nos revelar. Como já é consenso, negócios com dinheiro em espécie não era comum, pelo fato da baixa participação desse ativo na sociedade. Com isso, os negócios comerciais eram bastante estabelecidos através de títulos de dívidas. No caso das dívidas ativas do inventário de José Joaquim, podemos ratificar o quanto a prática de comercializar poderia gerar dívidas a pagar ou a receber entre os comerciantes. Concluímos assim que a importância da atividade comercial do empreendimento do inventariado pode então ser entendido pelo percentual que as dívidas ativas ocupavam no total de sua fortuna e como essas mesmas dívidas podem contribuir para a manutenção e a expansão de seu patrimônio.

Tinha um número considerável de devedores: nada menos que 240 pessoas possuíam alguma quantia a pagar a esse comerciante, o que podemos especular que sua influência para a obtenção de crédito na freguesia e em toda a região deveria ser levada em consideração. Nesse sentido, as dívidas ativas funcionavam como um outro mecanismo de afirmação econômica e de ampliação dos laços e relações pessoais, principalmente no momento em que se concede crédito a um grande número de pessoas.

Ao esmiuçar os nomes daqueles que deviam a José Joaquim do Nascimento, percebemos que a relação com essas pessoas poderia ofertar uma posição privilegiada ao inventariado à medida que pessoas importantes da freguesia e região deviam a ele. O próprio inventariante, Pe. Lourenço da Costa Moreira, aparecia várias vezes como devedor, além de seu filho, Domencianno da Costa Moreira, médico que tinha negócios na Corte. Além disso, pessoas com títulos e patentes foram também citadas como devedoras, entre elas o Alferes

Ignácio Custódio Pereira. Ao oferecer crédito a indivíduos privilegiados da freguesia e da região, o inventariado estabelecia uma relação com seus pares, da qual ele poderia se beneficiar em algum momento de sua vida com algum tipo de “favor” prestado por eles.

José Joaquim não só efetuava a função de prestamista de crédito a pessoas livres e privilegiadas do seu vínculo comercial. Escravos e forros também deviam ao comerciante, inclusive alguns escravos como Manoel, José(sapateiro) e Faustino, todos eles cativos de Pe. Lourenço da Costa. Infelizmente, o inventário não nos permite descobrir mais informações a respeito desse empréstimo, mas é interessante perceber que até mesmo os cativos poderiam se beneficiar desses créditos, para, talvez, ter acesso a mercadorias da própria loja do inventariado.

Por fim, ao consultarmos as dívidas passivas e o próprio testamento do inventariado, compreendemos como suas relações comerciais iam além do mercado local da freguesia. José Joaquim tinha dívidas a pagar na praça da Corte, como para os negociantes José Bernardino Teixeira e Antonio José Leite e Joaquim Miguel Simões, na vila de Lorena, no vale do Paraíba paulista. Assim, percebemos que essas relações mercantis, que tem como protagonista um indivíduo da freguesia de Itajubá, a partir de um momento produtivo de sua vida, não podem ser vistas por uma análise reducionista.

Essas relações e atividades comerciais estabelecidas nesse estudo de caso, nos demonstram como o comércio permitia criar articulações econômicas que envolviam pequenos produtores e comerciantes em freguesias como a de Itajubá, até chegar a intermediários e grandes negociantes nas praças das principais vilas provinciais.

### **3.3.2 – O fumo em evidência.**

Ao continuarmos a discorrer sobre as produções agrícolas e o comércio urbano em Itajubá, uma atividade estava presente de alguma maneira no cotidiano produtivo e comercial da maioria das unidades rurais e nos estabelecimentos urbanos da freguesia e da região: a produção de fumo.

O sul de Minas vem sendo apontado pela historiografia, há certo tempo, como um centro de produção de fumo, contudo ainda faltam estudos específicos que venham a confirmar tal proposição, principalmente no que tange a sua vinculação com as demais produções agropecuárias, com o mercado interno e sua possível ligação com o tráfico

internacional. João Fragoso já apontava no início da década de 1990, que a região ao sul da Capitania de Minas Gerais formara um complexo agropecuário de produção diversificada, voltada ao abastecimento interno, com destaque ao fumo. Ao lado da criação de bovinos e porcos, a produção de fumo sul mineiro estava na pauta de exportação para a praça carioca, especialmente os que eram remetidos pelas freguesias de Cristina e Baependi.<sup>271</sup>

Nossa pesquisa não tem a intenção de aprofundar as questões acerca da produção de fumo do sul mineiro, mesmo porque não tínhamos condições nesse trabalho. Nossa contribuição vem no sentido de desvencilhar o que os inventários encontrados para a freguesia de Itajubá e região tendem a nos dizer sobre a produção e mercantilização do tabaco até a primeira metade do século XIX. De qualquer maneira, saltam-nos aos olhos, as referências que passamos a conhecer sobre a influência do fumo na economia da freguesia de Itajubá. Vejamos o que o memorialista, Armelino Guimarães informou sobre a produção do fumo na freguesia:

Por volta de 1860 a 1890 a lavoura do tabaco quase chegou a ser uma monocultura em terras itajubenses, a ponto de escassear os gêneros alimentícios. Sendo então muito fraca a produção de cereais, fato que levou a Câmara Municipal a se preocupar com isso.(...) O arroz e o feijão sumiam do comércio,e nas fazendas a produção de cereais era quase exclusivamente para o gasto.(...) Pelo que documenta ainda a Ata de 28-01-1863(...) o itajubense não pensava em plantar em grande quantidade outra coisa senão o fumo.(...) O comércio do fumo em corda, era, na verdade, muito lucrativo, mais compensador do que o de cereais. O produto encontrava franca aceitação por parte dos exportadores e as terras itajubenses se prestavam magnificamente para o seu cultivo.<sup>272</sup>

Contudo, o próprio memorialista já afirmava que a produção de fumo na freguesia era evidência desde as primeiras décadas do século XIX:

O produto agrícola, porém, de maior importância nas atividades do campo, em Itajubá, e que propiciou relevante impulso no progresso do município, foi o fumo. Já o Pe. Lourenço da Costa Moreira, no Termo de Reconciliação entre Paroquianos de Soledade de Itajubá, de 1831,(...) informava que no arraial por ele fundado havia “fábricas de fumo”. Registros do arquivo da prefeitura documentam o desenvolvimento do plantio do tabaco no município e a grande produção de fumo em corda, a maior atividade agrícola daquele tempo(...)<sup>273</sup>

A Bahia, no século XIX era a maior exportadora de tabaco do Brasil, encontrando mercados principalmente em Portugal e na África, contudo era Minas Gerais que abastecia o mercado do sudeste e gerava excedentes à navegação de cabotagem. Minas Gerais era grande exportadora do tabaco para o centro-sul do país, percorrendo as praças do Rio de Janeiro e de

<sup>271</sup> FRAGOSO, op. cit. p.129.

<sup>272</sup> GUIMARÃES, op. cit. p. 328.

<sup>273</sup> Ibidem, op.cit. p. 327.

São Paulo, por via terrestre e o Rio Grande do Sul e o Rio da Prata, por cabotagem. O tabaco mineiro também alcançava lugares mais longínquos, como o nordeste brasileiro e até mesmo o mercado africano, mesmo em quantidades muito menores que o tabaco baiano. Cristiano Restitutti afirma que apesar do tabaco mineiro ser em menor quantidade no mercado, o preço na praça carioca era superior à produção baiana para exportação.<sup>274</sup>

Com efeito, a crescente participação das exportações mineiras para a Corte e a formação de um mercado para o abastecimento da praça do Rio de Janeiro, iria de alguma forma influenciar a cultura do tabaco na região sul mineira. Segundo Jean- Baptiste Nardi, as altas taxas das importações e os altos custos de transporte, incentivaram o pólo mineiro para a produção do fumo, ainda no século XVIII. Além disso, a extinção do Contrato do Tabaco do Rio de Janeiro, de 1757, permitiu a expansão da produção. Nas primeiras décadas do oitocentos, o tabaco mineiro tinha grande participação na praça carioca e destacava-se no mercado interno brasileiro.<sup>275</sup>

De qualquer forma, somente com novos estudos, poderemos compreender o papel do tabaco na economia mineira- em especial o sul de Minas - e a sua participação no mercado interno do centro-sul do Brasil. Cristiano Restitutti, em sua dissertação de mestrado e em suas atuais pesquisas em doutoramento, trouxe à tona informações de grande importância acerca das configurações que os circuitos mercantis do fumo criaram em Minas Gerais, em especial para o sul mineiro, a partir dos principais centros produtores, como Baependi, Cristina e Itajubá.<sup>276</sup>

Além de estimular o crescente comércio estabelecido entre Minas Gerais e a praça do Rio de Janeiro, a instalação da Corte extinguiu ainda a antiga proibição de abertura de novas estradas. Assim, algumas rotas e estradas foram abertas e facilitaram a exportação e o abastecimento dos produtos mineiros para o Rio de Janeiro e todo mercado do centro-sul do Brasil, em especial a produção do fumo. A fronteira “sul extremo” de Minas captava a produção que vinha de estradas, como a que ligava Vila Rica-São Paulo, passando por São João del Rei, Campanha, Pouso Alegre e o registro de Jaguari. Além desses caminhos, outras vias de comércio se tornaram muito importante nesse circuito, como as de Itajubá a Lorena, que do vale do Paraíba paulista seguia até o porto de Parati, em direção a Corte, ou

---

<sup>274</sup> RESTITUTTI, op. cit. p.227.

<sup>275</sup> NARDI, Jean-Baptiste. *O fumo brasileiro no período colonial: agricultura, comércio e administração*. São Paulo: Brasiliense, 1996.pp.45-46.

<sup>276</sup> RESTITUTTI, op.cit. (A pesquisa em doutoramento citada tem como título provisório “A economia do tabaco de Minas Gerais no século XIX: a produção sul-mineira e o mercado do sudeste do Brasil.”, pela Universidade São Paulo.)

diretamente por via terrestre. Essa era a rota que o fumo sulmineiro fazia para atingir seus postos consumidores.<sup>277</sup>

Se voltarmos à tabela 14, perceberemos que a recebedoria de Itajubá, na fronteira com o vale do Paraíba paulista, era a terceira em participação da fronteira de Campanha. Dos produtos que eram transportados pela recebedoria, os carregamentos de fumo eram em expressiva maioria. Claro que não podemos dizer que toda a produção demandava das lavouras da freguesia de Itajubá, mas de qualquer forma, era esse o caminho que o fumo da freguesia tomava em direção ao vale do Paraíba paulista e a praça carioca.

O cultivo do fumo não designava um sistema de plantio complexo. Dispensava muito investimento e por isso era uma cultura que cabia dentro das produções agrícolas das pequenas propriedades. Entretanto, a qualidade do solo e um clima favorável, influenciavam na qualidade do produto final. Dessa forma, nas regiões da Mantiqueira, no extremo sul de Minas, o fumo era de boa qualidade e isso refletia na procura e no valor da arroba do produto, como o fumo de Baependi, um dos mais valorizados no mercado. O fumo produzido na freguesia de Itajubá também tinha uma boa entrada na praça carioca.<sup>278</sup> O Almanaque sul mineiro, do ano de 1874, revelava que a cultura mais produzida em Itajubá era o fumo, seguida em menor escala pelo café e a cana-de-açúcar.<sup>279</sup>

Dos inventários consultados para o termo de Campanha da Princesa, Marcos de Andrade encontrou uma produção de fumo relevante para a freguesia de Santa Catarina (que posteriormente pertenceria à Comarca de Cristina) e na freguesia de Lambari.<sup>280</sup> Para a freguesia de Itajubá, o fumo foi a produção mais citada em todos os inventários que pesquisamos e que traziam algum tipo de cultura descrita. As referências ao fumo nos documentos aparecem como “fumal”, ou seja, roçado de fumo, “fumo em arroba” ou “fumo em rolo”, que podia ser fabricado na própria fazenda e era comercializado em longas cordas.

O inventário de Thomé Franciso Alves, residente na fazenda do Monjolinho, na freguesia de Itajubá, foi aberto em 1845. Além da fazenda citada, com terras de cultura e todos os demais pertences, o inventariado possuía “umas casinhas no arraial do Itajubá Velho”. O plantel era considerável com a presença de 24 cativos, que se dedicava a criação de diversos tipos de animais, com destaque para a criação de porcos. Para a produção agrícola foi listada o cultivo do milho, feijão e um “fumal por colher-se e fabricar-se”. Assim podemos perceber que além do plantio e colheita das folhas, a propriedade cuidava de produzir tabaco,

---

<sup>277</sup> Ibidem. p.161.

<sup>278</sup> Ibidem.pp.172-178.

<sup>279</sup> VEIGA, op.cit.p.283.

<sup>280</sup> ANDRADE, op.cit. p. 50.

o fumo em rolo. Entre os instrumentos de trabalho listados estavam presentes duas rodas de “tear fumo”.<sup>281</sup>

De acordo com a tabela 20, do total de 125 processos, 28 inventários trouxeram alguma referência de cultivo de fumo, fumo em arrobas ou em rolos para a freguesia de Itajubá. Mesmo diante de uma porcentagem não muito expressiva (apenas 22,4% do total de inventários), essa produção de fumo se torna interessante de ser analisada se considerarmos a faixa de escravaria. Mesmo quando não havia nenhuma produção explícita de fumo nos inventários, muitos descreviam a existência de “casas de fumo” entre as benfeitorias da fazenda e “rodas de fiar fumo”.

Encontramos o cultivo de fumo, ou em arrobas, em todas as faixas com escravaria: 7 citações(25,0%) em pequenas propriedades(de 1 a 5 escravos); 14 referências(50,0%) entre as médias propriedades(de 6 a 19 escravos); e 7 descrições para propriedades consideradas como grandes unidades(de 20 ou mais escravos). Percebemos assim que, a presença do fumo nos inventários estava mais concentrada nas propriedades médias e grandes, ou seja, naquelas que se utilizavam de maior número de mão-de-obra escrava. Em relação ao consórcio de culturas, parece que nenhum dos processos estava, exclusivamente, dedicado à produção de fumo.

D. Maria Joaquina de Mendonça teve seu inventário aberto em 1849. Residente na fazenda Santa Bárbara, na freguesia de Itajubá, teve como inventariante, o Alferes João Martins, seu marido.<sup>282</sup> Além da fazenda que morava, possuía outras partes de terras em outras fazendas e casas dentro da freguesia, tudo somava 19:440\$00 réis. Seu patrimônio acumulava a quantia considerável de 53:106\$880 réis. O plantel de escravos era também bastante relevante, contando com 38 cativos.

Além dos inúmeros bens valiosos que possuía entre móveis, jóias e utensílios de prata, o processo se destaca pela variedade de culturas praticadas na fazenda. Foram descritos várias arrobas de algodão em rama, além de 100 varas de pano de algodão; 40 alqueires de feijão; 100 carros de milho; 145 arrobas de fumo; e mais “fumos comprados de Mata Cachorro”, freguesia do termo de Campanha. Entre os bens de raiz foram citadas mais duas “fazendas de culturas”, contudo sem revelar o roçado.

A criação de animais também impressiona. Dentre os animais arrolados, se destacavam as 47 bestas, 18 bois de carro, 40 vacas e suas crias, 45 carneiros e 189 porcos, o que pode justificar os 100 carros de milho no paiol da fazenda. Ao consultarmos as dívidas,

<sup>281</sup> Inventário post-mortem. 094/CD11. Arquivo do Fórum Wenceslau Braz. Itajubá-MG.

<sup>282</sup> Inventário post-mortem. 117/CD14. Arquivo do Fórum Wenceslau Braz. Itajubá-MG.

percebemos que havia 127 rolos de fumo na praça do Rio de Janeiro a serem acertados na quitação das dívidas, o que sugere uma comercialização do fumo para a praça carioca.

Já o inventário de Francisco de Sousa Arruda, de 1843, residente na fazenda Boa Vista, na freguesia Nova de Itajubá, nos apresenta uma história também pormenorizada da ligação comercial que essa unidade produtiva possuía com o mercado no Rio de Janeiro, especialmente através da produção do fumo.<sup>283</sup> Os bens arrolados são diversos, extensos e valiosos. Esse processo apresentou a maior quantia de fumo em arrobas de todos consultados. A fazenda se dedicava a produção de fumo, com a descrição de 704 arrobas, mas também criava animais, com destaque para as 37 bestas da propriedade. É provável que tais bestas compusessem a tropa responsável pelo transporte e pela comercialização do fumo.

Os outros bens descritos no processo eram mais requintados, passando desde jóias de ouro a talheres de prata e louças finas, o que demonstra o considerável poder aquisitivo e social dessa unidade. Além disso, o inventariado possuía na fazenda grande quantidade de instrumentos de trabalho e um plantel de 44 escravos. Para somar aos bens, além da fazenda em que residiam, outras propriedades de terras foram listadas e um sobrado na rua das Flores, na mesma freguesia.

Ao consultarmos as prestações de conta do inventário, percebemos que a inventariante, Francisca Claudina de Carvalho, esposa de Francisco de Sousa tinha algo importante a dizer. Ela declarava que seu marido havia enviado para o Rio de Janeiro, a quantia de “cento e dezesseis rolos de fumo de duas arrobas mais ou menos cada um”. Contudo, ela não sabia por quanto havia sido vendido a mercadoria, mas que já tinha recebido do correspondente pelo negócio a quantia de 400\$800 réis e pedia o “resultado final da carregação de fumos”.

Ao esmiuçarmos o processo, percebemos que três anos depois da abertura do inventário houve uma reforma da avaliação e o mesmo carregamento de 116 rolos de fumo rendeu 268 arrobas, que foram vendidas a 5\$400 réis cada arroba. Logo após o abatimento das despesas, o restante da dívida foi pago a viúva. Esse caso nos chamou a atenção pelo valor da arroba do fumo de Itajubá vendido no Rio de Janeiro.

Cristiano Restitutti, ao consultar os valores dos preços do fumo no mercado carioca (por arroba e em réis), a partir dos anúncios na Gazeta do Rio de Janeiro e Jornal do Comércio (1826 e 1850), afirmou que o fumo “Maependim” (grafia antiga para o fumo Baependi) tinha valores altos e muito superiores a um outro tipo de fumo muito negociado na

---

<sup>283</sup> Inventário post-mortem. 092/CD10. Arquivo do Fórum Wenceslau Braz. Itajubá-MG.

praça carioca que era o fumo “Piedade”. Suspeita o autor que o fumo Piedade seja da freguesia de N. Sra. da Piedade(atual Lorena, no vale do Paraíba paulista). Não foram apresentados os valores para o fumo de Itajubá, mas Cristiano Restitutti afirma que o fumo itajubense não era do mesmo tipo do tão requisitado fumo Maependim.<sup>284</sup>

Entretanto, quando observamos os valores por arroba e réis para o fumo Maependim, entre os anos de 1842 a 1847, de acordo com o autor, a arroba é avaliada em 5\$108 e 5\$025 réis, respectivamente. Se voltarmos às informações descritas na reforma da avaliação de Francisco de Sousa Arruda, o carregamento enviado ao Rio de Janeiro e cobrado pela inventariante teve como valor 5\$400 réis cada arroba. Com isso, podemos especular que o fumo de Itajubá também poderia alcançar valores altos no mercado carioca, assim como os fumos da freguesia de Baependi.

Outra informação interessante e que nos mostra a trajetória da família na produção do fumo, pode ser conferida em uma petição anexa ao inventário, de D. Ignácia Francelina de Mendonça, residente na freguesia de Itajubá, que reivindicava o pagamento pelo transporte de um carregamento de fumo, que seu finado marido havia levado ao Rio de Janeiro, em 1830, e que pertencia ao finado inventariado, Francisco de Sousa Arruda. Cabia então a D. Francisca Claudina de Carvalho, viúva do falecido Francisco, acertar o pagamento pelo transporte da carga.

Qual seria o peso da produção de fumo da freguesia de Itajubá, diante da produção sul mineira? Qual era, de fato, o papel que essa produção representava na vida econômica e social dos indivíduos da freguesia? E qual foi a trajetória produtiva desse cultivo ao longo do século XIX? Diante dessas indagações, acreditamos que esse tipo de cultura precisa ser melhor investigada para Itajubá, já que os indícios nos levam a crer numa relevante produção de fumo, ainda na primeira metade do oitocentos e principalmente na segunda metade deste século.

---

<sup>284</sup> RESTITUTTI, op.cit. p.172. Os valores dos anúncios sobre o preço do fumo no mercado do Rio de Janeiro, apresentados pelo autor, foram publicados na seguinte obra: BUESCU, Mircea. *A inflação brasileira de 1850 a 1870: monetarismo e estruturalismo*. Revista Brasileira de Economia. Rio de Janeiro: 26(4). pp. 125-147, ot/dez, 1972.

### 3.3.3 – A pecuária.

Segundo Caio Prado Junior, a comarca do Rio das Mortes se tornaria uma das maiores regiões da colônia no abastecimento de gado, principalmente para o centros mineradores e mais tarde para o mercado da Corte, no Rio de Janeiro. Argumentava o autor que Minas Gerais possuía condições geográficas favoráveis a criação de animais e as instalações nas propriedades eram mais complexas, o que favorecia os cercados e o controle do rebanho.<sup>285</sup> Em trabalho pioneiro, Alcir Lenharo também demonstrou que a partir chegada da Corte, em 1808, só fez a demanda de abastecimento de gado bovino, porcos e derivados aumentar, gerando cada vez mais um comércio promissor entre sul de Minas e a praça do Rio de Janeiro.<sup>286</sup>

A historiografia recente sobre Minas Gerais aponta certas considerações acerca das altas estimativas de criação de gado repassadas pelos viajantes oitocentistas para o território mineiro. A partir da análise dos inventários foi possível aos historiadores, Marcos de Andrade(para o termo de Campanha) , e Afonso de Alencastro(para a praça de São João del Rei) perceberem que as médias de cabeça de gado, até entre os grandes proprietários, não eram tão altas como sempre foi mencionado, pelo menos, não para o sul mineiro.<sup>287</sup> Ressalta ainda Marcos de Andrade que, além dos números, faz-se necessário aprofundar as pesquisas sobre a criação e o comércio desse gado em Minas e, sobretudo, a sua inclusão na diversidade econômica sul mineira.

Além dessas considerações, acreditamos que a partir de estudos mais pormenorizados do território sul mineiro, poderemos conhecer com mais profundidade a participação da criação de gado na economia da região. Entretanto, pela percepção construída pela historiografia sobre o sul mineiro e em grande parte pelos trabalhos recentes, percebemos que a criação de gados misturava-se às terras de cultura e este poderia ser o cenário mais presenciado, desde meados do século XVIII.

Para a freguesia de Itajubá, elencamos a presença que a criação de animais representava na unidade produtiva:

---

<sup>285</sup> PRADO JÚNIOR, op. cit. p.189.

<sup>286</sup> LENHARO, op. cit. Principalmente os capítulos 2 e 3.

<sup>287</sup> ANDRADE, op. cit. p.103; ALENCASTRO, op. cit.p.124.

Tabela 20: Criação de animais nas unidades produtivas. Itajubá (1785-1850)

	Unidades não-escravistas		Unidades escravistas								Total	
	Nº	%	F1 (1 a 5)	%	F2 (6 a 10)	%	F3 (11 a 19)	%	F4 (20 ou +)	%	Nº	%
<b>Criação de animais</b>												
Vacum	5	6,2	25	30,8	17	21,0	17	21,0	17	21,0	81	100,0
Cavalar	8	7,7	38	36,5	20	19,2	22	21,1	16	15,4	104	100,0
Bestas	1	1,9	17	32,7	14	27,0	10	19,2	10	19,2	52	100,0
Porcos	1	2,3	10	23,2	12	28,0	12	28,0	8	18,6	43	100,0
Ovinos	-	-	5	15,1	9	27,3	14	42,4	5	15,1	33	100,0
Caprinos	-	-	-	-	1	33,3	-	-	2	66,7	3	100,0
Bois de carro	-	-	7	15,2	8	17,4	16	34,8	15	32,6	46	100,0
Sal*	-	-	2	18,2	2	18,2	2	18,2	5	45,4	11	100,0

Para a criação de animais, encontramos os seguintes grupos: Gado bovino: gado vacuum(foram citados vacas, bois, garrotes e novilhas); Gado suíno: porcos em pé; Gado eqüídeo: gado cavalar(cavalos, éguas e potros) e muar(bestas); Gado lanígero: ovelhas e carneiros; Gado cabrum: cabras e bodes. Separamos “bois de carro” do gado vacuum, para podermos perceber melhor a participações desse animais nesse tipo de atividade.

\*Incluimos o sal nessa tabela, pela importância que esse nutriente tinha na dieta básica do gado e para demonstrarmos a sua presença nos inventários ao longo das faixas de escravaria.

Fonte: Inventários post-mortem do Fórum Wenceslau Braz, 1ª Secretaria da Vara Civil. Itajubá-MG.

**Tabela 21: Percentual e médias de animais na freguesia. Itajubá (1785-1850)**

Rebanho	Nº de animais	Nº de proprietários	Média de posse	% em relação ao total de animais
Bovino	2250	81	27,8	34,4
Suíno*	1869	38	49,2	28,5
Equino	583	105	5,5	8,9
Muar	574	52	11,0	8,8
Ovino**	791	33	24,0	12,0
Caprino	62	3	20,7	1,0
Bois de carro	419	46	9,1	6,4
<b>Total</b>	<b>6548</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>100,0</b>

\* Em relação ao gado suíno, em 5 inventários foram citados a criação de porcos, sem contudo apresentarem a quantidade de animais.

\*\* Consideramos como gado ovino, ovelhas e carneiros. E como gado caprino, cabras e bodes.

Fonte: Inventários post-mortem do Fórum Wenceslau Braz, 1ª Secretaria da Vara Civil. Itajubá-MG.

Do corpo documental analisado(125), 114 inventários(91,2% do total) trouxeram algum tipo de animal arrolado, marcando um percentual muito maior que a presença de lavouras entre os processos(38,4% do total de inventários). A partir da tabela 21, podemos perceber os principais tipos de rebanho encontrados nos inventários da freguesia de Itajubá. A criação de gado vacum foi citada em 81 processos, estando presente em todas as unidades produtivas, inclusive as não escravistas. De acordo com a tabela 22, o gado vacum possuía a segunda maior média de cabeças (27,8) por propriedade, o que significa a presença expressiva desse rebanho na região. Em relação à porcentagem total de animais, o gado vacum teve a maior participação entre todo o rebanho listado, com 34,4%.

Marcos de Andrade, ao consultar os inventários para Campanha da Princesa, percebeu que a atividade de criação do gado vacum teve um crescimento significativo, entre o período de 1803 e 1865, sendo também a maior produção e a maior fortuna acumulada entre os fazendeiros do termo, de todos os outros rebanhos. O autor encontrou uma média de bovinos por propriedade de 73 cabeças (para o primeiro subperíodo – 1803 e 1850) e de 77 cabeças(para o segundo subperíodo – 1850 e 1865).<sup>288</sup>

Mesmo a freguesia de Itajubá tendo apresentado média bem inferior ao estudo promovido por Marcos de Andrade, para a sede do termo de Campanha, vale então a comparação com outras áreas. Hebe Castro estudou a região de Capivari, no Rio de Janeiro, para os anos de 1850 a

<sup>288</sup> ANDRADE, op.cit. p.97.

1888. A região era grande produtora de café e a autora afirma que quase todas as criações bovinas não tinham cunho comercial. A média de gado vacum para as fazendas da região foi de 15, 2 cabeças por fazenda e 7,2 para os sítios.<sup>289</sup> A média para o mesmo gado em Itajubá foi de 27,8, ou seja, uma média considerável que, talvez, responda mais a realidade sul mineira, ao apresentar certo grau de comercialização. Contudo, não podemos deixar de considerar que a quantidade dos lotes documentais consultados por esses autores se distingue do nosso, o que não invalida tais comparações.

Vale ressaltar aqui a constante presença de “bois de carro” entre os processos consultados, em que eram importantes para o funcionamento das atividades nas fazendas, ao conduzirem os carros-de-boi que transportavam os roçados até o paiol, ou para mercados locais. Para as propriedades possuidoras de engenho, os bois de carro eram essenciais, servindo como força motriz que movimentavam as engrenagens.<sup>290</sup> De acordo com as tabelas 21 e 22, os bois de carro, na freguesia de Itajubá, estavam presentes em todas as unidades escravistas e tinham uma média de 9,1 animais por propriedade.

A pecuária bovina em Minas Gerais encontrou condições climáticas e de relevo que contribuíram para o desenvolvimento do rebanho na região. Segundo Caio Prado, a fazenda mineira era dividida em pastos diferentes, que proporcionavam a criação de vacas e touros em cercados separados, para que, num primeiro momento, crescessem mais saudáveis até estarem prontos para procriar. O pasto mineiro também propiciava o chamado “capim gordura”, que era essencial para uma melhor dieta do gado.<sup>291</sup>

Cláudia Chaves também afirma que o gado bovino da comarca do Rio das Mortes, além das condições climáticas e de solo que contribuíam para que o rebanho fosse de boa qualidade, chegava a praça carioca com um valor menor em relação a de outras regiões mineiras. O que poderia ser justificado pela menor distância até a Corte, bem como também pelas variações na cobrança de direitos de entrada, já que os criadores da comarca eram isentos dessa taxaçoão sobre seus rebanhos.<sup>292</sup>

Como a vocação sul mineira tendia a agropecuária e as atividades consorciadas, a própria unidade produtiva poderia criar condições de alimentação de seus rebanhos. Como já vimos, o

---

<sup>289</sup> MATTOS, Hebe. Ao sul da história. *Lavradores pobres na crise do trabalho escravo*. São Paulo: Brasiliense, 1987. p.50.

<sup>290</sup> ANDRADE, op.cit. p. 97.

<sup>291</sup> PRADO JÚNIOR, op. cit. pp.198-201.

<sup>292</sup> CHAVES, *Melhoramentos no Brazil....*p.306.

milho era um cultivo importante, no sentido de servir também como um nutriente essencial na dieta de vários tipos de rebanho. Podemos perceber que nos inventários pesquisados, quando se havia descrito, explicitamente, um cultivo na roça ou milho no paiol, a proporção de animais arrolados também era maior. O que nos sugere parte da utilização dessa produção de grão na alimentação do gado.

Outra fonte de alimento para o gado bovino no sul mineiro foi a inclusão do sal na dieta do rebanho. Além de servir no uso alimentar da família, o sal era comum entre os criadores de gado no sul de Minas, principalmente pela falta de terras ou águas salitrosas na região. Mais uma vez foi Caio Prado que afirmou que além de não ingerir barro que viria com o sal do solo, ao introduzir sal na alimentação dos animais esse nutriente contribuiria para a “domesticação” do rebanho, já que habituava os animais aos currais e com os próprios criadores.<sup>293</sup>

Segundo Afonso de Alencastro, a praça de São João del Rei constituía-se no principal pólo de importação do sal, revendendo o produto para outras regiões da província. O fornecimento vinha da Bahia, do nordeste ou do Rio de Janeiro, extraído de áreas salinas locais ou até mesmo vindo de Portugal. O sal, como um característico produto de importação, poderia ficar a mercê das flutuações conjunturais do mercado e em momentos desfavoráveis poderia prejudicar sua obtenção pelos criadores do sul mineiro.<sup>294</sup>

Nos inventários encontrados em Itajubá, o sal esteve presente em 11 processos, descritos na forma de “sacas de sal” ou “arrobas de sal”, aparecendo em todas as unidades escravistas. Mesmo diante de um número muito pequeno de descrições nos documentos, podemos perceber que era entre as grandes propriedades que a presença do sal era mais frequente, o que pode ser explicado talvez pelo preço do produto no mercado, já que poderia demandar despesas consideráveis a unidade. Ao estudar os inventários para a comarca de Vila Rica e a comarca de Rio das Mortes, Carla Almeida constatou que grande parte das despesas descritas nos processos, provinham da compra de sal, o que demonstra a importância desse produto nas unidades, mesmo diante do valor financeiro que representava.<sup>295</sup>

Outra criação pecuarista muito importante dentro do cenário sul mineiro, tanto para o consumo interno, quanto para a exportação de animal vivo ou seus derivados para outras províncias, foi o gado suíno. O consumo de suínos foi amplamente utilizado no circuito centro-

---

<sup>293</sup> Idem.

<sup>294</sup> GRAÇA FILHO, op. cit. pp.157-158.

<sup>295</sup> ALMEIDA, *Homens ricos, homens bons...*p.117.

sul, desde o período colonial e se constituía uma dos mais importantes empreendimentos das fazendas mineiras.

Os dados da tabela 21, nos informam que a criação de porcos também era uma das atividades mais importantes nos inventários encontrados para Itajubá, estando presente em todas as unidades produtivas, inclusive as não escravistas. O que nos faz especular que a necessidade da carne suína e seus derivados, principalmente para o próprio consumo, independia do poder econômico e social das propriedades. Contudo, se voltarmos para a tabela 22, veremos que a criação de suíno possuía a maior média por proprietário(49,2%), com a segunda maior produção, em números absolutos(1869 suínos), como também a segunda porcentagem(28,5%) entre todo o rebanho listado nos inventários.

Concluimos então, nessa primeira análise do rebanho elencado nos processos, que a criação de gado vacum e suíno era a mais expressiva para a freguesia de Itajubá, em todo período abarcado. O que vem corroborar os estudos apresentados sobre a pecuária do sul mineiro, em que esses dois rebanhos aparecem como os principais nas unidades produtivas.

O Alferes Miguel Ribeiro de Carvalho era proprietário da fazenda Cubatão, na freguesia de Itajubá, especializada na criação de animais.<sup>296</sup> Seu inventário foi aberto em 1816 e teve como inventariante, D. Ignácia Maria de Jesus, sua esposa. Deixara nove filhos e um patrimônio avaliado em 3:994\$200 réis.

Além da fazenda, o processo arrolava poucos bens o que coloca o rebanho de animais como o terceiro maior investimento da propriedade, somente atrás da escravaria e dos bens de raíz. A fazenda possuía 15 escravos e pode ser considerada como de média propriedade, apesar que desse plantel, Rita, Nicolau e Silvestre tinham menos que cinco anos de idade. Mas, o diferencial estava por vir na descrição dos animais. O rebanho era composto por 119 cabeças de gado vacum, 36 ovelhas, 6 bestas e 10 cavalos. Um rebanho bovino considerável e que possivelmente estava envolvido na mercantilização, seja através de gado em pé ou de seus derivados.

Já o inventário de D. Anna Esmeria de Mendonça, de 1838, deixara uma considerável criação de porcos arrolada.<sup>297</sup> Residente na fazenda de Santa Bárbara, na mesma freguesia, dividia a propriedade com João Martins Tostes. Além da parte nesta fazenda, a inventariada

---

<sup>296</sup> Inventário post-mortem. 033/CD04. Arquivo do Fórum Wenceslau Braz. Itajubá-MG.

<sup>297</sup> Inventário post-mortem. 078/CD09. Arquivo do Fórum Wenceslau Braz. Itajubá-MG.

possuía mais algumas partes na fazenda do Ribeirão Vermelho, em sociedade com os herdeiros de Francisco João Maia.

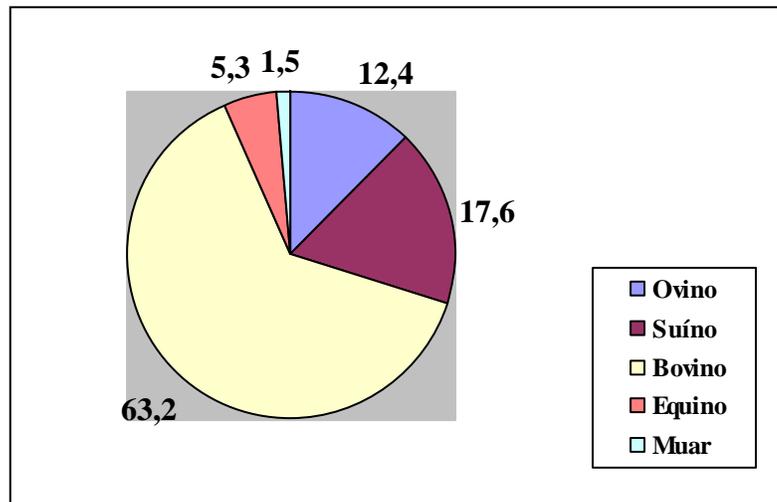
Entre os móveis e instrumentos de trabalho arrolados estavam jóias, louças, teares, rodas de fiar, além de muitas foices, machados e enxadas, o que nos revela indícios de cultivo da terra. O plantel era composto de 17 escravos, o que poderia ser considerada uma média propriedade, apesar de alguns cativos estarem abaixo dos cinco anos de idade (consideração que não podemos deixar de fazer, quando discutimos padrões de faixas de escravaria para caracterizarmos os portes das propriedades).

A criação de animais era relevante e também representava o terceiro maior investimento da propriedade. O rebanho era composto por 34 cabeças de gado vacum, 6 bois de carro, 3 bestas, 5 cavalos, 20 carneiros e 100 porcos, entre “capados e porcos de criar”. A expressiva criação de porcos demonstra também como esse tipo de gado era tratado para o mercado, além de servir para a dieta básica da família, na forma de carne e seus derivados.

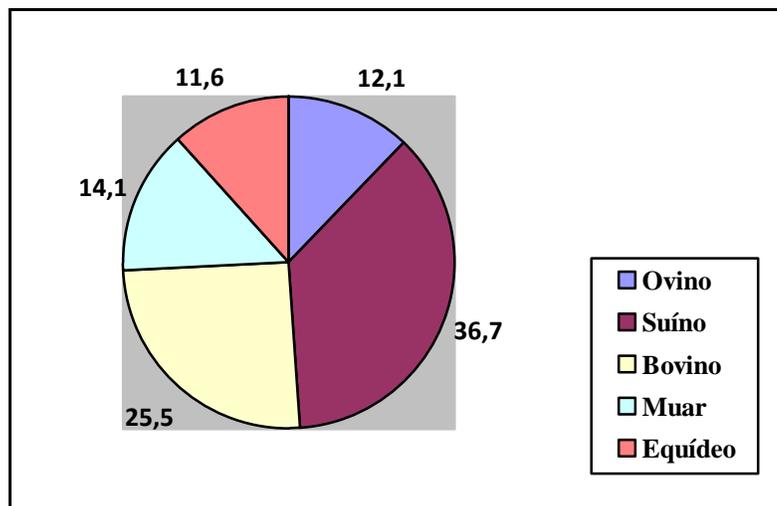
Carla Almeida apresentou um estudo comparativo muito pertinente acerca da produção pecuária para as comarcas de Vila Rica e Rio das Mortes, dividido em dois subperíodos (1750 a 1779 – 1780 a 1822). Segundo essa análise, os maiores rebanhos para todo o período se constituía na criação de gado vacum e porcos para as duas comarcas. Entre o primeiro subperíodo (1750-1779), nas duas comarcas, houve o predomínio do gado suíno. Já para o segundo subperíodo (1780-1822), o gado suíno ultrapassou o bovino, na comarca de Vila Rica, enquanto na comarca do Rio das Mortes, a produção bovina se tornou superior. A autora afirma que o crescimento do gado bovino na comarca do Rio das Mortes estava ligado ao aumento da demanda do mercado abastecedor do Rio de Janeiro por essa produção.<sup>298</sup>

---

<sup>298</sup> Ibidem. pp.122-124.

**Gráfico 04: Composição percentual do rebanho.Itajubá(1785-1820)**

Fonte: Inventários post-mortem. Arquivo do Fórum Wenceslau Braz. Itajubá-MG.

**Gráfico 05: Composição percentual do rebanho.Itajubá(1821-1850)**

Fonte: Inventários post-mortem. Arquivo do Fórum Wenceslau Braz. Itajubá-MG.

Ao tecermos o gráfico 5 e 6, somamos os bois de carro, especificados nos inventários, juntamente com a categoria bovino e excluímos da composição destes gráficos o gado caprino(cabras e bodes) por terem aparecido em somente 3 inventários, em quantidade pequena. A intenção da composição dos gráficos 4 e 5 tende haver com a dinâmica de desempenho de cada rebanho, ao longo dos dois subperíodos – 1785 a 1820 e 1821 a 1850.

Do primeiro para o segundo subperíodos, percebemos uma diminuição considerável entre o gado bovino. Já a produção de suínos teve um acréscimo de mais de 100,0% de um subperíodo para o outro. Se no primeiro subperíodo(1785-1820), tivemos a expressiva maioria de gado bovino, no segundo subperíodo(1821-1850) o rebanho suíno passou a predominar. Ao compararmos o resultado do segundo subperíodo(1780-1822), para a comarca do Rio das Mortes, de acordo com as análises de Carla Almeida, com o primeiro subperíodo(1785-1820) para Itajubá, percebemos que nos dois trabalhos, o maior rebanho foi de gado bovino.

Mesmo havendo uma diminuição do gado bovino de um subperíodo para o outro, esse rebanho, juntamente com o gado suíno representavam a maior produção da freguesia de Itajubá, podendo servir para o consumo interno, para a mercantilização local ou mesmo para a exportação. Antes mesmo da chegada da Corte, em 1808, e da expansão da praça carioca, desde a segunda metade do século XVIII, Minas Gerais já fornecia gado para o Rio de Janeiro e essa demanda só teve a crescer no século XIX.<sup>299</sup> Sendo assim, acreditamos que a produção de suínos e bovinos da freguesia de Itajubá participava também desse circuito de abastecimento sul de Minas/Rio de Janeiro.

Não só os gados bovinos e suínos vivos eram requisitados no mercado abastecedor. Segundo Marcos de Andrade, o gado, o toucinho e o queijo ocupavam grande destaque na pauta de exportações do sul de Minas.<sup>300</sup> O toucinho e o queijo eram bastante consumidos em todo sul mineiro e representavam um ramo comercial bastante lucrativo, criando vínculos com outras praças além da província mineira, como o Rio de Janeiro, transportados em lombo de burro.<sup>301</sup> Cristiano Restitutti afirma que as remessas de toucinho, assim como de suínos em pé, percorriam longas distâncias e tenderam a crescer pela fronteira do sul mineiro, sendo novidade o trânsito de tropas carregadas desse produto na década de 1840.<sup>302</sup>

Emprestamos novamente a propriedade do Alferes Miguel Ribeiro de Carvalho, que teve parte de sua história recuperada logo acima, através de seu inventário.<sup>303</sup> O destaque da criação de bovinos demonstrava a capacidade da fazenda do Cubatão nesse tipo de rebanho, que era preparado para o mercado . Entretanto, mesmo diante de uma propriedade, que parece ter no

---

<sup>299</sup> LENHARO, op.cit.

<sup>300</sup> ANDRADE, op. cit. p.94.

<sup>301</sup> Ibidem.p.121.

<sup>302</sup> RESTITUTTI, op. cit. p.183.

<sup>303</sup> Inventário post-mortem. 033/CD04. Arquivo do Fórum Wenceslau Braz. Itajubá-MG.

gado vacum a grande especialidade produtiva, no desenrolar do processo, percebemos que foi apresentado novos rendimentos que deveriam constar da partilha.

Assim, a propriedade do inventariado demonstrava outras habilidades além da criação de animais. Entre os rendimentos estavam as prestações de conta da venda de “rolos de fumo” , “aluguéis de bestas”, “mulas de sal” e de “toucinho”, o que vem a confirmar o comércio desse derivado suíno entre os negócios da fazenda, além do consorciamento de outras atividades.

Outras criações de gado também estiveram bem representadas na freguesia de Itajubá, como a criação de ovinos. Esse tipo de rebanho(considerado aqui como ovelhas e carneiros) estiveram presentes em todas as faixas de escravaria, de acordo com a tabela 21, tendo uma média considerável de 24,0 cabeças por propriedade. Esses indícios nos levam a pensar numa possível mercantilização desse rebanho, ou até mesmo para o consumo próprio das unidades, principalmente a partir da utilização da lã. Afirmava o memorialista, Armelim Guimarães que na freguesia de Itajubá criava-se muitas ovelhas, que combinavam com a grande presença de rodas de fiar e rústicos teares de madeira, sendo a lã “para o próprio consumo e as escravas fabricavam em casa os pesados cobertores para o uso da família”<sup>304</sup>

De qualquer forma, é interessante ser consultado melhor a presença do rebanho de ovinos na freguesia, sobretudo se nos basearmos na média encontrada por propriedade. Esse rebanho poderia sim atender aos benefícios da unidade produtiva, como também atender ao mercado. Na fazenda da Bela da serra, de propriedade de José Correa de Alvarenga, na freguesia Nova de Itajubá, a criação de ovelhas tinha uma participação importante.<sup>305</sup> O inventário foi aberto em 1834 e teve como valor montante a quantia de 5:867\$270 réis, distribuídos principalmente entre bens de raíz e escravos. Além da posse da fazenda, com todas as suas benfeitorias, possuía casas dentro da freguesia.

Destaca-se o cultivo de feijão e entre os inúmeros indícios, encontramos também rodas de fiar fumo. Entre a criação de animais estavam presentes porcos, bestas, cavalos e gado vacum, mas com destaque mesmo para a criação de ovelhas, com 40 animais em pasto. A lã poderia render um bom investimento para a propriedade e, para isso, entre os demais bens, encontramos rodas de fiar, teares, muitas tesouras entre outros, que poderiam servir para o trato com a retirada

---

<sup>304</sup> GUIMARÃES, op. cit. p.337.

<sup>305</sup> Inventário post-mortem. 061/CD07. Arquivo do Fórum Wenceslau Braz. Itajubá-MG.

da lã e o fabrico de vestimentas para a família, bem como também possibilitar o comércio dessa matéria-prima.

A criação de equinos também foi relevante. De acordo com a tabela 21, a produção cavalar esteve presente na maioria dos inventários, com 105 representações, além de constar em todas as faixas de escravaria, inclusive em propriedades não escravas. Isso pode ser justificado pela extrema necessidade por este tipo de animais, usados como meio de transporte pelas pessoas, seja nas áreas rurais, como também nas áreas urbanas. Além disso, os cavalos puxavam as tropas e conduziam os tropeiros durante as viagens. Em relação à tabela 22, a média de equinos por unidade produtiva é de apenas 5,5, a mais baixa entre todos os outros tipos de animais. No entanto, era o rebanho mais constante nos inventários(105 no total).

Quanto a mercantilização de equinos, nossos inventários não trouxeram informações relevantes. O maior criador encontrado foi José Joaquim de Andrade, residente na fazenda da Barra, na freguesia de Itajubá.<sup>306</sup> Seu inventário foi aberto em 1841 e teve como inventariante, D. Balbina Marques de Andrade, sua esposa. A fazenda não pertencia totalmente ao inventariado, mas essa parte da propriedade somava-se a várias outras porções de terras que tinha em outras fazendas, como a fazenda da Piedade, a fazenda da Vargem do Cervo e a fazenda do Pouso do Campo. Além disso, possuía casas na freguesia de Pouso Alegre. Foram arrolados muitos instrumentos de trabalho, móveis e utensílios de casa. O plantel era apresentado com 8 escravos, todos em idade para o trabalho.

Seu patrimônio foi avaliado em 12:307\$011 réis, investidos principalmente em bens de raiz, escravos e na criação de animais. A dívida ativa somava em 200\$000 réis e nenhuma dívida passiva foi descrita. Apesar da fazenda da Barra ter sido apresentada com “terras de cultura e de criar”, somente foi listada a produção de fumo, apesar que indícios nos revelam a possibilidade da presença de outros cultivos(foram arrolados rodas de fiar, teares e um descarçador de algodão).

Entretanto, a grande concentração produtiva da fazenda parecia mesmo estar na criação de eqüinos e muares, de acordo com os dados. Somente esses rebanhos representavam 2:650\$000 réis de todo montante, uma das maiores aplicações em animais de todos os processos. Entre os 32 equinos estavam muitas éguas “com suas crias” e 39 bestas, que poderiam ser usadas no

---

<sup>306</sup> Inventário post-mortem. 090/CD10. Arquivo do Fórum Wenceslau Braz. Itajubá-MG.

transporte de mercadorias da propriedade. Completava o rebanho, a criação de porcos e gado vacum.

Ao constatarmos uma reforma na avaliação dos bens antes da partilha, realizada dois anos depois da abertura do inventário, algo interessante acusava para uma freqüente criação de eqüinos e muares. Nessa reforma, muitos burros e potros foram adicionados aos bens por terem nascidos depois do inventário, além de outros eqüinos e muares que tiveram seus valores acrescidos, em relação ao valor inicial listado no processo. O balanço final desses acréscimos ajudaram a elevar o montante a ser dividido entre a inventariante e os herdeiros, no auto de partilha, que chegou a quantia de 13:281\$011 réis.

Mesmo abatendo as perdas de bens e as custas do processo, podemos perceber que a propriedade teve um aumento importante entre o montante apresentado no inventário e o valor para a partilha. Isso vem a nos dizer que os herdeiros fizeram a unidade prosperar seu nível produtivo, zelando pela preservação e expansão do patrimônio familiar.

Já o rebanho de muares tinha uma grande função na freguesia. Eram importantes no transporte das cargas produzidas nas fazendas, principalmente para as grandes propriedades, voltadas para a exportação. Além disso, os muares transportavam as mercadorias que vinham de várias praças, como a do Rio de Janeiro, para os mercados sul mineiros. De acordo com a tabela 21, as bestas estavam presentes em todas as propriedades escravistas e também naquelas que não possuíam escravos. A média por propriedade foi de 11,0 animais por unidade produtiva.

Os muares eram presença essencial nas tropas e faziam parte da paisagem do cenário mineiro. Segundo Marcos de Andrade, as tropas e os tropeiros contribuíram na formação social mineira, desde o início do século XVIII. Ao criarem os circuitos que conduziam as mercadorias, as tropas e tropeiros auxiliavam na formação de novos povoados e o desenvolvimento dos já existentes, a medida que circulavam por esses caminhos, que ligavam Minas Gerais com as demais províncias. Especificamente para o sul de Minas, o autor afirma que o “tropeirismo” foi responsável pela articulação entre as áreas rurais e urbanas e pela formação e crescimento de unidades produtivas. Algumas cidades preservam até hoje uma toponímia relacionada por essa atividade, como é o caso de Pouso Alto e Pouso Alegre.<sup>307</sup>

A partir do século XIX, a presença das tropas pelo sul mineiro só se intensificaram e isso tanto pode ser justificado pelo crescimento demográfico e econômico da região, bem como pelo

---

<sup>307</sup> ANDRADE, op. cit. p. 159.

aumento da demanda do mercado de abastecimento, provocado com a chegada da Corte, na praça carioca. Por uma extensão terrestre considerável e pela ausência de saídas fluviais e marítimas, o comércio via tropas foi amplamente utilizado. Mesmo que alguns trechos utilizassem do transporte fluvial, a grande parte do transporte das mercadorias era feita pelas bestas de carga.<sup>308</sup>

O fazendeiro poderia acumular a função de tropeiro, sendo conhecido como “proprietário/tropeiro”, ou contratar os serviços de um agente que transportaria sua carga até o destino recomendado. Para o sul de Minas, os grandes proprietários poderiam ser conhecidos como “fazendeiros/negociantes”, podendo participar diretamente ou não do comércio de suas mercadorias.<sup>309</sup>

Como já referido, a presença de bestas nos inventários poderia confirmar a produção de gêneros voltada ao abastecimento. Além disso, a criação de bestas eram mais constantes nas médias e grandes propriedades. Para a freguesia de Itajubá, 65,4 % das bestas arroladas nos processos estavam presentes nessas unidades produtivas.

Este é o caso da fazenda Mauram, de propriedade de José da Silva Maia, residente na freguesia de Itajubá.<sup>310</sup> Seu inventário foi aberto em 1846 e teve como inventariante, D. Leocádia Maria de Jesus, sua esposa. O montante era considerável e se destaca entre os maiores proprietários listados para a freguesia, com uma quantia de 29:157\$197 réis, investidos principalmente em bens de raiz, escravos, dívidas ativas, como também na produção direta da agropecuária. O plantel também era significativo, com 35 escravos, o que atribuía a fazenda a categoria de grande propriedade.

Além da fazenda do Mauram, com “terras de cultura e campos de criar”, bem como as demais benfeitorias, foram arrolados mais uma parte na fazenda Pinhal e uma morada de casas dentro da freguesia. Mesmo antes de conferir os principais bens do inventariado, inúmeros móveis, utensílios domésticos, jóias e instrumentos de trabalho já nos davam a percepção do padrão de riqueza que compunha a propriedade. O principal cultivo estava na plantação do fumo, acompanhado da plantação de milho. Entre os animais arrolados, estavam gado vacum, cavalos e bois de carro. Como parte da dieta básica desses animais, foram listados nada menos que 144 sacas de sal. Mas o destaque da produção da pecuária estava por conta das 24 bestas listadas, que

---

<sup>308</sup> Idem.

<sup>309</sup> Ibidem.p.160.

<sup>310</sup> Inventário post-mortem. 108/CD13. Arquivo do Fórum Wenceslau Braz. Itajubá-MG.

poderiam tanto estar envolvidas com o transporte de cargas da própria unidade produtiva, como também na formação de tropas para a comercialização das mercadorias.

Outra propriedade bem sucedida na criação de bestas na freguesia era a fazenda denominada Piranguçu, de Francisco Furtado de Mendonça.<sup>311</sup> Em 1841, seu inventário foi aberto, apresentando um patrimônio na quantia de 15:821\$820 réis. Juntamente com a fazenda, as terras de cultura com todas as suas benfeitorias somavam o quantia de 4:600\$000 réis, além de casas na freguesia. O plantel era composto de 18 escravos, somando volumosos 6:730\$000 réis.

A principal produção agrícola voltada para a mercantilização parecia ser o plantio de fumo, mas alguns indícios nos permitem especular sobre a presença de outras culturas. Mas foi na criação de animais, que percebemos o destaque para a presença de bestas na propriedade. Essas ocupariam um papel importante no transporte das mercadorias da fazenda, acompanhando a tropa. É possível perceber também que a criação de novas bestas era praticada, o que se verifica pela listagem de crias entre o rebanho descrito.

Em relação à presença de tropas e do seu envolvimento com as unidades produtivas da freguesia, revisitaremos a propriedade de D. Maria José Pereira, residente na fazenda do Rio Manso, na freguesia de Itajubá.<sup>312</sup> Seus bens foram declarados pelo filho inventariante, Alferes José Manoel dos Santos Pereira, em 1835. Sua fortuna foi calculada em nada menos que 87:173\$546 réis, o maior montante encontrado na pesquisa.

As terras da fazenda compunham-se de “matas virgens, capoeiras, casa de vivenda assobrada, casas de tropa, casas de fumo e casas de tenda de ferrar”, além de mais benfeitorias. As casas de tropas poderiam tanto abrigar os tropeiros, quanto os animais. Era comum as grandes propriedades possuírem esse ponto de parada para as tropas, tanto para tratar dos negócios, quanto para descansar o rebanho e os tropeiros. A tenda de ferreiro também era útil, no sentido que cuidava da manutenção dos animais, principalmente das bestas, pregando as ferraduras nesses animais.

A composição dos objetos pessoais da família, bem como móveis e utensílios domésticos demonstravam a suntuosidade da propriedade. Jóias em ouro, pratarias domésticas e louças importadas já nos dava a percepção do padrão econômico e de poder social que a família possuía. Os bens de raiz também possuíam valor superior a qualquer outro processo. Além da fazenda

---

<sup>311</sup> Inventário post-mortem. 088/CD10. Arquivo do Fórum Wenceslau Braz. Itajubá-MG.

<sup>312</sup> Inventário post-mortem. 067/CD08. Arquivo do Fórum Wenceslau Braz. Itajubá-MG.

com todas as suas benfeitorias, avaliada em 7:935\$000 réis, foram arrolados um sítio, denominado Fazendinha e várias casas dentro da freguesia, num total de 12:215\$000 réis.

Não foi listado nenhum roçado, mas a presença de casas de fumos, moinhos, paióis e monjolos denunciavam a presença de algumas culturas como o fumo e o milho, por exemplo, sendo o último fundamental para o sustento, principalmente, dos inúmeros animais da fazenda. A criação de animais poderia nos revelar parte do mecanismo produtivo da propriedade. Muitas vacas, com suas crias, 43 cavalos, 13 bestas e 14 bois de carro( fundamentais, principalmente, para o transporte interno, levando os roçados até o paiol ou para os mercados locais). Além disso, 180 porcos foram arrolados, que serviriam como parte da alimentação da própria fazenda, como também de mercadoria essencial a ser exportada pela tropa, seja em porcos em pé ou em toucinho.

Contudo, o número do rebanho da fazenda não se resumia ao descrito acima. No desenrolar do processo, constatamos a presença de uma tropa que a família possuía e que se achava no Rio de Janeiro “em negócios”. O inventariante afirmava que quando essa tropa retornasse, ele iria adicioná-la aos bens. Com a chegada da tropa foi adicionado ao inventário: 81 bestas, ao valor de 120\$000 réis cada; 27 bestas ao valor de 80\$000 réis cada; e mais algumas, com valores menores; além de um cavalo e alguns instrumentos da tropa.

Fica assim claro que, para as médias e grandes propriedades, a presença de animais de carga, principalmente as bestas, era fundamental para o funcionamento do circuito mercantil. Para Campanha da Princesa, Marcos de Andrade encontrou uma média de 12,0 animais por unidade produtiva. Muito próxima da média encontrada para Itajubá, que marcou 11,0. O rebanho de muares da fazenda de D. Maria José Pereira foi a maior encontrada entre todos os processos, e se compararmos com as maiores propriedades citados para Campanha, por Marcos de Andrade, percebemos que a fazenda do Rio Manso tinha um somatório de muares muito maior que as propriedades de Campanha.<sup>313</sup>

Além de transportar as mercadorias produzidas na fazenda, esse rebanho de muares também poderia ser vendido a outras propriedades ou até mesmo para tropeiros, o que poderia gerar um bom investimento para a unidade produtiva, já que os muares, geralmente tinham um valor maior por animal, do que os demais tipos de rebanho.<sup>314</sup>

---

<sup>313</sup> ANDRADE, op.cit. pp.84-104.

<sup>314</sup> Ibidem. p.97.

Dezesseis escravos acompanhavam a tropa, de um plantel com 90 cativos(o maior encontrado na pesquisa). De acordo com os bens descritos, é evidente que essa unidade produtiva dedicava à exportação de grande parte do rebanho criado, em especial o gado suíno. Talvez os porcos e seus derivados tenha sido o principal produto transportado pela tropa nessa viagem que fizeram até a Corte.

Outro dado importante a ser analisado nesse processo é presença das dívidas ativas. Saltamos aos olhos a concentração de riqueza nesse tipo de obtenção de crédito. O número de devedores constava de 115 indivíduos. Num primeiro momento as dívidas ativas descritas somavam a considerável quantia de 15:161\$605 réis. Com a chegada da tropa na fazenda, foram adicionadas mais dívidas ativas, totalizando 22:248\$586 réis, o que correspondeu a 25,5% de todo patrimônio. Podemos especular assim algumas questões.

A propriedade de D. Maria José Pereira não correspondia ao universo socioeconômico da grande maioria das unidades produtivas da freguesia, mas toda essa sua trajetória, recuperada pelo que foi registrado no inventário, traz à tona até onde essas mesmas unidades poderiam chegar. As dívidas ativas demonstram parte do poder econômico que a unidade produtiva possuía no tocante a sua participação no mercado de abastecimento agropastoril. Além disso, essas mesmas dívidas revelam as extensas ligações e influências que essa unidade produtiva teria com diversas pessoas ao longo dos circuitos mercantis, onde seus negócios eram realizados.

Esse caso, dentre outros presenciados, nos permite concluir que a freguesia, além de rota de acesso até os caminhos que levavam ao Rio de Janeiro, estabelecia uma considerável relação mercantil direta com a praça carioca. Não só como interceptora de mercadorias que escoavam do sul mineiro e de outras regiões até a Corte(atraves de sua recebedoria), mas também como produtora, participando assim desses mercados de abastecimento.

### **3.4 – A participação escrava.**

Ao menos duas prerrogativas, acerca da participação cativa em Minas Gerais, se encontram bastante consolidadas: a de que a estrutura produtiva da província detinha até as vésperas da abolição a maior população escrava do Império; e que a grande parte desse contingente cativo estava envolvido em atividades voltadas ao abastecimento interno. Nas

últimas décadas do século XVIII, mais precisamente em 1767, Minas Gerais contava com 126.603 escravos, o que correspondia a 60,7% da população total.<sup>315</sup> Para 1819, dos 632.000 habitantes, 168.500 eram escravos, o que imprimia a província a maior concentração cativa, com 15,2% do total da população do Brasil.<sup>316</sup>

Durante o século XVIII, a presença escrava no cotidiano produtivo da capitania era tão expressiva que por muito tempo superou a população livre, como consta para o ano de 1776, em que 52,2% da população de Minas Gerais era representada por cativos.<sup>317</sup> Obviamente, esses resultados numéricos não podem ser desassociados do complexo minerador, da qual a província estava envolvida e que alcançou seu auge produtivo durante décadas do setecentos. A mão-de-obra escrava era essencial na economia mineira mineradora, tornando a capitania a grande importadora de cativos para aquele período, o que não vale excluir a participação na manutenção e no crescimento do plantel, a partir da possibilidade da reprodução natural.

Para o século XIX, os estudos acerca da demografia e da participação escrava para o território mineiro, provocou um momento de um profícuo debate na historiografia. Na década de 1980, Roberto Borges Martins apresentou algumas considerações que despertaria divergências acerca do contingente cativo e sua presença nas atividades produtivas da província. Nas palavras do autor, Minas Gerais apresentou uma economia pouco mercantilizada, no século XIX, com exceção da Zona da Mata com a cultura do café.<sup>318</sup>

Nesse sentido, a agricultura mineira possuiria baixo grau de retenção de escravos na atividade, em que as unidades produtivas poderiam funcionar com a participação de um pequeno plantel. Contudo, mesmo diante de uma economia vicinal e com baixa inclusão cativa na produção, Minas Gerais possuiria a maior população escrava do Brasil.<sup>319</sup>

As repercussões no campo historiográfico logo surgiram efeito. Francisco Vidal Luna e Wilson Cano divergiram da posição apresentada por Martins, apresentando a hipótese da

---

<sup>315</sup> ALMEIDA, op.cit. p.53.

<sup>316</sup> FRAGOSO, op.cit. p123.

<sup>317</sup> Números absolutos retirados de CARDOSO & SILVA, Vera Alice. *Da bateia à enxada: aspectos do sistema servil e da economia mineira em perspectiva*. Revista do Departamento de História, Belo Horizonte, n.6, p.47-48, jul. 1988. Apud: ALMEIDA, Carla. *A população escrava em Minas Gerais*. Revista Eletrônica de História do Brasil, Juiz de Fora, UFJF, v.3,n.1.jan/jul.1999.p.2.

<sup>318</sup> O estudo inaugural dessa perspectiva do autor veio a partir de sua tese de doutorado, MARTINS, Roberto. *Growing in silence: the slave economy of nineteenth-century Minas Gerais, Brazil*. Vanderbilt University, 1980. Outra obra componente dessas questões foi MARTINS, Roberto. *Minas Gerais, séculoXIX: tráfico e apego à escravidão numa economia não-exportadora*. Estudos Econômicos, 13[1]:181-209.jan.-abr.,1983.

<sup>319</sup> Idem.

“reprodução endógena” dos escravos e assim o baixo grau de mercantilização da economia mineira justificaria o considerável plantel encontrado para a província no século XIX.<sup>320</sup>

Robert Slenes negaria o caráter vicinal da economia mineira nesse período, acrescentando os “efeitos multiplicadores” das exportações da província gerados pela diversificação e a expansão mercantil dessa produção de Minas para além de suas fronteiras. Além da extração mineral que continuava, mesmo em graus muito menores que no século XVIII, a produção se pautava também em atividades agropecuárias, o que delegava uma considerável mercantilização. Nesse sentido, os setores mercantis ligados ao abastecimento interno, possibilitava as importações de cativos por parte da província.<sup>321</sup>

Dessa forma, Minas Gerais se especializaria no fornecimento de produtos ao mercado interno. Além disso, o crescimento da praça comercial do Rio de Janeiro, principalmente a partir da vinda da Corte ao Brasil, não apenas estenderia os laços mercantis da província mineira com a praça carioca, no que tange a produção agropecuária, como também aumentaria a aquisição de escravos por parte de Minas Gerais. Sendo assim, as unidades produtivas mineiras seriam responsáveis pelo maior número de importações de africanos, através dos portos cariocas. Entre 1825 e 1833, Minas Gerais absorveu 48,4% do total de cativos disponíveis no mercado do Rio de Janeiro, enquanto áreas de produção concentrada na agroexportação, como o vale do Paraíba e o norte fluminense, somavam juntos 36,5% das importações de escravos.<sup>322</sup>

E em relação às comarcas da província mineira, coube a comarca do Rio das Mortes a maior concentração de escravos. Ao se basear em mapas de fogos e a dados estatísticos sugeridos pro Wilhen Eschwege, Carla Almeida apresenta um grande salto populacional cativo, para a comarca do Rio das Mortes, diante de dois subperíodos avaliados. Segundo a autora, em 1767, a comarca do Rio das Mortes possuía a terceira maior população cativa, ultrapassando para o primeiro lugar, em 1821, com quase o dobro de escravos em relação a comarca do Rio das Velhas, com o segundo maior plantel.<sup>323</sup>

Assim, a comarca do Rio das Mortes, a partir de sua vinculação com as conexões mercantis, em especial a praça do Rio de Janeiro, manteria a maior concentração de cativos da

<sup>320</sup> LUNA, Francisco Vidal & CANO, Wilson. *Economia escravista em Minas Gerais*. Cadernos IFCH-Unicamp, Campinas, out.,1983.p.8.

<sup>321</sup> Artigo produzido de grande expressão que inaugura um debate acerca dessas questões e já citado no primeiro capítulo. Slenes, Os múltiplos de porcos e diamantes...

<sup>322</sup> FRAGOSO, op.cit.p.177.

<sup>323</sup> ALMEIDA, op.cit. pp.50-54.

capitania, bem como também a maior população livre. Posto que até alguns anos atrás havia sido ocupado pela comarca de Vila Rica e seu complexo minerador.<sup>324</sup> Pelo que vimos então, se Minas Gerais possuía uma elevada taxa de importação de escravos, em um momento de decréscimo da mineração, isso significa que outras atividades produtivas promoviam um setor mercantil que assegurava investimentos para a manutenção e expansão da mão-de-obra cativa.

Com isso, pudemos perceber que as atividades desenvolvidas na freguesia de Itajubá contaram com a presença significativa do trabalho escravo. E, nesse sentido, a freguesia acompanhava o crescimento demográfico sofrido na comarca do Rio das Mortes, em um contexto em que a própria capitania passava por um reordenamento econômico e se tornava a principal abastecedora da praça do Rio de Janeiro.

Ao voltarmos na tabela 7, do segundo capítulo, pudemos perceber que a freguesia de Itajubá apresentava a maior porcentagem(16,2%) da população cativa de todos os distritos do termo de Campanha, para os anos de 1833 a 1835.<sup>325</sup> Mesmo diante de um período curto abarcado, os resultados dessa tabela nos deram a percepção da participação da freguesia no contexto da população do termo.

Como também já vimos, Angelo Carrara, ao estudar os dízimos para o termo de Campanha, no ano de 1826, faz duas considerações importantes sobre o sistema escravista em Itajubá. De acordo com o autor, o alto valor da produção agrária, expressada por uma das maiores taxas de dízimos do termo, era responsável por Itajubá possuir a maior participação da população escrava no total da freguesia, bem como a que tinha o maior número de pagadores de dízimos de todo o termo.<sup>326</sup>

Uma outra forma de percebermos a importância do componente cativo na freguesia de Itajubá é nos atentarmos para a participação que esse ativo teve na composição da riqueza das unidades produtivas analisadas. De acordo com o que vimos na tabela 16 e no gráfico 1, a escravaria representava 41,6 % de todo os bens arrolados aos processos, para todo o período abarcado(1785-1850), o que nos dá conta da expressividade desse ativo na freguesia.<sup>327</sup> Se para muitas freguesias de Minas Gerais, a maior parte do patrimônio se concentrava em bens de raíz,

---

<sup>324</sup> Idem.

<sup>325</sup> Os resultados apresentados fazem parte da composição da tabela 7, do segundo capítulo, baseada no banco de dados do CEDEPLAR, para os mapas de população de 1833/1835.

<sup>326</sup> CARRARA, op.cit. p.277.

<sup>327</sup> Esses dados foram apresentados na tabela 16 e no gráfico 1, logo no início deste capítulo.

escravos e dívidas ativas, para Itajubá o maior investimento parecia estar mesmo aplicado na mão-de-obra cativa.

Entre os inventários analisados para a freguesia de Itajubá, somente 8,8% dos processos não apresentaram arrolados aos bens algum escravo. Por mais que os inventários não sejam os documentos mais apropriados para se analisar a demografia e a composição da escravaria, esses processos nos ajudam a pensar no comprometimento das unidades produtivas com a posse de escravos.

Obviamente, não podemos desconsiderar que os inventários representam apenas parcela dos sujeitos históricos daquelas sociedades, já que nem todos possuíam bens ao fim de suas vidas para inventariar, como a posse de cativos. Entretanto, se tornou evidente que esse tipo de documentação pode contribuir na percepção de como a propriedade escravista estava largamente difundida em várias sociedades estudadas.

Para outras regiões da colônia, a frequência de plantéis entre os bens arrolados nos inventários também alcançavam índices muito consideráveis no total dos ativos. Segundo João Fragoso, ao estudar a capitania do Rio de Janeiro, em fins do século XVIII, a presença de cativos estava inserida em 90% dos inventários pesquisados pelo autor e que mesmo na faixa de menor renda dos inventariados, 88% possuíam algum escravo.<sup>328</sup>

De acordo com a tabela 11, analisada no segundo capítulo, procuramos perceber o padrão da concentração de escravos por unidades produtivas na freguesia de Itajubá. Do total de 125 inventários, 41,6% estavam na faixa de 1 a 5 escravos por propriedade.<sup>329</sup> Segundo Douglas Libby, ao analisar os dados das listas nominativas de 1832/32, constatou que dos quase 20000 domicílios mineiros, cerca de dois terços não possuíam escravos. E mesmo entre aqueles chefes de família que tinham cativos, quase dois terços concentravam de 1 a 5 escravos.

Entretanto, por mais que a posse de cativo estivesse mais distribuída entre os pequenas propriedades, eram entre os médios e grandes proprietários que estava a maior quantidade de cativos.<sup>330</sup> Especificamente para o termo de Campanha, Clotilde Paiva e Herbert Klein concluíram, com base nas mesmas listas nominativas para 1831/1832, que cerca de 30% dos fogos possuíam escravos e que quase dois terços também dos proprietários tinham de 1 a 5

---

<sup>328</sup> FRAGOSO, op. cit. p.92.

<sup>329</sup> Resultados referentes a tabela 11, constante no segundo capítulo.

<sup>330</sup> LIBBY, op. cit. p.82.

escravos.<sup>331</sup> O que confere ao termo de Campanha, porcentagens muito semelhantes para a outras regiões de Minas Gerais.

Contudo, quanto nos atentamos para as médias e grandes propriedades, de acordo com a tabela 11, percebemos que 90% do total de escravos da freguesia estavam nas mãos destes inventariados. Para Douglas Libby, do número de domicílios analisados, poucos seriam aqueles entre 50 a 100 cativos e quase raridade os fogos com mais de 100 escravos.<sup>332</sup> Isso nos leva a perceber como as médias e grandes propriedades tinham o caráter de concentrar a maior parte da escravaria e para a freguesia de Itajubá, essa concentração fica bastante evidente.

Diante de um mesmo corpo documental analisado nessa pesquisa, Marcos de Andrade apresenta resultados percentuais muito parecidos com aqueles encontrados para a freguesia de Itajubá. Apesar de uma quantidade de processos analisados diferentes, percebemos que tanto a freguesia, quanto a sede do termo possuíam quase a metade(46 a 47%) do número total de cativos, distribuídos entre as propriedades com 20 ou mais escravos. Nesse sentido, afirma o autor que o sul mineiro, como também no restante da comarca do Rio das Mortes, possuíam unidades escravistas com patamares muito semelhantes das propriedades ligadas a áreas de agroexpotação.<sup>333</sup>

Para verificarmos melhor a questão da posse de escravos na freguesia de Itajubá, resolvemos conferir a variação desse padrão ao longo do tempo, dividido em dois subperíodos:

**Tabela 22: Variação da posse de escravos. Itajubá (1785-1850)**

Faixas de escravaria	1785-1820				1821-1850			
	Proprietários		Escravos		Proprietários		Escravos	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
1 a 5	12	33,3	29	6,6	36	46,2	101	11,6
6 a 10	5	13,9	40	9,1	20	25,6	153	17,6
11 a 19	13	36,1	193	44,0	12	15,4	176	20,2
20 ou mais	6	16,7	177	40,3	10	12,8	440	50,6
<b>Total</b>	36	100,0	439	100,0	78	100,0	870	100,0

Fonte: Inventários post-mortem do Fórum Wenceslau Braz, 1ª Secretaria da Vara Civil. Itajubá-MG.

<sup>331</sup> PAIVA, Clotilde & KLEIN, Herbert. *Escravos e livres nas Minas Gerais no século XVIII mineiro: Campanha, 1831*. Estudos Econômicos, São Paulo, v.22, nº1, jan-abr, 1992. p.136.

<sup>332</sup> LIBBY, op.cit. p.98.

<sup>333</sup> ANDRADE, op. cit. p.38.

A tabela 22 procura evidenciar a variação da posse de cativos, a partir da divisão em dois subperíodos. Tanto o número de proprietários, quanto a quantidade de escravos, praticamente, dobra do primeiro para o segundo subperíodo. Para pensarmos melhor nesse crescimento, tanto para as propriedades, quanto para os escravos, a partir de 1821, recordamos que esse mesmo período(1821-1850) foi categorizado por Carla Almeida, como de “economia mercantil de subsistência”.<sup>334</sup>

Após o momento de rearticulação econômica que Minas Gerais passou, nas últimas décadas do século XVIII, com a queda da produção aurífera, a atividade agropastoril ganhou cada vez mais espaço nas exportações mineiras. Uma economia mercantil e diversificada, voltada tanto para a subsistência mineira, como também para as necessidades do abastecimento de outras províncias, foram características básicas de parte do território mineiro, principalmente da comarca do Rio das Mortes. E essa produção mercantil voltada ao mercado de abastecimento foi ainda mais intensificada, ao longo do século XIX, especialmente, a partir da chegada da Corte no Rio de Janeiro.<sup>335</sup>

Diante de outras análises já realizadas nesse trabalho, ao compararmos esses dois subperíodos, podemos dizer que é exatamente no segundo subperíodo que a freguesia possui a maior dinamização e concentra o maior patrimônio de todos os inventários coligidos. A grande diferenciação de propriedades e escravos inventariados no segundo momento, vem a corroborar com a idéia desse processo de intensa mercantilização que a comarca do Rio das Mortes passara. A maior posse de cativos nos auxilia a entender como os proprietários no segundo subperíodo possuíam mais condições econômicas de ampliação de seus patrimônios.

De acordo com a tabela 22, percebemos que a grande maioria dos inventariados estão classificados nas categorias de pequena e média propriedades, para os dois subperíodos. Contudo, enquanto no primeiro subperíodo, as médias propriedades se sobressaíam, com 50% do total, no segundo subperíodo, as pequenas propriedades se destacam com 46,2%. Em relação à posse dos cativos, as médias propriedades(6 a 10 e 11 a 19 escravos) possuem a maior concentração de escravos no primeiro subperíodo, com 53,1%, enquanto que no segundo subperíodo, os grande proprietários acumulam 50,6% do total da escravaria.

---

<sup>334</sup> ALMEIDA, *Alterações das unidades produtivas...* pp.95-99.

<sup>335</sup> Idem.

Em relação aos grandes proprietários, percebemos que a freguesia de Itajubá possuiu consideráveis porcentagens nos dois subperíodos, especialmente no segundo(50,6%). Carla Almeida encontrou para Mariana, em período semelhante(1820 a 1850), 34,2%.<sup>336</sup> Já para a faixa de pequenos proprietários da freguesia, essa nunca possuiu mais de 12% do total dos escravos, o que evidencia que a grande maioria dos cativos estavam entre as médias e, principalmente, as grandes unidades produtivas.

Uma outra questão sobre o predomínio de pequenas e médias propriedades, pôde ser pensada a partir das considerações afirmadas por Carla Almeida. Segundo a autora, ao estudar a região de Mariana, revela que com a crise e diminuição da extração aurífera houve uma desconcentração da posse de cativos e isso poderia ser explicado pela rearticulação econômica da qual o território veio a passar. Com a agropecuária, assumindo o papel de atividade principal, a presença de pequenas e médias propriedades eram mais frequentes, já que esse tipo de atividade não exigia o mesmo contingente de cativos que a extração do ouro requiritava.<sup>337</sup>

Guardadas as possíveis diferenciações documentais e territoriais, concluímos, com isso, que a freguesia de Itajubá, assim como grande parte da comarca do Rio das Mortes e outras áreas da capitania, contavam com uma posse de escravos semelhantes a regiões ligadas à agroexportação.

Além da estrutura de posse de cativos para a freguesia de Itajubá, entendemos que é pertinente nesse momento uma análise mais detida dessa população para o período abarcado. Mesmo os inventários não sendo os documentos mais apropriados para avaliar assuntos referentes à população e a posse de cativos, algumas considerações acerca desses agentes merecem ser apresentadas nesse momento. Estamos nos referindo a questões ligadas à origem da população, à faixa etária e à divisão por sexo da escravaria:

**Tabela 23: Origem da população escrava. Itajubá(1785-1850)**

Origem	1785-1820		1821-1850		Total	
	Nº de esc.	%	Nº de esc.	%	Nº de esc.	%
Africanos	137	31,2	216	24,8	353	27,0
Crioulos	250	57,0	434	49,9	684	52,2
NCO*	52	11,8	220	25,3	272	20,8
<b>Total</b>	<b>439</b>	<b>100,0</b>	<b>870</b>	<b>100,0</b>	<b>1309</b>	<b>100,0</b>

\*NCO: Não consta origem.

Fonte: Inventários post-mortem do Fórum Wenceslau Braz, 1ª Secretaria da Vara Civil. Itajubá-MG.

<sup>336</sup> Ibidem, p.137.

<sup>337</sup> Ibidem, p.136.

**Tabela 24: Composição da população escrava por sexo.  
Itajubá(1785-1850)**

Sexo	1785-1820		1821-1850		Total	
	Nº de esc.	%	Nº de esc.	%	Nº de esc.	%
Homens	283	64,4	538	61,8	821	62,7
Mulheres	150	34,2	331	38,1	481	36,8
NI*	6	1,4	1	0,1	7	0,5
<b>Total</b>	<b>439</b>	<b>100,0</b>	<b>870</b>	<b>100,0</b>	<b>1309</b>	<b>100,0</b>

\* NI: Não identificado.

Fonte: Inventários post-mortem do Fórum Wenceslau Braz, 1ª Secretaria da Vara Civil. Itajubá-MG.

**Tabela 25: Composição da população escrava africana por sexo.  
Itajubá(1785-1850)**

Sexo	1785-1820		1821-1850		Total	
	Nº de esc.	%	Nº de esc.	%	Nº de esc.	%
Homens	115	84,0	152	70,4	267	75,6
Mulheres	21	15,3	64	29,6	85	24,1
NI*	1	0,7	-	-	1	0,3
<b>Total</b>	<b>137</b>	<b>100,0</b>	<b>216</b>	<b>100,0</b>	<b>353</b>	<b>100,0</b>

\* NI: Não identificado.

Fonte: Inventários post-mortem do Fórum Wenceslau Braz, 1ª Secretaria da Vara Civil. Itajubá-MG.

**Tabela 26: Composição da população escrava crioula por sexo.  
Itajubá(1785-1850)**

Sexo	1785-1820		1821-1850		Total	
	Nº de esc.	%	Nº de esc.	%	Nº de esc.	%
Homens	135	54,0	244	56,2	379	55,4
Mulheres	114	45,6	189	43,6	303	44,3
NI*	1	0,4	1	0,2	2	0,3
<b>Total</b>	<b>250</b>	<b>100,0</b>	<b>434</b>	<b>100,0</b>	<b>684</b>	<b>100,0</b>

\* NI: Não identificado.

Fonte: Inventários post-mortem do Fórum Wenceslau Braz, 1ª Secretaria da Vara Civil. Itajubá-MG.

Em relação à população escrava em Minas Gerais, no século XIX, Roberto Martins desconsiderou as preposições que parte da historiografia até então afirmava, de que a província não teve como alternativa se tornar uma exportadora de cativos com a crise da mineração. Segundo o autor, a escassez da mão-de-obra escrava em Minas era sentida entre os proprietários, sendo frequentes as importações de cativos, a partir da praça carioca. O século XIX teria sido o período de maior importação de escravos de todos os demais períodos da história do país, em que

cerca de 1,5 milhão de cativos africanos haviam vindo para o Brasil, em que 76,9% desembarcaram no Rio de Janeiro.<sup>338</sup>

Entretanto, Minas Gerais teria tido um crescimento natural negativo, como a maioria da regiões no Brasil, segundo Roberto Martins.<sup>339</sup> Essa assertiva do autor foi bastante contestada, indicando que a província poderia agregar os valores consideráveis de importação de escravos, como também possuir taxas crescentes de reprodução natural, como afirmou Douglas Libby.<sup>340</sup>

Em estudos acerca de alguns distritos mineiros, Iraci del Nero e Vidal Luna encontraram, para o ano de 1804, uma população escrava com alta razão de masculinidade, uma presença considerável de africanos e grande parte de cativos na faixa etária de 20 e 39 anos.<sup>341</sup> Ao estudar a população escrava em Minas Gerais, a partir dos inventários e testamentos, para o século XVIII, Eduardo Paiva França afirma que nesse período a região da comarca do Rio das Mortes possuía a maioria de homens africanos(oriundos principalmente da Costa da Mina e de Angola), constituindo dois terços da população cativa.<sup>342</sup> Entretanto, vale lembrar que a historiografia nos tem apresentado conclusões pertinentes a respeito dos termos e denominações étnicas encontrados nas documentações. É apropriado que essa designações étnicas encontradas sejam referentes a uma nomenclatura do tráfico e tendem haver com as regiões ou a portos da África.<sup>343</sup>

Segundo Mary Karasch, ao estudar os escravos no Rio de Janeiro, durante o século XIX, a divisão desses cativos era feita a partir do local de nascimento de cada indivíduo, ou seja, África ou Brasil. Afirma a autora, que em seguida, seus senhores faziam uma nova classificação, na qual os nascidos no Brasil eram divididos por cor.<sup>344</sup> Mariza Soares, a partir de análises feitas nos livros de batismo da Cúria do Rio de Janeiro, entre 1718 a 1760, também afirma que para os escravos nascidos na colônia foi criado uma organização para classificar esses agentes, a partir do critério da cor.<sup>345</sup>

---

<sup>338</sup> MARTINS, op.cit. pp.183-184.

<sup>339</sup> Idem.

<sup>340</sup> LIBBY, op.cit. pp.56-57.

<sup>341</sup> COSTA, Iraci del Nero da. *Vila Rica: população(1719-1826)*. São Paulo: 1979 e *Populações mineiras*. São Paulo:1981; LUNA, Francisco Vidal. *Minas Gerais: escravos e senhores*. São Paulo: IPE/USP,1981.

<sup>342</sup> PAIVA, Eduardo França. *Escravidão e universo cultural na colônia*. Minas Gerais, 1716-1789.Belo Horizonte: UFMG, 2001. p.119.

<sup>343</sup> SOARES, Mariza. *Mina, Angola e Guiné: nomes d'África no Rio de Janeiro setecentista*. Tempo, Rio de Janeiro, nº 06, pp.73-93, dez. 1998.

<sup>344</sup> KARASCH, Mary. *A vida dos escravos no Rio de Janeiro.1808-1850*.São Paulo: Companhia das Letras, 2000.p.36.

<sup>345</sup> SOARES, Mariza. *Devotos da cor: identidade étnica, religiosidade e escravidão no Rio de Janeiro, século XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. p.96.

De acordo com a tabela 23, a presença de africanos para a freguesia de Itajubá foi menor nos dois subperíodos analisados. Mesmo tendo tido um crescimento absoluto no segundo subperíodo(216 africanos), os africanos continuam em quantidade menor que os crioulos.<sup>346</sup> Entre os médios e grandes proprietários de São João del Rei, Afonso de Alencastro afirmou, com base nos inventários, que a presença de crioulos representou 56,2% do total da escravaria, entre os anos de 1831 e 1888.<sup>347</sup> Valores bastante semelhantes aos encontrados para a freguesia de Itajubá.

Ao estudar os assentos de batismo de paróquias do sul mineiro, Marcos de Andrade também constatou a relevância de africanos entre a escravaria, principalmente de escravos homens, o que vem a confirmar a tendência desses agentes entre a população cativa do Brasil. Segundo o autor, as evidências demonstram que o sul de Minas participou intensivamente do tráfico negreiro internacional, ao menos para as primeiras décadas do século XIX, e para muitas freguesias e distritos o contingente escravo de origem africana atingia percentuais compatíveis com as áreas de agroexportação.<sup>348</sup>

De qualquer maneira, essa presença de africanos na freguesia vem a confirmar a participação desses agentes dentro do processo produtivo de Itajubá e a sua ligação com o tráfico, possivelmente a partir da compra desses escravos na praça carioca. Já para a grande maioria de crioulos, observada na tabela 23, esses números vem a contribuir para o potencial que as unidades produtivas possuíam no processo de crescimento natural de sua população cativa.

A assertiva de que em Minas Gerais houve uma frequente e considerável importação de africanos, juntamente com um crescimento natural expressivo, também foi conferida no trabalho de Carla Almeida, ao estudar a região de Mariana, entre 1750 e 1850. Segundo os dados levantados pela a autora, a partir dos inventários analisados, a porcentagem de crioulos tende a crescer , a partir do século XIX, em relação aos africanos.<sup>349</sup> Obviamente, a presença de africanos nas unidades produtivas tenderia a se reduzir cada vez mais, ao longo da segunda metade do século XIX, com a proibição do tráfico.

<sup>346</sup> Para a categorização das tabelas seguintes, denominamos os escravos nascidos no Brasil de crioulos. Contudo, essa não é a única designação para esses cativos, que nos inventários também são chamados de pardos, mulatos e cabras. Para questões de nacionalidades de escravos, ver: KARASCH, op. cit. pp.46-47. Já de acordo com Kátia Mattoso, os indivíduos chamados de “cabra” eram considerados aqueles mestiços de mulato e negro. A designação “pardo” era sinônimo de mulato. MATTOSO, op.cit. p.40. Segundo Karasch, um mulato era uma pessoa de pais africanos e europeus. KARASCH, p.36.

<sup>347</sup> GRAÇA FILHO, op. cit. p.220.

<sup>348</sup> ANDRADE, op.cit. pp.278-286.

<sup>349</sup> ALMEIDA, Carla. *A população escrava em Minas Gerais...* p.5

A partir da tabela 24, pudemos verificar o grau de gênero presente entre a escravaria na freguesia de Itajubá. Nos dois subperíodos, o número absoluto de homens cativos foram superiores a 60% do total. Quanto a análise em separado da população escrava africana e crioula, de acordo com a tabela 25 e 26, percebemos que entre os africanos a composição era, majoritariamente, por homens, com mais de 70% do total. Isso demonstra, claramente, a preferência pelo escravo africano homem nas importações, muito talvez pela sua produtividade no trabalho cativo. Entre a população crioula a proporção de homens e mulheres já é mais equivalente, com uma pouca vantagem para os cativos do sexo masculino.

Em consideração a predileção por africanos homens, Carla Almeida afirma que essa foi uma constante em todo o período(1750-1850) abarcado, chegando a 85% do gênero masculino entre os africanos. Complementa a autora, que mesmo nos momentos de crise da mineração e de adaptação da economia mineira, em fins do século XVIII e início do século XIX, a importação por africanos homens era extremamente maior. Isso demonstraria que mesmo em fase de possível falta de investimentos, compravam-se africanos que pudessem apresentar maior rendimento de trabalho, diante de uma situação de reformulação econômica.<sup>350</sup>

**Tabela 27: Composição da população escrava por faixa etária.  
Itajubá(1785-1850)**

Faixa etária	1785-1820		1821-1850	
	Nº de esc.	%	Nº de esc.	%
0 – 14	114	28,3	284	35,2
15 – 40	195	48,4	438	54,3
> 40	94	23,3	84	10,5
<b>Total</b>	<b>403</b>	<b>100,0</b>	<b>806</b>	<b>100,0</b>
NCI*	36	8,2	64	7,5

\* NCI: Não consta idade.

Fonte: Inventários post-mortem do Fórum Wenceslau Braz, 1ª Secretaria da Vara Civil. Itajubá-MG.

<sup>350</sup> ALMEIDA, op.cit. p.6.

**Tabela 28: Composição da população escrava por sexo e faixa etária. Itajubá(1785-1850)**

Faixa etária	1785-1820				1821-1850			
	Homens		Mulheres		Homens		Mulheres	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
0 – 14	64	23,8	50	37,3	156	31,6	128	41,2
15 – 40	129	48,0	66	49,3	275	55,7	162	52,1
> 40	76	28,2	18	13,4	63	12,7	21	6,7
<b>Total</b>	269	100,0	134	100,0	494	100,0	311	100,0
NCI*	16	5,6	20	13,0	44	8,2	21	6,3

\* NCI: Não consta idade.

Fonte: Inventários post-mortem do Fórum Wenceslau Braz, 1ª Secretaria da Vara Civil. Itajubá-MG.

**Tabela 29: Composição da população escrava por origem e faixa etária. Itajubá(1785-1850)**

Faixa etária	1785-1820						1821-1850					
	Africanos		Crioulos		NCO*		Africanos		Crioulos		NCO*	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
0 – 14	05	4,4	102	89,5	07	6,1	04	1,4	241	84,9	39	13,7
15 – 40	74	38,0	97	49,7	24	12,3	146	33,3	146	33,3	146	33,3
> 40	55	58,5	30	31,9	09	9,6	45	53,6	16	19,0	23	27,4
<b>Total</b>	134	33,2	229	56,8	40	10,0	195	24,2	403	50,0	208	25,8
NCI**	3	8,3	21	58,4	12	33,3	21	32,3	31	47,7	13	20,0

\*NCO: Não consta origem.

\*\* NCI: Não consta idade

Fonte: Inventários post-mortem do Fórum Wenceslau Braz, 1ª Secretaria da Vara Civil. Itajubá-MG.

A partir da tabela 27, podemos perceber nos dois subperíodos uma alta concentração de adultos jovens (15 – 40 anos) entre a escravaria, com mais de 48%. Isso implica numa grande quantidade de mão-de-obra cativa numa faixa etária em maiores condições físicas para o trabalho compulsório. Em relação aos africanos, a tabela 30 demonstra a grande presença desses agentes na faixa etária de adultos jovens, com mais de 55% do total, no primeiro subperíodo, tendendo a aumentar no segundo, com 74,9%.

Com isso, concluímos que a aquisição de africanos, via mercado, foi crescente na freguesia e quando a compra desses cativos era feita, a predileção era por indivíduos que possuíam mais condições físicas para o trabalho, garantindo retorno ao proprietário diante dos investimentos depositados nessa escravaria. E quando verificamos a faixa de africanos acima dos

40 anos, na tabela 29, as porcentagens revelam o maior índice entre todos da escravaria, nos dois subperíodos analisados. Podemos especular a partir disso, que a expressiva presença de africanos acima de 40 anos representaria a ligação das unidades produtivas da freguesia com a aquisição desses agentes, pelo menos desde fins do século XVIII, quando muitos deles eram adultos jovens e estariam em plena força física para o trabalho.

Em relação ao crescimento natural da população cativa, as três últimas tabelas deixam em evidência o considerável aumento dos crioulos nos dois subperíodos. De acordo com a tabela 29, a predominância de crioulos entre a faixa etária de 0 a 14 anos é vigente, com mais de 84,9% nos dois subperíodos. Isso vem a demonstrar a capacidade da freguesia em repor a mão-de-obra escrava, a partir da reprodução natural entre os agentes das próprias unidades produtivas.

Outra questão que vem a ratificar a importância da reposição da escravaria via reprodução natural, pode ser observada na tabela 28, quando percebemos um relativo acréscimo do número de mulheres nas duas primeiras faixas etárias, em especial na faixa entre 15 a 40 anos, em que as escravas estariam mais propícias a fertilidade.

Segundo Carla Almeida, Minas Gerais foi capaz de reproduzir positivamente sua força de trabalho escrava. Para a autora, a região foi menos dependente do tráfico negreiro do que províncias do Império, como a Bahia e o Rio de Janeiro, o que poderia também representar uma forma de substituir as importações de cativos como forma de reduzir os custos.<sup>351</sup>

De acordo com Douglas Libby, a proibição do tráfico negreiro, em 1850, produziu ainda mais um processo de reprodução natural da população escrava. Era um momento dos proprietários em manter e expandir sua escravaria não mais via tráfico, preservando assim seus investimentos e garantindo a reposição da mão-de-obra cativa.<sup>352</sup>

Em relação ao estabelecimento de laços de parentesco entre os escravos, os inventários não são as fontes mais apropriadas para este tipo de análise, contudo pudemos presenciar, com certa frequência, casamentos e a formação de famílias nucleares entre os plantéis:

---

<sup>351</sup> Idem.

<sup>352</sup> LIBBY, op.cit. p. 60.

**Tabela 30: Frequência de laços de parentesco entre os escravos.  
Itajubá(1785-1850)**

Período	Nº de escravos		Nº de parentes		% Parentes	
	Africanos	Crioulos	Africanos	Crioulos	Africanos	Crioulos
1785-1820*	137	250	19	44	13,9	17,6
1821-1850**	216	434	83	80	38,4	18,4
<b>Total</b>	<b>353</b>	<b>684</b>	<b>102</b>	<b>124</b>	<b>28,9</b>	<b>18,1</b>

\* No primeiro subperíodo, para 52 escravos não consta origem.

\*\* No segundo subperíodo, para 220 escravos não consta origem.

Fonte: Inventários post-mortem do Fórum Wenceslau Braz, 1ª Secretaria da Vara Civil. Itajubá-MG.

Os dados da tabela 30 nos revelam os laços de parentesco entre os escravos encontrados nos inventários. Nos processos pesquisados, as designações que remetem a algum grau de parentesco são descritas logo após o nome e a idade do cativo, sendo este apresentado como “mulher”, “marido” ou “filho(a)” de alguém. Elencamos nessa tabela uma classificação entre africanos e crioulos, de acordo com a naturalidade desses agentes. Lembramos mais uma vez, que ao nos referirmos a crioulos, estamos contando todos os escravos nascidos no Brasil e que era designados também como pardos, mulatos ou cabras. Em números absolutos, a ocorrência de parentesco entre os crioulos(124) é levemente maior que entre os africanos(102).

Entretanto, ao analisar os dois subperíodos, é entre os cativos africanos que temos a maior porcentagem de parentesco, com 28,9%. Esses valores podem não representar uma noção mais próxima do universo familiar e de parentesco travado entre os cativos, já que os inventários não nos informam muitos detalhes, contudo nos trazem uma percepção da formação e da frequência de famílias escravas entre as unidades produtivas da freguesia de Itajubá.

Em relação à famílias nucleares – formadas por pais, mães e filhos – foram encontradas, majoritariamente, nos casamentos entre crioulos ou africanos com crioulos. Apenas uma família de pais africanos apresentaram uma filha africana. O escravo João, de 40 anos, era africano(cabinda) e casado com a escrava Magdalena, de 28 anos, também africana(monjola).<sup>353</sup> O casal tinha uma filha, Ignácia, de 8 anos e africana(monjola). Eles eram escravos de D. Maria José Pereira, residente na fazenda do Rio Manso, dedicada principalmente à pecuária, na freguesia Nova de Itajubá, em 1835. Faziam parte de um plantel de 90 escravos, em que a ocorrência de grau de parentesco entre esses agentes era muito considerável, com 66,7% do total da escravaria.

<sup>353</sup> Inventário post-mortem. 067/CD08. Arquivo do Fórum Wenceslau Braz. Itajubá-MG.

Vários processos apresentaram com frequência a presença de pais africanos, formando suas famílias nucleares já no Brasil. Assim foi o caso de José, de 44 anos, de “nação”<sup>354</sup>, casado com Catharina, de 36 anos e africana(benguela).<sup>355</sup> Tiveram o filho Bento, de 14 anos e crioulo. Eram escravos de Francisco Gonçalves Cardozo, residente na fazenda do Curalinho, freguesia de Soledade do Itajubá. Faziam parte de um plantel de 12 escravos.

A formação de famílias nucleares entre pais crioulos teve a maior frequência de todas as famílias encontradas nos inventários. Este foi o caso de Feliciano, 60 anos, crioulo e casado com Thereza, 50 anos, também crioula.<sup>356</sup> Eles tiveram dois filhos: Miguel, de 13 anos e Salvador, de 7 anos, ambos crioulos. Pertenciam a Valério Fernandes, provavelmente, residente dentro da vila de Itajubá, em 1849, mas os escravos parecem ter sido moradores na fazenda do Boito, próximo ao rio Lourenço Velho, na mesma vila. Valério Fernandes possuía 19 escravos, havendo entre esse plantel, 4 casais em que dois deles formavam famílias nucleares.

Um outro caso sempre frequente nos inventários era a presença de mulheres africanas que possuíam filhos, mas que não era citado o nome dos pais. Este foi o caso de Joanna, 40 anos, de “nação” e que tinha um filho: Manoel, de 14 anos e crioulo, pertencentes ao mesmo plantel de Valério Fernandes.

Dentre os processos analisados, as africanas com filhos quase nunca traziam o nome de seu cônjuge, o que não significava que essas mulheres não tivessem uma união consensual. Diante da escravaria analisada nessa pesquisa, uma outra Joana, 40 anos, tinha 4 filhos, explicitamente, descritos no inventário. João, de 15 anos; Benedita, de 14 anos; Rita, de 12 anos e Pedro, de 10 anos; todos crioulos.<sup>357</sup> Especulamos também que os demais escravos do plantel, Felipe e Martinho, de 6 e 4 anos, respectivamente, todos crioulos, também fossem filhos de Joana, contudo não foram designados nenhum grau de parentesco para esses dois escravos.

Joana e seus filhos pertenciam ao Guarda mor João da Costa Manso, residente na freguesia de Itajubá, em 1825. Alguns anos após, em 1836, foi realizada uma reforma na avaliação dos bens do inventariado e então a escrava Joana aparece casada com, Silvério, de 40

<sup>354</sup> Em muitos casos, os escravos africanos não eram apresentados nos inventários, com uma designação específica de nação/etnia africana, sendo assim denominados, genericamente, com o termo de “nação”. Segundo Marina de Mello e Souza, “nação” era um conceito utilizado pelos colonizadores para classificar os escravos trazidos da África, atribuindo a esses a nação que procediam, logo após o nome cristão de cada um deles. MELLO E SOUZA, Marina. *Reis negros no Brasil escravista: história da festa de coroação do Rei Congo*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2002. p. 140.

<sup>355</sup> Inventário post-mortem. 065/CD07. Arquivo do Fórum Wenceslau Braz. Itajubá-MG.

<sup>356</sup> Inventário post-mortem. 120/CD15. Arquivo do Fórum Wenceslau Braz. Itajubá-MG.

<sup>357</sup> Inventário post-mortem. 048/CD06. Arquivo do Fórum Wenceslau Braz. Itajubá-MG.

anos, crioulo. Seus filhos homens continuavam pertencentes a mesma unidade produtiva. Entretanto, as duas filhas mulheres, Rita e Benedita, haviam sido dadas em dote as herdeiras do Guarda mor João da Costa Manso.

Dos termos que designavam os escravos nascidos no Brasil, “crioulo” era o mais frequente entre todos e poderia representar uma forma de tratamento, aparentemente, melhor que outras designações, como, por exemplo, “cabra” que era um termo pejorativo para escravos de raça mista indeterminada. A título de comparação, é como se “crioulo”, “pardo” e “cabra”, em outras palavras, significasse negro, mulato e outras misturas, respectivamente, não se descartando que para os indivíduos referidos como cabras, a presença indígena entre seus ancestrais.<sup>358</sup>

Os pardos ou mulatos, pertenciam a uma designação mais “respeitosa”, já que eram considerados filhos de africanos e europeus.<sup>359</sup> Este era o caso da pequena Joanna, de apenas um ano de idade, filha de Vicencia, de 18 anos e de “nação”. Possivelmente, a filha de Vicencia, designada como parda no inventário, era filha de um homem branco. Mãe e filha pertenciam a escravaria de Manoel Pereira [Gularte], da fazenda da Barra de [Antunas], na freguesia de Itajubá, em 1842.<sup>360</sup>

Eventualmente, os testamentos e inventários podem trazer à tona a presença no cativo, de indivíduos que foram frutos de relações entre senhores e escravos. Antes de falecer, o Capitão José Gonçalves Silva, viúvo de D. Luiza Francisca de Jesus, residente também na fazenda da Barra, na freguesia de Itajubá, deixara em testamento, em 1842, parte de seus bens aos seus filhos herdeiros, que teve com duas escravas.<sup>361</sup> Declarou como filhos, Francisca e Honório, de 13 e 10 anos, respectivamente, que tivera com Maria parda. A outra herdeira era Claudina, de 9 anos, que teve com Geraldina parda. Todos os filhos foram denominados como pardos e as mães não pertenciam ao plantel do Capitão José Gonçalves. Com a falecida, D. Luiza Francisca não tivera nenhum filho.

Não é do mérito dessa pesquisa adentrar nas questões acerca da constituição de famílias escravas e das possíveis relações consensuais travadas entre cativos, ou desses com seus senhores. Os casos relatados acima vem apenas demonstrar a expressiva presença dessas

---

<sup>358</sup> KARASCH, op.cit. pp.37-41.

<sup>359</sup> Ibidem. p.38.

<sup>360</sup> Inventário post-mortem. 091/CD10. Arquivo do Fórum Wenceslau Braz. Itajubá-MG.

<sup>361</sup> Inventário post-mortem e testamento. 123/CD15. Arquivo do Fórum Wenceslau Braz. Itajubá-MG.

relações, entre os indivíduos descritos nos inventários e testamentos. De qualquer maneira, esses documentos podem auxiliar, de forma bastante interessante, a entendermos a constituição dos laços de parentesco e da formação e preservação de famílias escravas dentro das propriedades analisadas para a freguesia de Itajubá.

Dentre inúmeros casos presenciados nos inventários e testamentos, que nos instigaram a pensar nessas relações familiares e de parentesco entre a escravaria, escolhemos concluir essa questão com alguns episódios registrados nos inventários e que, possivelmente, se tornaram decisivos na vida de alguns cativos. Ao falecer em 1833, Francisco Gonçalves Torres, residente na fazenda do Congonhal, na freguesia de Soledade do Itajubá, deixara 10 herdeiros, fruto de dois casamentos.<sup>362</sup> Seu filho, o Alferes Francisco Jose Gonçalves Torres foi seu inventariante. Após a descrição de todos os bens da família, alguns documentos em anexo nos revelaram situações interessantes, que tiveram como protagonistas alguns cativos e seus senhores.

No momento da partilha dos bens, alguns herdeiros concederam aos escravos casados a oportunidade de se manterem juntos na mesma propriedade. Obviamente, não podemos avaliar o grau de benevolência de seus senhores e até que ponto a concessão de certos favores a escravaria não era também uma forma de manter o controle sobre os seus, contudo alguns de seus cativos tiveram suas vontades atendidas.

Assim aconteceu ao casal de escravos, Beralda e Vicente, de 20 e 25 anos, respectivamente, ambos crioulos. João Gonçalves Pereira, herdeiro do primeiro casamento de Francisco Gonçalves, afirmou ter recebido tempos antes de seu pai morrer, uma crioula chamada Roza, de 22 anos, e um “negro” de nome Caetano, de 40 anos, em troca de sua escrava, Beralda, por esta estar casada com o escravo de seu pai, Vicente, e “por não se querer apartar o sacramento”. Com certeza, essa tenha sido uma situação comemorada e desejada pelo casal, já que permaneceriam juntos numa mesma unidade produtiva.

Seguindo os demais documentos em anexo ao inventário de Francisco Gonçalves, encontramos algumas condições para que se fizesse a partilha dos bens. Mais uma vez, alguns escravos seriam beneficiados de tais decisões. Hilário Rodrigues Simoens, por “cabeça” de casal da herdeira Maria, solicitou receber na partilha os escravos, José, congo, de 40 anos, e Eva, crioula, de 20 anos, por estes estarem casados com escravos do mesmo. Além disso, Hilário Rodrigues requisitava os escravos pequenos, Domingos e Vicente, de 2 e 1 anos,

---

<sup>362</sup> Inventário post-mortem. 055/CD06. Arquivo do Fórum Wenceslau Braz. Itajubá-MG.

respectivamente, filhos da crioula Eva. Não foi possível descobrir a paternidade dos filhos de Eva, entretanto podemos especular que esses poderiam ser frutos do seu casamento com o escravo de Hilário Rodrigues.

As condições apresentadas pelos herdeiros, até então, já pareciam suficientes para compreendermos como é possível resgatar alguns laços de parentesco e de família, a partir dos inventários, quando nos deparamos com outros pedidos. Domingos Rodrigues de Moraes, por “cabeça” do casal, da herdeira Izabel, também solicitou que recebesse a crioula, Benedita, por esta estar casada com um de seus escravos. O herdeiro Francisco José Gonçalves e Manoel Francisco Pereira, por “cabeça” do casal, da herdeira, Maria Joanna, requisitaram cada um deles, um casal de escravos como parte na herança do inventariado.

Enfim, procuramos apresentar, nesse capítulo, características gerais do sistema escravista de uma sociedade de Antigo Regime, pautados, principalmente, na análise dos inventários post-mortem, em que pudemos compreender traços da reprodução de parcela de tal sociedade, que tinha no sistema agrário sua principal fonte de sobrevivência e de obtenção de riquezas. O envolvimento com a atividade agropastoril e a participação no mercado de abastecimento, parece ter justificado os investimentos em bens de raiz e escravos; os maiores ativos encontrados na documentação. Já no fim desse trabalho, tentamos apresentar algumas considerações acerca do perfil da escravaria e seu envolvimento como um dos principais suportes de funcionamento daquelas unidades produtivas.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo dos capítulos apresentados, procuramos cumprir com nosso objetivo inicial, que era propor um estudo sobre o perfil socioeconômico de uma freguesia sul mineira, no período compreendido entre 1785 a 1850.

O sul de Minas era uma área pertencente à comarca do Rio das Mortes, entre os séculos XVIII e parte do XIX, sendo apontada como uma região que muito contribuiu para o abastecimento de mercados locais e interprovinciais, principalmente após a crise da mineração. Coube aos estudos historiográficos da década de 1980 apresentarem diversas considerações que mudariam, profundamente, o entendimento acerca da economia mineira no pós-auge minerador.

Assim, essa economia mineira oitocentista teria sido capaz de apresentar uma produção diversificada, com grande potencial mercantil, num período denominado de “rearticulação econômica”, mesmo antes da expressiva expansão do cultivo do café em algumas regiões mineiras, na década de 1840.<sup>363</sup> Estamos nos referindo a participação das produções sul mineiras, como a agropecuária para o abastecimento do Rio de Janeiro, a manufatura do algodão e a considerável produção do fumo, dentre outras.

A frequente participação dessas produções sul mineiras para o mercado de abastecimento contribuiu, sem sombra de dúvidas, para as grandes importações de cativos, na primeira metade do oitocentos para a região, o que corroborou para que a província fosse considerada a maior detentora de escravos do Império. Não podemos deixar de considerar também que as necessidades da praça carioca por gêneros alimentícios de todos os tipos, principalmente a partir da chegada da Corte ao Rio de Janeiro, em 1808, foram fulcrais para o estabelecimento de uma efetiva produção nas freguesias mineiras voltada para o mercado.

Nesse sentido, a província foi capaz de criar rotas comerciais que davam conta de escoar as produções, genuinamente, mineiras, bem como àquelas provenientes de outras províncias, promovendo assim uma dinâmica ligação entre os caminhos montanhosos de Minas Gerais, principalmente, com as estradas que conduziam até a Corte. No caso do sul de Minas, novos caminhos e rotas foram sendo criados ao longo do oitocentos, o que permitia expandir o comércio dessa região com outros centros produtores e mercantis, como a praça carioca. A criação de

---

<sup>363</sup> ALMEIDA, *Alterações nas unidades produtivas...* pp.88-94.

recebedorias se tornou importante nesse momento para fiscalizar o fluxo mercantil que entrava e saía do território mineiro.<sup>364</sup>

E foi exatamente nesse contexto que a freguesia de Itajubá esteve inserida durante todo o período abarcado pela pesquisa (1785 a 1850), de acordo com a análise documental realizada. Podemos dizer assim que houve a reprodução de um sistema econômico cujas suas principais características seriam resumidas da seguinte maneira: uma produção agropecuária diversificada, tanto para o consumo de subsistência, quanto para a mercantilização, com destaque para a pecuária e o cultivo do fumo; uma maior concentração de investimentos em escravos, bens de raíz e dívidas ativas, sendo bastante difundida a participação desses cativos entre as propriedades consultadas; utilização extensiva do solo, em uma área com possibilidades de agregar novas terras, com características geográficas que favoreciam ao desenvolvimento da agropecuária; e por fim, um forte padrão de hierarquização social, que poderia ser observado na diferenciação dos bens materiais listados nos inventários, sendo que esses documentos, por si só, já podem ser considerados uma evidência clara de exclusão socioeconômica, entre aqueles indivíduos que tinham algum bem a deixar no final de suas vidas, com aqueles que nada tinham.

Ao nos debruçarmos sobre o acervo documental referente à freguesia, pudemos ir muito além de uma percepção do espaço econômico presente para a região estudada naquele período. Diante da análise das listas nominativas para 1831-32, dos mapas de população para 1833-35 e dos próprios inventários post-mortem foi possível visualizar uma relevante participação demográfica da freguesia em relação ao termo da qual pertencia, Campanha da Princesa. Se já era interessante o crescimento demográfico da população livre, conforme análise, o destaque ficou mesmo para a expressiva participação da população cativa da freguesia, em relação ao seu termo, o que fazia com que Itajubá tivesse um dos maiores contingente escravos do termo de Campanha.<sup>365</sup>

Diríamos que em relação à análise populacional, a freguesia não só se destacou por seu crescimento demográfico, mas também pela participação econômica de seus habitantes no contexto do termo de Campanha. Segundo Angelo Carrara, para 1826, Itajubá possuía o maior

---

<sup>364</sup> RESTITUTTI, op,cit, p.99.

<sup>365</sup> Baseamos nas análises sobre os dados apresentados nas tabelas 6 e 7, do segundo capítulo.

número de pagadores de dízimos de todo o termo, sem contar que tinha também a maior participação da população escrava no total do contingente da freguesia.<sup>366</sup>

Entendemos que para corroborar com essa assertiva, apresentamos, ao longo do terceiro capítulo, vários indícios que demonstravam a atuação produtiva das propriedades da freguesia. E teria sido essa atuação que contribuiu para os investimentos em diversos bens rentáveis, proporcionando assim a manutenção e a expansão do conjunto patrimonial dessas unidades. Em muitos momentos foi possível comprovar que os montantes dos inventariados, distribuídos por faixa de riqueza, se assemelhavam aos padrões encontrados para as unidades produtivas da comarca do Rio das Mortes, como também para o termo de Campanha.<sup>367</sup>

Por fim, acreditamos que o estudo da freguesia de Itajubá teve seu grau de relevância, já que se tratou de uma área que contribuiu consideravelmente para o desenvolvimento e crescimento das relações mercantis travadas entre o sul de Minas com os mercados locais e de outras províncias, principalmente no decorrer do século XIX. A participação produtiva da freguesia parece ter sido atuante, especialmente, no momento de rearticulação econômica - período que coincide com o espaço temporal analisado nesse trabalho, 1785 a 1850 - e de afirmação desse setor agropecuário diversificado, que teve na comarca do Rio das Mortes o maior desempenho de todo território mineiro. E se a “vocaçãõ” sul mineira foi mesmo tendente à agropecuária, podemos concluir que o sucesso das pequenas, médias e grandes unidades produtivas da freguesia de Itajubá, se justificou, na maioria das vezes, a esse consorciamento das atividades.

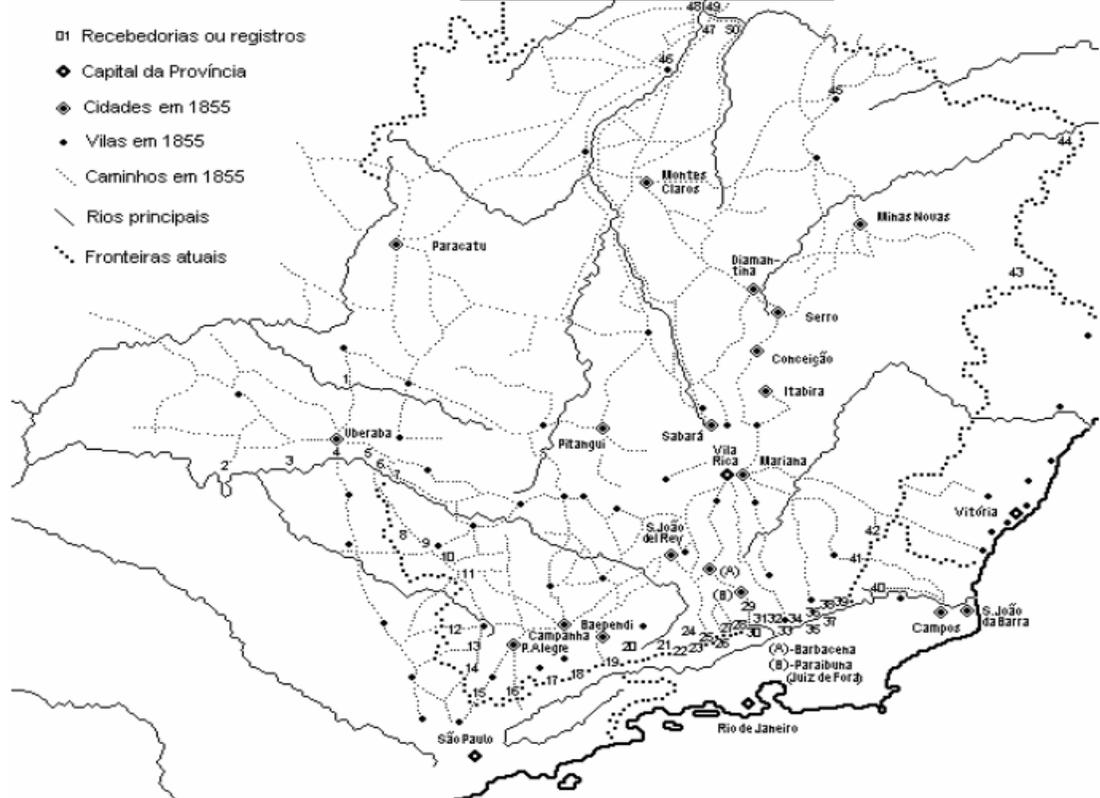
---

<sup>366</sup> CARRARA, *op.cit.* pp.276-279. Essas informações foram apresentadas na análise da tabela 15, do terceiro capítulo.

<sup>367</sup> No terceiro capítulo foi possível comparar os padrões de riqueza das unidades produtivas da freguesia de Itajubá (medido em réis), com outras áreas pertencentes à comarca do Rio das Mortes e o termo de Campanha, mais especificamente, em comparação com os trabalhos de Afonso de Alencastro e Marcos de Andrade, respectivamente. As análises aferidas sobre a tabela 17, neste mesmo capítulo citado, procuraram evidenciar essa questão. ALENCASTRO, *op.cit.*; ANDRADE, *op.cit.*

**ANEXOS**

**Anexo 01: Minas Gerais, século XIX. Localização das principais recebedorias, localidades, caminhos e rios. (Projeção sobre mapa atual)**



1	Santana do Rio das Velhas	11	Cabo Verde	21	Bocaina do Rio Preto	31	Ericeira	41	Patrocínio do Muriaé
2	Porto de Frutal	12	Caldas	22	Passa Vinte	32	Gameleira	42	Tombos do Carangola
3	Porto da Espinha	13	Ouro Fino	23	Ponte do Zacharias e Santa Rita	33	Porto do Avellar	43	Filadélfia
4	Ponte Alta	14	Campanha de Toledo	24	Ponte do Carrijo	34	Mar de Espanha	44	São Sebastião do Salto Grande
5	Porto da Rifaina	15	Jaguari	25	Presídio do Rio Preto	35	Porto do Leite e Ponte da Sapucaia	45	Rio Pardo
6	Jaguara	16	Sapucaí-Mirim	26	Porto do Machado	36	Porto Novo do Cunha	46	Januária
7	Santa Bárbara	17	Soledade de Itajubá	27	Barra das Flores do Rio Preto	37	Porto Velho do Cunha e Ilha dos Pombos	47	Morrinhos
8	Monte Santo	18	Mantiqueira	28	Três Ilhas	38	Volta Grande	48	Pontal do Escuro
9	Jacuí	19	Picu	29	Caminho Novo	39	Pirapetinga	49	Malhada
10	Dores de Guaxupé	20	Ponte do Monte Belo	30	Paraibuna	40	Barra do Pomba	50	Barra do Rio Verde

Localização das recebedorias conforme as leis que as mandam criar e outras fontes, principalmente o mapa de 1866 do engenheiro Aroeira, a carta de 1855 dos engenheiros Halfeld e Wagner (de onde retiramos a malha de caminhos, cidades e vilas então existentes) e o Atlas Municipal de 1926 (MAPA, 1866, APM, Sp, OP 13, Doc. 2; KARTE der Brasiliann Provinz Minas Geraes, por H. G. F. Halfeld & Friedrich Wagner, 1855. Gotha: Justus Perthes, 1862. In: HALFELD, H. G. F.; TSCHUDI, J.J. von. A província brasileira de Minas Gerais. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro/Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1998; ATLAS chorographico municipal. Dois volumes. Bello Horizonte: Imprensa Oficial, 1926).

Fonte: RESTITUTTI, Cristiano. *As fronteiras da província*. Rotas de comércio interprovincial – Minas Gerais, 1839-1884. Dissertação de mestrado. Araraquara: UNESP, 2006. p.100.

**Anexo 02: O comércio de Itajubá a Lorena por Piquete, 1872-75.**

**(comparação do fluxo de exportação na recebedoria de Soledade de Itajubá ao trânsito de mercadorias com origem declarada “Minas Gerais” na barreira de Piquete em São Paulo).**

		1872/73			1873/74			1874/75		
		Itaj.	Piq.	%	Itaj.	Piq.	%	Itaj.	Piq.	%
Fumo	Toneladas	1.297	1.259	97,0	808	457	57,0	1.393	1.268	91,0
Toucinho	Toneladas	70	40	56,0	97	10	10,0	101	0	0
Queijos	Unidades	1.838	1.800	98,0	410	0	0	238	0	0
Grãos	Metros cúbicos	6,4	0	0	483	96	20,0	126	0	0
Total	Bestas carregadas	11.417	10.838	95,0	7.619	3.904	51,0	12.495	10.563	85,0

Barreira de Piquete, mapas mensais. Departamento do Arquivo de Estado de São Paulo, Latas CO 1928, 1929 e 1930. Notas: (a) Em Itajubá o fumo e o toucinho eram anotados em quilos, em Piquete eram anotados em arrobas. (b) Em Itajubá havia distinção entre fumo em rama, fumo pixuí e mel de fumo. Em 1872-75 a composição (em quilos) foi 98,3% fumo em rama, 1,2% mel de fumo e 0,5% fumo pixuí.(c) Grãos incluem arroz, feijão e milho. Em Itajubá estes gêneros eram anotados em litros; em Piquete eram anotados em alqueires.

Fonte: RESTITUTTI, Cristiano. As fronteiras da província. Rotas de comércio interprovincial – Minas Gerais, 1839-1884. Dissertação de mestrado. Araraquara: UNESP, 2006. p. 176.

**Anexo 03: Listagem dos inventários post-mortem pertencentes ao Fórum Wenceslau Braz, em Itajubá-MG, e consultados nessa pesquisa.**

Os desafios a essa pesquisa já começaram pelo acesso às fontes, como os inventários post-mortem, encontrados em boas condições de conservação, mas que não estavam disponíveis ao acesso dos pesquisadores. Depois de um pedido formal ao diretor do Fórum Wenceslau Braz, para consultar o acervo, foi necessário organizar os inúmeros processos, que não apresentavam catalogação e nenhum acondicionamento apropriado. Realizamos uma organização prévia da documentação, baseada na periodização dos documentos, e uma higienização primária no acervo, que já havia sido vítima da ação destruidora das enchentes na cidade.

Como a instituição não possui local adequado para a pesquisa, a maioria dos processos tiveram que ser digitalizados( todos os inventários encontrados no período de 1766 a 1850 foram digitalizados), para serem consultados posteriormente. Essa organização da documentação contabilizou 534 processos desde fins do século XVIII, até o último ano do século XIX. Vale ressaltar mais uma vez a contribuição e a gentileza dos funcionários do Fórum Wenceslau Braz, que sempre se mostraram dispostos em contribuir com o acesso à pesquisa.

Durante o decorrer dessa pesquisa, alguns esforços para a preservação e conservação do patrimônio documental da cidade começaram a ser realizados. O Centro Universitário Universitas, localizado na própria cidade, se responsabilizou pela guarda de parte da documentação da Câmara Municipal, durante o século XIX, criando um laboratório de pesquisa aos alunos. Alguns meses antes da defesa dessa dissertação, também foi criado um arquivo público na cidade que está organizando alguns lotes documentais do acervo administrativo da cidade, a partir do século XIX. Parte do acervo paroquial encontra-se na Paróquia N. Sra. da Soledade, da cidade, e estão em bom estado de conservação. Contudo, ainda há outros acervos a serem recolhidos e disponibilizados de forma adequada para a pesquisa, como os próprios inventários post-mortem e outros documentos cartoriais.

Outra situação bastante recorrente para os pesquisadores que estudam o sul de Minas é a dispersão desses acervos que se encontram espalhados em diversos arquivos em Minas Gerais, como também em outros estados, como São Paulo e Rio de Janeiro. Para essa pesquisa, encontramos documentos referentes à freguesia de Itajubá em arquivos, como o Arquivo Público Mineiro, em Belo Horizonte-MG, o Centro de Estudos Campanhense Monsenhor Lefort, em Campanha-MG, o Arquivo do Estado de São Paulo e o Arquivo da Cúria Metropolitana de São

Paulo, sendo os dois últimos na capital do estado, além da documentação pertencente ao próprio município de Itajubá.

A seguir, apresentamos uma listagem dos 125 inventários post-mortem consultados nessa pesquisa e os anos correspondentes aos processos. Também foi realizada uma “tipologia” e esta codificação foi feita na primeira página de cada processo, na parte superior, identificando a ordem do documento no lote (de acordo com o ano de abertura do processo) e a mídia que contém o inventário digitalizado.

<b>Inventariado</b>	<b>Ano</b>	<b>Tipologia</b>
1- Francisca Tereza de Jesus	1785	004/CD01
2- Anna Gonçalves de Moraes	1785	005/CD01
3- Anna Joaquina do Espírito Santo	1794	006/CD01
4- Ana Maria de Jesus	1794	007/CD01
5- Manoel Vieira	1796	008/CD01
6- Lourenço Dias da Silva	1799	009/CD01
7- Thomas Alves de Mello	1801	010/CD01
8- Tomé Menezes Ribeiro	1801	011/CD01
9- João Gonçalves da Fonseca	1803	012/CD01
10- José Ferreira do Amaral	1804	013/CD01
11- Manoel Rodrigues da Costa	1804	014/CD01
12- Francisco Pereira de Araujo	1804	015/CD01
13- D. Maria Lopes dos Reis	1805	016/CD01
14- Francisco da Costa Souto	1807	017/CD01
15- Jose da Silva Leme	1807	018/CD01
16- Manoel Pereira de Macedo	1808	019/CD01
17- D. Antonia Marcelina da Silva	1808	020/CD01
18- Luiza Thereza de Brito	1808	021/CD01
19- Brizida Sobrinha de Aguiar	1809	022/CD01
20- João Tavares da Silva	1810	023/CD01
21- Anna Maria de Gusmão	1810	024/CD01
22- D. Maria Tereza do Carmo	1810	025/CD01

23- Anastácio José de Oliveira	1813	026/CD03
24- Brizida Maria de Jesus	1813	027/CD03
25- Manoel Lopes Pinheiro	1813	028/CD03
26- João Alves Correa	1815	029/CD03
27- João Gonçalves Carvalho	1815	030/CD03
28- João Rodrigues de Moraes	1816	031/CD03
29- Ana Maria	1816	032/CD03
30- Alferes Miguel Ribeiro de Carvalho	1816	033/CD04
31- D. Margarida da Luz Maciel	1816	034/CD04
32- José Leonardo	1817	035/CD04
33- João Raposo Siqueira	1817	036/CD04
34- Francisca Maria Gonçalves	1817	037/CD04
35- D. Maria Joaquina de Sousa	1817	038/CD04
36- Marianna Antonia	1819	039/CD05
37- Luiza Francisca	1819	040/CD05
38- Anna Maria Espírito Santo	1819	041/CD05
39- Christovam Pinto de Carvalho	1819	042/CD05
40- Francisco de Sales Ferreira	1820	043/CD05
41- [Zeferina] [Pereira] da Silva	1821	044/CD05
42- Anna Joaquina [da Silva]	1822	045/CD05
43- Francisco Guerra da Veiga	1823	046/CD06
44- Capitão Amaro Gls Chaves de Mendonça Coelho	1825	047/CD06
45- Guarda Mor João da Costa [Manso]	1825	048/CD06
46- José Pinto de Sousa	1827	049/CD06
47- Lourenço Justiniano	1828	050/CD06
48- Anna Fernandes	1828	051/CD06
49- José Lopes da Silva	1830	052/CD06
50- Manoel Victorino de Vasconcellos	1832	053/CD06
51- Thome Lopes do Prado	1832	054/CD06
52- Francisco Gonçalves Torres e 1ª e 2ª esposas	1833	055/CD06
53- D. Clara Custódia do Nascimento	1834	056/CD06
54- Francisco Antonio Saldanha	1834	057/CD06

55- José Pinto de Castilho	1834	058/CD07
56- D. Francisca [ ] de Jesus	1834	059/CD07
57- Joze Gonçalves Cardozo	1834	060/CD07
58- José Correa de Alvarenga	1834	061/CD07
59- Custódio Jerônimo [Correia]	1835	062/CD07
60- João Alves de Mello	1835	063/CD07
61- D. Francisca Maria Gonçalves	1835	064/CD07
62- Francisco Gonçalves Cardozo	1835	065/CD07
63- Vicente G. de Oliveira e Rosa Maria de Souza	1835	066/CD07
64- D. Maria Jose Pereira	1835	067/CD08
65- José Pereira de Silva	1835	068/CD08
66- Jose Pinto de Souza	1836	069/CD08
67- Vicente Martins de Araujo	1836	070/CD08
68- José Joaquim Torres	1836	071/CD08
69- D. Marianna Munis de [Godoi]	1836	072/CD08
70- Capitam [Matheus] Antonio da [Lus]	1837	073/CD08
71- Jose Antonio de Lima	1837	074/CD08
72- Jacintha Maria de Jesus	1837	075/CD09
73- Manoel Pedroso de Barros	1837	076/CD09
74- Vicente Garcia de Oliveira	1837	077/CD09
75- D. Anna Esmeria de Mendonça	1838	078/CD09
76- D. Anna Ribeiro de Souza	1838	079/CD09
77- José Mendonça de Andrade	1838	080/CD09
78- Florianno José de Lima	1838	081/CD09
79- Marianna Garcia de Oliveira	1839	082/CD09
80- Anna Maria Teixeira	1839	083/CD09
81- Anna Joaquina Alves	1839	084/CD09
82- Caetano Pires Barbosa	1839	085/CD09
83- Francisco José de Lima	1839	086/CD09
84- Anna Roza do Nascimento	1840	087/CD09
85- Francisco Furtado de Mendonça	1841	088/CD10
86- José Joaquim da Costa	1841	089/CD10

87- José Joaquim de Andrade	1841	090/CD10
88- Manoel Pereira [Gularte]	1842	091/CD10
89- Francisco de Sousa Arruda	1843	092/CD10
90- Francisco José Fernandes	1843	093/CD11
91- Thomé Francisco Alves	1845	094/CD11
92- João Gonçalves da Silva	1845	095/CD11
93- Luiz Antonio da Silva e Francisca R. da Silva	1845	096/CD11
94- João Miguel da Costa	1845	097/CD11
95- José Joaquim do Nascimento	1845	098/CD12
96- Marcolina Francisca da Costa	1845	099/CD12
97- D. Anna Ribeiro de Jesus	1845	100/CD12
98- Anna Candida de Faria	1846	101/CD12
99- José de Araujo Carvalho	1846	102/CD12
100- Manoel José Teixeira	1846	103/CD12
101- Himídio Manoel Ferreira	1846	104/CD12
102- João Luis Alves Vianna	1846	105/CD12
103- D. Anna Ribeiro de Carvalho	1846	106/CD12
104- Agostinho Vieira Pinto	1846	107/CD13
105- José da Silva Maia	1846	108/CD13
106- Valentina Maria do Rozário	1846	109/CD13
107- Ana Maria de Jesus	1847	110/CD13
108- Manoel Lopes da Silva	1848	111/CD13
109- Vicente Antunes de Lima	1848	112/CD14
110- Pedro d'Oliveira [Gil]	1849	113/CD14
111- Anna Ignacia Villas Boas	1849	114/CD14
112- D. Florianna Candida de Sam José	1849	115/CD14
113- João Camacho Alkmim	1849	116/CD14
114- D. Maria Joaquina de Mendonça	1849	117/CD14
115- D. Rozaura Maria de Alvarenga	1849	118/CD14
116- D. Antonia Maria de Jesus	1849	119/CD15
117- Valério Fernandes	1849	120/CD15
118- Vicente Antônio Pereira	1850	121/CD15

119- José Joaquim de [Marins]	1850	122/CD15
120- Capitam Joze Gonçalvez Silva	1850	123/CD15
121- Maria José de Santa Anna	1850	124/CD15
122- Maria Gonçalvez da Silva	1850	125/CD15
123- Jose Vieira da Siqueira	1850	126/CD15
124- Antonio Pereira Lago	1850	127/CD15
125- Justino Gonçalvez da Silva	1850	128/CD15

## FONTES E REFERÊNCIAS

### **Fontes manuscritas**

**- Arquivo da Cúria Metropolitana de São Paulo. São Paulo-SP.**

Ofício do presidente da província de Minas Gerais, sobre a Igreja Matriz da freguesia de Itajubá, 1832. Registro das provisões e alvarás régios referentes a criação do bispado de São Paulo e ordens dos bispos diocesanos. 1746-1842, nº39, índice nº05, 163.

**- Arquivo Histórico Ultramarino.**

Carta de José Antonio Freire de Andrada, governador das Minas Gerais, expondo os motivos para se nomear juiz ordinário e escrivão para as minas do Itajubá, 1757. AHU – Com. Ultra-Brasil/MG – AHU – 5826.Cx:71,Doc.: 74;CD:21.

**- Arquivo do Fórum Wenceslau Braz. Itajubá-MG.**

Inventários post-mortem e testamentos.

**- Centro de Estudos Campanhense Monsenhor Lefort. Campanha - MG.**

Divisa da freguesia Nova de Itajubá, doc. 22.(Transcrição feita pelo Prof. José Humberto Barbosa).

### **Fontes impressas**

**- Arquivo do Estado de São Paulo. São Paulo-SP.**

Documentos oficiais referentes à Capitania das Minas Gerais e a Capitania de São Paulo e também do Bispado de São Paulo e o Bispado de Mariana. In: Documentos interessantes para a História e costumes de São Paulo. São Paulo: Arquivo do Estado de São Paulo, 1896. - Arquivo do Estado de São Paulo (São Paulo-SP):

Carta do bispo de Mariana ao bispo de São Paulo, 1757. p. 189.

Carta do governador de São Paulo ao ouvidor geral da comarca de São Paulo, Dr. Domingos Luiz da Rocha, 1746.

Certidão de posse da Igreja de Itajubá, 1766. p. 134.

Portaria ordenada a Francisco de Godoy que cobre os quintos de ouro das minas de Itajubá. p.449.

**- Arquivo Público Mineiro. Belo Horizonte - MG.**

Listas nominativas de 1831/1832 e 1838/1840. Consultadas a partir da base de dados elaborada pela Prof<sup>ª</sup>. Clotilde Paiva – CEDEPLAR/UFMG.

Revista do Arquivo Público Mineiro. Memórias Municipais, RAPM, ano IV. Belo Horizonte: Imprensa Oficial de Minas Gerais, 1899.

**Livros**

ABREU, João Capistrano de. *Ensaios e estudos (crítica e História)*. 4ª série. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976.

\_\_\_\_\_. *Capítulos de História Colonial; 1500-1800*. 6ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976.

ALMEIDA, Carla & OLIVEIRA, Monica (orgs). *Nomes e números*. Alternativas metodológicas para a História Econômica e social. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2006.

ANDRADE, Marcos Ferreira de. *Elites regionais e a formação do Estado Imperial brasileiro: Minas Gerais – Campanha da Princesa (1799-1850)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2008.

ASSADOURIAN, Carlos Sempat. *El sistema de la economía colonial*. México: Editorial Nueva Imagen, 1983.

BARBOSA, Waldemar. *Dicionário Histórico Geográfico de Minas Gerais*. Belo Horizonte-Rio de Janeiro: Itatiaia, 1995.

BARTH, Fredrik. *O guru, o iniciador e outras variações antropológicas*. Rio de Janeiro: Contracapa, 2000.

BERGAD, Lair. *Escravidão e História Econômica. Demografia de Minas Gerais. 1720-1888*. Bauru: EDUSC, 2004.

BICALHO, Maria Fernanda & GOUVÊA, Maria de Fátima (orgs.). *O Antigo Regime nos Trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

BOXER, Charles. *A idade de ouro do Brasil: dores de uma sociedade colonial*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.

BOSCHI, Caio. *Os leigos e o poder*. São Paulo: Ática, 1986.

BRUGGER, Silvia Maria Jardim. *Minas patriarcal*. Família e sociedade (São João del Rei – séculos XVIII e XIX). São Paulo: Annablume, 2007.

BURKE, Peter. *A Escola dos Annales (1929-1989)*. A Revolução Francesa da Historiografia. São Paulo: UNESP, 1997.

CANO, Wilson. *Raízes da concentração industrial em São Paulo*. 2ªed. São Paulo: T. A. Queiros, 1983.

CARDOSO, Ciro F. S. *Agricultura, escravidão e capitalismo*. Petrópolis: Vozes, 1979.

\_\_\_\_\_ & VAINFAS, Ronaldo (orgs.). *Domínios da História*. Ensaio de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

CHAVES, Cláudia Maria das Graças. *Perfeitos negociantes*. Mercadores das Minas setecentistas. Belo Horizonte: Annablume, 1999.

COSTA, Iraci Del Nero & LUNA, Francisco Vidal Luna. *Minas colonial: economia e sociedade*. São Paulo: Pioneira, FIPE, 1982.

FARIA, Scheila de Castro. *A colônia em movimento: fortuna e famílias no cotidiano colonial*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

FRAGOSO, João Luis R. *Homens de Grossa aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

\_\_\_\_\_ & FLORENTINO, Manolo. *O arcaísmo como projeto: Mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil em uma economia colonial tardia*. Rio de Janeiro, 1790-1840. 4ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

\_\_\_\_\_, BICALHO, Maria Fernanda & GOUVÊA, Maria de Fátima (orgs.). *O Antigo Regime nos Trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

FLORENTINO, Manolo. *Em costas negras*. Uma história do tráfico de escravos entre África e o Rio de Janeiro. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. São Paulo: Ed. Nacional, 1976.

FURTADO, Júnia Ferreira (org.). *Diálogos oceânicos: Minas Gerais e as novas abordagens para uma História do Império Ultramarino Português*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2001.

\_\_\_\_\_. *Homens de negocio: a interiorização da metrópole e do comércio nas Minas setecentistas*. São Paulo: Hucitec, 1999.

GINZBURG, Carlo. *O nome e o como: troca desigual e mercado historiográfico*. In: *A Micro-história e outros ensaios*. Rio de Janeiro: Bertrand, 1991.

GORENDER, Jacob. *O escravismo colonial*. 4ª ed. São Paulo: Ática, 1985.

GRAÇA FILHO, Afonso Alencastro. *A princesa do Oeste e o mito da decadência de Minas Gerais*. São João del Rei (1831-1888). São Paulo: Annablume, 2002.

GUIMARAES, Armelim. *História de Itajubá*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1987.

HESPANHA, António Manuel (org.). *O Antigo Regime*. In: MATTOSO, José. *História de Portugal*. Lisboa: Estampa, 1993.

LAPA, José Roberto do Amaral (org.). *Modos de produção e realidade brasileira*. Petrópolis: Vozes, 1980.

LENHARO, Alcir. *As tropas da moderação: o abastecimento da corte na formação política do Brasil: 1808-1842*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes. Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração, 1993.

LEVI, Giovanni. *A herança imaterial: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

LIBBY, Douglas Cole. *Transformação e trabalho em uma economia escravista: Minas Gerais no século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1988.

LINHARES, Maria Yedda. *História do Abastecimento; uma problemática em questão (1530-1918)*. Brasília: Binagri, 1979.

\_\_\_\_\_. & SILVA, Francisco Carlos Teixeira. *A questão da agricultura de subsistência*. In: *História da agricultura brasileira: combates e controvérsias*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

LUNA, Francisco Vidal & CANO, Wilson. *Economia escravista em Minas Gerais*. Cadernos IFCH-UNICAMP. N.10, 1983.

KARASCH, Mary. *A vida dos escravos no Rio de Janeiro. 1808-1850*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

MATOS, Raimundo José da Cunha. *Corografia histórica da província de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1981.

MATTOS, Hebe Maria. *Ao sul da História*. Lavradores na crise do trabalho escravo. São Paulo: Brasiliense, 1987.

MATTOSO, Kátia. *Bahia: a cidade de Salvador e seu mercado no século XIX*. São Paulo: Hucitec, 1978.

\_\_\_\_\_ *Ser escravo no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1990.

MAXWELL, Kenneth. *A devassa da devassa*. A Inconfidência Mineira: Brasil e Portugal. 1750-1808. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1995.

MAWE, John. *Viagens ao interior do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1978.

MELLO E SOUZA, Marina. *Reis negros no Brasil escravista: história da festa de coroação do Rei Congo*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2002.

NARDI, Jean-Baptiste. *O fumo brasileiro no período colonial: agricultura, comércio e administração*. São Paulo: Brasiliense, 1996.

NOVAIS, Fernando. *Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)*. São Paulo: Hucitec, 1984.

OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de. *Negócios de famílias: mercado, terra e poder na formação da cafeicultura mineira – 1780/1870*. Juiz de Fora, MG: FUNALFA; Bauru, SP: EDUSC, 2005.

PAIVA, Eduardo França. *Escravos e libertos nas Minas Gerais do século XVIII*. Belo Horizonte: Annablume, 2000.

\_\_\_\_\_ *Escravidão e universo cultural na colônia*. Minas Gerais, 1716-1789. Belo Horizonte: UFMG, 2001.

PAULA, João Antonio de. *Raízes da modernidade em Minas Gerais*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

POLANYI, Karl. *A grande transformação*. As origens da nossa época. Rio de Janeiro: Campus, 1980.

PRADO JUNIOR, Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo*. São Paulo: Brasiliense, 1983.

REVEL, Jacques (org.). *Jogos de Escala*. A experiência da Microanálise. Rio de Janeiro: Getúlio Vargas, 1998.

SAMPAIO, Antonio Carlos Jucá de. *Na encruzilhada do Império*. Hierarquias sociais e conjunturas econômicas no Rio de Janeiro. (c.1650-c.1750). Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais*. Tradução de Vivaldi Moreira. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1975.

\_\_\_\_\_. *Segunda viagem do Rio de Janeiro a Minas Gerais e São Paulo, 1822*. Tradução: Vivaldi Moreira. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1974.

SCHWARTZ, Stuart. *Escravos, roceiros e rebeldes*. Bauru: EDUSC, 2001.

\_\_\_\_\_. *Segredos internos. Engenhos e escravos na sociedade colonial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

SIMONSEN, Roberto. *História Econômica do Brasil*. 7ª ed. São Paulo: Ed. Nacional; Brasília: INL, 1977.

SOARES, Mariza. *Devotos da cor: identidade étnica, religiosidade e escravidão no Rio de Janeiro, século XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

SOUZA, Laura de Mello e. *Desclassificados do ouro. A pobreza mineira no século XVIII*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 1990.

SZMRECSANYI, Tamás (org.). *História econômica do período colonial – 1500/1822*. São Paulo: EDUSP, 2002.

VAINFAS, Ronaldo (org.) *Dicionário do Brasil colonial (1500-1808)*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2000.

VASCONCELLOS, Diogo. *História antiga de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1974.

\_\_\_\_\_. *Limites entre São Paulo e Minas Gerais*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1910.

\_\_\_\_\_. *História média de Minas Gerais*. 3ª ed. Belo Horizonte: Itatiaia, 1974.

VEIGA, Bernardo Saturnino da. *Almanaque sul-mineiro*. Campanha: Tipografia do Monitor Sul-Mineiro, 1874.

\_\_\_\_\_. *Almanaque sul-mineiro*. 2ª ed. Campanha: Tipografia do Monitor Sul-Mineiro, 1884.

ZEMELLA, Mafalda. *O abastecimento da Capitania das Minas Gerais no século XVIII*. São Paulo: USP/Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, 1951.

### **Teses e dissertações**

ALMEIDA, Carla M.C. de. *Alterações nas unidades produtivas mineiras: Mariana – 1750-1850*. Dissertação de Mestrado. Niterói: UFF, 1994.

\_\_\_\_\_. *Homens ricos, homens bons: produção e hierarquização social em Minas Colonial, 1750-1822*. Tese de doutorado. Niterói: UFF, 2001.

CARRARA, Ângelo Alves. *A Zona da Mata Mineira: diversidade econômica e continuísmo (1839-1909)*. Dissertação de Mestrado. Niterói: UFF, 1993.

\_\_\_\_\_. *Agricultura e pecuária na Capitania de Minas Gerais: 1674-1807*. Tese de doutorado. Rio de Janeiro: IFCHS/UFRJ, 1997.

FARIA, Sheila de Castro. *Terra e trabalho em Campos dos Goytacazes (1850-1920)*. Dissertação de mestrado. Niterói: UFF, 1986

FRAGOSO, João Luis R. *Sistemas agrários em Paraíba do Sul: (1850-1920) um estudo de relações não-capitalistas de produção*. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: UFRJ, 1983.

MARTINS, Roberto Borges. *Growing in silence: the slave economy of nineteenth-century Minas Gerais(Brazil)*. Nashvill, Vanderbilt Universit, 1980.

PAIVA, Clotilde Andrade. *População e economia nas Minas Gerais do século XIX*. Tese de doutorado. São Paulo: FFLCH/USP, 1996.

RESTITUTTI, Cristiano Corte. *As fronteiras da província. Rotas de comércio interprovincial – Minas Gerais, 1839-1884*. Dissertação de mestrado. Araraquara: UNESP, 2006.

SOUZA, Sonia Maria. *Alem dos cafezais: produção de alimentos e mercado interno em uma região de economia agroexportadora – Juiz de Fora na segunda metade do século XIX*. Dissertação de Mestrado. Niterói: UFF, 1998.

TEIXEIRA, Adriano Braga. *População, sistema e poder na transição do século XVIII para o XIX em Minas Colonial – Barbacena – 1791/1822*. Dissertação de mestrado. Rio de Janeiro: UFRJ, 2007.

### **Artigos e periódicos**

ALMEIDA, Carla. *A população escrava em Minas Gerais*. Revista Eletrônica de História do Brasil, Juiz de Fora, UFJF, v.3,n.1.jan/jul.1999.

BOTELHO, Tarcísio. *População e escravidão nas Minas Gerais, c. 1720*. Anais eletrônicos do 12º Encontro da Associação Brasileira de Estudos de População – ABEP. Belo Horizonte:ABEP, 2000.

CARDOSO, Ciro. *Escravidão e dinâmica da população escrava nas Américas*.In: Estudos Econômicos. São Paulo, XIII, n.1, 1983.

CARRARA, Ângelo Alves. *Estruturas agrárias e capitalismo: contribuição para o estudo da ocupação do solo e da transformação do trabalho na Zona da Mata Mineira (séculos XVII e XIX)*. In: Núcleo de História Econômica e Demográfica – UFOP. Mariana: Série Estudos – 2, 1999.

\_\_\_\_\_. *Contribuição para a História Agrária de Minas Gerais – séculos XVIII e XIX*. In: Núcleo de História Econômica e Demográfica – UFOP. Mariana: Serie Estudos – 1, 1999.

CARVALHO, Daniel de. *Formação histórica das Minas Gerais*. In: Primeiro seminário de estudos mineiros. Belo Horizonte: UFMG, 1975.

CUNHA, Alexandre Mendes & GODOY, Marcelo Magalhães. *O espaço das Minas Gerais: processo de diferenciação econômico-regional e regionalização nos séculos XVIII e XIX*. Anais do V Congresso Brasileiro de História Econômica e 6ª Conferência Internacional de História de Empresas. Caxambu, 2003. [www.abphe.org.br/congresso2003/textos/abphe\\_2003\\_07.pdf](http://www.abphe.org.br/congresso2003/textos/abphe_2003_07.pdf). Capturado em: 10/10/2006

\_\_\_\_\_. *Vila Rica – São João del Rey: as transformações no urbano das vilas do ouro entre o século XVIII e o XIX*. In: Anais do Encontro Nacional da ANPUR: ética, planejamento e construção democrática do espaço – Rio de Janeiro, ANPUR e IPPUR/UFRJ, maio/junho, 2001.

CUNHA, Alexandre Mendes. *A tríade urbana: construção coletiva do espaço. Cultura e economia na passagem do século XVIII para o XIX em Minas Gerais*. In: Anais do IX Seminário sobre a economia mineira – Diamantina, Belo Horizonte, CEDEPLAR/UFMG, 2000.

FRAGOSO, João. *Afogando em nomes: temas e experiências em história econômica*. Topoi. Revista de História, Rio de Janeiro: PPGH-UFRJ/7 Letras, nº5, set. 2002.

GUIMARAES, Carlos Magno & REIS, Liana Maria. *Agricultura e escravidão em Minas Gerais (1700/1750)*. Revista do Departamento de História da UFMG. Belo Horizonte: 1(2): 7-36, jun. 1986.

LINHARES, Maria Yedda. *O Brasil no século XVIII e a idade do ouro: a propósito da problemática da decadência*. In: Seminário sobre cultura mineira no período colonial. Belo Horizonte: Conselho Estadual de Cultura de Minas Gerais, 1979.

LUNA, Francisco Vidal & CANO, Wilson. *Economia escravista em Minas Gerais*. Cadernos IFCH-Unicamp, Campinas, out., 1983.

MARTINS, Roberto. *Minas Gerais, século XIX: tráfico e apego à escravidão numa economia não-exportadora*. Estudos Econômicos. 13(1), jan.-abr., 1983.

\_\_\_\_\_. *A economia escravista de Minas Gerais no século XIX*. Belo Horizonte: CEDEPLAR, UFMG, 1980.

MARTINS FILHO, Amílcar & MARTINS, R. B. *Slavery in a non-export econom: nineteenth-century Minas Gerais revisited*. *Hispanic American Historical Review*. 63(3),1983.

MARTINS, Maria do Carmo Salazar. *Revisitando a província: comarcas, termos e distritos e população de Minas Gerais em 1833-35*. Anais do V Seminário sobre Economia Mineira. Diamantina: CEDEPLAR,1990.

MARTINS, Maria do Carmo, LIMA, Mauricio, & SILVA, Helenice C. *População de Minas Gerais na segunda metade do século XIX: novas evidencias*. X Seminário sobre a economia mineira. Belo Horizonte: Cedeplar, 2002

PAIVA, Clotilde & MARTINS, Maria do Carmo. Minas Gerias em 1831. *Notas sobre a estrutura ocupacional de alguns municípios*. In: Anais do II Seminário sobre economia mineira. Belo Horizonte:UFMG/Cedeplar,1984.

PAIVA, Clotilde e GODOY, Marcelo. *Engenhos e casas de negócios na Minas oitocentistas*. In: Anais do VI Seminário sobre a Economia Mineira. Belo Horizonte: CEDEPLAR/UFMG,1992.

PAIVA, Clotilde & KLEIN, Herbert. *Escravos e livres nas Minas Gerais no século XVIII mineiro*: Campanha, 1831. *Estudos Econômicos*, São Paulo,v.22,nº1, jan-abr,1992.

RODRIGUES, André Figueiredo. *Os sertões proibidos da Mantiqueira: desbravamento, ocupação da terra e as observações do governador Dom Rodrigo José de Meneses*. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, 2003. v. 23. nº 46, p.253-270.

SLENES, Robert. *Os múltiplos de porcos e diamantes: a economia escravista de Minas Gerais no século XIX*. *Cadernos IFCH-UNICAMP*. Campinas, n.17, 1985.

SOARES, Mariza. *Mina, Angola e Guiné: nomes d'África no Rio de Janeiro setecentista*. *Tempo*, Rio de Janeiro, nº 06, pp.73-93, dez. 1998.